



# TERRAS DE ANTUÃ

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS  
DO CONCELHO DE ESTARREJA



# **TERRAS DE ANTUÃ**

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS  
DO CONCELHO DE ESTARREJA



[ FICHA TÉCNICA ]

TERRAS DE ANTUÃ  
REVISTA DE PUBLICAÇÃO ANUAL  
Nº17 | ANO 17 | Novembro de 2023

DIRETORA  
Rosa Maria Rodrigues

EDITOR  
Câmara Municipal de Estarreja

PROJETO GRÁFICO  
Diogo Ferreira

IMPRESSÃO E ACABAMENTO  
Lusoimpress Offset e Digital, Lda.

TIRAGEM  
750 exemplares

IMAGEM DE CAPA  
Ex-Libris de Estarreja - Zé Penicheiro | 1999  
Espólio: Município de Estarreja  
Fotografia: Carla Miranda | Gabinete de Comunicação do Município de Estarreja

ISSN  
1646 - 8562

DEPÓSITO LEGAL  
267394/07

OS ARTIGOS PUBLICADOS NESTE NÚMERO SÃO DA RESPONSABILIDADE CIENTÍFICA E ÉTICA DOS SEUS AUTORES BEM  
COMO O RESPEITO PELO ACORDO ORTOGRÁFICO EM VIGOR

## [ SUMÁRIO ]

- 09 A “COR” COM QUE NOS PINTA PENICHEIRO...  
Diamantino Sabina
- 11 EDITORIAL  
Rosa Maria Rodrigues
- 13 CONTRIBUTOS A UMA CRONOLOGIA DO ENSINO ESCOLAR NA FREGUESIA DE CANELAS - ESTARREJA  
Abel Cunha
- 21 OS «GARRIDOS» DE SALREU  
Ana Maria Lopes
- 25 O FOTO AMADORISMO EM ESTARREJA NA DÉCADA DE 50  
António Augusto Silva
- 31 REVISITANDO A ORIGEM E HISTÓRIA DA CASA DO COUTO, SALREU, ESTARREJA  
António Pedro de Sottomayor
- 47 PAISAGENS DE FRANCISCO JOAQUIM BINGRE  
Eduardo Dias
- 55 A APANHA DO MOLIÇO NA RIA DE AVEIRO  
Etelvina Resende Almeida
- 75 O FUNDADOR DE ESTARREJA (BIS)  
Joaquim Ventura Faria Victorino
- 87 A “HIDRO-ELÉCTRICA” DE ESTARREJA: HOMENS E MULHERES QUE FIZERAM A FÁBRICA  
Juliana Cunha
- 97 CONTRIBUIÇÃO DE SALREU PARA O MONUMENTO AO MARQUÊS DE POMBAL EM LISBOA  
Marco Pereira
- 101 A ESCULTURA DEVOCIONAL DOS ORAGOS DAS IGREJAS PAROQUIAIS DE ESTARREJA  
Maria Clara Vide | António Leandro
- 117 A CASA DE MÁRIO BELMONTE PESSOA  
MUSEU DE ARTE NOVA DE AVEIRO  
AUTORIA EXCLUSIVA DE FRANCISCO AUGUSTO DA SILVA ROCHA  
UMA OBRA DE ARTE INESGOTÁVEL  
Maria João Fernandes

- 143 DA OPOSIÇÃO À DEMOCRACIA: UM PERCURSO PELAS FONTES DO ARQUIVO MUNICIPAL  
Paulo Dias
- 157 A CARREIRA UNIVERSITÁRIA DE EGAS MONIZ  
Rosa Maria Rodrigues
- 175 ANTUÃ EM DOCUMENTOS QUINHENTISTAS  
Saul António Gomes
- 189 CAMPISMO  
Sérgio Paulo Silva
- 193 EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE ENTRE 1836 E 1839 E O ANO DE 1912  
Teresa Tubby
- 241 SAUDADES - NOS 30 ANOS DA FUNDAÇÃO SOLHEIRO MADUREIRA  
Amélia Fragoso
- 267 REVISTASTERRAS DE ANTUÃ



## A “COR” COM QUE NOS PINTA PENICHEIRO...

Diamantino Sabina\*

A *Terras de Antuã* tem a honra de apresentar a mais recente edição. Adornada com a imagem de uma pintura singular, esta obra de Zé Penicheiro, um dos artistas plásticos mais talentosos e reconhecidos da nossa região, capta a essência do Concelho de Estarreja. Com mestria e criatividade, Zé Penicheiro transporta-nos de forma fidedigna para a história e cultura da região.

Nesta edição n.º 17, desvendaremos mais uma vez as raízes profundas do nosso Concelho, traçando um percurso fascinante pelo tempo e pelo espaço. O “Penicheiro”, que embeleza a capa, serve como um portal para essa jornada, proporcionando-nos uma oportunidade de mergulhar nas cores, texturas e narrativas que definem a nossa terra.

Zé Penicheiro, com sua paleta habilmente manuseada, convida-nos a explorar os diferentes períodos da história de Estarreja. As cores e formas da sua obra capturam a nossa vitalidade.

Ao mergulharmos nas suas pinceladas, somos guiados pela sua perspetiva artística única, que nos leva a conhecer figuras ilustres que moldaram o nosso concelho.

Não podemos deixar de mencionar a influência da natureza exuberante que nos circunda. Os seus quadros capturam a beleza serena dos campos, os reflexos das águas tranquilas e a vastidão dos estuários do Baixo Vouga Lagunar.

Ao contemplar esta obra, somos também levados a refletir sobre a contemporaneidade de Estarreja. Zé Penicheiro, inspira-nos a apreciar o passado e a olhar com esperança para o futuro. A sua interpretação única do nosso Concelho convida-nos a celebrar a diversidade cultural, a preservar o nosso património e a trabalhar juntos para construir um futuro ainda mais vibrante.

Assim, caros leitores, convidamos-vos a explorar as páginas desta edição de *Terras de Antuã*, na qual honramos o talento de Zé Penicheiro e a riqueza histórica e cultural do nosso estimado concelho de Estarreja. Esta revista é um tributo à nossa terra, à nossa história e à nossa identidade, e esperamos que a apreciem tanto quanto nós apreciamos trazê-la até vós.

Juntos, continuaremos a escrever a história de Estarreja, enriquecendo-a com as cores e a paixão de artistas como Zé Penicheiro.

---

\*Presidente da Câmara Municipal de Estarreja



## EDITORIAL

Rosa Maria Rodrigues

Assinalando-se no corrente ano (15 de novembro), os 504 anos da outorga do foral por D. Manuel I às *Terras de Antuã*, apresentamos a décima sétima edição da revista *Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*. Os factos são significativos e estamos conscientes do papel que esta publicação encerra para o eternizar da historiografia local, no incitamento à pesquisa e publicação de novas temáticas, bem como permite o registo escrito de *pedaços da história*, que senão desaparecidos, ficariam por certo desmemoriados, e não fariam parte da nossa memória coletiva e consequentemente esquecidos para as gerações futuras.

Os temas patenteados nesta edição de *Terras de Antuã*, diversificados no seu conteúdo, mas dentro de uma linha de continuidade do que tem vindo a ser apresentado em anteriores edições, permitem-nos na sua globalidade um maior conhecimento da história local, desencadeiam a discussão, permitem a divulgação de estudos sobre factos e momentos que passariam despercebidos, se não fossem organizados e coligidos numa publicação com estas características, e que passam por estudos sobre património edificado e de natureza, emigração, personalidades, manifestações de carácter cultural, genealogia, história local e política, iconografia religiosa e educação, bem como destacamos o artigo: Da oposição à democracia: um percurso pelas fontes do arquivo municipal, onde e segundo o autor do mesmo, está evidenciado o percurso da luta pela liberdade que, desde o Estado Novo à normalização democrática, ocorreu no Município de Estarreja ou foi protagonizada por Estarrejenses. É, como o título indica, um percurso. Um percurso possível (de entre muitos) que a documentação do Arquivo Municipal de Estarreja, com o devido contexto, viabiliza e que o tema, certamente, suscita, dada a centralidade para o nosso autoconhecimento contemporâneo, enquanto povo e enquanto país.

Este número de *Terras de Antuã* apresenta na capa a pintura de Zé Penicheiro *Ex-Libris de Estarreja* datado de 1999, e espólio do Município de Estarreja, onde através da qualidade plástica do mesmo, da mestria das suas formas geométricas e da policromia cálida e penetrante, somos transportados aos usos e costumes da região ribeirinha, aos seus símbolos religiosos e de cidadania, e onde sem que nos apercebamos somos embrenhados na trilogia sensorial, que caracteriza o território do Município de Estarreja: Terra, Homem e Água.

O tema Saudades desta revista *Terras de Antuã*, evoca 30 anos da criação da Casa Museu Marieta Solheiro Madureira (1993-2023). Esta, tem por principal objetivo a manutenção, conservação e divulgação do espólio artístico, que o fundador recolheu no decorrer da sua vida, e pretendeu agradecer à comunidade em geral, mas em especial às populações de Estarreja e da Murtosa por todo o carinho recebido ao longo da vida, proporcionando-lhes assim acesso gratuito a uma coleção privada de que tanto se orgulhava. Ao dar o nome da esposa, Marieta, a este espaço museológico, quis António Madureira homenagear aquela que foi o seu grande amor e companheira de sempre, tornando sempre presente e eternizando uma comovente história de amor.

A todos os que contribuíram abnegadamente, para a prossecução desta publicação de *Terras de Antuã*, acreditando na veracidade de projetos desta natureza, o nosso muito OBRIGADO.



## CONTRIBUTOS A UMA CRONOLOGIA DO ENSINO ESCOLAR NA FREGUESIA DE CANELAS - ESTARREJA

Abel Cunha\*

A mais longínqua referência escrita encontrada à existência do termo escola (ensino primário, elementar ou, apenas ler, escrever e contar) na freguesia de Canelas, concelho de Estarreja, remonta ao ano de 1833 e foi notada por António Domingues de Sá nos escritos de Arnaldo Cândido Duarte Silva<sup>1</sup> que da mesma, dava conta no ano de 1933, portanto, um século depois de ter existido ou funcionado. Presumivelmente a transmissão de conhecimento e o ensino das matérias elementares será muito anterior àquela data.

É uma pequena nota informativa de que o Padre Pelágio José da Silva natural de Pinheiro da Bemposta foi, à época, pároco e professor na escola primária em Canelas. Não foi encontrada qualquer outra referência a esta escola desconhecendo-se a localização ou quaisquer outros dados.

No ano de 1845, quinze anos depois, num segundo escrito e nas fontes anteriormente citadas pode ler-se: *o primeiro pároco de Canelas foi o Rev. Padre Reitor Francisco José Figueiredo da Silva em cuja habitação funcionou a escola primária no local onde mais tarde veio a existir o Alambique da Aldeia. Vinham rapazes de Salreu aprender. Mais uma vez, o termo escola significaria a residência de alguém que ministraria o ensino das primeiras letras.*

Em 1889 foi professor da escola primária João Evangelista de Araújo e Melo. Presume-se que tenha sido João Evangelista de Quadros Sá Pereira de Melo, natural de Pinheiro da Bemposta anos depois (1905/6) notário estabelecido em Aveiro. Esta escola terá existido em casa do Pires do Espinal, pessoa considerada ser de grandes posses, e então síta na actual Rua do Espinal Sul.

A 15 de Agosto de 1890 na Casa da Junta da Paróquia, foi convocada em sessão extraordinária para dar resposta a um ofício da Junta Escolar, que pretendia que os alunos tivessem aulas de manhã e de tarde. Acontecia que os pais precisavam dos filhos para os trabalhos agrícolas e assim, a resposta dada ao ofício foi que o horário de Abril até Agosto seria das 06h00 às 10h00. Ou seja, às crianças era exigido um redobrado esforço, obrigadas a levantarem-se de madrugada para frequentar o ensino, indo de seguida trabalhar na lavoura. Teremos por esta época as primeiras casas ou salas contratadas para servirem como escola efectiva.

Dias depois, a 7 de Setembro de 1890, estando presentes todos os elementos da Junta, foi comunicado que o proprietário da casa onde funcionava a escola dos alunos do sexo masculino, iria ocupar a casa pois dela necessitava. Foi lembrado uma casa em construção, pertença de Ana Pinto Valente a qual veio a ser arrendada por 12.000 reis para substituir a anterior.

Em Setembro de 1899 a Junta da Paróquia é informada da nomeação do Sr. Reinaldo Vidal Oudinot (nasceu em Arouca, no dia 9 de Março de 1869, e faleceu na cidade do Porto, a 29 de Julho de 1932).

\*Master em Gestão Comercial pela Universidade Complutense de Madrid, escreve segundo a antiga ortografia.

<sup>1</sup>Arnaldo Cândido Duarte Silva foi segundo aspirante da Estação de Estarreja transferido por conveniência de Serviço para a Estação de Aveiro para o lugar de coadjuvante do Chefe dos serviços daquele distrito, Administração Geral dos Correios e Telégrafos (DRE nº 226 de 27/9/1911).

Personalidade que se distinguiu como poeta, escritor, pedagogo, jornalista, desportista e empresário), para ocupar o lugar vago na escola do sexo masculino de Canelas.

Pelas actas da Junta da Paróquia sabe-se que na década de 1900 havia uma escola para raparigas na Rua da Fonte. *Esta seria na casa vizinha da Quinta de Cima, na Rua da Fonte, residência de D. Maria do Lado que era professora. A escola dos rapazes era então na casa de ensaio à porta da igreja e o professor dos rapazes Vidal Oudinot.*

Com a implantação da República foi criado o Centro Escolar Republicano de Canelas, assaltado em Março de 1915 e descontinuado em Setembro de 1920.

Não haverá escritos ou documentação acessível a partir da qual se possa traçar o percurso do ensino escolar nesta freguesia de Canelas. Encontram-se referências breves nas actas da Junta da Paróquia as quais estão actualmente desaparecidas, mas que sabemos terem sido consultadas por António Domingues de Sá nos anos 70 do século passado. Nas actas da junta de freguesia e a partir dos anos 50 não há em nenhum momento qualquer referência a este assunto.

Toda esta questão das escolas e do ensino escolar ou alfabetização, e devido à inexistência de registos documentais e não se encontrando memória escrita que possa esclarecer quanto aos locais, professores e alunos é de difícil averigução. Apenas em 1956, se tornou obrigatório os quatro anos do ensino primário para os rapazes e, em 1960, para as raparigas. Até então, o ensino dependeu de boas vontades, das Juntas de Paróquia, dos pais e pessoas que assumiram o papel de professor. Falar de escolas tal como hoje as conhecemos faz pouco sentido.

O processo de construção de um edifício escolar nesta freguesia de Canelas iniciou-se na sessão da Junta da Paróquia de 18 de Março de 1911 em cuja acta pode ler-se: *Abordou-se a construção de uma escola primária porque estão matriculadas 76 crianças numa sala de 4,9m<sup>2</sup>, o que não pode ser, até pelo perigo de contágio em caso de uma qualquer epidemia.*

É hoje um princípio do Estado Português o direito de todos os cidadãos ao ensino escolar, factor fundamental para o progresso social, económico e cultural das populações e do país. Mas, historicamente este reconhecimento é recente pois e como já suprarreferido, o ensino apenas se tornou obrigatório em 1956, portanto desde há 67 anos. Nas aldeias e pequenos lugares até então dependeu do próprio povo, de indivíduos letRADOS que tomaram para si a cruzada de ensinar a outros o elementar para que pudessem ler, escrever e contar, pessoas essas que e apesar do enorme contributo que deram às comunidades e ao progresso social do país, ficaram esquecidas no pó dos tempos.

Não há registos dessas pessoas apenas umas poucas referências dispersas e a memória dos ainda vivos que andaram na mestra ou mestre tal como eram designadas, por exemplo nos anos vinte do séc., XX Manuel Resende ensinava adultos, à noite, em sua casa na Rua Nova do Jardim.

Eu andei, frequentei, o que hoje se designaria por ensino pré-escolar, na Ti Ermelinda Cascais até atingir a idade de entrar para a escola oficial. Da Ti Ermelinda tenho apenas flashes fotográficos que me mostram uma mulher já idosa, alta e magra. Recordo a sala de aulas, creio que uma cozinha pela existência de uma lareira farrusca das cinzas e muitas cadeiras pequeninas nas quais sentava a canalha. Lembro ainda o meu material escolar, uma saca de serapilheira contendo uma lousa (ardósia) e um giz. Teria 4 ou 5 anos. Quando finalmente atingi a idade de frequentar a Escola Primária de Canelas, uma aventura extraordinária para uma criança que raramente havia saído do Cabeço de Cima, matriculado

no primeiro ano, a primeira classe como então se designava, fui passado para a segunda quinze dias depois. O trabalho da mestra, a Ti Ermelinda adiantou-me um ano os estudos.

Foi o meu primeiro e único ano na Escola Primária de Canelas. A vida levou-me para outras paragens e a terceira classe já a fiz na Amadora. Por esta mesma época, a década de 50 do século XX, Maria Nunes no sítio da aldeia, ensinava igualmente às crianças as primeiras letras.

A dívida de gratidão que todos teremos para com essas pessoas que nos instruíram com as armas fundamentais para que tivéssemos uma vida melhor, nunca será paga, mas, pessoalmente e enquanto viver serei grato a todos os que de alguma forma, contribuíram para que a caminhada pela vida me fosse mais fácil.

A construção de um edifício escolar em Canelas, uma saga que iniciada no ano de 1911, apenas termina em 29 de Abril de 1934 aquando da sua inauguração. Foram 23 anos de lutas e peripécias várias que representam o querer de um punhado de gente que nesta pequena aldeia conseguiu implementar o ensino escolar 22 anos antes do mesmo ser oficialmente decretado.

A 9 de Fevereiro de 1935, começou a funcionar o posto de ensino do Espinhal. Nomeado seu professor o Sr. Américo Domingues de Sá, por despacho de 22 de Novembro de 1934. Neste mesmo posto a 13 de Fevereiro de 1935, iniciaram-se aulas nocturnas destinadas a adultos.

Muitos terão sido os professores(as) que deram aulas na Escola Primária de Canelas. Ficaram os nomes das professoras Ilda Gaspar Coelho, Arminda e Fernanda que vinham diariamente de Aveiro, Irene Domingues Andrade, António José Pereira, Flora Pereira, de entre muitas outras.

A fotografia infra é o retrato de um povo de baixa condição social, na generalidade um pouco avesso ao estudo. São os alunos das 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> classes da Escola Primária de Canelas em 1952. Da esquerda para a direita, na quarta fila: Carlos Ivo, Jaime Santa, Arménio Resende, José Feliz, Alexandrino Beirão, José Andrade, Augusto Bertolo, Arménio Lenha Manuel Luz e Valdemar da Silva. Na terceira fila e na mesma ordem: Carquejeiro, António Aguiar, Manuel Tuna, António Cavada, José Alberto, Fernando da Ofélia, António Lícilio, Evaristo Bô e Ernesto Soutela. Segunda fila: António Pulga, Manuel Capeleiro, José Tica, Germano, António da Alice, Naitinhas, Manuel Tuna e Tarrafa. Em primeiro plano: Abel Barreira, Tereso, José Crespo Manuel Batato, (NI), (NI), Albino e Aurélio Pires.

(NI – não identificado)

A distância temporal já não permitiu a identificação rigorosa de todos bem como alguns sobrenomes até porque e ao tempo era usual o uso do nome do pai ou mãe como sobrenome. Exemplo: o Albino da Júlia ou, ser apenas conhecido por uma alcunha. Os que estão hoje ainda entre nós o que mais lembram eram os castigos físicos, as reguadas, as canas da índia pelas orelhas abaixo, os cachaços etc., conforme o utensílio predilecto do professor. Os tempos e métodos eram outros.



De entre os muitos professores que aqui, em Canelas, exerceram e dos quais não há memória, tive ainda a felicidade de conversar com Maria Rosa Rocha, a Rosa do Israel, como era conhecida. Uma pessoa extraordinária, uma senhora que nutria uma paixão sem limites pelo ensino e pelos seus meninos como designava os seus antigos alunos que sempre acompanhou ao longo da vida e muito para além do tempo escolar. Não tinha esquecido ninguém e falava deles como se fora seus filhos, apontando-os em velhas fotografias alegrando-se com os sucessos de uns e limpando alguma furtiva lágrima que um outro já falecido, lhe provocava.

Pessoas como Maria Rosa Rocha não são deste mundo, a sua dimensão humana, a grandeza das suas vidas extravasa o tempo, o modo e as fronteiras dos seus domínios. Quanta gratidão nos deveriam merecer, quanto amor lhes deveríamos dedicar, quanta memória lhes guardar. E no entanto, sabemos a condição do professor por estes dias que vivemos.

Descobri recentemente nos arquivos do município as fotografias que me mostrou, e partilhou, em sua casa, dos seus meninos e, decorrendo daquele encontro, decidiu e bem, acompanhadas de um texto descritivo, depositar no mesmo. O texto remetido não é apenas uma identificação dos seus então alunos. É uma memória de pessoas, tempos e vidas que se esfumaram nos dias passados e do qual transcrevo o essencial:

#### *A minha turma da 4ª Classe*

*Pensava eu que as minhas velhinhosas fotografias que recordam a minha passagem por Canelas nos meados da década de 50 tivessem interesse só para mim. Estavam guardadas com muito cuidado e carinho para eu recordar e reviver quando a saudade chega.*

*Como eu tinha a 2ª e 4ª classes e a 4ª tinha exames na sede do Concelho eu, a partir dos fins de Abril comecei a ficar com essa classe até ao fim da tarde para aperfeiçoar mais a matemática e o português, mas os “reguilas” queriam também jogar à bola e então decidimos ir até aos pinhais e nas clareiras eles jogavam à bola e foi uma alegria. Levávamos limões, açúcar, um garrafão de água e uma caneca para fazer a mistura. Era uma festa. Cada um trazia uma merendinha, estudavam, fazíamos sabatinas e os pais estavam sossegados nos seus trabalhos.*

*Tínhamos duas vezes futebol no meio dos pinhais ou nas terras. Que saudades das discussões deles, quando a sua equipa perdia. As meninas, por vezes, emitiam a sua opinião, mas eles não gostavam...*

*Agora, descrevendo as fotos:*

*Como o Senhor Prior então o padre Reinaldo Matos ia todas as semanas, à quarta-feira de tarde à escola, alguém se lembrou em nos irmos confessar e comungar para que Deus nos ajudasse no exame. Ao outro dia lá fomos nós à residência paroquial, creio que era em casa das senhoras Piqueiras. O senhor Prior andava a regar com a irmã, a Lúcia, e aí tirámos as fotos. A máquina era do senhor professor Américo Sá. Ele já nos tinha tirado as fotos nos degraus da escola e depois, eu tirei a outra com a turma na varanda onde ele, o professor Sá, é o primeiro da esquerda. Não sou nada, nada, habilidosa, mas, esta fotografia lá calhou.*

*Resumindo, a maltinha confessou-se todos os dias antes de irmos para Estarreja, às sete da manhã, e todos ficaram aprovados graças a Deus.*



*Na fotografia supra, o professor Américo Dias de Sá com os seus alunos da 4ª classe*



*Na fotografia, em cima e da esquerda para a direita: Tarrafa, João José, Fernando da Ofélia, António da Benilde, Ernesto Soutela e Valdemar da Silva. Em baixo: António Pinto, Maria das Neves, Francelina Rego, Prof. Rosa Rocha, Dorinda Sardinha, Lurdes Ventura e António do Abel Carlos*

*Por último há umas outras fotografias tiradas no campo de Canelas que também têm a sua história. Eu tinha prometido que se todos ficassem aprovados iria até ao campo com eles, mas que não deixava ninguém ir para a água o que era o grande desejo dos rapazes. Então aí alguém lembrou irmos de barco porque um tinha uma bateira, outro também tinha e eles atravessavam-nos..., eram as facilidades todas, etc. Eu que toda a vida tive medo de miúdos na água disse logo que tirasse a ideia de tal coisa. Só iria de barco com algum homem que soubesse bem do ofício e tivesse um barco bom, onde pudéssemos ir todos, mas aí iriam alguns pais que nos pudessem acompanhar. Repentinamente um disse: Ai minha senhora temos o pai do Valdemar..., e, logo outro: E o tio! E pronto. Tudo ficou aprovado, eles falaram com os pais, alguns vieram também e então combinou-se para segunda-feira, a seguir à festa de Santo António. Foi um dia feliz para todos, inclusive, para mim que nunca tinha andado de barco, com medo de virar e ficar lá.*

*O respeito pela Família*

*Embora os meninos estejam todos identificados há uma menina que está toda de preto. É a Francelina, agora esposa do Zé Alberto Pires. O pai tinha-lhe morrido havia uns meses antes e ela andava de preto fechado. Eu pedi, mas pedi muito, à mãe dela para lhe mandar fazer uma blusinha branca, porque achava que a menina ia muito triste no meio das outras. — O pai morreu ainda não há um ano e eu hei-de deixar a pequena ir de branco? Os irmãos também não iam gostar. Por fim disse-lhe que lhe mandasse pôr botões pretos e um lacinho de fita preta e a senhora lá fez o que eu lhe pedi para alegria da Francelina. Eram os exemplos que os pais nos deixavam. Como os tempos mudaram! Hoje são as crianças que querem mandar e dar ordens. "Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades".*

*Na minha vida profissional tive sempre muita sorte e muita alegria, talvez porque fazia o trabalho de que gostava muito e ainda hoje gosto. Senti-me sempre muito feliz e sempre fui muito bem recebida. Hoje é gratificante ver estas carinhas e recordar o que vivemos juntos. Tenho muito orgulho de vos ter tido por alunos. Desejo que continuem felizes, dentro do possível, pois sabemos que não há felicidade completa. Vamo-nos vendo embora raramente.*

*Para aqueles que já partiram, muita saudade e uma prece.*

*Maria Rosa Rocha*

*O dia do exame da 4ª classe*



À frente, da direita para a esquerda: Maria das Neves, Otelinda Andrade, Dorinda Sardinha, Lurdes Ventura, Francelina Rego, Manuel Rego, Damião e Álvaro Pires. Atrás: José da Fonte, António Pinto, Valdemar da Silva, António Gouveia, Evaristo Soutela, João José Andrade Nunes, Ernesto Soutela, António Andrade, António Fernando e Aurélio da Carquejeira

#### BIBLIOGRAFIA:

#### TESTEMUNHO ORAL DE:

Reinaldo Rodrigues Vicente

Lourdes Ventura

Maria Augusta Domingues Aguiar

Abilio da Costa Ferreira

Valdemar Domingues da Silva

Francelina Rego

#### DOCUMENTO:

O Nosso Livro de Manuel Domingues da Cruz



## OS «GARRIDOS» DE SALREU

*Ana Maria Lopes\**

Por um acaso ou talvez não, demorámos quase trinta anos a saber algo mais sobre os Garridos de Salreu, construtores navais de machado e enxó, daquela localidade.

Eram eles Mestre José Luciano Rodrigues Garrido (1897-1962) e Mestre Manuel Maria R. Garrido, irmãos, que tinham tido um estaleiro de construção naval, em Salreu, até meados do século XX, seguramente.

Tinham existido os Garridos! Tivemos provas.

O afável Ti Arnaldo Pires, de Canelas, com eles tinha trabalhado na arte de construção de embarcações lagunares diversas, durante cerca de 30 anos – foi uma credível prova, por conversa directa, pelos anos 80 do século passado.

E, que melhor testemunho visual? O MMI mantém, em reservas, uma proa de moliceiro, encomendada em 1934, ainda em período anterior à própria fundação do museu (1937). Em legenda de estibordo, regista-se Mestre LUCIANO GARRIDO Me Fes.



*Mestre LUCIANO GARRIDO Me Fes.*

---

\* Ana Maria Lopes, licenciada em Filologia Romântica pela Universidade de Coimbra (1965).

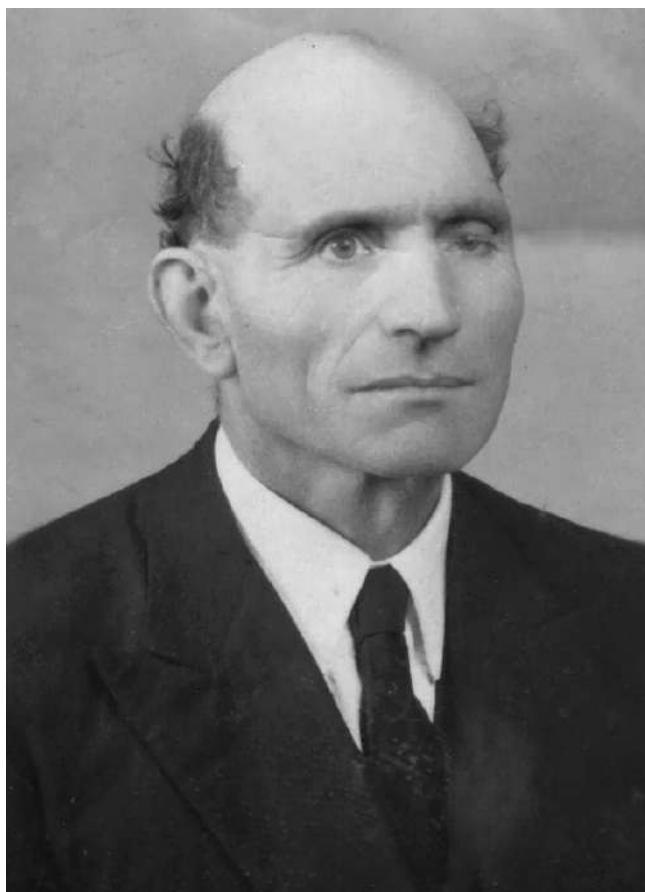
Diversos cursos e formações posteriores. Desde muito jovem, revelou grande interesse pelos assuntos marítimos e lagunares.

Na década de 90, foi Directora do Museu Marítimo e Regional de Ílhavo.

Ex-membro da CTC do Museu de Marinha e membro da Direcção dos Amigos do MMI, até à actualidade.

Dentre os diversos livros publicados, destacam-se o Vocabulário Marítimo Português e o Problema dos Mediterraneismos, edição da IUC, 1975, Faina Maior – A Pesca do Bacalhau nos Mares da Terra Nova, Quetzal, Lisboa, 1996, Moliceiros – A Memória da Ria, 2ª edição revista e aumentada, da Editora Âncora, 2012, Regresso ao Litoral – Embarcações Tradicionais Portuguesas, Edições Culturais de Marinha, 2008 e Uma Janela para o Sal (em co-autoria), 2015, Alétheia Editores, Lisboa.

Blog – <http://marintimidades.blogspot.com>.



*Mestre LUCIANO GARRIDO*

Tínhamos tido notícia há uns tempos, cerca de 2013, que um dos filhos do Luciano Maria Garrido, o **Manuel** (Augusto Tavares Garrido), tinha regressado da Venezuela, para onde emigrara ainda jovem, por volta de 1956.

Em busca de alguns esclarecimentos perdidos no tempo das «*mui sui generis*» embarcações de Canelas e Salreu, lá encontrámos, perto dos vestígios do antigo estaleiro do pai e tio, uma casa boa, espaçosa, tipicamente de emigrante venezuelano, pela traça e materiais usados.

Manuel Garrido (n. em Janeiro de 1937) e esposa acolheram-nos simpaticamente, mas, como ele próprio dizia, nos seus oitentas, feitos, com algumas maleitas e achaques, já não era muito exacto nos dados que fornecia. Foi o possível... o que a memória foi deixando *peneirar*.

Cedeu-nos uma fotografia do pai, do Mestre Luciano Garrido e outra de uma reconstrução levada a efeito em Agosto de 1990, numas férias na região.

No largo da freguesia e perto da ribeira de Salreu, ajudava o Mestre Arnaldo a reparar a bateira do José Maria do Ilídio.



No largo, perto do esteiro de Salreu



No largo, perto do esteiro de Salreu

Em amena *cavaqueira*, tivemos a oportunidade de observar restos de ferramenta de construção, incluindo “um macaco” de elevar as embarcações, bem como um grande e prazenteiro *bertedoiro de moliceiro*, saído das mãos do nosso hospitalero *salreense*. Cobiçámo-lo e em negócio amigável, lá o trouxemos, para fins decorativos.



Sobras de ferramenta...



## O FOTO AMADORISMO EM ESTARREJA NA DÉCADA DE 50

*António Augusto Silva\**

A actividade cultural em Estarreja nos anos 50 do século passado era praticamente inexistente. O associativismo contava-se pelos dedos das mãos. Para além das 4 Bandas de Música, do Centro Recreativo de Estarreja e do Clube Desportivo de Estarreja, pouco mais haveria para alimentar o espírito.

O Cine-Teatro, inaugurado em Março de 1950, era uma lufada de ar fresco que proporcionava à população mais jovem assistir a sessões de cinema e teatro, coisa que raramente podiam ter. Foi, por isso, um sucesso a apresentação da revista Nada de Confusões no verão desse ano. É conhecido o gosto dos Estarrejenses pelo teatro, mas os grupos locais que se formaram só encenavam peças de anos em anos. Talvez por isso foi constituído por alguns jovens o Círculo Cultural de Estarreja que, em Dezembro de 1950, homenageou o actor Alves da Cunha, que passou por cá em tournée de despedida dos palcos; desse acto ficou no Cine-Teatro a lápide então descerrada.

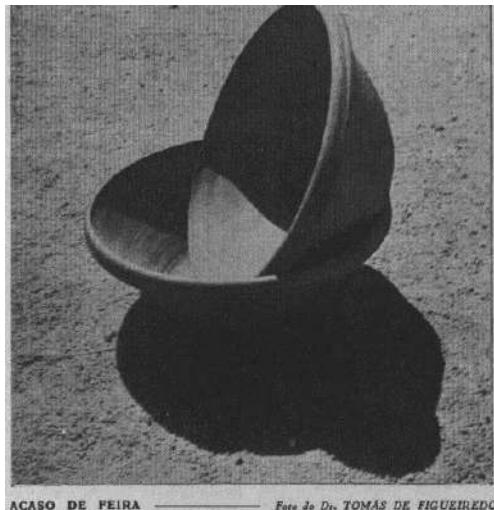
Alguns desses mesmos jovens, com outros de companhia, promoveram, através da Imprensa local, a criação de uma Biblioteca Pública, que não teve sucesso. Como é sabido, só décadas depois tal se concretizou.

Entretanto a indústria química dava os primeiros passos, e com ela, a chegada a Estarreja de pessoal qualificado e com outros interesses culturais. Assim, em 1953, alguns dos jovens ligados à criação do Círculo Cultural e da Biblioteca pensaram ser oportuno promover um Salão Fotográfico para amadores; os seus nomes Carlos Pinto de Sousa, Luís de Melo Vilhena, José Bento de Almeida e Silva, a que se juntaram na ideia e na organização, o Dr. Eduardo Câmara (ex-Presidente da Câmara Municipal de Estarreja e Conservador do Registo Predial), o Dr. Tomaz de Figueiredo (notário e escritor), Mário Ataíde e Mário Rita dos Santos, estes dois últimos quadros do Amoníaco Português.

---

\* Investigador autodidacta da História do Concelho de Estarreja.

O regulamento limitava a participação a residentes na Comarca, e os trabalhos a apresentar estavam divididos pelas secções Paisagem, Retrato e Diversos. A exposição das fotografias estaria patente no Hotel Miranda, de 20 a 26 de Setembro de 1953. O júri foi constituído pelo Dr. David Cristo (advogado, pintor e escultor), pelo Sr. Gervásio Aleluia (industrial de azulejaria) e Henrique Ramos (fotógrafo); todos eram de Aveiro e avaliariam imagens. Participaram neste 1º Salão 9 concorrentes com 40 trabalhos, sendo que em Paisagem, o vencedor foi o Dr. Eduardo Câmara; no Retrato, Carlos Pinto de Sousa e em Diversos, o distinguido foi o Dr. Tomaz de Figueiredo, com esta bela imagem:



Fotografia feita pelo Dr. Tomaz de Figueiredo



Troféus atribuídos a Carlos Pinto de Sousa em 1953 (fotografia da esquerda) e 1954 (fotografia da direita)

Esta primeira edição terá tido sucesso, como se verifica pelas leituras dos jornais locais, pelo que os promotores repetiram a iniciativa em 1954, agora incorporando-a no programa comemorativo dos 10 anos do Clube Desportivo de Estarreja. O júri escolhido foi o mesmo, o local também e a data da exposição foi de 21 a 26 de Novembro. Para este 2º Salão concorreram 9 foto amadores num total de 43 trabalhos distribuídos pelas mesmas secções do ano anterior. Na Paisagem o vencedor foi o Dr. Tomaz de Figueiredo; no Retrato, o melhor foi Carlos Pinto de Sousa; em Diversos, o 1º foi o Dr. Tomaz de Figueiredo. Houve ainda a atribuição dum prémio à fotografia mais original, que foi para o Dr. Tomaz de Figueiredo.

<sup>1</sup> Publicada na Brochura das Festas de Santo António (2001) e no Jornal Litoral (13 de Outubro de 1956).

<sup>2</sup> Espólio particular de D. Odilia Pinto de Sousa.



*Retrato Cinéfilo; fotografia de Carlos Pinto de Sousa (1954)*



*Fotografia que atribui ao Dr. Tomaz de Figueiredo o prémio de originalidade*

<sup>3</sup>Espólio particular de D. Odilia Pinto de Sousa.

<sup>4</sup>Publicada no Jornal Litoral (23 de Abril de 1955).

Para além destas imagens, foi possível ainda localizar outras em muito bom estado, que aqui se reproduzem:



*Fotografia feita pelo Dr. Henrique Souto, do Padrão de São Vicente (Santos, Brasil), s/d (cerca de 1954)*



*Cisnes no lago, de Dr. Henrique Souto, s/d (cerca de 1954)*

<sup>5</sup> Câmara Municipal de Estarreja/Arquivo Municipal, Espólio de Henrique Souto.

<sup>6</sup> Câmara Municipal de Estarreja/Arquivo Municipal, Espólio de Henrique Souto.



Fotografia da Ponte do Antuã, do Sr. Pedro Rosa, desenhador no Amoniaco Português (mais tarde, chefe da Sala de Desenho)

De referir ainda que nesta edição participou, entre outros, o Eng.<sup>o</sup> Aníbal Drumond com 6 fotografias da Ilha da Madeira, figura que se destacou no meio local como profissional, mas ainda como multifacetado desportista, dirigente associativo e promotor das mais variadas actividades lúdicas. De salientar que o mais jovem concorrente foi Miguel Ângelo Tavares, estudante, de aproximadamente 19 anos que à data deste artigo (Agosto 2023), felizmente, ainda está entre nós.

Apesar do sabido êxito destas duas edições, não se conhecem razões para que em 1955 não tenha havido concurso e, mais estranho ainda, é que em 1956 surge novo 1º Salão de Arte Fotográfico, agora organizado pelo Núcleo Estarrejense de Campismo. Talvez isso se compreenda pela apreciação que o Dr. David Cristo fez no seu jornal Litoral a 4 de Dezembro de 1954: *Impressionou-nos melhor o primeiro Salão, quer pela qualidade quer pela quantidade das fotografias expostas. Não obstante, muito é de admirar e aplaudir a persistência numa iniciativa de tão elevado gosto; e se o segundo certame não atingiu o apreciável nível do primeiro, a verdade é que para isso contribuíram razões poderosas, que contrariam a boa-vontade dos esforçados organizadores.*

#### OUTRAS FONTES:

- Jornal de Estarreja
- Jornal O Concelho de Estarreja
- Jornal Litoral
- Luis de Melo Vilhena - testemunho
- Carlos Pinto de Sousa - testemunho

<sup>7</sup>Espólio particular de Humberto Santos.



## REVISITANDO A ORIGEM E HISTÓRIA DA CASA DO COUTO, SALREU, ESTARREJA

*António Pedro de Sottomayor\**

Um artigo publicado nas páginas desta revista há doze anos, deu o mote aos parágrafos que seguem, modestamente alinhavados no intuito de trazer nova luz ao texto então dado à estampa por Jorge Barbosa de Montenegro versando a *Origem da Casa do Couto, Salreu, Estarreja*<sup>1</sup>. Tema pouco explorado pela historiografia local, para além da referida exceção, e de um par de matérias substantivas da pena de Delfim Bismarck Ferreira, dedicadas à instituição do seu vínculo<sup>2</sup> e à sua pedra de armas setecentista<sup>3</sup>.

Conforme se lê em nota do próprio autor, pretendia aquele *esclarecer a identidade de Sebastião Alberto Pacheco-Varella (da Cunha Cardoso)*, referido como o proprietário que vendeu a sua Quinta do Couto a João do Amaral Correia de Almeida e Calvos, a qual, à posteriori, e por manda testamentária, este fez integrar no vínculo de que era administrador, instituído em 21 de junho de 1739 por sua avó D. Mariana Nogueira de Pinho e Filhos.

Sem mais delongas e a propósito do aspetto formal das janelas da Casa do Couto, Barbosa de Montenegro compara-as à da Casa de Cima do Paço de Sub-Ripas, em Coimbra, justificando a semelhança pelo facto da primeira ter sido *mandada erigir por um descendente do Paço de Sub-Ripas, a saber, Diogo da Cunha de Azevedo, (...) irmão de António da Cunha de Azevedo, também Sr. de uma outra casa conhecida em Salreu – a Casa do Mato, ambos netos paternos de Bento da Cunha Perestrelo, Sr. do Paço de Sub-Ripas e do morgado do Papo de Perdiz, em Coimbra*.

Acontece que esta genealogia, desde há muito presumida por certa sob o escrutínio de linhagistas como frei Bernardo do Amaral, Felgueiras Gaio ou Rangel de Macedo, não tem suporte cronológico, como já pude demonstrar em 2018, igualmente nas Terras de Antuã, tratando d' *As Casas do Mato (Salreu) e de Fonte Chã (Bemposta) nos ofícios concelhios antuanos*<sup>4</sup>. Cairia, desde logo, por esse motivo, a pretensão do autor citado.

Porém um outro equívoco ressalta do mesmo texto, confundindo-se a Quinta do Couto – propriedade do aludido Sebastião Alberto Pacheco Varela – com outra *Quinta do Couto* – cabeça do vínculo administrado por João do Amaral Correia de Almeida e Calvos. Situando-se ambas no lugar do Couto eram, efetivamente, na sua génese, quintas diferentes, com imóveis diversos, como bem

\*Licenciado em Design. Desenvolve a sua atividade profissional na área da arquitetura. Autor de vários ensaios no âmbito da Genealogia e da História da Família.

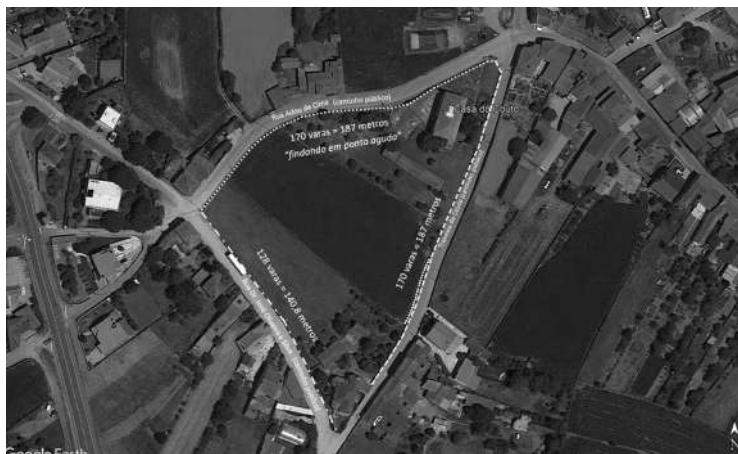
<sup>1</sup> MONTENEGRO, J. B. (novembro de 2011). Origem da Casa do Couto, Salreu, Estarreja. Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja(5), pp. 89-96.

<sup>2</sup> FERREIRA, D. B. (novembro de 2013). O vínculo da Casa do Couto, em Salreu (1755). Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja(7), pp. 55-64.

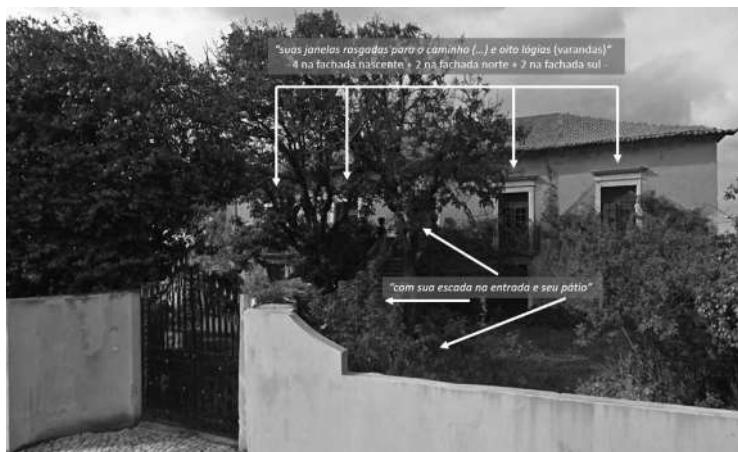
<sup>3</sup> FERREIRA, D. B. (novembro de 2017). A pedra de armas da “Casa do Couto”, em Salreu. Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja(11), pp. 30-38.

<sup>4</sup> SOTOMAYOR, A. P. (novembro de 2018). As casas do Mato (Salreu) e de Fonte Chã (Bemposta) nos ofícios concelhios antuanos. Subsídios para a história dos registos e notariado no concelho de Estarreja. 1<sup>a</sup> parte – de D. João II a D. Filipe II. Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja(12), pp. 60-61.

o demonstra a leitura atenta do terceiro parágrafo da declaração dos bens vinculados à data de 16 de agosto de 1755, transcrito e publicado por Bismarck Ferreira, onda consta o seguinte:



*Primeiramente a sua quinta com suas casas sita no Couto desta freguesia de São Martinho de Salreu concelho de Estarreja cercada de muro que tem de comprido pelo Nascente e Sul cento e setenta varas de largo (n.a. 187 m) pelo Poente cento e vinte e oito varas (n.a. 140.8 m) e de comprido pelo Norte findando em ponta aguda cento e setenta varas (n.a. 187m) e parte de todas as partes com os caminhos públicos e tem as ditas casas seis salas duas alcovas suas janelas rasgadas para o caminho com sua escada na entrada e seu pátio e oito loges.<sup>5</sup>*



A descrição supra adapta-se na perfeição à morfologia da propriedade que hoje se conhece em Salreu por *Casa do Couto*, exatamente a mesma que Barbosa de Montenegro informa ter sido vendida algures na segunda metade do século XVIII pelos Varela da Cunha aos Almeida e Amaral. Prova-se, deste modo, que já em 1755 a mesma encabeçava rol dos bens vinculados, tornando absurda e inútil a manda testamentária de 1799 em que João do Amaral de Almeida e Calvos pretendia a sua junção àquele morgado que administrava.

<sup>5</sup> (FERREIRA, 2013: 57).



Deduz-se assim que a referida venda incidiu sobre outra propriedade com denominação semelhante, também situada no lugar do Couto, eventualmente a que é mencionada num auto de 1662<sup>6</sup> como senhorio de Roque Varela – avô paterno de Sebastião Alberto – e confrontante a nascente com a quinta do Mato. Por outro lado, sem grande margem para dúvidas, identifica-se com a quinta que frei Bernardo do Amaral refere no manuscrito *Genealogia dos Pinhos, Almeidas e Amarais*<sup>7</sup> como estando na posse das irmãs D. Francisca Maria da Cunha e D. Inês Sofia Varela, que pelos anos de 1740 *faleceram donzelas em a sua Quinta do Couto, em S. Martinho de Salreu, em idade avançada, sem Estado; (...) deixaram tudo o que tinham a seu sobrinho Sebastião Alberto Pacheco Varela.*

Hoje desaparecido o imóvel, sobrou o alto-relevo heráldico que encimava a sala principal, conforme testemunha Barbosa de Montenegro, errando, no entanto, ao considerar ter este sido apeado do teto da sobrevivente Casa do Couto dos Almeida e Amaral. O facto de representar o brasão de armas de Roque Varela Pacheco remete a sua fábrica à segunda metade do século XVII, uma vez que o seu titular foi tabelião do público, judicial e notas, câmara e almotaçaria do concelho de Estarreja – ofícios que exerceu pela mulher D. Maria da Cunha de Azevedo, da quinta do Mato – entre 1657 e 1699<sup>8</sup>. Seria assim contemporâneo do casal João Rebelo de Almeida e da já citada D. Maria Nogueira de Pinho – seus vizinhos no lugar do Couto – inviabilizando, desse modo, a hipótese de se tratar de uma só casa, mas efetivamente de duas: uma, consumida pelo tempo, afeta aos Varela da Cunha que, por herança, estava na posse de Sebastião Alberto Pacheco Varela quando este a vendeu já no século XVIII; a outra, ainda existente, afeta aos Almeida e Amaral, cabeça do vínculo de que era administrador João do Amaral Correia de Almeida e Calvos, adquirente da anterior.

Pelo que fica escrito, entendi como necessário e inevitável o reenquadramento das origens e historial da atual *Casa do Couto*, de Salreu, tarefa a que seguidamente me proponho, socorrendo-me em larga medida do vívido testemunho manuscrito de frei Bernardo do Amaral, nascido sob aquele teto protetor

<sup>6</sup> AFONSO E CUNHA, J. T. (1972). Notas marinhoas: notícias históricas do concelho da Murtosa e das duas freguesias marinhoas do concelho de Estarreja (Vol. II). (J. T. Afonso e Cunha, Ed.) Murtosa, Portugal, pp. 138-140.

<sup>7</sup>"Árvore de genealogia dos Pinhos, Almeidas e Amarais, e descendência de um dos ramos dela, que por aparentar com muitas das mais nobres deste Reino, faremos menção de algumas, pois de todas é impossível", fl. 276-276v. O original manuscrito, da autoria de frei Bernardo do Amaral, pertenceu à biblioteca do 2º conde de Azevedo, e integra atualmente o acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP).

<sup>8</sup> SOTOMAYOR, A. P. (novembro de 2019). As casas do Mato (Salreu) e de Fonte Chã (Bemposta) nos ofícios concelhios antuanos. Subsídios para a história dos registos e notariado no concelho de Estarreja. 2.ª parte – D. Filipe II a D. João V. Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja(13), pp. 60-62.

a 24 de junho de 1714. Em virtude do desaparecimento dos livros paroquiais de São Martinho de Salreu anteriores a 1755, são também da responsabilidade do monge cisterciense as datas apresentadas.

\*

No primeiro terço do século XVII, e de acordo com frei Bernardo, vivia em São Martinho de Salreu, na rua de Adou de Cima, um abastado proprietário chamado Miguel da Silva, ou Miguel Dias *como alguns lhe chamavam pois de ambas as sortes se assinava*.<sup>9</sup> É o primeiro que se conhece a ser referenciado enquanto senhor da *Quinta do Couto*, a qual, como ainda hoje sucede, confrontava a norte, precisamente, com aquela rua.

Era filho de Miguel Afonso e Isabel Dias, moradores no lugar do Cadaval, a sul da igreja de São Martinho. No testamento conjunto que estes fizeram a 13 de abril de 1595, consta que erigiram à sua custa a capela de São Mateus, sita no chão da Feira dos Carros que é aonde hoje se acha com as árvores junto dela, que também lhe mandou plantar, ao pé da Igreja de São Martinho de Salreu, atualmente já desaparecida. No mesmo instrumento feito pelo tabelião Francisco Correia, encapelaram-lhe a sua renda dos oitavos da Regaça que houveram de António da Cunha, da Quinta do Mato, e a Vessada que tinham à Trave da Marinha Serrada, que houveram do Gaitero, com obrigação de uma missa cada semana à quinta-feira para sempre; e nomearam para primeiro administrador a seu filho Francisco Dias. Quatro anos mais tarde, num codicilo, desobrigaram os oitavos da dita regaça, juntando ao rendimento da capela o chão, e casas em que viviam, que é o que hoje está obrigado junto à mesma capela (...), e os três quartos da terra da Marinha Serrada, junto ao Curral das Éguas.<sup>10</sup> Foi esta a primeira instituição vincular associada àquele templo.

Contudo e coexistindo com a anterior, uma outra foi feita pelo primeiro administrador e sua mulher, Helena Francisca, a 22 de julho de 1631, nas notas de Simão Tavares, tabelião do concelho de Sever do Vouga, obrmando a fazenda do Ribeiro, com obrigação de uma missa cada semana delas em a dita capela nas terças-feiras, pelas almas deles instituidores (...), os quais nomearam por primeira administradora a sua sobrinha Juliana Lucas, solteira, filha de sua irmã Isabel Dias, moradora no lugar de São Martinho de Salreu, e para seus filhos que ela nomear, e que não tendo filhos nomearia em uma pessoa de geração que bem lhe parecesse<sup>11</sup>. Nesta segunda instituição, pelos motivos supramencionados acabou por suceder, no século XVIII, João Rebelo de Almeida – por doação feita pelo parente Manuel Monteiro da Silva<sup>12</sup> – e esteve a administração da mesma na “Casa do Couto” até 1774, ano em que foi extinta por não cumprir as exigências legais recentemente decretadas, não rendendo então mais de cem mil réis.

Miguel Dias sustentava-se da sua fazenda e do ofício de rendeiro, chegando a ser eleito como juiz no concelho de Antuã<sup>13</sup>. De acordo com frei Bernardo do Amaral, além de familiar do Santo Ofício seria também cavaleiro professo da Ordem de Santiago<sup>14</sup>, atributos que não foi possível confirmar

<sup>9</sup>“Genealogia dos Valentes e Silvas e de outros muitos que deles descendoram e se apparentaram com os mesmos como se verá no decurso desta obra”, §59. O original manuscrito, da autoria de frei Bernardo do Amaral, pertenceu à biblioteca do 2º conde de Azevedo, e integra atualmente o acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP).

<sup>10</sup>“Genealogia dos Pinhos Almeidas e Amarais”, fls. 221v.-222v.

<sup>11</sup>Ibid., fls. 223-223v.

<sup>12</sup>Ibid., fls. 218-218v.

<sup>13</sup>ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Diligências de Habilitação, letra J, maço 9, diligência 285: Habilitação para Familiar do Santo Ofício relativa a João Luís de Almeida que foi casado com Maria Pacheca Valente, filha de Miguel de Pinho Valente e neta paterna de Miguel Dias.

<sup>14</sup>“Genealogia dos Valentes e Silvas” §59.

documentalmente. Casara com Domingas Valente – uma das filhas do influente capitão de Avanca Diogo Valente – e dela tivera vários filhos e filhas, uma das quais foi Bernarda da Silva Valente.

Não seguiu esta o rumo das demais irmãs enquanto freiras no convento de Arouca, por se lhe ter arranjado casamento à altura com um lavrador de Arrancada, lugar da freguesia de Valongo do Vouga, concelho de Águeda. Manuel de Almeida Henriques de seu nome, também mercava cravo e ferragens, maioritariamente no Alentejo, informação que consta na habilitação para familiar do Santo Ofício do neto, atrás referido, João Rebelo de Almeida<sup>15</sup>. O que o mesmo processo não refere, é que fora elevado a cavaleiro da Ordem de Cristo – uma vez mais segundo exclusivamente o manuscrito do monge cisterciense – graças aos serviços prestados pelo irmão, Gabriel de Almeida, morto em combate na Índia<sup>16</sup>.

Casados em São Martinho de Salreu, viveram em Arrancada do Vouga, onde, em maio de 1635<sup>17</sup>, lhes nasceu o filho único António de Almeida da Silva. Quatro anos mais tarde Bernarda enviuvou, regressando a breve trecho ao entorno familiar de Salreu, teria António oito anos de idade. Viveu junto dos pais na *Quinta do Couto*, parte da qual, subentende-se, por morte daqueles lhe terá cabido em herança. Efetivamente, a escassas centenas de metros, também em terrenos paternos que teriam feito parte da primitiva quinta, fundara seu irmão António de Pinho Valente uma outra, igualmente designada por Quinta do Couto que frei Bernardo do Amaral identifica *como a terceira quinta da parte do sul que corre com a estrada que vai para a Ladeira*<sup>18</sup>.

Aos vinte e dois anos, António de Almeida da Silva foi casar a Águeda com uma segunda prima, Paula Rabela de Amaral, filha de Francisco da Fonseca e Amaral – outro suposto cavaleiro de Cristo informado nas mesmas condições que os anteriores – senhor de uma quinta em Besteiros (Travanca), isento do Real Mosteiro de Grijó<sup>19</sup> e rendeiro dos dízimos de Águeda<sup>20</sup>, e de sua mulher Paula Rabela Queimada. Decorreu a cerimónia a 10 de janeiro de 1657<sup>21</sup> na matriz de Santa Eulália, e a 16 de outubro já lhes nascia no Couto o primeiro rebento, futuro padre D. Manuel dos Santos, cônego regular de Santa Cruz de Coimbra.

Ao longo de décadas da sua vida adulta que terminaria no mosteiro de Grijó em 1739, este religioso agostinho – descrito pelo sobrinho frei Bernardo do Amaral, *como grande Estadista, versado em toda a História, muito amante dos Parentes, e sobretudo Religioso de grande virtude*<sup>22</sup> – recolheu o grosso da informação genealógica que frei Bernardo, a seu tempo, compilou e acrescentou nos dois manuscritos já aqui bastas vezes citados.

Três anos depois, a 20 de outubro, nasceu-lhes o segundo filho que, a exemplo do primeiro ingressou no clero, envergando o hábito da Ordem Terceira de São Francisco no convento dos Olivais em Coimbra

<sup>15</sup> ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Diligências de Habilitação, letra J, maço 33, diligência 755: Habilitação para Familiar do Santo Ofício relativa a João Rebelo de Almeida.

<sup>16</sup> “Genealogia dos Valentines e Silvas”, §94.

<sup>17</sup> ADAVR, Paróquia de Valongo do Vouga, Registos de batismo, liv. M-2, fl. 29.

<sup>18</sup> “Genealogia dos Valentines e Silvas”, §72.

<sup>19</sup> “Genealogia dos Pinhos Almeidas e Amarais”, fl. 173v.

<sup>20</sup> Vd. nota 15.

<sup>21</sup> ADAVR, Paróquia de Águeda, Registos de casamento, liv. M-1.

<sup>22</sup> “Genealogia dos Pinhos, Almeidas e Amarais”, fl. 216.

e conhecendo-se por frei Paulo de Salreu. Acabaria os seus dias no convento de Santo António de Aveiro, depois de um percurso de *grande satisfação e muita caridade*<sup>23</sup>.

Nascida a 3 de dezembro de 1662, a primeira rapariga acabou por ser quem deu o mote de vida aos irmãos mais velhos. Certamente por decisão da mãe – pessoa recolhida – ainda não cumprira os dez anos de idade quando se mudou do Couto para o convento de Jesus em Aveiro, passando à companhia da tia materna, D. Maria de São Jacinto, que ali era professa das mais graves e observantes, e lhe terá modelado o ser. Afirma frei Bernardo que esta D. Luísa Maria de Santa Rosa – nome que adotou – *depois de ocupar todos os ofícios da comunidade com grande zelo, e boa aceitação, foi Prioresa no mesmo convento, e vagando-lhe a Igreja de Fermelã, a apresentou em seu sobrinho D. Agostinho Manuel da Silva e Amaral em 14 de Julho de 1723*<sup>24</sup>.

Exceção feita à pequena Florência, nascida a 1 de outubro de 1699 e que apenas viveu dezoito dias, o último dos filhos de António de Almeida da Silva e Paula Rabela do Amaral foi o já citado João Rebelo de Almeida, o qual como todos os irmãos veio ao mundo na quinta do Couto, a 24 de junho de 1665<sup>25</sup>. Perante o atrás exposto, cabe afirmar-se a sua educação num contexto de elevado escrúpulo e fé exacerbada, a qual haveria de ter reflexo na índole da sua vasta progénie e, consequentemente, na boa fama da Casa do Couto a que viria a presidir.

Além da avó Bernarda, também o avô materno Francisco – “o Travanca” como era conhecido em virtude do lugar onde nascera – pôde acompanhar de perto o crescimento destes netos, ao deixar Águeda e mudar-se para a companhia da filha, no Couto, depois de enviuar. Acabaria os seus dias junto da família a 30 de julho de 1676, sendo sepultado na igreja de São Martinho de Salreu<sup>26</sup>. Quanto a Bernarda, já não estaria viva no princípio da década de oitenta, uma vez que em 1681 o filho foi à Arrancada do Vouga vender *fazendas que lhe haviam ficado por morte de seus pais*, conforme um dos testemunhos recolhidos no processo para familiar do Santo Ofício de João Rebelo de Almeida<sup>27</sup>.

Quiçá essa realização de capital não terá favorecido a construção da casa maneirista que ainda hoje subsiste no Couto? Ou será a mesma algumas décadas anterior, edificada por ocasião do matrimónio do casal Almeida e Amaral, e desse modo parcialmente subsidiada pelos rendimentos das propriedades de Arrancada? Interrogações para já sem resposta, mas que não obstam a que, na transição do século, já a Casa do Couto ali se erguesse na forma que se conhece nos nossos dias.

A ter-se verificado a primeira das hipóteses, talvez se construisse, inclusive, para o casamento do próprio João Rebelo de Almeida, o único filho destinado a continuar a geração paterna. Para noiva foi escolhida Mariana Nogueira de Pinho, uma segunda prima oriunda do ramo do tio-avô António de Pinho Valente, como atrás se viu também enraizado noutra quinta no Couto de Salreu<sup>28</sup>.

<sup>23</sup> Ibid., fl. 216v.

<sup>24</sup> Ibid., fl. 217.

<sup>25</sup> Ibid., fls. 217v-218v.

<sup>26</sup> Ibid., fl. 174v.

<sup>27</sup>Vd. nota 15.

<sup>28</sup> António de Pinho Valente era irmão de Bernarda da Silva Valente. Viveu na sua quinta do Couto casado com Maria da Silva, de quem teve vários filhos, entre os quais Antónia de Pinho. Casou esta em Fermelã com António Nogueira, lavrador e rendeiro naquela freguesia onde possuía terras e quinta de morada. Segundo frei Bernardo do Amaral, António Nogueira era cavaleiro professo da ordem de Santiago, o que não foi possível confirmar. Mariana Nogueira de Pinho – batizada como Maria – foi a primeira dos cinco filhos do casal. ADAVR, Paróquia de Fermelã, Registos de batismo, liv. 3, fl. 81v.

O evento teve lugar na igreja de S. Miguel, matriz de Fermelã, terra da noiva, a 24 de junho de 1687<sup>29</sup>. Estranha à luz da atualidade, retrato, porém, de uma época e nomeadamente de famílias obstinadas em não destoar na cartilha apostólica romana, foram os nubentes representados no altar por procuradores: a noiva por seu primo Manuel Nogueira; o noivo pelo doutor João da Silva da Cunha, primo de ambos<sup>30</sup>, residente na sua quinta de Adou de Cima, também em Salreu.

Zeloso católico, João Rebelo de Almeida serviu por familiar a Santa Inquisição desde 10 de abril de 1702, a seu pedido, por não haver então ninguém a cumprir esse papel em Salreu<sup>31</sup>. Igualmente não desmereceu na lealdade à coroa, participando enquanto capitão de infantaria auxiliar na campanha de D. Pedro II<sup>32</sup>, no âmbito do conflito internacional pela sucessão ao trono espanhol entre Habsburgos e Bourbons (1701-1714). Descrito pelo filho Bernardo, era *Homem de grande Respeito, Verdade e Economia, de sorte que sendo a sua casa de grandes despesas, pela muita família que tinha de filhos, moços e bestas; a todos (...) deu Estado (...), e com tantas despesas nunca empenhou a sua casa, antes sempre foi em aumento tratando-se com distinção, e grandeza*<sup>33</sup>.

Engendrou, de facto, copiosa descendência, inaugurada a 24 de maio de 1688 pelo Manuel, o qual se chamaria D. Agostinho da Encarnação ao tomar o hábito de cônego regular de Santo Agostinho, no mosteiro do Salvador de Moreira, na Maia, a 16 de março de 1706. Reitor de Fermelã e das igrejas anexas de Canelas e Angeja por apresentação da tia Luisa, como acima se viu, *foi pároco de vida exemplar, de sorte que nunca se lhe soube falta ou defeito no seu procedimento, tratando-se com muita modéstia e decência, servindo-se em sua sege à boléa*<sup>34</sup> – carro de um só assento, com varais e puxado por uma parelha. Morreu na residência da sua paróquia a 15 de abril de 1742<sup>35</sup>, sendo sepultado na capela-mor da matriz de Fermelã.

Sob a alcada da mesma tia, viveram desde muito novas no convento de Jesus em Aveiro, as irmãs Luísa Angélica da Conceição e Feliciana Clara de São José. Professaram com oito anos de diferença, a primeira em 16 julho de 1712 com vinte anos de idade, e a segunda em 17 de agosto de 1720. E se esta *foi dotada de agradável presença, formosura, génio brando e pio, já aquela de ânimo generoso e dotada de uma grande esperteza para tudo acabou eleita prioresa do mesmo cenóbio a 17 de julho de 1766*<sup>36</sup>.

Dois outros filhos – frei António e o aqui muito citado frei Bernardo do Amaral – foram monges cistercienses versados em filosofia e teologia, ambos com trajeto comum em tempos diversos enquanto priores do mosteiro de Alcobaça. Nascido a 31 de janeiro de 1695, António tomou o hábito aos dezasseis anos no mosteiro de Salzedas, onde foi celebreiro. A experiência de vida tornou-o procurador das religiosas dos mosteiros de Cós e de Arouca - destas últimas com exercício na quinta de Estarreja – e confessor das monjas eborenses de São Bento de Cástris. Ascenderia a dom abade de São João de Tarouca em finais dos anos trinta, aproveitando o ensejo, como se verá, para apresentar Gonçalo, um dos irmãos mais novos, na igreja de Lalim. Terminou a carreira eclesiástica em Alcobaça onde, segundo palavras do irmão Bernardo, se conheceu *a grandeza do seu bojo, ânimo e talento, principalmente na ocasião em que no dito*

<sup>29</sup> Ibid., Registos de casamento, liv. M-2, fl. 55v.

<sup>30</sup> João da Silva da Cunha era filho de Diogo de Pinho Valente (irmão de António e Bernarda) e D. Margarida da Silva e Cunha, da Casa do Mato.

<sup>31</sup> Vd. nota 15.

<sup>32</sup> “Genealogia dos Pinhos, Almeidas e Amarais”, fl. 218.

<sup>33</sup> Ibid., fl. 224.

<sup>34</sup> Ibid., fls. 224v-225v.

<sup>35</sup> ADAVR, Paróquia de Fermelã, Registos de óbito, liv. 14, fl. 13.

<sup>36</sup> “Genealogia dos Pinhos, Almeidas e Amarais”, fls. 226-226v, 230-230v.

*mosteiro se hospedou a Rainha D. Mariana de Áustria, mulher d'El-Rei D. João V quando a este veio acompanhar na primeira vez que veio tomar os banhos das Caldas, e quase de repente, veio jantar com toda a Corte ao mosteiro de Alcobaça, aonde a hospedou com tanta grandeza, asseio e mimo que até a mesma Rainha se admirou, e com o mesmo esplendor desempenhou todas as ocupações, e ocasiões que teve públicas, e o mesmo fazia no exercício do Púlpito<sup>37</sup>. Faleceu na casa familiar do Couto, a 15 de abril de 1753.*

Quanto a Bernardo, nascido a 24 de junho de 1714 na Casa do Couto como todos os irmãos, tomou o hábito de monge de São Bernardo no mosteiro de Bouro, a 25 de março de 1732, professando no ano seguinte. Também exerceu funções de procurador das religiosas no convento de Portalegre, e de confessor em São Bento de Cástris, e nas Bernardas de Tavira, o maior mosteiro do Algarve e o único da ordem de Cister no sul do país. Depois do priorado alcobacense, seria eleito dom abade do mosteiro de Seiça<sup>38</sup>, onde haveria de terminar os seus dias de monge-genealogista a 6 de outubro de 1780.

A vocação religiosa parecia não ter bafejado João, o quarto filho do casal, nascido a 16 de outubro de 1699. Acalentando o sonho de servir o reino na Índia, poucos meses após cumprir os dezoito anos embarcou a 4 de março de 1718 para aquelas partes longínquas. Com um par de anos a menos, quis acompanhá-lo o irmão mais novo, Paulo, nascido a 5 de novembro de 1701. Contudo, o mar imenso e a tormentosa viagem, deixando-os a espaços sem esperança de vida, revelariam neles âmagos diversos. De facto, mal desembarcou em Goa, João Rebelo de Almeida tomou o caminho do convento de São Domingos, onde tomou hábito e professou em 1719, ficando conhecido por frei João de São Paulo. Morreu de hidropisia aos trinta e um anos<sup>39</sup>.

Por outro lado, Paulo Rebelo de Pinho saiu reforçado na sua vontade de serviço à pátria e à fé cristã, desposto mesmo *a morrer por ela, pelejando contra os inimigos da mesma fé como fez em vários debates que teve com os gentios da Ásia, em que sempre se distinguiu, mostrando o seu grande valor, fidelidade e zelo da religião católica*. Por seus serviços, elevou-se a cavaleiro da Ordem de Cristo; em Goa foi ajudante de sala do governo, e em Macau capitão de infantaria na fortaleza de São Paulo do Monte (1725); em data desconhecida encontrou a morte, em pleno mar, enquanto sargento-mor num regimento de armada<sup>40</sup>.

Entre os irmãos, apenas Gonçalo Rebelo de Pinho rumou a Coimbra, aos dezassete anos, nascido que fora a 8 de julho de 1708. Saído bacharel (1730) com formatura (1732) em Cânones<sup>41</sup>, foi beneficiado pelo irmão António que, abade em Tarouca, o apresentou em 8 de abril de 1739 na colegiada lamecense da vila de Lalim, como se viu. Ali viveu desde então com carácter permanente, morrendo aos sessenta e sete anos, encontrando-se sepultado na capela-mor da dita igreja<sup>42</sup>.

Dois anos depois de Gonçalo, a 12 de novembro de 1710<sup>43</sup>, nasceu Arcângela Micaela, a mais nova e única das irmãs que, aos vinte e três anos, iludiu o caminho do convento, casando entre os Barbosa da Cunha, de Ovar. Nesse tempo, Francisco Barbosa da Cunha, capitão de ordenanças daquela vila, e escrivão dos órfãos de Estarreja, supervisionava as propriedades vinculadas à vizinha quinta do Mato, de que os sogros – residentes na distante Vila Real – eram morgados. As visitas regulares que ali fazia terão

<sup>37</sup> Ibid., fls. 226v-228.

<sup>38</sup> Ibid., fls. 232-233v.

<sup>39</sup> Ibid., fls. 228-229.

<sup>40</sup> Ibid., fls. 229-230.

<sup>41</sup> AUC, Livros de Matrículas, Gonçalo Rebelo (1725-1732).

<sup>42</sup> “Genealogia dos Pinhos, Almeidas e Amarais”, fls. 231-231v.

<sup>43</sup> Ibid., fls. 257-257v.

promovido a aproximação à família da quinta do Couto, o que levaria ao casamento do seu primogénito, Francisco Barbosa da Cunha e Melo – então já cavaleiro da Ordem de Cristo e presumível sucessor nos ofícios paternos – nessa saliente casa de São Martinho de Salreu. Unidos por procuraçao na igreja de São Martinho, os noivos receberam as bênçãos dias mais tarde, a 21 de novembro de 1733, na capela ovarensse de Nossa Senhora da Graça, numa cerimónia oficiada pelo irmão mais velho da noiva, D. Agostinho Manuel da Silva e Amaral, reitor de Fermelã<sup>44</sup>. Tiveram geração que deu corpo aos morgados do Mato (Salreu) e de Sampaio (Vila Real), bem como aos senhores da quinta da Fontinha do Paço (Estarreja).

Por fim, aos quarenta e cinco anos, Mariana Nogueira de Pinho deu à luz, a 25 de maio de 1717, o último dos seus onze rebentos. José Caetano de seu nome, haveria de ser o continuador da estirpe dos Almeida e Amaral, e o primeiro administrador do morgado familiar cuja cabeça era a quinta e casa do Couto, em Salreu.

Efetivamente ao eniuvar, D. Mariana cumpriu o acordado com seu marido: entre ambos, o sobrevivente instituiria um vínculo de suas terças que traziam nomeadas um no outro por escritura. Cedeu aquele, primeiramente, a dois de outubro de 1737. Ano e meio depois, de comum acordo, mãe e quatro dos filhos – os monges cistercienses, o doutor abade de Lalim e o futuro morgado – vincularam as respetivas terças e legítimas em escritura lavrada a 21 de junho de 1739 nas notas de Ventura Pereira da Fonseca, tabelião em Estarreja. Ato contínuo, chamaram o irmão mais novo à administração, obrigado ao uso dos apelidos *Almeida e Amaral*, e à promoção anual de duas missas em dia de São João Baptista, outras duas no 15 de agosto, dia da Senhora do Monte, e uma de aniversário, com cinco padres e cantada, no 3 de novembro, dia seguinte aos fiéis defuntos<sup>45</sup>.

Era já então o novo morgado José Caetano, familiar do Santo Ofício<sup>46</sup> e administrador da segunda capela de São Mateus à imagem paterna. O porvir torná-lo-ia ouvidor da vila de Estarreja ao serviço, portanto, das freiras de Arouca enquanto donatárias da vila. Frei Bernardo traçou do irmão o seguinte retrato: *foi muito curioso de cavalos, e os criava e se servia deles formosíssimos, e em sua sede à boléa*<sup>47</sup>.

Estendia-se o vínculo que administrava por diversas freguesias dos concelhos de Albergaria-a-Velha, Aveiro e Estarreja, as quais lhe rendiam – de acordo com o afirmado no processo de habilitação para Familiar – entre sessenta a oitenta mil réis, e três a quatro mil cruzados. O rol dessas propriedades tem data de 17 de agosto de 1755 e foi feito por ordem do prior de São Martinho de Salreu, Dionísio Pereira Homem, e testemunhado pelo capitão Manuel de Veras Ferreira Freire e dois dos seus filhos, certamente gente das relações de José Caetano<sup>48</sup>.

À hora da decisão do seu casamento, facilmente se percebe a influência do cunhado Francisco Barbosa, cujas estreitas ligações a Vila Real não terão sido decerto alheias à escolha da noiva, Raquel Maria Pinto Correia da Silva e Calvos, filha única e herdeira dos morgados de Nossa Senhora do Loreto, na freguesia vila-realense de Torgueda. Realizou-se a cerimónia a 13 de fevereiro de 1744<sup>49</sup>, na capela

<sup>44</sup> (SOTOMAYOR, 2019: 76-77).

<sup>45</sup> (FERREIRA, 2013: 57).

<sup>46</sup> ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Diligências de Habilitação, letra J, maço 44, diligência 711: Habilitação para Familiar do Santo Ofício relativa a José Caetano de Almeida. Carta de Familiar em 3 de Março de 1739.

<sup>47</sup> “Genealogia dos Pinhos, Almeidas e Amarais”, fl. 234v.

<sup>48</sup> (FERREIRA, 2013: 57-64)

<sup>49</sup> Arquivo do Museu Diocesano de Lamego (AMDL), Paróquia de Anreade, Registos de casamento, liv. M-3, fl. 219v.

de Nossa Senhora do Bom Sucesso da quinta do Outeiro, em São Miguel de Anreade (Resende), propriedade da família materna da noiva.

O casal fixou residência na quinta da Granja da mesma freguesia, pertença de D. Raquel herdada que fora dos pais. Ali lhes nasceu a três de julho do ano seguinte, aquele que seria o seu único rebento: João do Amaral Correia de Almeida e Calvos<sup>50</sup>.

Reagindo ao afastamento do filho e procurando contrariar a solidão em que ficara depois de velha, D. Mariana Nogueira de Pinho fez redigir nesse mesmo ano um codicilo ao vínculo instituído em 1739. Desse modo impôs a obrigação de residência do administrador na quinta do Couto – de que era senhora – salvo se estivesse ao serviço real, fosse nas letras ou nas armas<sup>51</sup>! Haveria assim de ver crescer junto de si aquele neto, pelo menos até cumprir os oito anos de idade. Morreu octogenária a 10 de novembro de 1753<sup>52</sup>.

O pequeno João ficaria órfão de pai aos dezasseis anos<sup>53</sup>. Sendo maior de idade, tornou-se o segundo administrador do vínculo familiar e da capela de São Mateus. Enveredando pela carreira militar, era capitão de auxiliares quando, em 1767, foi agraciado pelo rei D. José I com a mercê do hábito de Cristo e doze mil réis de tença anual. Obrigado a habilitar-se, foi-lhe passada a devida carta em 21 de janeiro de 1768<sup>54</sup>.

Bom partido, num par de anos e com um quarto de século vivido, João estava casado com uma menina de quinze, Mariana Inácia de Almeida e Macedo, natural de São Martinho do Bispo (Coimbra), filha do familiar do Santo Ofício Roque Francisco Guimarães e de sua mulher D. Ana Josefa de Almeida e Macedo. O consórcio celebrou-se a 20 de maio de 1770<sup>55</sup> em Coimbra (Santa Cruz), convenientemente por procuração. O primo Fernando José, filho da tia Arcângela, recém bacharel em Cânones e beneficiado na colegiada de Lalim a instâncias do tio abade, representou o noivo; pela nubente falou o tio Francisco Mendes Guimarães, cônego da Sé conimbricense, o mesmo que, dias mais tarde, a 18 de junho de 1770, lhes daria as bênçãos na matriz de São Martinho de Salreu. Só depois se juntaram os noivos, passando a viver na quinta do Couto onde lhes nasceram a grande maioria dos catorze filhos que engendraram, nenhum dos quais ingressado no clero, por estranho que possa parecer face às gerações anteriores.

O capitão João do Amaral foi duas vezes juiz dos órfãos de Estarreja, por provisões de D. Maria I datadas de 9 de agosto de 1787 e 9 de dezembro de 1794. De permeio, viu-se elevado a fidalgo de Cota de Armas mediante carta de 24 de julho de 1788. Orgulhoso do brasão então concedido, mandou esculpi-lo em calcário e colocá-lo sobre a entrada da *Casa do Couto*, cabeça do seu morgado<sup>56</sup>. Essa pedra de armas ainda hoje subsiste no lugar, embora mutilada no seu troço superior.

<sup>50</sup>Ibid., Registos de batismo, liv. M-3, fl. 156v.

<sup>51</sup>Este codicilo, embora aceite desde logo pelo primeiro administrador, foi em 1765 contestado pelo sucessor, João do Amaral Correia de Almeida e Calvos. Bem-sucedido, o argumento baseou-se no facto do morgado ter sido instituído por escritura inter vivos e logo aceite pelo primeiro administrador que desse modo adquiriu direito irrevogável a seus sucessores, e em prejuízo destes não podia a instituidora, à posteriori, impor novos encargos.

<sup>52</sup>“Genealogia dos Pinhos, Almeidas e Amarais”, fl. 224v.

<sup>53</sup>Segundo o monge-genealogista, José Caetano de Almeida e Amaral morreu na sua quinta do Couto a 20 de agosto de 1761.

<sup>54</sup>ANTT, Ordem de Cristo, letra J, maço 41, diligência 10: Habilitação para a Ordem de Cristo relativa a João de Calvos Pinto da Silva do Amaral.

<sup>55</sup>AUC, Paróquia de Coimbra (Santa Cruz), Registos de casamento, liv. 3, fl. 3v.

<sup>56</sup>(FERREIRA, 2017: 30-33).

Algures durante as três últimas décadas de setecentos, João terá adquirido ao conterrâneo Sebastião Alberto Pacheco Varela a quinta que pertecera a Roque Varela – compra que deu o mote ao presente ensaio – a qual, por testamento, fez integrar no vínculo dos Almeida e Amaral de que era segundo administrador. Quando faleceu, a 26 de setembro de 1799<sup>57</sup>, sucedeu-lhe o filho mais velho José do Amaral Pinto Correia de Almeida, então com vinte e quatro anos, nascido que fora na quinta da Granja a 13 de agosto de 1775<sup>58</sup>.

Quatro anos volvidos e estava casado o novo morgado com uma filha do capitão de Avanca João Roberto Tavares de Resende<sup>59</sup>. Decorreu a cerimónia na manhã de 21 de novembro de 1803<sup>60</sup> na capela de São Bernardo da Casa da Congosta, solar da família de D. Maria Caetana de Resende Valente, a noiva eleita. Salvo melhor opinião, terão vivido na quinta dos Freixos – também chamada do Santo ou do Ferraz – emprazada aos Pereira de Sousa de Meneses, morgados de Bertiandos.

A duzentos metros a sul, na quinta do Couto, permaneceram a mãe viúva, e os irmãos Francisco, Maria José – a qual partiria em fevereiro de 1808 para São Cipriano (Resende) casada com António Teixeira Pinto Malheiro de Melo Cardoso, senhor da quinta do Prado – António e Rita Delfina. A mais velha, Raquel Maria, estava casada desde 1793, vivendo perto, na Casa de Queirós em Antuã, onde se criaram os doze filhos que teve de Bernardo Jacinto de Quadros Pacheco Corte-Real. Quanto à Mariana Delfina, viveria ainda no Couto alguns meses até junho de 1804, passando então a Anreade, onde casou com seu parente Domingos José Pinto da Fonseca, da quinta de Fornelos. Os restantes seis irmãos, duas Marias (do Carmo e Joaquina), um João, dois Antónios, um Filipe e uma Ana, terão soçobrado ainda crianças<sup>61</sup>.

Inesperadamente, a primavera de 1809 levou a Salreu o drama das invasões francesas. O historiador Marco Pereira é mesmo perentório ao afirmar que a freguesia foi a que mais sofreu com a *Segunda Invasão Francesa, dentro dos atuais concelhos de Estarreja e Murtosa*<sup>62</sup>. Subsistem testemunhos que a Casa do Santo foi ocupada por uma guarnição inimiga pronta para a violência e saque. De igual forma, é de crer que a Casa do Couto não tenha escapado também à gula da soldadesca, embora a memória dos tempos o não tenha perpetuado.

Segundo o mesmo investigador, *a população mais jovem fugiu da freguesia, ficando para trás essencialmente as pessoas mais idosas e mais pobres*<sup>63</sup>. Neste contexto, presume-se igualmente a fuga dos Amarais seguindo o rumo da generalidade da população local que buscou proteção em lugares distantes, ou além-fronteira das águas da ria. A ser correta a asserção, não terão assim vivenciado in loco o massacre ocorrido a 16 de abril, nas proximidades da Fonte do Picoto, onde morreram para cima de sessenta pessoas.

<sup>57</sup> ADAVR, Paróquia de Salreu, Registos de óbito (1785-1832), fl. 50v.

<sup>58</sup> AMDL, Paróquia de Anreade, Registos de batismo, liv. 1, fl. 3.

<sup>59</sup> CARDOSO DE MENEZES, L. P. (novembro de 2017). Tavares Resende da Casa de S. Bernardo da Congosta em Avanca, Estarreja, Aveiro". Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja(11), p. 83.

<sup>60</sup> ADAVR, Paróquia de Avanca, Registos de casamento, liv. M-13, fl. 137v.

<sup>61</sup> (FERREIRA, 2017: 34-36).

<sup>62</sup> PEREIRA, M. (novembro de 2009). Invasões francesas nos concelhos de Estarreja e Murtosa. Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja(3), p. 118.

<sup>63</sup> Ibid., p. 122.

Acossados pela contraofensiva anglo-lusa de 10 de maio, simultânea em Ovar e Albergaria, retirariam por fim os invasores, deixando *muitas cavalgaduras, mochilas cheias dos roubos que tinham feito, grandes boiadas e armas*<sup>64</sup>. Reza a história que antes do mês acabar, já se esfumara a segunda invasão napoleónica. Contudo, o terror galo regressaria no ano seguinte, avançando sobre Coimbra e tendo a capital, uma vez mais, como alvo.

Nesse setembro, enquanto os franceses marchavam em direção ao célebre desaire do Buçaco, protegiam-se os Almeida e Amaral viajando para Norte, procurando a segurança da fronteira natural do Douro. A sugestão de percurso foi talvez alvitre dos primos do ramo de Ovar os quais se mantinham próximos – o capitão-mor José Manuel Barbosa da Cunha e Melo apadrinhara a pequena Maria Joaquina – e eram proprietários na região do Paiva. Apenas uma légua e a travessia do leito do Douro separavam a quinta do Barral que aqueles senhoreavam, da vila do Torrão no antigo concelho de Entre-Ambos-os-Rios, onde se sabe que chegou o morgado José do Amaral *obrigado a fugir com sua Família (...) caminhando de terra em terra, mas de onde não passou por moléstia que o acometeu*<sup>65</sup>, sucumbindo dias depois a 15 de outubro de 1810<sup>66</sup>, sem descendência. Na sequência do nefasto evento, regressou a viúva à casa materna da Congosta, em Avanca, celebrando-se na matriz local duas missas de sufrágio sete dias mais tarde<sup>67</sup>.

A terceira invasão francesa só terminou no maio consecutivo. Indicam as fontes que os Amarais terão permanecido a norte do Douro todos esses meses, nomeadamente em Penafiel. De facto, foi por ali que se celebrou o casamento de Francisco do Amaral Pinto Correia de Almeida e Calvos, o quarto administrador do vínculo familiar, então com trinta e dois anos<sup>68</sup>, natural sucessor do irmão recentemente falecido. Acertados os termos, o consórcio – seguramente arranjado a instâncias do cunhado António José, da quinta do Prado, também de ascendência Teixeira Cabral e uma das testemunhas presentes – teve lugar a 30 de maio de 1811<sup>69</sup> na vizinha freguesia de Milhundos, mais concretamente na capela da quinta das Lajes, propriedade da família da nubente D. Maria de Paula Teixeira Cabral Cirne.

Seguidamente a família terá regressado a Salreu, permanecendo o novel casal em Milhundos por mais uma meia dúzia de anos, onde viu nascer duas filhas: Ana Augusta (23/1/1814)<sup>70</sup> e Maria (24/3/1815-3/7/1816)<sup>71</sup> que morreu em pouco tempo. Esse período veio a terminar em dezembro de 1816, com o falecimento do sogro Zeferino Teixeira Cabral, senhor da quinta das Lajes, e consequente herança da mesma pela cunhada Maria José, futura baronesa das Lajes. Da leitura do respetivo assento de óbito<sup>72</sup>, extrai-se que o morgado do Couto Francisco do Amaral – escolhido por testamenteiro – terá recebido à laia de dote matrimonial o considerável valor de um milhão trezentos e setenta e sete mil trezentos e quarenta réis! É assim possível conjecturar-se que boa parte dessa quantia poderá ter sido investida na compra da quinta dos Freixos que Francisco e Maria de Paula passaram a habitar após o retorno a Salreu, nos alvares de 1817.

<sup>64</sup>Ibid., p. 115.

<sup>65</sup>(FERREIRA, 2017: 35).

<sup>66</sup>Arquivo Distrital do Porto (ADPRT), Paróquia de Torrão, Registos de óbito, liv. M-7, fl. 216v.

<sup>67</sup>ADAVR, Paróquia de Avanca, Registos de óbito, liv. M-13, fl. 249v.

<sup>68</sup>Ibid., Paróquia de Salreu, Registos de batismo, liv. 3, fl. 34.

<sup>69</sup>ADPRT, Paróquia de Milhundos, Registos de casamento, liv. 5, fl. 91v.

<sup>70</sup>Ibid., Registos de batismo, liv. 5, fl. 10.

<sup>71</sup>Ibid., fl. 15.

<sup>72</sup>Ibid., Registos de óbito, liv. 5, fl. 150v.

Nasceriam já nessa casa os restantes três filhos, António (9/3/1817)<sup>73</sup>, Maria Carolina (5/6/1818)<sup>74</sup> – que teve por padrinhos os primos de Ovar Arcângela Benedita e Francisco Barbosa da Cunha e Melo – e Francisco António, futuro sucessor, nascido a 27 de dezembro de 1819<sup>75</sup>. Tragicamente, uma tísica ceifaria de forma precoce a vida de D. Maria de Paula dois anos mais tarde, a 20 de maio de 1821<sup>76</sup>.

Todavia, o viúvo não perderia tempo em contrair segundas núpcias. Em seis meses estava novamente casado, desta feita com a herdeira da Casa dos Morgados de Santo António da Praça em Estarreja, D. Rita Joaquina Perpétua Soares de Albergaria, com a qual viveria igualmente no Santo, nascendo deste segundo matrimónio a filha Rita Teresa (9/6/1823)<sup>77</sup>, sucessora nos bens maternos e progenitora do primeiro visconde de Valdemouro José Maria Branco de Melo e Figueiredo<sup>78</sup>.

Finou-se o quarto morgado do Couto entre 1836 e 1840<sup>79</sup>, quase, ou já sexagenário. Pelo insólito, uma dramática coincidência marcaria indelevelmente na família o dia 28 de setembro deste último ano. Celebraram-se então as bodas do filho Francisco António do Amaral Cirne com a prima direita D. Inocência Margarida de Quadros Corte-Real – filha da tia Raquel – parentesco que foi obrigado a dispensa mediante bula da Santa Sé<sup>80</sup>. Engalanou-se a quinta dos Freixos durante o dia, e noite fechada enlutou-se em Estarreja a casa de Santo António da Praça face ao óbito da sua titular<sup>81</sup>, madrasta do nubente!

Em consequência, supõem-se algumas dissensões entre os irmãos consanguíneos por questões de herança, opondo os filhos do primeiro consórcio à única filha do segundo, entretanto casada com o coronel das Milícias de Aveiro, António Máximo Branco de Melo, morgado de Vagos e da quinta de São Tomé em Condeixa<sup>82</sup>. Esta opinião advém do facto da bula supracitada que autorizou o casamento dos primos Francisco António e Inocência Margarida, ter sido reforçada onze anos mais tarde com um beneplácito régio, cujo objetivo declarado pretendia evitar dúvidas em prejuízo dos filhos.

Neste contexto, entende-se que depois de 1840 na casa do Santo passasse a residir António do Amaral Cirne – o último dos sobreviventes da anterior geração dos Almeida e Amaral, a par da irmã Rita Delfina<sup>83</sup> – enquanto os recém-casados Francisco e Inocência se mudavam para a Casa do Couto, cabeça do vínculo familiar de que foram os quintos e últimos administradores antes da lei de extinção dos vínculos de 1863. Da restante progénie do primeiro casamento paterno, desconhece-se o destino

<sup>73</sup> ADAVR, Paróquia de Salreu, Registos de batismo, liv. 5, fl. 92.

<sup>74</sup> Ibid., liv. 5, fl. 126.

<sup>75</sup> Ibid., liv. 7, fl. 159v.

<sup>76</sup> Ibid., Registos de óbito, liv. 8, fl. 228v.

<sup>77</sup> Ibid., Registos de batismo, liv. 5, fl. 263.

<sup>78</sup> FERREIRA, D. B. (novembro de 2009). Casa dos Morgados de Santo António da Praça, em Estarreja (século XVIII). Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja(3), pp. 62-67.

<sup>79</sup> Não se encontrou o registo de óbito, nem em Salreu nem em Beduído. Documenta-se que vivia em 8/8/1836, data em que apadrinhou o sobrinho Francisco Maria, representando por procuração o primo de Ovar Francisco Barbosa da Cunha e Melo então residente em Vila Real. De igual forma se garante o seu óbito em 28/9/1840, data do falecimento da segunda mulher, Rita Perpétua Soares de Albergaria, em cujo assento é dada por “viúva”.

<sup>80</sup> ADAVR, Paróquia de Salreu, Registos de casamento, liv. 15, fl. 26v.

<sup>81</sup> Ibid., Paróquia de Beduído, Registos de óbito, liv. 16, fl. 236.

<sup>82</sup> (FERREIRA, 2009: 65-66).

<sup>83</sup> Rita Delfina do Amaral morreu solteira no Couto, “vítima de moléstia crónica”, a 6/10/1855. Seu irmão António do Amaral Cirne morreu solteiro no Santo, “de Hidropisia”, no dia de Natal de 1857.

de António e Maria Carolina. Porém, de D. Ana Augusta do Amaral Cirne, sabe-se que vivia perto, na rua de São Martinho, casada também entre os parentes Quadros Corte-Real<sup>84</sup> – família predileta para as alianças matrimoniais da Casa do Couto. Quanto ao segundo casamento paterno, é de crer que a viúva deixasse o solar do “Santo” passando a residir na sua Casa da Praça de Estarreja, onde morreu. Recolheu-se depois a filha na Bemposta, em casa de D. Rita Teresa Soares da Silva Brandão, sua tia-avó e madrinha, onde casou em 21 de maio de 1841, passando em seguida a Vagos.

Como tal, a geração dos novos morgados do Couto voltou a nascer e medrar na vetusta quinta daquele nome: Maria Augusta (13/10/1841-14/4/44)<sup>85</sup>, Maria José (29/5/1843)<sup>86</sup>, outra Maria Augusta (29/12/1845)<sup>87</sup>, José Fortunato (22/12/1847)<sup>88</sup>, Francisco António (29/8/1850)<sup>89</sup> e Maria Isménia (27/5/1853-5/7/1880)<sup>90</sup>. Todos solteiros, nenhum teve descendência excetuando D. Maria Augusta do Amaral Cirne, a qual casou na matriz de São Martinho de Salreu a 1 de março de 1870<sup>91</sup> com Narciso António de Melo Villegas, senhor da “Casa de São Tiago”, na Costeira (Beduído-Estarreja), onde viveram. O filho Alberto de Melo Villegas reuniria os dois ramos dos Amaral Cirne – os do Couto, e os da Rua de São Martinho de varonia Quadros Corte-Real – ao contrair matrimónio em 1904 com a prima segunda D. Maria das Neves, filha de Francisco Maria do Amaral Cardoso de Quadros Corte-Real e de D. Ana da Conceição Marques Pires. Afirma Delfim Bismarck a residência deste casal na já mencionada quinta dos Freixos<sup>92</sup>, com geração que, eventualmente<sup>93</sup>, terá sucedido também na quinta do Couto, depois do desaparecimento, nos anos vinte ou trinta do século XX, de José Fortunato do Amaral Cirne, o último dos tios solteiros.

Dentre estes e a finalizar este ensaio, cabe destacar o pedagogo Francisco António do Amaral Cirne Júnior, nascido na “Casa do Couto” a 29 de agosto de 1850, e ali falecido em 4 de outubro de 1882<sup>94</sup>, vítima de tuberculose pulmonar. Apesar de uma vida curta, foi professor e teórico do ensino primário em Portugal, chegando a fundar e dirigir o Instituto Minerva, no Porto, entre 1875 e 1878. Segundo Marco Pereira, advogado e historiador local, *era um dos principais críticos do método de ensino da leitura preconizado por João de Deus, tendo-lhe feito vários reparos na revista científica Positivismo.com reações do referido poeta. Amaral Cirne defendia o sistema sintético-analítico, inspirando-se em Pestalozzi, Jacobs e Castilho*<sup>95</sup>. Deu à estampa cinco livros, dos quais a sua obra de referência e que mais o notabilizou foi o Método de Leitura, merecedor de aprovação da Junta Consultiva de Instrução Pública.

<sup>84</sup>FERREIRA, D. B. (novembro de 2018). A família Quadros em Salreu desde o final do século XVIII (parte I). Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja(12), pp. 103-105.

<sup>85</sup>ADAVR, Paróquia de Salreu, Registos de batismo, liv. 9, fl. 110v. / Ibid., Registos de óbito, liv. 20, fl. 104v.

<sup>86</sup>Ibid., Registos de batismo, liv. 9, fl. 139v.

<sup>87</sup>Ibid., fl. 184.

<sup>88</sup>Ibid., fl. 224.

<sup>89</sup>Ibid., fl. 293v.

<sup>90</sup>Ibid., fl. 357. / Ibid., Registos de óbito, liv. 24, 1880-fl. 6v.

<sup>91</sup>Ibid., Registos de casamento, liv. 17, fl. 124v.

<sup>92</sup>(FERREIRA, 2018: 105).

<sup>93</sup>Não foi possível ainda, à data desta publicação, averiguar o destino da “Casa do Couto” até à actualidade.

<sup>94</sup>ADAVR, Paróquia de Salreu, Registos de óbito, liv. 24, fl. 9 (ano 1882).

<sup>95</sup>PEREIRA, M. (novembro de 2007). História do Ensino Primário no Concelho de Estarreja. Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja(1), pp. 191-192.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES MANUSCRITAS

#### ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

Habilitações da Ordem de Cristo, letra J, maço 41, nº 10

Habilitações do Santo Ofício, letra J, maço 9, nº 285; maço 33, nº 755; maço 44, nº 711

#### ADAVR – Arquivo Distrital de Aveiro

Livros Paroquiais das freguesias de Águeda, Avanca, Beduído, Fermelã, Salreu e Valongo do Vouga

#### ADPRT – Arquivo Distrital do Porto

Livros Paroquiais das freguesias de Milhundos e Torrão

#### AMDL – Arquivo do Museu Diocesano de Lamego

Livros Paroquiais da freguesia de Anreade

#### AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra

Índice de Alunos da Universidade de Coimbra, letra G, nº 001157

Árvore de genealogia dos Pinhos, Almeidas e Amarais..., de D. Frei Bernardo do Amaral (cópia de António Fernando de Sequeira Sottomayor)

Genealogia dos Valentes e Silvas..., de D. Frei Bernardo do Amaral (cópia de António Fernando de Sequeira Sottomayor)

### FONTES IMPRESSAS

AFONSO E CUNHA, J.T. (1972). Notas marinhoas: notícias históricas do concelho da Murtosa e das duas freguesias marinhoas do concelho de Estarreja (Vol. II). (J. T. Afonso e Cunha, Ed.) Murtosa, Portugal.

CARDOSO DE MENEZES, L. P. (novembro de 2017). Tavares Resende da Casa de S. Bernardo da Congosta em Avanca, Estarreja, Aveiro". Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja (11), pp. 75-102.

FERREIRA, D. B. (novembro de 2018). A família Quadros em Salreu desde o final do século XVIII (parte I). Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja (12), pp. 93-108.

FERREIRA, D. B. (novembro de 2017). A pedra de armas da “Casa do Couto”, em Salreu. Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja (11), pp. 30-38.

FERREIRA, D. B. (novembro de 2009). Casa dos Morgados de Santo António da Praça, em Estarreja (século XVIII). Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja (3), pp. 43-78.

FERREIRA, D. B. (novembro de 2013). O vínculo da Casa do Couto, em Salreu (1755).Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja (7), pp. 55-64.

MONTENEGRO, J. B. (novembro de 2011). Origem da Casa do Couto, Salreu, Estarreja. Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja, 5, pp. 89-96.

PEREIRA, M. (novembro de 2007). História do Ensino Primário no Concelho de Estarreja. Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja (1), pp. 173-195.

PEREIRA, M. (novembro de 2009). Invasões francesas nos concelhos de Estarreja e Murtosa. Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja (3), pp. 105-131.

SOTTONMAYOR, A. P. (novembro de 2018). As Casas do Mato (Salreu) e de Fonte Chã (Bemposta) nos ofícios concelhios antuanos. Subsídios para a história dos registos e notariado no concelho de Estarreja. 1ª parte – de D. João II a D. Filipe II. Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja (12), pp. 50-81.

SOTTONMAYOR, A. P. (novembro de 2019). As Casas do Mato (Salreu) e de Fonte Chã (Bemposta) nos ofícios concelhios antuanos. Subsídios para a história dos registos e notariado no concelho de Estarreja. 2ª parte – de D. Filipe II a D. João V. Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja (13), pp. 45-107.



## PAISAGENS DE FRANCISCO JOAQUIM BINGRE

Eduardo Dias\*

Corre Julho de 2023

Escrito entre Torres Novas, Lisboa, Salreu e Estarreja.

Todas elas, com paisagens diferentes.



*Retrato pintado pelo mestre da fábrica de porcelana da Vista Alegre, o francês, Victor François Chartier Rousseau*

(...) Era Francisco Joaquim Bingre de estatura meã, grosso do corpo, alegre, testa larga, olhos azuis bem-assombrados e de presença simpática. (...)<sup>1</sup>

### Resumo

Com este exercício pretendo desvendar novas vias de abordagem da vida e obra do poeta, não só no incremento de nova investigação, mas principalmente oferecer ao leitor, de forma simples e desprendida de academicismo, perspectivas amplas da vasta produção literária de Francisco Joaquim Bingre.

Estando eu em fase de recolha e tratamento do repertório do autor rumo à criação de um objecto artístico, a estrear em Novembro próximo, muito deste trabalho poderá reflectir vias performativas.

Assim, estabeleci como objectivos gerais, contribuir para o resgate e conservação do património cultural do território, dando a conhecer a obra e o mapeamento da vida de um autor clássico nascido no concelho de Estarreja.

\* Natural de Avanca, Aveiro (1982). Formou-se e iniciou o seu percurso teatral com Victor Valente em 1999 na Companhia do Jogo a par de uma Licenciatura em Psicologia onde aprofundou estudos em Arte-Terapia no ISMAI. Colaborou e colabora como actor e encenador em diversas estruturas profissionais. Actualmente dá formação em Teatro e dirige artisticamente o Alavanca, festival de teatro de Avanca, é Mestre em Estudos de Teatro pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

<sup>1</sup>MADAHIL, A.G.da Rocha. Notícia do 'Estro do Bingre (no segundo centenário do nascimento do poeta)", separata do Arquivo do Distrito de Aveiro, vol. XXIX, pp. , 1963.

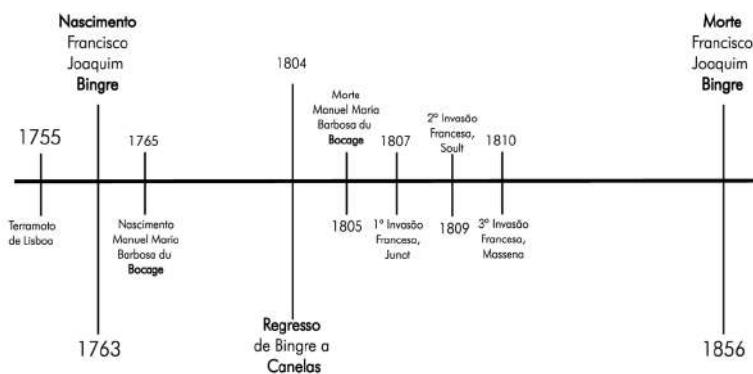
O recurso a inúmeras palavras do poeta será um desígnio deste documento cumprindo o objectivo maior de prestar ao leitor um conhecimento diverso da extensa obra de Bingre.

Palavras chave: Paisagem, Poeta, Francisco Joaquim Bingre, vida, obra, Canelas, Lisboa, Mira.

### Marcos cronológicos

A ideia de se tentar construir, no processo de investigação, o mapeamento da vida de Francisco Joaquim Bingre, parece sair facilitada através da construção de uma cronologia que permita perceber, de forma clara e directa, os acontecimentos históricos que moldaram traços de personalidade e em muito influenciaram as escolhas e decisões do autor, levando-o a uma penosa labuta por condições de vida.

## Marcos cronológicos



*Expulso dos seus ofícios, vendidos os bens que tinha em Canelas, e esgotados os recursos no tempo da usurpação, chegou a época da restauração do trono da senhora D. Maria II: mas Francisco Joaquim pouco por isso melhorou de fortuna (...)<sup>2</sup>*

### Breves notas biográficas

Muito do que hoje se conhece sobre o poeta foi graças ao trabalho desenvolvido, em importantíssima colaboração com a família do autor, pela Dra. Vanda Anastácio, professora na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que se propôs ao árduo trabalho de investigar e documentar toda a produção do autor, reunindo em seis volumes a vastíssima obra de Bingre, sendo publicados em Dezembro de 2000 pela editora Lello.

Francisco Joaquim Bingre nasce na Freguesia de Canelas, concelho de Estarreja, em 1763.

*Nasci na aldeia de Canellas, bispado e comarca de Aveiro, em 17 de Julho de 1763 (data de baptismo), filho legítimo de Manuel Fernandes Dias e de sua mulher D. Maria Clara Hybingre, da côte de Viena de Áustria, filha do capitão de hussards Gaspar Hybingre, muito querido da Imperatriz Maria Thereza, o qual indo à guerra contra os turcos, no estado de viuvo, deixou minha mãe de tenra idade num convento, e a tia d'esta, Madame*

<sup>2</sup> MADAHIL, A.G.da Rocha. Notícia do 'Estro do Bingre' (no segundo centenário do nascimento do poeta)", separata do Arquivo do Distrito de Aveiro, vol. XXIX, pp. 199, 1963.

Ballestri, vindo para Portugal como criada da Snr<sup>a</sup> D. Marianna de Austria, esposa do Senhor D. João V, tirou minha mãe do convento e a trouxe consigo para Portugal".<sup>3</sup>

De nome arcádico, Francélio Vouguense, funda em 1790, juntamente com Belchior Semedo, Joaquim Severino e mais tarde Bocage, a Academia de Belas Letras de Lisboa – Arcádia. Frequentador assíduo de vários salões de Lisboa, Bingre faz conhecer a sua poesia em círculos próximos da corte, sendo-lhe reconhecido o mérito em sessões públicas<sup>4</sup>.

Bingre terá vivido em Lisboa durante nove anos, marcou a sua passagem pela capital de forma intensa, veja-se a nota de Calisto Luiz Abreu (1869)

*a ponto de trez vezes sua mulher se vestir de lucto, julgando-o morto, ou embarcado; e ao fim de oito dias lhe apparecia, rouco e esfalfado de improvisar com Bocage, sendo-lhe necessário estar três dias de cama, a caldos de galinha<sup>5</sup>*

Regressa a Canelas em virtude da morte do pai, onde se fixa algum tempo. Afastado dos círculos literários de Lisboa, exerce cargos de escrivão e tabelião em Mira.

Usando o pseudónimo *Cisne do Vouga*, Bingre vem a falecer na miséria em 26 de Março de 1856 com 93 anos.

### **Paisagens de Francisco Joaquim Bingre** *O Vouga lhe deo ser, o Tejo a lyra<sup>6</sup>.*

*Sendo a escrita uma floresta de signos, a paisagem em muito influência a criação. Sejam paisagens que sobrevoam territórios ou paisagens que se nos apoderam.*

*A necessidade, tantas vezes descrita pelos poetas, de encontrar na paisagem soluções para a inspiração, mostram o quanto necessário será procurar o conforto naquilo que os nossos olhos vêem;*

### **A verdadeira grandeza da Poesia consiste na imitação da Natureza** Cantores imortais, filhos da Glória

Que as pandas asas d'ouro despregando  
Subis do Tejo ao templo da memória:

Enquanto das tarefas descansado  
Vos assentais à sombra dos loureiros  
Que ides assiduamente cultivando:

*Ouvi cá destes prados derradeiros  
Que banha o manso Vouga, o rouco canto  
Do sombrio Vouguense, ó companheiros!*

<sup>3</sup>BRAGA, Teófilo. Bocage. Sua vida e época litteraria, Porto: Liv. Chandron, 1902, p. 164-165.

<sup>4</sup>ANASTÁCIO, Vanda. Obras de Francisco Joaquim Bingre. Volume I. pp. XI, Porto: Lello Editores, 2000.

<sup>5</sup>ABREU, Calisto Luiz. Estro de Bingre. Poesias de Francisco Joaquim Bingre. Porto: Imprensa Portugueza, 1869.

<sup>6</sup>ABREU, Calisto Luiz. Estro de Bingre, O Moribundo Cisne do Vouga, pp 4, Porto, Typographia Commercial, 1850.

*Se com rápido voo de levanto  
A cantar a grandeza da Poesia,  
Vós as asas me dais, vós podeis tanto!*

*Se dessa ilustre e sábia Academia  
O preceito não fora, esta árdua empresa  
Nunca sobre os meus ombros tomaria.*

*Na sábia imitação da Natureza  
Tem esta nobre, antiga arte divina  
Firmado o trono da maior grandeza<sup>7</sup>  
(...)*

Francisco Joaquim Bingre descreve, através dos seus poemas, as diferentes paisagens por onde passou e os chãos que pisou. Através das suas palavras percebem-se texturas e criam-se ambientes. São paisagens de enorme alcance poético que permitem perceber o quotidiano das gentes, do país e dos elementos históricos que a compõem.

No poema *O botequim do Nicola e os Teatros de Lisboa*, o autor apresenta ao leitor a possibilidade de viajar por entre as ruas de Lisboa e de se sentar numa sala de teatro, lugar que vai sendo descrito de forma singular.

*Para resistir às fúrias  
Do fustigante Janeiro,  
Pus-me a assar quattro batatas,  
Do meu lar sobre o braseiro.*

*Com elas em vez de broa  
E c'uma sardinha assada,  
Fiz minha ceia e bebi-lhe  
A minha meia canada*

*Depois, na amada caverna  
Deitei-me, alegre, no chão,  
Estendido no meu feno,  
Coberto c' o meu gabão.*

*O narcótico elixir,  
Doce láudano de Baco,  
Cerrou-me as pálpebras tristes,  
Abrilhantando-me o caco.*

*Logo um sonho me figura  
Afirmando que a primeira,  
Que saía sem detença,  
Era a mais precisa lei*

*Que o fofo diabo coxo,  
Me convidou a passeio  
Enquanto cantava o mocho.*

*"Levanta-te, solitário,  
( Me diz, sem fazer carrancas)  
Vamos à Corte passear  
E monta nas minhas ancas."*

*Eu, doido por divertir-me,  
Sobre ele montei com brio,  
E quanto se dizem "ovos"  
Poisámos sobre o Rossio.*

*No botequim do Nicola  
Fomos prontamente entrar;  
Disfarçados de peraltas  
Entrámos de poncheir.*

*Em roda de jáspes mesas  
Se viam mil novelistas  
De ocas cabeças se viam  
Darem palmas, darem vivas,  
Pelo que nada entendiam.*

*Mil presumidos tafuis  
Arrotando de estadistas.*

*Uns, para o lado falavam  
Da grande naval batalha  
Do porto de Navarino,  
Contra a muçulmã canalha.  
Haviam grandes apostas  
De palavras, neste falho  
Grupo de loiro metal,  
Sobre a sorte de serralho.*

*Uns afriamavam que o russo  
Já tinha o Pruth passado.  
Outros, que a esquadra triúnvira  
Os Dardanais forçado.*

*No canto esquerdo da loja  
Estava um terno falando  
Sobre as leis que no Congresso  
Se estavam organizando.*

*Três dúzias de espectadores  
Só pela plateia havia.*

<sup>7</sup> ANASTÁCIO, Vanda. Obras de Francisco Joaquim Bingre. Volume III. pp. 3, Porto: Lello Editores, 2000.

<i>Da liberdade de imprensa.</i>	<i>O circo ovado da grande Rica casa luminosa, Estava todo bordado Da peraltice engenhosa.</i>	<i>Apenas dez camarotes Eu vi, de senhoras cheios, Com seus pais, com seus maridos, Todas de honestos asseios.</i>
<i>Mas um deles não convinha Nisso porque, sem tardanças, Primeiro que tudo estava Regular nossas finanças.</i>	<i>Viam-se as nossas madamas Mascaradas de francesas, Outras de turcas, de persas, Outras, simplesmente inglesas.</i>	<i>“Porque está tão pouca gente ( Pergunto ao demo magano) Neste teatro, e tão cheio O teatro italiano?”</i>
<i>Ao lado do mostrador, Da parte direita estavam Quatro tafuis, que na vinda Do Regente conversavam.</i>	<i>De uns e outros camarotes Choviam setas a molhos, Que feriam mais ao vivo Por vir de estrangeiros olhos.</i>	<i>Dando um risinho, o tal coxo De pronto me respondeu: “Neste governa a virtude, Naquele, governo eu.”</i>
<i>Criticavam ter saído Do seu ilustre Senado Já o bando, sem primeiro O grão Miguel ter chegado.</i>	<i>Os feridos circunstantes Pensando ser traspassados Com farpas de outras nações, Ficavam todos babados.</i>	<i>“Neste se tomam lições Contra o falso precipício. Neste se aprende a moral, Naquele se aprende o vício.”</i>
<i>Porfiavam que ele agora Não se abalançava aos mares, Numa estação invernosa, Em que os ventos dão azares.</i>	<i>Entretanto, vinha um bufo, Que a voz roufenha sacode, Insosso, cantarolando, Bem como uma capado bode.</i>	<i>“Aqui fala aos corações Minha inimiga, a Verdade. No outro, ouvidos e olhos Atendem só à vaidade.”</i>
<i>Com vento, chuva e saraiva, Todos concordes diziam, As vistosas luminárias Decerto não se acendiam.</i>	<i>Ria-se muito a plateia E também as nossas belas, Gentinhas que só tem gosto Nestas lindas bagatelas.</i>	<i>“Enfim, naquele, ôs lascivos Meus deleites só se atende. Neste, os costumes heróicos Da sã Virtude se aprende.”</i>
<i>“Para a louçã Primavera Só pode fundear no Tejo; Antes dela não veremos Cumprir-se o nosso desejo.” “Tens visto ( me disse o coxo ) Todos estes novelistas, Registos de novidades? Vamos ver outro modista.”</i>	<i>À exceção de algumas árias Finalmente executadas, Não tem moral, não tem nexo, Estas óperas cantadas.</i>	<i>“Pois neste ( lhe disse ) eu quero Levar a tragédia a cabo. Vá para o seu sem demora, Que eu fico, senhor Diabo.”</i>
<i>Do teatro de S. Carlos, Num momento, a recitada Burleta me fez ouvir Da fofa nação castrada:</i>	<i>Mais gestos efeminados E moles, das fofoas gentes, Fez haver nestes teatros Continuadas enchentes.</i>	<i>Palavras não eram ditas, Safou-se o tal Asmodeu. Foi dar calor aos actores Do grande teatro seu. Choques de afectos diversos Senti no meu coração: Raiva, amor, ódio, vingança, Mágua, terror, compaixão.</i>
<i>O espectáculo brilhante Leva a geral atenção Dos ouvidos e dos olhos, Sem ter parte o coração. Via-se em grande plateia Atulhada de enxertos Portugueses, nos garfinhos</i>	<i>O recitado enfadonho Me fez logo ali dormir: O demo, que viu meu sono, Depressa me fez sair. Levou-me à Rua dos Condes, Onde ali, na cena, estava A Nova Castro, de Júnior, Tragédia que o mundo gaba.</i>	<i>Porém, apenas eu vi O fim da Castro, mesquinha, Um grito dando, acordei, E vi-me na gruta minha.</i>

<i>De tronco efeminados.</i>	<i>Mas, qual foi o meu assombro,</i>	<i>“Ai! Que fim (eu disse então)</i>
	<i>Quando a casa vi vazia!</i>	<i>Teve este meu negro sonho!</i>
<i>Vãos peraltas, vãos modistas</i>		<i>A morte da linda Inês!</i>
<i>Eu nem sei como o diabo,</i>	<i>Sendo o pai dos trapaceiros,</i>	<i>Não pode ser mais tristonho!”</i>
	<i>Me pintou na fantasia</i>	
		<i>Tantos sonhos verdadeiro!<sup>8</sup></i>

A própria escrita para teatro viria a ser uma das produções do autor, elemento que fez parte das suas paisagens dramatúrgicas. Bingre vê no teatro uma escola da virtude, acreditava que o teatro exercia nos povos uma espécie de poder de transformação e de consequente instrução. Defende que a partir do teatro se podem elucidar e educar os povos, num apelo à liberdade e ao direito de construção de uma opinião. Veja-se um excerto da carta ao *Padre Cura de Campanhã*<sup>9</sup>;

*Reverendo Senhor, bom Padre Cura  
Da rural Campanhã, que tão discreto  
O teatro romântico censura:*

*Se Maria Tudor condenou, recto,  
No laxo proceder na cena exposto  
Ao espectador portuense circunspecto,*

*Tem imensa razão no seu desgosto,  
Por ser mudada a escola da Virtude  
No Vício despregrado, a ela oposto.*

*Essa peça já li: também não pude  
Deixar de me indispor com tal leitura,  
Que infesta imenso a pública saúde.*

*Da palestra dramática segura,  
Da representação bem regulada,  
Moral civil cristã se aprende, pura.*

(...)

Para além da expressiva ilustração da estética poética do seu tempo, Bingre nas suas produções, revela ser socialmente uma personalidade preocupada e um interveniente activo que olha e reflecte attentamente sobre muito daquilo que o rodeia.

O poema heróico *As Mulheres* é a prova clara que o autor está atento às mudanças da sociedade, dedica em três cantos, palavras de enaltecimento e de muito reconhecimento acerca da posição e da importância do papel da mulher.

<sup>8</sup> ANASTÁCIO, Vanda. Obras de Francisco Joaquim Bingre. Volume II pp. 335-340, Porto: Lello Editores, 2000.

<sup>9</sup> ANASTÁCIO, Vanda. Obras de Francisco Joaquim Bingre. Volume III pp. 247-250, Porto: Lello Editores, 2000.

A vós, amável sexo, oferta o canto,  
 Ditado pela voz da sã verdade,  
 O vouguense cantor, que há longa idade  
 Não pode seduzir o vosso encanto.

Se do vosso heroísmo o véu levanto  
 É para pôr patente à sociedade  
 A virtude da vossa heroicidade  
 Que tem feito assombrar o mundo tanto<sup>10</sup>  
 (...)

### Considerações Finais

Desde o início da construção deste exercício tentei estar livre de academicismo, como refiro no resumo deste trabalho, para que, Francisco Joaquim Bingre possa chegar de forma clara a uma comunidade que se começa a permitir à sua obra. As muitas ações que a companhia de teatro, Kopinxas, em parceria com o Município de Estarreja, têm vindo a desenvolver em muito têm contribuído para o resgate e recuperação da obra do poeta. De assinalar em Novembro próximo a récita a apresentar no Cine-Teatro de Estarreja, e que, esperamos, seja determinante para chegar, através da “escola de Virtudes”, ao público de forma elucidativa daquilo que são as *Paisagens* de Bingre.

A pequena seleção de poemas e sonetos aqui apresentados, são uma tentativa, através da diversidade, de criar condições ao leitor de usufruir das muitas paisagens de Francisco Joaquim.

Muitas são as paisagens por desvendar, um trabalho que ainda parece estar no início, mas que uma vez começado merecerá, futuramente, múltiplos tratamentos que dignifiquem o poeta.

*Na aldeia de Canelas fui gerado;  
 E nela também tive o nascimento;  
 Na corte de Lisboa, a meu contento,  
 Longo tempo vivi afortunado:*

*Por génio natural às musas dado,  
 Numa Arcádia de um sábio ajuntamento  
 Cultivei na poesia o meu talento;  
 E por – Cisne do Vouga – fui cantando.*

*A fortuna, que às cegas sempre gira,  
 Dando-me um encontrão daquela altura,  
 Nos vergeis me lançou da areenta Mira.  
 Aqui, sem fausto algum, e sem ventura,  
 Quarenta anos pulsei eu inda a lira  
 E que me abriu a morte a sepultura.<sup>11</sup>*

<sup>10</sup> ANASTÁCIO, Vanda. Obras de Francisco Joaquim Bingre. Volume II. pp. 35, Porto: Lello Editores, 2000.

<sup>11</sup> ABREU, Calisto Luiz. Estro de Bingre. Poesias de Francisco Joaquim Bingre. pp.195 Porto: Imprensa Portugueza, 1869.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MADAHIL, A.G.da Rocha - *Notícia do Estro do Bingre (no segundo centenário do nascimento do poeta), separata do Arquivo do Distrito de Aveiro, vol. XXIX, pp. 199, 1963.*
- BRAGA, Teófilo - *Bocage. Sua vida e época litteraria, Porto: Liv. Chandron, 1902, p. 164-165.*
- ANASTÁCIO, Vanda - *Obras de Francisco Joaquim Bingre, Volume I. pp. XI, Porto: Lello Editores, 2000.*
- ABREU, Calisto Luiz - *Estro de Bingre. Poesias de Francisco Joaquim Bingre, Porto: Imprensa Portugueza, 1869.*
- ABREU, Calisto Luiz - *Estro de Bingre, O Moribundo Cisne do Vouga, pp 4, Porto, Typographia Commercial, 1850*
- ANASTÁCIO, Vanda - *Obras de Francisco Joaquim Bingre, Volume III. pp. 3, Porto: Lello Editores, 2000.*
- ANASTÁCIO, Vanda - *Obras de Francisco Joaquim Bingre. Volume II pp. 335-340, Porto: Lello Editores, 2000.*
- ANASTÁCIO, Vanda - *Obras de Francisco Joaquim Bingre. Volume III pp. 247-250, Porto: Lello Editores, 2000.*
- ANASTÁCIO, Vanda - *Obras de Francisco Joaquim Bingre. Volume II. p. 35, Porto: Lello Editores, 2000.*
- ABREU, Calisto Luiz - *Estro de Bingre. Poesias de Francisco Joaquim Bingre. p.195 Porto: Imprensa Portugueza, 1869.*

# A APANHA DO MOLIÇO NA RIA DE AVEIRO

Etelvina Resende Almeida\*

## A formação e morfologia da Ria de Aveiro

A “Ria de Aveiro” é conhecida por esta designação genérica, mas dada a sua génese, é considerada uma laguna costeira. Com águas pouco profundas, fica situada a Noroeste na costa portuguesa, e encontra-se ligada ao Oceano Atlântico através de uma única embocadura, a Barra de Aveiro.

É constituída por uma vasta rede de canais e canaletes de maré, que têm sofrido modificações ao longo do tempo, resultado de um longo processo de deposição de areias, que foram formando cordões dunares litorais, ilhas e ilhotas interiores. A sua formação inicia-se a partir do século XI, tendo vindo a alterar a sua morfologia, consoante o local de ligação com o mar. A embocadura da Barra, fixou-se definitivamente, em 1808, através da intervenção do homem, permitindo uma hidrodinâmica mais estável.

As principais acções que alteram a dinâmica da Ria de Aveiro são: a maré oceânica, que se propaga de Sul para Norte ao longo da costa Oeste de Portugal, penetrando na laguna através do canal de embocadura e fazendo sentir os seus efeitos mesmo na extremidade montante dos vários canais: o caudal dos rios Vouga (desagua no Canal do Espinheiro); Antuã (desagua na bacia do Laranja); Boco (desagua no Canal de Ilhavo); Caster, Gonde e Fontela (desaguam no Canal de S. Jacinto-Ovar), e de diversos ribeiros e curso de água que desaguam na extremidade montante do Canal de Mira<sup>1</sup>.

O seu vasto lençol de água estende-se desde o concelho de Ovar, a Norte, até Mira, a Sul. Com 47 km de extensão, a laguna atinge uma largura máxima de 7 km e uma profundidade que varia de 1 a 2 metros, sendo mais profunda nos canais principais, sobretudo na embocadura da Barra. Ramifica-se pelos canais, de Ovar, Murtosa, Mira e Vagos, mantendo uma infinidade de braços secundários, que formam um complexo labirinto, por entre ilhas, canaletes, ribeiras e esteiros. Raúl Brandão<sup>2</sup> descreve-a

\*Nasceu em 1969, sendo natural de Aveiro | Licenciou-se em Design pela Universidade de Aveiro, tendo terminado o Mestrado, em Dezembro de 2012, com o tema: Embarcações Tradicionais da Ria de Aveiro. Uma análise pelo Design | É Designer da Comunicação, em regime de freelancer | Integrou o projecto Postais Solidários, no concelho da Murtosa, na vertente fotográfica e de design | Participou em 7 exposições colectivas de fotografia, na Murtosa, Torreira e Aveiro, durante os anos 2013, 2017 e 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 | Participou em co-autoria com Ana Maria Lopes, numa palestra intitulada Uma viagem p'la Ria, em 2014, no CV da Costa Nova. Expôs individualmente, de Janeiro a Maio de 2014, no Museu Marítimo de Ílhavo (bateira ilhava) | Publicou em co-autoria com Ana Maria Lopes, e fotografia de Paulo Godinho, Uma Janela Para o Sal, em Abril de 2015, editado pela Alétheia Editores | Tem publicado artigos no “Diário de Aveiro”, “Notícias de Aveiro”, “O Ilhavense”, “AveiroMag”, sendo colaboradora do “Jornal Concelho de Estarreja” e da Revista “Terras de Antuã” desde 2018 | Interveio na “Jornada Cultural Náutica”, em Ovar, em Janeiro de 2016, com o tema “A arte dos nossos barcos tradicionais”. Conduziu a Conversa à Volta da Construção Naval, com o Mestre Esteves, em Pardilhó, em Maio de 2018 | Em Dezembro de 2018 abordou o tema: “A Murtosa e a faina da enguiça, e as suas embarcações tradicionais”, integrado no Festival Gastronomia de Bordo. Em Fevereiro de 2019, num projeto “Olhar por Dentro”, abordou o tema “A Barca da Passagem”, em Ílhavo. Faz parte da Direcção dos Amigos do Museu de Ílhavo. Foi coordenadora e designer do livro “Memórias 30 Anos a Pintar a Ria”, de José Oliveira, editado pela Câmara Municipal da Murtosa em 2019.

<sup>1</sup> “Critérios para demarcação física do leito e da margem das águas de transição em sistemas lagunares, estuaríos e lagoas costeiras do Litoral Centro”. Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P. (pdf). Sistema Lagunar da Ria de Aveiro. Coimbra, Junho de 2022, pág.18.

<sup>2</sup> “Os Pescadores”, de Raúl Brandão (1923). Introdução por Isabel Pascoa. Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 2<sup>a</sup> edição. 1988, cap. A Ria de Aveiro, a Paisagem.pág. 71.

como, um enorme pólipo com braços estendidos pelo interior desde Ovar até Mira. Todas as águas do Vouga, do Águeda e dos veios que nestes sítios correm para o mar encharcam nas terras baixas, retidas pela duna de quarenta e tantos quilómetros de comprimento, formando uma série de poças, de canais, de lagos e uma vasta bacia salgada (...).

Durante o processo de formação, a laguna passou por períodos áureos, tendo-se mantido como suporte económico da região, devido às várias indústrias que nela se desenvolviam, como a do sal; a da *apanha do molho*; a pesca; a piscicultura; entre outras, e das quais dependiam diversas actividades - da agricultura ao comércio do sal, à indústria, à construção naval até aos transportes fluviais. As embarcações transportavam mercadorias; bens e pessoas; animais; produtos agrícolas; sal; peixe; materiais de construção; matéria-prima; ervagens, etc. Antes da construção do caminho-de-ferro e das vias terrestres, a laguna foi a principal via de comunicação entre as regiões ribeirinhas, de norte a sul. Era a forma mais rápida e segura para viajar, e realizar as trocas mercantis, utilizando-se para isso várias tipologias de embarcações.

De referir, no entanto, que fruto da grande instabilidade de comunicação com o mar, em 1575, a laguna fica isolada. Perante uma barra totalmente entupida, as águas estagnaram, alterando todo o ecossistema, assim como as actividades que dela dependiam, gerando doenças, fome e mortandade, provocando uma grande crise na região. Como refere Brandão<sup>3</sup>, *O Homem nestes sítios é quase anfíbio: a água é-lhe essencial à vida e a população filha da ria é condenada a desaparecer com ela. Se a Ria adoece, a população adoece (...).*

*Durante longos períodos de tempo, desde o século XII aos princípios do século XIX, a instabilidade de condições dessa comunicação com o mar deu origem a frequentes alternativas nas actividades económicas locais e na própria salubridade, o que determinou algumas vezes o êxodo quase completo das populações<sup>4</sup>.* Em 1808, com as obras da Barra de Aveiro, volta a ressurgir a economia da região, e o bom grau de desenvolvimento.

### A apanha do molho foi uma das indústrias mais produtivas da laguna

A actividade da *apanha do molho*, implicou a produção de um barco adequado para realizar a tarefa da colheita e transporte da vegetação da Ria - o barco moliceiro. Aponta-se que esta actividade tenha surgido por volta do século XVII, com o início da fixação do homem na borda d'água, em terrenos arenosos, estéreis, que necessitavam de vegetais marinhos para os fertilizar. Mais tarde, no início do século XIX (pela fixação definitiva da Barra), esta actividade terá tido um grande desenvolvimento, tendo-se extinguido em finais do século XX. Esta deu origem a uma indústria que contribuiu para manter parte da economia doméstica, e empresarial, das gentes da ria: as famílias dos profissionais *apanhadores de molho*; dos empreendedores, que os contratavam; e a dos agricultores, que contavam com este adubo da laguna para fertilizar os seus terrenos.

Segundo relata Regalla<sup>5</sup>, em 1883, *a colheita das plantas é feita directamente pelos lavradores, que alternam com este, o serviço do campo, ou por indivíduos que não têm outra ocupação durante o decurso do ano. Uns e outros arrendam as praias aos proprietários. (...) O número de indivíduos, que em Aveiro tem por única ocupação o*

<sup>3</sup> Ibidem, pág.72.

<sup>4</sup> “Estudos Etnográficos, D. José de Castro”. Tomo I – Moliceiros. 1943. pág. 8.

<sup>5</sup> “A Ria de Aveiro e as suas Indústrias. Projecto do regulamento para o exercício da pesca e colheita do molho”. Ministério da Marinha e Ultramar. Direcção Geral da Marinha - 1<sup>a</sup> Repartição. Pescarias. Elaborado pela Comissão tomada por portaria do Ministério da Marinha e Ultramar, de 16 de Abril de 1883. Relator, Francisco Augusto da Fonseca Regalla, oficial da Armada. Lisboa Imprensa Nacional. 1889.

*aproveitamento dos produtos, é de 18. Empregam-se durante todo o ano na colheita, trazendo no dia de mercado, uma carga para venda (...).*

### A necessidade de fertilização dos solos agrícolas da beira-ria

Os solos das restingas de areia, estéreis, que se formaram ao longo dos séculos, separando o mar da laguna, atraíram o homem, tendo-os começado a ocupar. Em algumas zonas começou a construir palheiros para viver e guardar os aprestos da pesca, do mar e da laguna. Mais tarde começou a cultivar para a sua sobrevivência.

Orlando Ribeiro, no prefácio da obra do padre Rezende<sup>6</sup>, refere que a *Gafanha era um areal inculto e desprezado, a que só no último quartel do séc. XVII começam a fazer referência alguns actos de aforamento com que principiou a cultivar-se a região: e logo se seguem as primeiras notícias de casas, de colonos, de povoados vindos de fora e de gente da terra que cresce e se multiplica. (...) Povoamento que, como noutras lugares do nosso litoral, tem na base os foros, as courelas cultivadas por famílias, que arroteiam o maninho, criam o solo arável à força de adubos, levantam casa na sorte que cultivam, transformam o areal estéril em plantio produtivo, salpicado de habitações dispersas (...).*

A vegetação lagunar teve uma grande importância para a fixação dos primeiros colonos, que sobreviviam daquilo que cultivavam nos solos arenosos, mantendo, assim, a sua economia familiar.

O movimento de areia, juntamente com os dos *lodos* arrastados pelas marés, criou condições adequadas para a formação de campos pantanosos. Surgiram, assim, terrenos propícios para o crescimento de uma abundante vegetação: nomeadamente a do junco, que começou a ser muito valorizado. Nas praias de cabeço também abundava *a junça, a bajunça*, e mais para a zona seca, *o junco e o feno*, sendo utilizados para a cama dos animais.

Essa vegetação fermentava com os excrementos dos animais, fornecendo um bom adubo para os terrenos estéreis, fomentando, assim, o desenvolvimento da agricultura. A esta mistura juntavam o moliço, arrancado do fundo da laguna. Os *lodos, os limos, o sibarro, o sirgo, a seba, a folhada ou alface-do-mar, a fita, a gorga*, a que se chamava, vulgarmente, *moliço (ruppia marítima)*, ou o “estrume verde”, era constituído por uma grande variedade de algas, ou plantas marinhas. Segundo Regalla<sup>7</sup>, *a mistura destas algas, que contêm grande quantidade de iodo e de azoto, torna-se num excelente adubo para os agricultores empregarem, em verde, nos campos que marginam a ria, ou secos, em parcelas mais distanciados, para os quais o transporte se faz com dificuldade.*

Existem várias espécies de algas: os vegetais marinhos, que na colheita, não só se limitam aos locais usuais onde são apanhadas, mas também as que são arrastadas pelas correntes para outros fundos, onde são colhidas juntamente com as que são arrancadas com os aparelhos. Existem habitats de água doce e salgada, onde as plantas adquirem certas características: umas fixam-se às estacas implantadas no fundo da ria; outras cobrem quase completamente as praias baixas ou submersas; e outras, ainda, vivem nos terrenos húmidos ou nas margens dos canais, como *a junça, o caniço*, entre outras espécies de juncos.

O *moliço* esteve sempre ligado à agricultura. Dele dependia o seu desenvolvimento. Era utilizado para fertilizar milhares de hectares de solo estéril, empregando um elevado número de indivíduos, que

<sup>6</sup> “Monografia da Gafanha”. Padre João Vieira Rezende. Prefácio do Doutor Orlando Ribeiro. Publicação subsidiado pelo Instituto para a Alta Cultura, Coimbra 1944. 2<sup>a</sup> edição.

<sup>7</sup> Ibidem.

trabalhavam na apanha, na carga e descarga das algas. E ainda, os que se empregavam na construção dos barcos, que eram necessários para realizar essa tarefa.



*Postal. Descarregar a barcada de moliço, para o carro de bois*

Não se pode desassociar a embarcação, da actividade da *apanha do moliço*. Ela foi construída para esse propósito: a forma e a função fazem parte do projecto, a que se junta a parte estética. Tornando-se, ao longo dos séculos, até ao presente, na mais bela e emblemática embarcação da Ria de Aveiro.

Apesar de se poder apanhar o moliço numa embarcação de menor porte, numa bateira, ou mesmo apeados junto à margem, era necessário criar um barco que cumprisse determinadas funções: de apanha, de carga e descarga do *moliço*, de forma eficiente.



*Imagen. "Estudos Etnográficos", D. José de Castro – Bateira Erveira*

### O barco moliceiro e a apanha do moliço

Para este estuário, de fundos baixos, eram construídas embarcações de fundos planos, de várias tipologias, sendo empregues nas mais variadas funções; da pesca, à caça; das ervagens ao transporte; do sal, de produtos, pessoas, gado e mercadorias.

Durante longo tempo, a laguna foi a única via de comunicação que permitia um acesso rápido a qualquer população ribeirinha. Não existiam outras, tão seguras, nem viáveis por terra, entre o norte e o sul da laguna. Tudo se transportava pela Ria, e as actividades que nela se realizavam aportavam riqueza às populações ribeirinhas. Existiam as *carreiras de transporte*; as barcas da passagem, que uniam as margens; os barcos que realizavam fretes, transportando mercadorias e matérias-primas para as fábricas;

os produtos para consumo; cereais, vinho e madeira; os materiais de construção; o peixe; os animais; as ervagens e a sua colheita; a apanha e transporte do torrão para construir os muros das *marinhas* de sal, algumas somente acessíveis por via fluvial; o transportes dos *moços e marnotos* que lá trabalhavam; para o transporte do sal das marinhas até aos armazéns, e para a limpeza do moliço que lá se formava, servindo, ainda, para a caça e para passeio.

A *apanha do moliço* realizava-se ao longo de toda a laguna, de Ovar a Mira, sendo utilizado o barco moliceiro, que sulcava as águas diariamente, penetrando em todas as *praias* de moliço, de *juncos*, públicas e privadas - em todos os recantos da região lagunar. Em 1935<sup>8</sup> encontravam-se registados na Capitania 1008 barcos moliceiros a trabalhar nesta actividade.

O barco moliceiro foi projectado para colher e transportar a vegetação da Ria de Aveiro, tendo adquirido esse nome pela função que exercia, tal como o homem, o profissional, que apanhava e carregava as algas - o *homem moliceiro*. Também serviu para transportar outras ervagens, mercadorias, e até gado. Não esquecendo o transporte dos romeiros, que nele se deslocavam para as festas das localidades vizinhas, nomeadamente para a do afamado “S. Paio da Torreira”, participando também nas tradicionais regatas.

Devido à sua forma esguia, e com um fundo plano, conseguia deslocar-se por toda a laguna e aceder aos canaletes mais estreitos, pois necessitava de pouco *calado*. Nalgumas partes do fundo da laguna formavam-se bancos de areia, o que impedia a navegação de outras embarcações com quilha. No entanto, alguns barcos moliceiros levavam a reboque uma pequena embarcação, de 3 metros, a *ladra ou matola*, movida por uma vara, para poder aceder a locais de difícil acesso e aí recolherem o moliço, transportando-o até ao barco.

O barco moliceiro media cerca de 15 metros de comprimento, oscilando a sua dimensão, conforme a zona onde navegava, como era o caso dos barcos do Sul, que apresentavam menores dimensões. Os seus costados eram muito baixos, mediam cerca de 0,45 metros, facilitando, assim, a colheita e a recolha do *moliço*, com os pesados ancinhos. Tinha uma grande abertura, uma *boca* com cerca de 2,50 metros, podendo transportar até 5 toneladas. Eram construídos em madeira de pinho, bravo e manso, e a sua capacidade media-se através do número de cavernas, 21 no total, para os barcos de maior dimensão.



*Postal. Aplicação do breu. Amanhaçao do barco junto à ria*

<sup>8</sup> “Moliceiros da Ria de Aveiro”. Câmara Municipal de Aveiro. 2ª Edição. 1998.

Após a construção eram embreados a *pez louro*, mantendo os bordos pretos para contrastar. Mudavam a cor dos costados para *pez negro*, logo após a primeira *amanhação*, o que tornava mais eficiente a vedação e protegia a madeira. A sua decoração era briosa, com apontamentos florais, em algumas partes do interior, e com os quatro painéis pintados com motivos temáticos: dos históricos, religiosos; aos brejeiros, entre outros, devidamente legendados. Esta decoração era somente feita nos barcos do norte da Ria. Os barcos do sul, denominados de *matolas*, eram todos embreados a *pez negro*. Eram propriedade de agricultores, que os utilizavam somente para uso próprio, apanhando o *moliço* da ria para adubar as suas terras - eram *barqueiros-agricultores*.



*Postal. Barcos Moliceiros matolas, junto à "Fábrica da Vista Alegre"*

Estes barcos eram construídos pelos mestres navais, que tinham o seu estaleiro instalado em localidades perto da ria, de norte a sul, podendo por vezes, repará-los na borda d'água. Eram homens de grande mestria, com um saber adquirido ao longo de gerações. Utilizavam técnicas ancestrais, mantendo, assim, a traça original dos barcos.



*Imagem. "Estudos Etnográficos". D.José de Castro. Estaleiro Naval*

Os barcos tinham como meio de propulsão a vela, a vara e a *sirga*. Deslocavam-se essencialmente à vela, utilizando as duas *pás de borda, ou tostes*, para lhes servir de quilha, quando bolinavam. Tinham uma outra, que usavam para serventia, como prancha, para atravessarem o barco, entre bordos, durante a apanha do moliço.

A propulsão à vara era feita quando se deslocavam, durante a *apanha do moliço*, fixando-a ao peito, e firmando-a no fundo da laguna. Caminhavam descalços ao longo dos bordos, fazendo o barco deslocar-se, impulsionado pela vara.



*Postal. Apanha do moliço, a bordo. Propulsão à vela e à vara*

A *sirga* era um meio de propulsão que permitia a deslocação do barco ao longo da margem, ou por entre canais mais estreitos, utilizando-se para isso um cabo de sisal, preso ao barco e puxado por um dos homens, que caminhava pela margem.



*Postal. Propulsão do barco à sirga*

A tripulação do barco era constituída, essencialmente, por dois indivíduos, o *patrão* e o *moço*. Segundo José de Castro<sup>9</sup>, os moliceiros usavam trajes simples, que facilmente os identificavam: *uma camisa curta, branca, de estopa, e uma cueca bastante larga, a que chamam manaia, branca ou crua, de pano de algodão, e a completar o tradicional barrete ou carapuça, de malha preta de lã com borla de cor igual na extremidade (...)*. No Inverno usavam um traje parecido com o do pescador.

Os tripulantes podiam até ser familiares, mas exerciam as mesmas funções dentro do barco: a colocação dos ancinhos para arrastar; a recolha das ervagens para o barco e a sua arrumação e, ainda, a manobra da embarcação. O barco também estava preparado para servir *como casa*. Nas fainas que duravam mais dias, por vezes a semana toda, o *castelo da proa*, fechado, servia de câmara para dormirem, e ainda, como paiol de mantimentos, das velas e outros apetrechos. Nas prateleiras laterais, nas *chaleiras*,

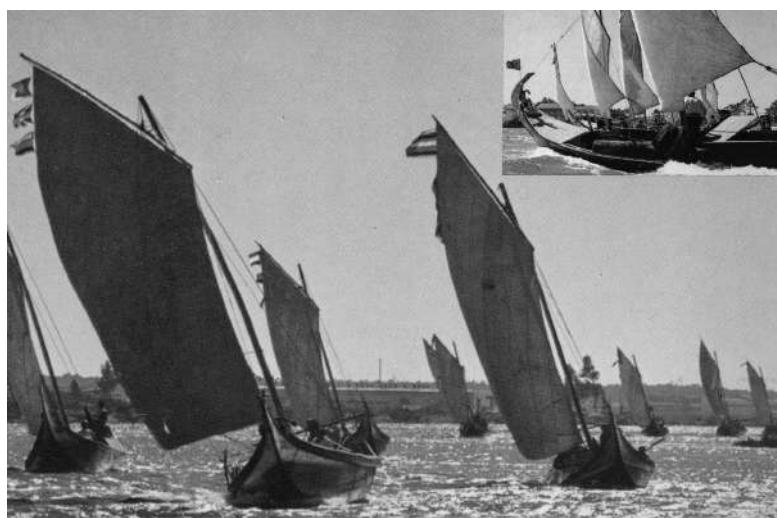
<sup>9</sup> Ibidem.

eram guardados os documentos, utensílios domésticos e roupas. Durante a viagem cozinhavam sobre um estrado à proa, nas *painas*. Era improvisada uma pequena lareira, e aí se preparavam as refeições. Era no *castelo da ré*, num espaço vago, por debaixo do assento, na *entremesa*, que se guardava o barril da água, e os *forcados* e *tamancas* para os ancinhos.



Imagen. "Estudos Etnográficos". D. José de Castro. Refeição a bordo

O dia de folga destes homens era ao domingo, e em dias de festa. Em dias de regata, nas festividades da região, com a vela decorada e o barco amanhado e limpo, mostravam a sua perícia no manejo, e a performance do barco, em picante competição.



Postal. Antigas regatas de barcos moliceiros

## Como se realizava a actividade da apanha do molixo

Raúl Brandão<sup>10</sup>, em 1923 descreve, de forma poética o barco e a actividade da *apanha do molixo*. Este lindo barco serve para tudo. Vai à pesca e carrega o sal e o molixo pelas terras dentro. É o meio ideal de transporte entre estas terras ribeirinhas. Substitui os animais de carga, as diligências nas feiras e é o encanto da ria. Tem não sei quê de ave e de composição de teatro. Anima a paisagem. Às vezes usa uma vela latina, às vezes duas, a segunda colocada à proa e mais pequena. Navega à vela pelo interior das terras, e estou em dizer que é capaz de escorregar por cima das ervas. Por último chega a servir de casa: tem um cubículo onde se dorme perfeitamente agasalhado. Não conheço outro mais artístico, mais leve, mais adequado às funções que exerce e à paisagem que o circunda. (...) Esta manhã a ria está cheia deles, raspando-lhe infatigavelmente o fundo atapetado de cabelos verdes. Amontoam-nos, metem-nos na terra ou secam-nos no areal para o inverno. Um rapaz ao leme e dois homens em cada barco, com os grandes ancinhos seguros nas tamancas, vão raspando sempre, arrancando sempre à ria os seus cabelos finos, que só resistem enquanto verdes. Tira-se o ancinho cheio de fios a escorrer e mete-se o molixo na caverna. E o barco segue, levando à proa uma padiola com degraus para o descarregar, e ao lado uma prancha que lhe serve de segundo leme. Mal tocam na água (...).



Postal. Apanha do molixo a bordo. Propulsão à vela e à vara

Mas já em 1883, tal como relata Regalla<sup>11</sup> nos seus estudos, surgiam outras preocupações e, para tal, foi necessário criar um Regulamento da Ria, em 1912. Começaram por analisar as actividades, as indústrias, como a elas se referem, existentes na laguna, nomeadamente a da apanha do molixo, que estava intrinsecamente ligada à da pesca.

Segundo apuraram, nem todos os terrenos produtores de algas estavam no domínio público, uma grande parte, até dos sempre alagados, constavam de praias de propriedade particular. Nos terrenos públicos a colheita era livre, mas nos particulares, os proprietários, transferiam o seu direito, por meio de arrendamento anual para cada barco. Em geral cada barco fazia uma carrada diária, podendo, quando as marés o permitiam, carregar duas vezes nas praias que ficavam a descoberto na vazante e perto das malhadas.

<sup>10</sup> Ibidem.

<sup>11</sup> Ibidem.



Postal. Barcos Moliceiros na faina da apanha do moliço

Durante o tempo de menor intensidade na colheita empregam nela, aproximadamente, um quinto dos barcos que efectuam na época do auge. Aqueles são tripulados por indivíduos que não têm outra ocupação: os demais têm por tripulantes lavradores, que alternam este serviço com os trabalhos do campo.

Nesse ano, foram contabilizados 1200 barcos, de 19 a 22 cavernas, com um total de 2400 tripulantes, e 142 barcos, de 15 a 18 cavernas. Apenas se contaram os barcos moliceiros, atracados nas *malhadas* em dias de descanso, mas existem outras embarcações que também serviam para a *apanha do moliço*. Era uma indústria muito importante para a região porque empregava muita mão-de-obra. Colhia-se o *moliço* em duas épocas diferentes: a mais intensa, de Agosto a fins de Dezembro, com toda a frota de barcos em laboração. A outra, de Janeiro a fins de Julho, somente trabalhando os profissionais que faziam desse o seu modo de vida.

Para a colheita do *moliço*, nas águas mais profundas, utilizavam-se ancinhos de pau amarrados às bordas dos barcos, que arrastavam pelo fundo, movendo-se sob o impulso do vento, ou da vara.

Nas *praias*, que a *baixa-mar* deixava a descoberto, fazia-se a pé. O produto do trabalho diário era, em seguida, transportado para as *malhadas*.



Postal. Barcos Moliceiros atracados

O barco ia apetrechado com todas as alfaias necessárias para o efeito: ancinhos, de vários tamanhos, que serviam para várias funções.

O ancinho grande era utilizado na apanha realizada a bordo. Tinham cabo e dentes de madeira. Eram empregues dois nas amuras, e dois nas *alhetas*, ficando os cabos entalados no *talabardão*, entre duas peças, o *forcado* e a *tamanca*. Virados para fora, faziam o arrasto enquanto o barco navegava. Um dos homens manobrava o barco e o outro ia levantando, sucessivamente, os ancinhos e sacudindo as algas para o fundo do barco.

O ancinho denominado de *rapão*, era metade do ancinho grande. Utilizavam-no para apanhar o *moliço*, apeados.

O ancinho pequeno, ou de manejo, era o mesmo que se empregava na agricultura. Era utilizado para juntar em montes as algas arroladas pelas *praias*.

O *gadanhão*, era um ancinho de tamanho médio, também denominado de *cabrita* (em Ilhavo, e no sul da ria tinham dentes de ferro). Com ele arrancavam a alga e a vasa. Manejavam-no a pé, com a ponta do cabo no ombro, ao longo do barco, quando fundeado. Esta alfaia prejudicava os campos de algas. A *gadanha*, com folha de ferro, destinava-se a ceifar os *juncos* ou o *moliço*, junto ao solo, em maré baixa e apeados. Não era permitido utilizá-lo nas praias particulares, por danificarem os fundos. A *roçadoura* era uma foice, de cabo curto e lâmina de ferro, com gume. Servia para apanhar ervagens, sobretudo junco, em terrenos altos e alagados, podendo-se somente ceifar em terrenos particulares.



*Postal. Apanha do moliço com o ancinho*

### O Regulamento da Ria, de 1912. A indústria da apanha do moliço.

Em 1912, Jaime Afreixo<sup>12</sup>, fez parte de uma comissão, que regulamentou as Indústrias da Ria de Aveiro, nomeadamente a da *apanha do moliço*.

Segundo argumenta, *as Rias de certa extensão, que recebam correntes doces em regular abundância e mantenham boa comunicação com o mar, são naturalmente, (...) riquíssimas fontes de muitas produções (...).* Sendo a conservação dos leitos das rias o primeiro elemento a atender, para fomentar ou proteger as indústrias que as exploram, essa conservação só se pode conseguir, em Aveiro, pelas seguintes disposições: melhorar as condições da Barra; fixar as areias das dunas litorais; fazer cessar a repressão de águas e o assoreamento; verificar os terrenos alagados demarcados, que estão no domínio particular, e regular o

<sup>12</sup> “A Ria de Aveiro - Relatório Oficial do Regulamento da Ria, de 28 de Dezembro de 1912”. Augusto Nobre, Jaime Afreixo e José Macedo. Lisboa. Imprensa Nacional. 1915.

exercício das indústrias, banindo todas as práticas que contendam com os fundos, ou com o regime de correntes.

Referem os autores deste trabalho que, *nós não propomos simplesmente o regulamento final, mas um conjunto de medidas de diversa ordem. Não está nas nossas mãos, pô-las em prática. Pedimos que se olhe a esta vasta bacia à volta da qual se acha estabelecida uma enorme população, (...), competindo aos governos encaminhá-la para a prosperidade.* E os estudos realizaram-se no sentido de encontrar um sistema que pudesse delinear, e regulamentar as redes e aparelhos empregues na pesca e na apanha de plantas marinhas, assim como o limite para as dimensões das malhas para os *botirões*.

Também estudaram a fauna e a flora, e a influência que os *viveiros* e *piscinas* tinham sobre elas, para que se pudesse alterar a forma de actuar, sobretudo no que toca às actividades da pesca, e da *apanha do molho*.

Quanto a esta indústria, era necessário analisar as alfaias que se utilizavam na *apanha do molho*, e diferenciá-las, entre as de uso benéfico e as que prejudicam a fauna e a flora, que pela sua utilização exagerada alteravam os fundos e prejudicavam o desenvolvimento da vegetação. Defendem também, a vantagem, e a conveniência, de criar uma época de *defeso*, para esta actividade.

Os aparelhos nocivos que deveriam ser banidos imediatamente seriam o *gadanhão* e a *gadanha*. Os outros devem, apenas, ser regulamentados, para que não se transformem em abusivos: os ancinhos de *raspar*, *rapão* e de *manejo*. E ainda, no sentido de controlar os avanços do domínio privado das *praias de molho*, deveriam balizar-se e mapear-se as zonas, para que os proprietários não alargassem os seus domínios.

Neste regulamento, defende-se a necessidade de *proteger as desovas e criações dos peixes contra a rolagem e contínuo recolhimento dos fundos com redes de arrastar e ancinhos de apanhar molho*.

Descreve-se, nele, a forma *como acima de duzentos barcos de peixe miudinho que, não podendo servir para alimentação, era utilizado para adubar as terras*. E ainda, uma enorme quantidade de pequenas enguias que eram destruídas pelos ancinhos dos *apanhadores de molho*, durante os meses de desova do peixe.

Apuraram, ainda, que a *apanha do molho no tempo impróprio, não era a única causa da destruição do peixe, também o botirão, com uma rede de malha apertadíssima, que depois de molhada se tornava tão estreita que não deixava passar nada. O peixe apanhado nestas redes chama-se escasso e servia para adubo das terras, depois de passar ao estado de putrefacção*.

A pretensão de aplicar uma época de *defeso* justificava-se, não só pelo arrastar constante dos ancinhos pelos fundos, mas também pela destruição das algas, no tempo em que se criam os peixes; elas constituem abrigo para os novos, contra a veracidade dos adultos, e são habitatculo de pequenos animais.

José Cunha<sup>13</sup> defende, no entanto, que a aplicação do “Regulamento da Ria”, sobre a região da Murtosa, com o propósito de defender a riqueza piscícola do estuário, e recuperar para domínio público os terrenos alagados pela maré; como reflexo, priva dos mais elementares recursos a pobreza dos pescadores e moliceiros, e ofenda legítimos e indescritíveis direitos de propriedade.

<sup>13</sup> “Notas Marinhoas. Notícias Históricas do Concelho da Murtosa, e das suas Freguesias Marinhoas, do Concelhos de Estarreja.” José Tavares Afonso e Cunha. Advogado. Vol. V. Edição de autor. Murtosa. 1995.

Entretanto, aconteceu o temido, relata o autor: *não tardou que os pescadores e moliceiros se vissem empurrados para as agruras da inibição e do defeso. E a fome veio cruel e devastadora, instalando-se a revolta. Os pescadores e os moliceiros saíram para a rua a clamar pelo seu direito de trabalho, a gritar por pão (...).*

Chamaram a tropa, tendo estado a Murtosa em *estado de sítio* durante três dias. A 5 de Maio de 1913, o Jornal da terra descreveu o incidente como um *alvorocado movimento que agitou o povo (...) e o levou a reclamar por um dos mais sagrados direitos - o direito do trabalho. Não lhes podendo ser permitido o livre exercício das suas indústrias, pela remodelação do regulamento da pesca e da apanha do moliço, na Ria, na parte que obriga a quatro meses de defeso. Tendo-lhes sido facultado trabalho em obras na Ribeira de Pardelhas. Mas o povo exigia o rio livre, trabalho e pão! Que os deixassem trabalhar.*



*Postal. Barcos Moliceiros atracados na malhada*

### O fim da indústria da apanha do moliço

O desfecho desta indústria, a da *apanha do moliço*, aconteceu em finais do século XX. As razões que se apresentam, são diversas: o abandono da actividade devido às restrições impostas pelo regulamento; a diminuição da vegetação marinha, pelo constante desgaste dos fundos; a dureza do trabalho e a consequente procura de melhor modo de vida, nas fábricas ou, como alternativa, através da emigração. A utilização dos adubos químicos pelos agricultores, que lhes facilitava, tanto a aquisição, como a aplicação, em detrimento dos adubos orgânicos, misturados com o moliço, implicou o cessar de encomendas destas algas aos barqueiros. Diminuindo a actividade, as plantas deixaram de ser apanhadas e recolhidas, alterando-se, desta forma os fundos da laguna, e consequentemente, a sua fauna e flora. Isso implicou, para além da quebra na economia familiar, também a da indústria da construção naval, sobretudo da redução drástica da construção das principais embarcações que navegavam na ria, os barcos moliceiros e as *bateiras erveiras*.

Esta diminuição da frota de barcos moliceiros desvirtuou a paisagem lagunar. Habitados a ver a laguna sulcada por centenas de barcos “varrendo-lhe o fundo”; a limparem as salinas; a descarregarem nas praias montes de *moliço* para secar, e as *barcadas de marés de moliço* a serem carregadas em carros de bois - caiu-se na nostalgia. Tudo se foi perdendo lentamente, esta e outras actividades: a da *apanha do moliço*, a da construção naval e a faina do *homem moliceiro* - a tradição foi morrendo.

## O barco moliceiro, uma outra função: o turismo e a competição

Numa tentativa de revitalização dessas embarcações tradicionais, e dos estaleiros, um dos autarcas aveirenses, à época, comprometeu-se a construir 25 barcos moliceiros, para dar continuidade à limpeza dos fundos, apanhando o *moliço* que ainda existia, procurando, assim, tentar restabelecer o equilíbrio da fauna e da flora. Mas só foram construídos 9 barcos, tendo sido cedidos a colectividades locais, acabando por se deteriorarem por falta de manutenção.

Nas tradicionais regatas anuais sentiu-se, e observou-se o desmoronar de uma longa tradição, pelo reduzido número de embarcações em prova. Os barcos moliceiros atingiram a extinção, não fossem alguns homens persistentes que os mantiveram a velejar, e os operadores marítimo-turísticos, que tiveram a iniciativa de recuperar algumas embarcações danificadas, para transportar turistas nos canais da cidade. Assim surgiu um novo modo de utilização para o barco moliceiro, foi-lhe dada uma outra função, que se mantém até à actualidade.



Postal. Barcos Moliceiros no Canal da cidade de Aveiro

No entanto, após longos anos de estagnação na construção de novos barcos moliceiros para velejar, começaram a surgir algumas encomendas, junto dos poucos Mestres Construtores Navais, que ainda se mantinham no activo: três em Pardilhó e dois na Torreira. E, de cerca de oito barcos moliceiros tradicionais, que tinham sobrevivido, da frota de mais de um milhar, constam actualmente, já cerca de duas dezenas. Acrecentando, quase um igual número, dos que se dedicam à função marítimo-turística, dentro dos Canais da Cidade de Aveiro, e que mantêm os Mestres ocupados ao longo do ano, com reparações e novas construções.

A construção Naval tem-se mantido, com os mestres mais idosos ainda a trabalhar, sobretudo em Pardilhó. Tendo surgido, nos últimos anos, dois Mestres na Torreira, um deles mais jovem e gerador de muito trabalho para a área marítimo-turística, mas não só. Foi construído, em 2009, um equipamento museológico e estaleiro, na Praia do Monte Branco, na Torreira - um centro interpretativo, onde se pode observar, ao vivo o Mestre a construir e a reparar embarcações tradicionais, tendo, ainda, um espaço informativo e interactivo, e um outro para exposições.



Fot. arq. pessoal. Mestre Esteves. Pardilhó. 2018

Os mais jovens, sobretudo no norte da Laguna, não querendo deixar morrer a tradição, e seguindo na senda dos seus antepassados, colocando, obviamente, a competição como grande gerador de entusiasmo, têm contribuído para o aumento desta frota. Tendo sido criados a trabalhar no “rio”, e vivenciado a labuta dos pais e avós, sobretudo nas regatas, corre-lhes nas veias o *sangue moliceiro* - os barcos tradicionais e a ria. A competição, e a performance da navegação à vela, de um barco moliceiro fascina-os. Outros, ainda, aventuram-se na área empresarial e utilizam o barco para passeios turísticos em “ria aberta”, rentabilizando a embarcação. Os proprietários que somente participam nas regatas, têm com o único meio de obter algum rendimento, os valores monetários que recebem dos prémios de participação e de classificação nas regatas, e do concurso de painéis. Um barco de madeira requer muita manutenção, e constante renovação da decoração, sendo por vezes difícil fazer face às despesas anuais. Mas são o entusiasmo e a paixão pela tradição, os ingredientes que mais têm contribuído para que se realizem estes investimentos.

Neste meio tudo se concretiza baseado num conjunto de esforços individuais, com algum apoio logístico do município, formando um colectivo. Unidos têm mantido a tradição do “saber fazer” e da navegação, com base na resiliência e na persistência.

O único proprietário municipal de um barco moliceiro, até meados de Agosto deste ano, era o da Murtosa, representando a região, designada como, “o coração da ria, a pátria do moliceiro”. A partir dessa data, o Município de Vagos também passou a ser proprietário de um barco moliceiro, tendo este sido doado por Natalino Estanqueiro, natural de Fonte de Angeão, e emigrante no Canadá (um barco moliceiro, mandado construir por ele, homenageando a sua família, que noutras tempos esteve ligada à faina do moliço). Estas duas embarcações participam nas regatas anuais. O Município da Murtosa é responsável pela organização da maior parte das regatas da Ria. De duas passaram a três, tendo sido a mais recente inserida na edição anual do “Mercado Tradicional”, em Maio de 2022, realizada no Cais

do Bico da Murtosa. As outras duas têm lugar: uma em Agosto, no mesmo Cais, integrada na “Festa do Emigrante”; e a última do ano, nos festejos do “S. Paio da Torreira”, em Setembro. A CIRA (Comunidade Intermunicipal da Ria de Aveiro) é responsável pela quarta regata da Ria, em Julho, com um percurso estabelecido entre a Torreira e Aveiro.

No concelho de Estarreja, a recuperação de um antigo estaleiro, situado na Ribeira da Aldeia, em Pardilhó, deu lugar a um Centro Interpretativo da Construção Naval. Para além de um espaço museológico, permite realizar actividades noutras áreas. Ao longo deste ano tem estado a decorrer um curso de formação profissional, denominado, “Actividades Marítimo-Turísticas e Construção Naval”.

No concelho de Vagos, desde 1984 que se realiza o tradicional “Festival do Moliceiro”. Este ano, de 2023, realizou-se o 36º, tendo existido um interregno de três anos, devido à pandemia. É organizado pelo Grupo Folclórico de Santo António de Vagos, contando com o apoio do Município.

Para além da actuação dos Grupos Folclóricos, realiza-se a recriação de um leilão de uma *barcada de molço*, neste caso junco, uma das vegetações da ria ainda existentes. Esta realizava-se com molço, erva marinha da laguna, mas pela sua escassez, substituiu-se por *juncos*. O evento tem lugar nas Folsas Novas, em Quintã, Vagos, no final do mês de Julho. O leilão recriado traz à memória os tempos em que se ali se vendia o molço oriundo do norte. Os barcos moliceiros descarregavam ali as suas *marés* de “adubo marinho”, para ser vendido aos agricultores das Gândaras, como fertilizante para os terrenos arenosos.

Para esse efeito, alguns barcos moliceiros tradicionais viajam desde o concelho da Murtosa, até ao de Vagos. Com saída da Torreira, dirigem-se à “Ponte de Farejo”, pelo Canal do Boco. Têm por hábito preparar uma caldeirada de enguias a bordo, e aí almoçarem, para posteriormente aparelharem os barcos. Embandeirados, e de velas ao vento, recebem a bordo os grupos folclóricos, que actuarão nessa tarde. Essa frota de barcos, navegando com um ar festivo e transportando muita alegria a bordo, proporcionam um maravilhoso colorido ao canal, sulcando as águas, à vela, até ao recinto, nas Folsas, onde centenas de pessoas os aguardam. Um desses barcos transporta a respectiva *barcada de molço* (*juncos*), que é lá leiloada e descarregada.



Fot. arq. pessoal. Corte do junco com a gadanha. 2023



Fot. arq. pessoal. O carregar do junco para o barco, com a padiola. 2023



Fot. arq. pessoal. Barco Moliceiro com a carrada de junco



Fot. arq. pessoal. Leiloado o moliceiro (junco), realiza-se a descarga



Fot. arq. pessoal. Barco Moliceiro atracado na Folsa, em Quintã - Vagos. "Festival do Moliceiro", Julho 2023



Fot. arq. pessoal. Desfile de barcos, no Canal do Boco. "Festival do Moliceiro". Julho 2023

São estas atitudes, individuais e colectivas, entre outros eventos, que têm contribuído para gerar entusiasmo ao redor do tema da preservação e divulgação desta emblemática, e tradicional, embarcação – o barco moliceiro - e da arte da construção naval. Ambos, e indissociáveis, têm feito história e esculpido a identidade do povo da Ria de Aveiro. E, a indústria da *apanha do molho*, esteve na base da sua existência, sempre ligada à agricultura local. Este ano, de 2023, foi finalmente formalizada, pela CIRA, junto da UNESCO, a “Candidatura do Barco Moliceiro e da Construção Naval a Património da Humanidade”, como tentativa de preservar este património único da Ria de Aveiro.



Fot. arq. pessoal. Regata “Ria de Aveiro Weekend”. 1-07-2023

Sobre o tema da *apanha do molho*, e do homem que tanto labutou na laguna, a bordo do seu barco moliceiro, e de outras embarcações, não esquecendo as restantes actividades, que lhes proporcionaram o sustento ao longo dos séculos, muito mais haverá a estudar, analisar e a dissertar. Para tal, farei uma nova viagem p’la Ria, com *passage*, aqui p’la Revista “Terras de Antuã”.

## IMAGÉTICA

Fotografias do arquivo pessoal. Postais digitalizados. Imagens de obras citadas.

## BIBLIOGRAFIA

“A Ria de Aveiro e as suas Indústrias. Projecto do regulamento para o exercício da pesca e colheita do molho”. Ministério da Marinha e Ultramar. Direcção Geral da Marinha - 1<sup>a</sup> Repartição. Pescarias. Elaborado pela Comissão tomada por portaria do Ministério da Marinha e Ultramar, de 16 de Abril de 1883. Relator, Francisco Augusto da Fonseca Regalla, oficial da Armada. Lisboa Imprensa Nacional. 1889.  
“A Ria de Aveiro - Relatório Oficial do Regulamento da Ria, de 28 de Dezembro de 1912”. Augusto Nobre, Jaime Afreixo e José Macedo. Lisboa. Imprensa Nacional. 1915.

“Critérios para demarcação física do leito e da margem das águas de transição em sistemas lagunares, estuários e lagoas costeiras do Litoral Centro”. Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P. (pdf). Sistema Lagunar da Ria de Aveiro. Coimbra, Junho de 2022.

“Estudos Etnográficos, D. José de Castro. Tomo I – Moliceiros. 1943.

“Moliceiros da Ria de Aveiro”. Câmara Municipal de Aveiro. 2<sup>a</sup> Edição. 1998.

“Monografia da Gafanha”. Padre João Vieira Rezende. Prefácio do Doutor Orlando Ribeiro. Publicação subsidiado pelo Instituto para a Alta Cultura, Coimbra 1944. 2<sup>a</sup> edição.

“Notas Marinhoas. Notícias Históricas do Concelho da Murtosa, e das suas Freguesias Marinhoas, do Concelhos de Estarreja”. José Tavares Afonso e Cunha. Vol. V. Edição de autor. Murtosa. 1995.

“Os Pescadores”, de Raúl Brandão (1923). Introdução por Isabel Pascoa.”. Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 2<sup>a</sup> edição. 1988.



## O FUNDADOR DE ESTARREJA (BIS)

Joaquim Ventura Faria Victorino\*

Começo com uma nota prévia, que tenho por relevante para o leitor, sobre os termos e funções de Presidente da Câmara e de Administrador do Concelho, vigentes ao tempo do exercício de tais funções pelo visado neste artigo (século XIX).

*A Monarquia Constitucional consagrou a separação de poderes, levando à distinção entre a função administrativa e a judicial. A nível local, a função judicial passou a ser exercida por tribunais e juízos, totalmente separados das câmaras municipais. Administrativamente, as reformas de Mouzinho da Silveira introduziram, em 1832, em cada município, a figura do provedor de concelho, substituindo o juiz de fora como magistrado administrativo. Só que, ao contrário do antigo juiz de fora, o provedor de concelho já não acumulava as suas funções de representante da Coroa com a presidência da câmara municipal. O presidente da câmara municipal - órgão representativo municipal - passou a ser eleito de entre um dos seus vereadores. A separação entre a magistratura administrativa e a câmara municipal continuou com a substituição da figura do provedor pela do administrador de concelho. O presidente da câmara passou a ser o chefe do executivo municipal.*

### Justificação de (Bis) neste título de artigo.

Venho falar do Dr. João Carlos de Assis Pereira de Melo (Figura 1), o primeiro de vários com o mesmo nome na mesma família, ou simplesmente Dr. João Assis, que tem nome de rua num trecho que é parte da EN109-5 original, na zona da Póvoa, fora do PUCE (Perímetro Urbano da Cidade de Estarreja), que foi presidente da Câmara Municipal de Estarreja no terceiro quartel do século XIX, como adiante se detalha. O título deste escrito, a que eu acrescento Bis, foi criado pelo nosso conterrâneo, grande escritor marinhão, Joaquim Lagoeiro, falecido em 11 de Março de 2011, pouco tempo depois da edição da Revista Terras de Antuã, n.º 5, onde veio publicado um seu artigo de três páginas (85-87), sob a epígrafe “O Fundador de Estarreja”.

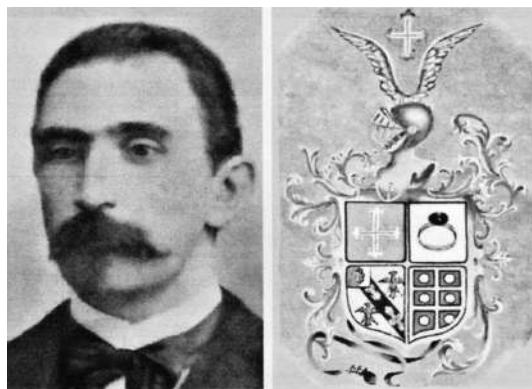


Figura 1. À esquerda, retrato do Dr. João Carlos de Assis Pereira de Melo (1824-1904), na parede frontal da sala nobre da Casa da Mâmoa.  
À direita, Brasão da família, noutra parede da mesma sala

\*Licenciado em Ciências Militares-aeronáuticas pela Academia Militar e Oficial da Força Aérea na situação de Reforma. Natural de Santarém, casou em Estarreja em 1963 e reside na Freguesia de Veiros deste Município.

Revisão final do texto para edição: - Ledy Sousa Pinho.

Não é meu propósito vir aqui falar muito do Joaquim Lagoeiro, o maior e mais refinado cultor literário nascido nestas terras. A escrita literária é uma competição que se vive muito no tempo próprio de cada bom escritor, mas, salvaguardadas as excepções, rapidamente perde actualidade, é ultrapassada e sai das leituras do grande público e até das estantes das livrarias, mormente nos tempos que atravessamos em que toda a gente escreve e publica, geralmente a autopromover-se entre fãs, como seara de trigo e joio ondulando aos ventos, onde não se distingue uma coisa e a outra; e tanto pior quando a publicidade barata e acessível nas páginas das redes sociais vão desencadeando e criando fãs e, logo a seguir, passando a moda, liquidando-os para sempre. Absolutamente espantoso, quase inacreditável, que só em Portugal, anualmente, se editem cerca de 15.000 (quinze mil) novos títulos ou reedições, como se lê em artigos sobre o assunto e se confere nos próprios números de registo obrigatório na Bibliografia Nacional (BNP).

Até na maior parte dos supermercados e hiperes encontramos enormes secções de livraria a par das secções de frutas e legumes, como se “livro” fosse produto de consumo diário e fresco, ... que deveria de facto ser, mas em grande parte dos casos é só para ter lá em casa uma estante decorativa a dar ares de intelectualidade para a fotografia ou para cenário de fundo na videochamada. Eu, ao escrever aqui sob este título em Bis, sinto que cumpro um dever, porque Lagoeiro na altura em que escreveu o artigo a que nos referimos, com os seus 93 anos de idade, encontrava-se já numa situação de saúde muito debilitada, de tal modo que nem fez a revisão do texto [como me foi garantido e aqui o posso dizer]; e talvez por isso mesmo, **encontramos, no publicado, um lapso de monta que deve ser objecto de correcção, por ele grande escritor marinhão, pela figura do Dr. João Carlos de Assis Pereira de Melo e por esta Revista Terras de Antuã.** Esse lapso, que convém desde já clarificar, encontra-se logo na primeira linha, quando Lagoeiro nos diz que a personalidade de que fala, faleceu em 1878, quando, na realidade, tal só se veio a verificar em 6 de Março de 1904.

Situando a morte 26 anos antes dela ocorrer, ficou por dizer muito da vida pública e privada daquele grande autarca municipal, que ainda em 1901 voltava a assumir funções como Administrador do Concelho<sup>1</sup>. Mas, justiça e compreensão para Lagoeiro, ele próprio nos disse, nesse curto texto de três páginas para tamanha personalidade, que se tratava “*de um escorço e só isso, que uma investigação que valha o nome poderá alargar; seja este artigo [o dele, Lagoeiro] um empurrão na porta que lhe encerra a memória, senão ainda o esbarroandar do muro do esquecimento*”. Ora, eu sei que sou apenas um curioso nestas lides de escrita, sem compromissos com nada nem ninguém a não ser a minha consciência e ansiedade em conhecer; e não serei o artífice ideal para o tal empurrão na porta que lhe encerra a memória, mas sabendo que

<sup>1</sup> Nalguns escritos por aí, refere-se como Administrador do Concelho e outros como presidente da Câmara. Seja aqui exemplo, o Edital de 31 de Junho de 1901, assinado por João Carlos d'Assis Pereira de Melo, que estabelece a periodicidade bimensal da Feira de Santo Amaro, até aí apenas a 15 de cada mês. Ao trazer aqui esta referência, é deveras interessante o parágrafo de abertura que assim reza: “João Carlos d'Assis Pereira de Melo, Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, Fidalgo Cavalleiro da Casa Real, antigo Deputado da Nação e presidente da Câmara Municipal do Concelho d'Estarreja,

[nova linha] Faço saber que ...etc. etc. Sobre estas funções municipais, numa segunda fase da sua intervenção na política activa em Estarreja, acho que aqui deve ficar também o que consta e transcrevo (extractos) páginas 111-113, do volume V, Notas Marinhoas, de José Tavares Afonso e Cunha: “Aos seis de Julho de mil e novecentos, em Veiros e moradas do Dr. João Carlos de Assis Pereira de Melo, onde se encontravam reunidos alguns cavaleiros do Concelho de Estarreja, foi apresentada a notícia transmitida por intermédio do actual Governador Civil do Distrito, Dr. Ernesto de Sousa Pinto Basto (...etc., etc.) e ao mesmo tempo pelo dito Governador Civil foi feito um convite para (...) se lhe apresentar indicação de quem deveria ser o administrador do concelho. (...) Foi deliberado por completo acordo que fosse indicado para administrador do concelho o Sr. Dr. Rafael António José Correia; (...) Foram proclamados membros da Comissão deliberativa, Dr. João Carlos de Assis Pereira de Melo [mais cinco, indicados no texto]. (...) Acta da instalação da Comissão Deliberativa. Aos 14 de Julho de mil e novecentos, (...) se instalou a mesma Comissão Deliberativa e escolheu para seu presidente ao membro Dr. João Carlos de Assis Pereira de Melo (...).

estas duas figuras – o Lagoeiro e o Dr. João Assis – não colhem simpatias em alguns dos escritores activos desta terra (...), atrevo-me a dar esta contribuição. Contudo, porque apontei o dedo a falta de simpatias, devo acrescentar que elas são factuais e documentadas, e não meras conjecturas – que aqui seria coisa grave – e que os muitos artigos publicados ao longo dos anos, nos jornais de Estarreja e Murtosa pelo Lagoeiro e por outros da praça literária, e até pela consulta das Notas Marinhoas do Dr. José Tavares, podem elucidar cabalmente quem por isto se interessar. A Cultura e a Política também se alimentam com invejas e digestões difíceis (...)

O apelido composto Pereira de Melo, no que a Veiros e Estarreja se refere, nasceu na Quinta do Rego d'Água, na moradia que vemos na figura 2 (agora em estado de ruína e na posse doutros proprietários), e teve o seu primeiro registo nos assentos paroquiais da Murtosa, com os filhos do casal aí residente nos finais do século XVIII (de que falo adiante), sito no lado esquerdo do caminho que, de Santa Luzia de Veiros, praticamente em continuidade urbana, se dirige para o centro da freguesia e paróquia de Santa Maria da Murtosa, então concelho de Estarreja, e para o lugar do Ribeiro onde localizada a conhecida Quinta da Caneira, que, curiosamente, junta com Pardelhas, constituía um enclave que era Termo do Concelho de Figueiredo-Bemposta, situação essa que foi corrigida com o ordenamento do regime liberal, no século XIX. Actualmente, essa via tem a designação de Rua do Rego de Água e é a primeira do Concelho da Murtosa, que começa no cruzamento do Limite entre concelhos, onde termina sem interrupção urbana no lado de cá de Santa Luzia de Veiros, com o nome de Rua Dr. Lauro Ramos.

Faço esta descrição inicial de teor geográfico e administrativo, pois é interessante deixar claro que Veiros e Murtosa, especialmente as terras e gentes de Santa Luzia, estavam irmanadas por laços familiares e de vizinhança, e de propriedades, que a criação do concelho da Murtosa e consequente demarcação e abertura de novos registos conservatórios veio separar e, progressivamente, passou a incutir a sensação de que eram mundos diferentes, quando, antes, eram um mesmo mundo. Pode-se dizer isto a propósito dos laços desta família virada para Veiros, como se pode dizer da família dos Henriques ou Raimundos, também dessa mesma rua, construtores navais de Santa Luzia, em cuja história nasceu a cava da Ribeira Nova como derivação do esteiro da Ribeira de Veiros, que aí se fazia o lançamento à água das embarcações construídas, reparadas ou simplesmente pintadas as proas, nos estaleiros desta família por várias gerações bem identificadas (nada menos que três oficinas distintas, ou estaleiros) em Santa Luzia. Mas essa História foi engolida pelos contadores de histórias ao serviço do novo concelho da Murtosa, e de tudo isso se passou a dizer que é Murtosa, ...onde lembrar os laços originais passou a blasfémia. De resto, é memorável aquela frase do Dr. António Augusto Valente de Almeida, na conversa com o Ministro do Interior, Almirante Jorge Afreixo, no seu Gabinete do Terreiro do Paço, em 16 de Outubro de 1926, quando este lhe diz “*então, vamos criar o concelho da Murtosa com as freguesias da Murtosa, do Bunheiro e de Veiros, a destacar do concelho de Estarreja*”; ora, segundo o relato deste episódio, que nos é feito pelo Dr. José Tavares a págs. 70-71 do Volume 5 das Notas Marinhoas, Valente de Almeida terá replicado: “*Mas para que havemos de tirar Veiros a Estarreja? Basta-nos a Murtosa e o Bunheiro para o novo concelho.*” ...E assim se explica, infelizmente, tanta coisa preconceituosa.

Vamos então entrar na casa da Quinta do Rego d'Água; e daí, depois de esclarecida a origem da família, vamos seguir para Veiros, onde se vão casar com senhoras desta freguesia paroquial, os irmãos António Joaquim Freire Pereira de Melo e João Agostinho Freire Pereira de Melo, tendo este último sido o pai do [Dr.] João Carlos de Assis Pereira de Melo, que aqui nos traz a este artigo, e que Lagoeiro cognominou como “Fundador de Estarreja”

Um apelido familiar pode ter muito peso; e esse é aqui o caso. Vejamos como surgiu. Num dos meus escritos reunidos em Livro com o título “Veiros per omnia saecula”, editado em Março de 2017

(disponível para leitura na secção Fundo Local, na Biblioteca Municipal) dediquei algumas páginas a esta distinta família de Veiros, tendo por base as preciosas Notas de José Tavares – dispersas e por isso apenas Notas, como ele adverte, mas nos permitem “recorte e novo arranjo”, especialmente no volume III, com o subtítulo genérico de “Guerra e Paz”, muito centrado nas famílias emergentes da casta de mandança na milícia nacional designada por “Ordenanças”, que em todos os concelhos tinham uma estrutura paramilitar dependente do poder municipal, sob a superior chefia de um capitão-mor com o seu Sargento-mor, capitães de Companhia e Alferes; e toda essa classe, que ascendia por escolhas, compadrios e nomeações directas, que não por formação ou vínculos de carreira, beneficiava de grandes honras e privilégios. É nesse meio que encontramos a ascendência dos Pereira de Melo de Veiros, que resumi em “Veiros per omnia saecula” e daí, em parte, uso aqui.

### O Fundador de Estarreja, porquê?

Resultado das pesquisas e reflexões que venho fazendo, Estarreja é uma sede municipal que nunca foi nem é, nem será, grande, ficando para trás na ambição e no progresso em relação aos vizinhos, resultado do espartilho que lhe foi imposto com a condição de Couto a trabalhar e produzir para alimentar o Convento de Arouca, e a ser governado pela sua madre-abadessa e seus mandatários ou procuradores aqui instalados na pequena quinta e Celeiro, no Outeiro da Marinha, junto à Câmara e Tribunal (antigos e demolidos). E essa servidão sempre remeteu a população para obediências e vistas curtas, e cerceou liberdades e ambições.

A prova maior, em minha opinião, é o facto gritante de nem sequer uma Igreja Matriz existir no centro urbano, nem a própria freguesia reclamar a sua sede na vila-cidade com a designação de Estarreja – freguesia de Estarreja – mesmo depois da separação da Igreja e Estado e da freguesia paroquial se ter cindido, por lei, em freguesia civil e paróquia, embora territorialmente uma unidade. Aliás, lembra-se que a condição para ser freguesia era, primeiramente, ser paróquia, o que correspondia a ter uma Igreja Matriz condigna, obter aprovação episcopal e garantir a sustentação do clérigo, no que obrigava ao empenho das famílias. Esta situação, século após século, não gerou na população burguesa [da vila] um sentimento de identidade, de união e de pertença efectiva em torno de valores centrais, culturais, que a freguesia paroquial e a vivência paroquial habitualmente inculcavam nas gentes.

Casamentos, baptizados, festas do padroeiro, Natal, Quaresma, Semana Santa e Páscoa – tudo poderosos factores de força e unificação num qualquer burgo na sua expressão mais central, ou centro histórico, ou casco antigo, ou centralidade municipal – nunca existiram. Aqui, a vila estava ao serviço do Convento/Mosteiro e dependia dele, ... e a ele se vergava a Câmara, como foi historicamente notória a disputa entre esta e as poderosas freiras de Arouca, a propósito dos impostos sobre o pescado no Mercado de Veiros, disputa essa que subiu ao Tribunal da Relação do Porto e levou à extinção daquele Mercado secular e de grande importância económica e social, em 22 de Maio de 1792, com prejuízos incalculáveis para o concelho e com o declínio que se abateu sobre aquela freguesia. Portanto, tínhamos, por um lado, o domínio material do Convento, e, por outro, a Igreja ao serviço das almas e a marcar o compasso do tempo, governando as manifestações culturais mais autênticas e dependendo da superior autoridade do Bispo da Diocese.

Talvez por tudo isto, uma dificuldade nata de coexistência e protagonismo no mesmo pequeno espaço central no burgo, o que terá levado a que a Igreja Matriz, por meados do milénio, tendo saído da sua sede original no lugar de Beduído, tenha sido instalada fora da vila – certamente por decreto episcopal – lá no lugar a que agora se chama Santiago, onde se manteve sempre com uma mística rural sem atratividade, de tal modo que ainda nos nossos dias a envolvência mais parece um sítio de aldeia.

Ora, esta realidade criou um vazio cultural no burgo e marcou (condicionou e definiu negativamente) a idiossincrasia dos estarrejenses, sempre resignados a estas fatalidades do destino. Para preencher esse vazio, numa emanação de liberdade e iniciativa que só de si dependia, nasceram festas de substituição e de animação burgueso-populares à margem do sentimento e espírito comandado pela Igreja, que o calendário consentia e a que dava espaço, instalando-se paulatinamente um certo culto “carnavalesco” ou entrudesco, que em Estarreja tem raízes antigas e forte implantação.

Estarreja só era considerada vila porque, de acordo com a noção intuitiva decorrente dos costumes aplicados ao entendimento do que eram cidades, vilas, aldeias e lugares, existia cá uma Câmara com o seu Juiz; mas, nem uma Igreja, nem uma Misericórdia e hospital ou asilo, nem uma escola, que esta, digna desse nome, só no século XIX passou a existir por dádiva do rico esclavagista Conde de Ferreira. Estarreja era pouco mais que uma aldeia com duas ruas ou caminhos dominantes que convergiam no Outeiro da Marinha e, mais concretamente, defronte do Celeiro dos procuradores de Arouca, onde implantado um pelourinho que veio a ser criminosamente demolido na década de 1870<sup>2</sup>. Difícil de imaginar tudo isto, especialmente se ao burgo actual tirarmos a Praça Francisco Barbosa e o edifício da Câmara, o Correio, a Biblioteca, a capela de Santo António, a rua Visconde de Valdemouro, a avenida Visconde de Salreu, a estação e linha do caminho de ferro, a rua Alberto Vidal, a rua do Jornal de Estarreja e toda a zona a nascente do edifício dos Paços do Concelho actual, que era uma extensa quinta de agricultura e vinhedo; e se deixarmos só a Casa da Praça com uma quinta por detrás que ia até à actual rua Joaquim Ruela, mais a Casa que foi Tribunal e Câmara até 1896, situada onde agora é uma esplanada do bar Tomázia, mais uma rua para o esteiro (actual Manuel Barbosa, donde uma derivação para o rio na direcção de Salreu), mais uma rua a noroeste (actual Desembargador Correia Teles) e outra rua para Noroeste (actual Souto Alves que se continuava pela rua De Trás (assim designada depois de aberta a rua das Amoreiras, actual Jornal de Estarreja). Tiremos tudo isso e que fica? – Difícil imaginar e qualificar. Pois era isso (esse deserto urbano) a vila de Estarreja; e foi naquela Câmara antiga (figura 5) que entrou, como presidente, em 1857/8, o Dr. João Carlos de Assis Pereira de Melo, da Casa da Mâmoa, de Veiros. Estarreja tinha acabado de sair duma era de subordinação a interesses conventuais<sup>3</sup> e era terreno fértil para se fazer obra, assim tivesse à sua frente gente esclarecida e ambiciosa, como aquela que surgiu em tempos subsequentes à criação do Partido Regenerador.

Lembremos que só a partir daquele dia de 22 de Junho de 1846, Estarreja foi libertada do jugo do Convento de Arouca e começou a ganhar verdadeiro espírito municipal sem tutelas de senhorios territoriais. A obra levada a cabo no período 1858-1873 e o espírito de regeneração (Partido Regenerador, que o Dr. João Assis encabeçava em Estarreja), trazidos à Vila e ao Concelho durante a sua presidência, transformaram, ou refundaram a vila e o concelho. Por isso, Lagoeiro achou que lhe ficaria bem o qualificativo de Fundador. Poderá questionar-se que se fez nos 12 anos que passaram entre a extinção do domínio do Convento e o início deste período regenerador em Estarreja? Claro que sim, e a resposta parece fácil, se nos situarmos no imobilismo conservador e resignado, herdado, que levou o seu tempo a ganhar espírito de mudança.

## A Família

Sob o título deste artigo, ocupo-me especialmente em deixar informação sobre a pessoa do Dr. João Carlos de Assis Pereira de Melo (1824-1904). Mas reportando-nos ao tempo e circunstâncias da

<sup>2</sup> Sessão da Câmara de 21-01-1875, presidida por Joaquim Manuel Ruela.

<sup>3</sup> Carta de Lei de 22-06-1846, que isenta os habitantes do concelho de Estarreja do pagamento de Foros ao Convento de Arouca, e é confirmada a extinção de todos os direitos territoriais daquele Convento.

sua vida, mormente familiares, sociais e políticas, há especial relevância em deixar aqui uma abordagem à família. E isso contribuirá também para que fiquem esclarecidas confusões, frequentes, em escritos por aí publicados, e alguns deles com chancela de história. Faço questão de deixar claro que a fonte principal do conhecimento para aqui trazido é a obra “Notas Marinhoas” do Dr. José Tavares Afonso e Cunha, publicação do autor em seis volumes; e também alguma sistematização sobre as Actas da Câmara Municipal, como alguns dados publicados pela Junta de Freguesia de Veiros anteriormente à sua extinção e agregação a Beduído, em 2013; e ainda o conhecimento pessoal que me foi transmitido por via oral, por contemporâneos de alguns distintos membros dessa família, aqui referidos; e, finalmente, como resultado de uma longa conversa em 2018, com o titular da Quinta da Mâmoa, Dr. José Osório Pereira de Melo, neto (já nonagenário) do Dr. João Assis, com quem falei.

Os apelidos Pereira de Melo, da família que cá viveu ao longo de dois séculos, aparecem por aí em variadíssimas circunstâncias, especialmente topónimos de ruas e em documentos de ínole histórica do concelho, mas sempre um mesmo nome, João Carlos de Assis Pereira de Melo, ou então partes dele, como sejam, João Carlos Assis, ou João Assis, ou simplesmente Pereira de Melo. Efectivamente, ao longo de várias gerações, alguns ganharam especial destaque pela sua intervenção na vida pública, onde dois deles, de gerações e tempos distintos, subiram até ao patamar parlamentar, em Lisboa. Mas além destes, outros dessa família aparecem em registos de ínole histórica local. Ora, tendo-se repetido um mesmo nome por membros da mesma família em gerações sucessivas, tal pode dar, e deu, origem a confusões, tornando-se problemático distinguir, por vezes, quem é quem e quem fez o quê. Daí, infelizmente, notarem-se erros e dados biográficos trocados.

Esta história, no que respeita a Veiros, porque há outros Pereira de Melo noutras terras, e até aqui bem próximo no concelho, começa com António Joaquim Freire Pereira de Melo e seu irmão João Agostinho Freire Pereira de Melo, de quem se escreve que eram da Murtosa e vieram casar em Veiros, onde constituíram descendência. Juntando dados dispersos e resumindo-os para aqui, o apelido Freire Pereira de Melo surgiu nestes dois irmãos pela primeira vez nesta família, em resultado da composição de apelidos (nada linear) dos lados paterno e materno de pais e avós. E como se pode concluir a partir das fontes atrás indicadas, não se tratava duma família de raízes na Murtosa.

Vejamos. Agostinho Antão Pereira, Sargento-mor, filho do capitão-mor Custódio Antão Pereira, de Beduído, casou na Murtosa com Cristina Maria da Silva que tinha ascendentes na Murtosa e em Veiros. Filho deste casal, o Dr. Gonçalo António Pereira da Silva casou com Ana Clara Marcelina Freire de Andrade, de Aveiro, que era filha do Dr. António Simões de Figueiredo, da Vera Cruz, e de Conceição Maria Luiza Freire de Melo, de Esgueira. É nestes apelidos que, de modo nada linear, se vai buscar matéria para o apelido Freire Pereira de Melo, que surge inicialmente nos irmãos António Joaquim e João Agostinho, nascidos na Quinta do Rego d’Água; e estes, por casamentos, vêm radicar-se em Veiros.

António Joaquim Freire Pereira de Melo, nascido na Quinta do Rego d’Água, foi Capitão-mor de Estarreja e radicou-se em Veiros por casamento com Maria Rita Vaz da Silva, filha do licenciado em Direito, Manuel José Vaz, do lugar da Mâmoa de Veiros, e ficaram a residir na Casa da Ajuda (figura 3). O capitão António Joaquim foi juiz da Igreja de Veiros, tendo presidido à reabertura da Matriz de S. Bartolomeu após as grandes obras de reparação a que foi submetida entre 1808 e 1819, passados dois séculos sobre a sua edificação. E veio a ser o primeiro Regedor entre os anos de 1836 e 1848, com a entrada em vigor do Primeiro Código Administrativo, quando criado esse cargo político civil, deixando a Freguesia de estar sob a alçada do Reitor de Beduído e passando para a alçada directa do presidente da Câmara.



*Figura 2. Quinta do Rego da Água*



*Figura 3. Quinta da Ajuda*



Figura 4. Quinta da Mamoa



Figura 5. Assinalado com uma seta, o edifício da Câmara / Tribunal, anteriormente a 1896. Foi demolido em meados do século passado

João Agostinho Freire Pereira de Melo (irmão do anteriormente referido), também nascido na Quinta do Rego d'Água, foi capitão de tropa de linha e, segundo as tradições da família, esteve presente na Convenção de Évora-Monte, em 26 de Maio de 1834, onde foi dada por finda a Guerra Civil e a capitulação dos Miguelistas. Casou em Veiros com Maria Tereza Pereira da Silva, da Quinta da Mâmoa (figura 4), e aí ficaram a residir. Ao tempo deste casamento, João Agostinho era o Capitão da Companhia de Ordenanças de Veiros e Murtosa, freguesias contíguas, ambas do concelho de Estarreja. É deste casamento do João Agostinho e da Maria Tereza, que veio a nascer o [Dr.] João Carlos (de Assis Pereira de Melo), de quem nos ocupamos particularmente, e ficou mais conhecido por Dr. João Assis.

### **Uma sucessão de Pereiras de Melo (mesmo nome, sobrenome e apelidos)**

João Carlos, ou João Assis, nasceu em 1 de Setembro de 1824 e faleceu em 6 de Março de 1904. Casou em 1878 com Maria Generosa de Menezes Correia Leite de Almada, e residiram na Casa e Quinta da Mâmoa, nela sucedendo a seu pai, o capitão João Agostinho. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra (bacharel, como então se estabelecia), foi deputado nas Cortes pelo Concelho de Estarreja, entre 1864 e 1874; e foi administrador do concelho e presidente da Câmara Municipal de Estarreja entre 1858 e 1873; e, depois deste período, voltou à presidência da Comissão Administrativa Municipal em 1900<sup>4</sup>. E foi também juiz de Direito. Enquanto presidente da Câmara Municipal de Estarreja, o Dr. João Assis desencadeou o processo de construção da Estrada Municipal (mais tarde

<sup>4</sup> Ver nota 1 de rodapé.

EN109-5) a ligar a vila sede do concelho ao centro de Pardelhas<sup>5</sup>, mais tarde prolongada para o Cais da Bestida [e ligação à Torreira, por lanchas de transporte de pessoas e mercadorias], toda ela com pavimento em paralelepípedo e com traçado rectificado nuns locais e totalmente novo noutras, como sejam, entre a Póvoa e Veiros, e entre Santa Luzia de Veiros e Pardelhas.

Foi obra ambiciosa e de grande alcance para o concelho, que passou a dispor duma boa via longitudinal, em conjugação com o incremento na movimentação de pessoas e mercadorias, que o caminho de ferro estava a introduzir desde a estação de Estarreja inaugurada neste seu tempo, em 1863, e construída em terrenos que eram propriedade do Dr. João Assis, que para esse fim os ofereceu e cedeu gratuitamente. Dele escreveu o Dr. José Tavares: *legou às tradições da Marinha um nome aureolado de prestigiada simpatia por sua integridade de carácter, grande bondade e trato verdadeiramente fidalgo: deve-lhe Estarreja obras e serviços que nem por estarem esquecidos deixaram de lhe marcar feição e de a salvar para um futuro digno de sede de concelho: referimo-nos à estação do caminho de ferro, que esteve inicialmente destinada a Salreu, e à grande Praça que coroa o Outeiro da Marinha e onde mais tarde [1892-1896] Francisco Barbosa [presidente da Câmara] veio a erguer os actuais Paços do Concelho.*

Notável e geralmente não referida, foi a sua acção no ano de 1900, já com 76 anos de idade, como líder do Partido Regenerador no concelho. O governo da Câmara tinha passado para o Partido Progressista em 1885 e não se vislumbravam sinais de alternância. Na sua casa da Mâmoa, em Veiros, organizou um encontro com 41 personalidades influentes, e aí foi constituída uma Comissão Deliberativa<sup>6</sup>, a que presidiu, donde saíram depois as estratégias que, nesse mesmo ano de eleições concelhias, fizeram voltar os Regeneradores à Câmara. Esse evento ficou conhecido por “Reunião de Veiros” (págs. 111-116, Vol. V, Notas Marinhoas).

Em Veiros, foi juiz da Confraria do Santíssimo, que desempenhou um papel decisivo nas grandes obras de recuperação da Matriz depois do incêndio que a devastou em 1855. A Igreja foi reaberta ao culto em 22 de Agosto de 1860 com um solene Te-Deum. Nessas obras, foi colocado telhado novo, todos os altares e a sanefa em arco de cruzeiro. E salienta-se que o altar frontal-lateral-direito, dedicado a Nossa Senhora do Rosário, em tudo igual ao que está na capela particular devotada a São João na Casa da Mâmoa, terá, eventualmente, sido por ele oferecido. É dúvida que fica e para a qual não obtive esclarecimento.

Do casamento com D. Maria Generosa, passou-se à terceira geração, onde se distinguem, em Veiros, o Doutor Juiz Joaquim Lívio de Assis Pereira de [Menezes de Almada e] Melo e o seu irmão, João Carlos de Assis Pereira de Melo; este, com nome igual ao do pai, não fez estudos superiores, era tratado simplesmente por senhor João Carlos, foi um muito conhecido Secretário da Câmara Municipal e membro dirigente local do Partido da União Nacional.

Finalmente, com interesse para esta narrativa, João Carlos foi o pai dum outro João Carlos de Assis Pereira de Melo, que teve casa de família e residência em Santa Luzia de Veiros, licenciado em Direito (nalguns escritos diz-se, erradamente, que em Medicina), que cá exerceu advocacia e foi delegado

<sup>5</sup> Pardelhas tinha sido incorporada no município de Estarreja com a, então, recente reforma administrativa do regime liberal. E também aí, no centro dessa localidade, desde 1793, instalado o Mercado do Peixe (nesse mesmo ano extinto em Veiros), havendo, assim, dois polos económicos no município. Essa situação e essa estrada, ao tempo moderna, foi um elo fundamental de promoção da zona da Murtosa, que logo nos finais desse século XIX começou a aspirar ser município e veio a conseguir-lo em 1926, no contexto da Revolução Nacional de 28 de Maio, em ambiente favorável de amizades do então Ministro do Interior. Vide Notas Marinhoas, Volume 5.

<sup>6</sup> Ver Nota 1 de rodapé.

do Procurador da República; e foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Estarreja; e foi vice-presidente da Comissão Distrital de Aveiro do Partido da União Nacional e, pelo círculo eleitoral de Aveiro, foi deputado na Assembleia Nacional entre 1949 e 1957. Na verdade, nomes iguais, pessoas distintas e factos com relevo na vida pública, tudo se prestando a confusões, que aqui ficam esclarecidas.

Voltando atrás, ao Dr. Joaquim Lívio, este licenciou-se em direito e foi Juiz em Estarreja; e presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal no triénio 1914-16. Casou com Maria dos Prazeres Menezes e Castro Gouveia, e vieram a ser os continuadores da Casa da Mâmoa. Em Veiros, o Dr. Joaquim Lívio foi secretário da Junta de Paróquia entre 1872 e 1878; e Regedor, de 1879 a 1885; e voltou a este cargo em 1911, depois da implantação da República, agora com a nova designação de Junta de Freguesia. A Comissão de Toponímia de Veiros atribuiu o seu nome à rua onde sita a Casa da Mâmoa – rua Dr. Joaquim Lívio. Seus contemporâneos há quarenta anos, com quem convivi, diziam que este Pereira de Melo era um verdadeiro republicano e democrata, distinguindo-se do irmão, João Carlos, um conservador e salazarista.

Ainda sobre João Carlos e o seu tempo em Veiros, acrescenta-se que foi Regedor entre 1955 e 1967; e logo no ano de 1956, mercê da sua força política, foi desencadeado o processo de obra na Ribeira de Veiros, com a construção de robustos e equilibrados muros de pedra, que fizeram dela (talvez) a mais bela das Ribeiras das terras marinhas. Também por seu impulso, pavimentou-se com paralelepípedo a estrada do Canedo, que, no percurso dentro do casario no lugar da Areia, em derivação da N109-5, veio a receber o topónimo com o seu nome (João Carlos de Assis). E remodelou-se o largo fronteiriço à Igreja Matriz, tendo sido construído um novo cruzeiro com pedestal em forma dumha enorme bola de granito e iluminação. Nessa obra, foi removido o cruzeiro que ái se encontrava, indo substituir um outro de menor qualidade, na bifurcação de ruas onde tem início a do Cruzeiro, que leva a Estarreja pela estrada do Molarinho. Este senhor João Carlos foi o mentor e criador do primeiro Rancho Folclórico de Veiros e do concelho de Estarreja, com a designação de Rancho Regional de Estarreja, com existência entre 1939 e 1947, cujo “quartel” era nas instalações anexas à sua residência, na Casa da Ajuda. Este rancho representou Estarreja nas Comemorações Centenárias do Mundo Português, em Lisboa, em 1940; e também representou o Concelho em outros certames de nomeada, designadamente na cidade de Aveiro, logo em 1939, de que há registos fotográficos.

Filho deste último, foi o terceiro João Carlos de Assis [de Menezes e Castro] Pereira de Melo, já atrás indicado e sumariamente caracterizado na sua vida pública, que nasceu em Veiros, na Casa da Ajuda, em 1912, e faleceu no Estoril em 1971, onde residia ao tempo. E tendo falecido ainda novo e no mesmo ano de seu pai, tal coincidência contribui para confusões escritas por aí. A Casa da Ajuda e a residência de Santa Luzia foram alienadas para outras famílias, mas a Quinta da Mâmoa ainda está na posse de descendentes directos – o Dr. José Osório Pereira de Melo e seus filhos e netos.



*Figura 6. 3 distintas pessoas do mesmo nome (João Carlos de Assis Pereira de Melo). Da esquerda para a direita, pai, filho e neto, como descrito no texto*

## E termino com uma crítica à Toponímia de Estarreja

No **Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia, de Estarreja**, lê-se, no parágrafo inicial do preâmbulo, que a toponímia, “...para além do seu significado e importância como elemento de identificação, orientação, comunicação e localização dos imóveis urbanos e rústicos é, também e enquanto área de intervenção tradicional do Poder Local, reveladora da forma como o Município encara o património cultural.” E noutro parágrafo, “...Os nomes... reflectem e deverão continuar a reflectir os sentimentos e as personalidades das pessoas e memoriam valores, factos, figuras de relevo, épocas, usos e costumes, ...traduzindo a memória das populações...”. E ainda de salientar noutro parágrafo, “...devem ser estáveis e pouco sensíveis às simples modificações de conjuntura...”

Como cidadão, não posso estar mais de acordo com o que transcrevi daquele Regulamento, mas quem olhar para a toponímia da vila-cidade de Estarreja no presente, e comparar com o que era em meados do século passado, encontra duas realidades distintas, e é pena, muita pena, porque se obliterou muita memória e importâncias histórico-culturais e se caiu em facilismos e cedências circunstanciais. E o melhor exemplo disto é a Praça Central, mandada edificar com a actual configuração em planta, ao tempo do atrás referido Dr. João Carlos de Assis Pereira de Melo, e então se ficou a chamar, simplesmente, Praça ou Largo Municipal. Passou a ser designada por Praça Vasco da Gama, por Deliberação de 11-05-1898. Mas em 17-11-1926, a simples título de actualização da toponímia, a Câmara deliberou que passasse a Praça Sotto-Maior. E não satisfeitos, logo em 16-11-1927, a mesma Câmara muda-lhe o nome para Praça Francisco Barbosa.

Mais tarde, em data que não precisei, Francisco Barbosa passou a ter ali um busto. Ora, este edil, por brilhante que fora ao empreender a construção do emblemático edifício novo dos Paços do Concelho<sup>7</sup>, deveria ter-lhe sido rendida essa homenagem do busto, colocando-o no átrio do edifício. A memória do “Francisquinho” como carinhosamente o povo lhe chamava, liga-se ao edifício dos Paços do Concelho. Já a Praça, coração dum conjunto vasto de obras públicas a dar feição de vila a Estarreja, deveria chamar-se (digo eu e ouvi-o a muito boa gente, e até está escrito por aí em tom de crítica, como aqui) Praça Dr. João Assis; e por baixo (João Carlos de Assis Pereira de Melo); e logo abaixo (1824-1904); e na última linha, “Presidente da Câmara e criador deste Largo Municipal”. Assim, sim! A toponímia seria levada a sério, respeitadora e esclarecedora. Pois claro, esclarecedora. Actualmente, em Estarreja, cidade, e na localidade de Veiros, encontramos ruas com os nomes “Rua João Carlos Assis”, “Rua Doutor Pereira de Melo” e “Rua Doutor João Assis”. Quem são? Por que se distinguiram? Mas, mais curioso, é que a Rua Doutor Pereira de Melo em 1950, é agora Rua Desembargador Correia Teles; e ao Doutor Pereira de Melo, mandaram-no para a Estrada do Agro. É pena! Mas há muito, muito mais assim! A toponímia é história e identidade; e devia estar consagrada, até em livro, com edições de actualização a períodos convenientes. É uma opinião de quem gosta de Estarreja e de História. E por aqui me fico.

\*\*\*

---

<sup>7</sup> Os encargos totais da construção do edifício foram suportados pelos cidadãos municipais contribuintes, aos quais, até total liquidação dos empréstimos contraídos para a realização do capital, foi aplicada uma taxa adicional de 10% às Contribuições pagas ao Estado. Vide págs. 44-45, Volume V, Notas Marinhoas.



# A “HIDRO-ELÉCTRICA” DE ESTARREJA: HOMENS E MULHERES QUE FIZERAM A FÁBRICA

*Juliana Cunha\**

*Aos trinta e um dias do mês de outubro de mil novecentos e cinquenta e um, reuniram em Assembleia Geral os sócios da firma Carlos Marques Rodrigues e filhos, com sede social nesta vila de Estarreja.*

Ata da empresa *Carlos Marques Rodrigues & Filhos (1951)*<sup>1</sup>

A “Hidro-Eléctrica” de Estarreja, antiga fábrica de descasque de arroz que iniciou a laborar a 17 de janeiro do ano de 1922, é a consequência de um território com características lagunares que o Homem transformou em terrenos propícios ao cultivo do arroz. É, igualmente, a criação de uma identidade numa determinada época histórica e é feita de pessoas, homens e mulheres que de alguma forma a ela estão ligados.

Em números anteriores da Revista Terra de Antuã, já explanamos e homenageamos o homem e a individualidade que foi Carlos Marques Rodrigues (1882-1976), o fundador da “Hidro-Eléctrica” de Estarreja, assim como abordamos a sua visão empreendedora e avançada no tempo, materializada na modernização da maquinaria da própria fábrica e na construção da turbina hidro - elétrica que fornecia energia para a unidade industrial. Em 2022, ano de centenário do início de laboração da fábrica, dedicou-se o capítulo das Saudades do anterior número da Revista a este equipamento que marcou o progresso e a indústria do concelho.

Cento e um anos depois, este imóvel identitário está requalificado e transformar-se-á numa nova unidade museológica - a “Fábrica da História”, que se dedicará à salvaguarda, valorização e promoção do património cultural e identitário do cultivo do arroz no concelho de Estarreja, assim como à valorização do património industrial de uma das fábricas mais mediáticas do território.

Ao longo dos anos em que esteve a laborar, vários homens e mulheres estiveram ligados a esta antiga fábrica, nomeadamente no que respeita à gerência e administração da mesma. É acerca destas gentes, homens e mulheres que fizeram a fábrica, que pretendemos abordar neste artigo.

## Os Sócios-Gerentes

A “Hidro-Eléctrica” de Estarreja, empresa industrial e familiar, foi sempre gerida pela família Marques Rodrigues. Apesar do fundador da antiga Fábrica de Descasque de Arroz, **Carlos Marques Rodrigues**, ter tido um papel ativo e fundamental nos assuntos da unidade industrial até ao fim da sua vida, as gerações seguintes passaram a gerir a mesma: primeiramente os filhos e posteriormente os netos.

\*Licenciada em Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica (pré-Bolonha) pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Mestranda em Património Cultural e Museologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Técnica Superior da Divisão da Cultura Eventos e Turismo da Câmara Municipal de Estarreja. Responsável do Museu “Fábrica da História”.

<sup>1</sup> Arquivo Pessoal de família. Documento gentilmente cedido por Anabela Amorim.



*Carlos Marques Rodrigues (1882-1976), fundador da "Hidro-Eléctrica" de Estarreja<sup>2</sup>*

**Eurico Carlos Teixeira da Costa Marques** (1908-1979) e **Mário Marcelo Teixeira da Costa Marques** (1917-1966), filhos de **Carlos Marques Rodrigues** (1882-1976) e de Isabel Maria de Sá Teixeira da Costa Marques (188? -1967), foram a geração seguinte a administrar e gerir a fábrica de descasque de arroz.

**Eurico Carlos Teixeira da Costa Marques**, o filho mais velho do casal Marques Rodrigues, nasceu no ano de 1908, em Estarreja. Figura relevante na administração e gerência da fábrica, terá herdado do seu pai a visão empreendedora e o espírito de trabalho. Casou com Maria Carminda Marques Figueira Vidal (1906-2005) e dessa união nasceram dois filhos: **Carlos Eurico Figueira Marques** e Isabel Maria Figueira Marques.

Homem ativo na sociedade, além de comerciante e industrial, esteve também envolvido em questões sociais e políticas na terra onde o viu nascer. Foi vice-provedor da Santa Casa da Misericórdia de Estarreja na década de 40 do século passado, assim como vogal e vereador efetivo da Câmara Municipal de Estarreja entre meados da década de 40 e início da década de 50. Veio a falecer em 1979, três anos após a morte do seu pai, **Carlos Marques Rodrigues**, que faleceu em 1976 com 94 anos.

<sup>2</sup> Arquivo Pessoal de família. Fotografia gentilmente cedida por Anabela Amorim.



*Eurico Carlos Teixeira da Costa Marques (1908-1979)<sup>3</sup>*

**Mário Marcelo Teixeira da Costa Marques**, o filho mais novo do casal Marques Rodrigues, nasceu a 2 de julho de 1917, na vila de Estarreja. Casou com Maria Hermínia do Amaral Nunes Antão e dessa união nasceram três filhos, Maria Manuela Antão Costa Marques (1951-1983); **José Carlos Antão da Costa Marques** (1954-2018) e Mário Marcelo Antão da Costa Marques (1956-2002).

Industrial, foi sócio-gerente da antiga fábrica de descasque de arroz, a “Hidro-Eléctrica” de Estarreja, juntamente com o seu pai **Carlos Marques Rodrigues** e o seu irmão mais velho, **Eurico Carlos Teixeira da Costa Marques**.

Faleceu precocemente a 24 de agosto de 1966, com apenas 49 anos.

---

<sup>3</sup> Arquivo Pessoal de família. Fotografia gentilmente cedida por Anabela Amorim.



Mário Marcelo Teixeira da Costa Marques (1917-1966)<sup>4</sup>

Em 1950 é oficializada em Diário do Governo III Série n.º 232 a constituição da sociedade comercial em nome coletivo entre Carlos Marques Rodrigues, Eurico Carlos Teixeira da Costa Marques e Mário Marcelo Teixeira da Costa Marques.

Segundo o mesmo documento oficial, a sociedade adopta a firma de **Carlos Marques Rodrigues & Filhos** e tem a sua sede na vila e concelho de Estarreja, no lugar do Outeiro da Marinha.<sup>5</sup>

Relativamente ao seu objeto, é a indústria de descasque de arroz e outros cereais, o qual, mediante resolução unânime dos sócios, pode ser ampliado a qualquer outro ramo da indústria ou de comércio.<sup>6</sup>

O artigo 4º do documento informa que o capital social é de 300.000\$, fornecido pelos três sócios em partes iguais<sup>7</sup>. Segundo o artigo 5º, **Carlos Marques Rodrigues** entra para a sociedade com prédios, que constituem a fábrica de descasque de arroz a Hidro-Eléctrica... e ainda com todos os maquinismos que constituem a mesma fábrica e instalados nos dois prédios urbanos referidos, e com os móveis, alvará, direitos, acções, activo e passivo que constituem o mesmo estabelecimento comercial, no valor de 100.000\$. Quanto aos restantes sócios,

<sup>4</sup> Arquivo Pessoal de família. Fotografia gentilmente cedida por Anabela Amorim.

<sup>5</sup> Diário do Governo III Série, n.º 262, 1950 (artigo 1º).

<sup>6</sup> Diário do Governo III Série, n.º 262, 1950 (artigo 2º).

<sup>7</sup> Diário do Governo III Série, n.º 262, 1950 (artigo 4º).

<sup>8</sup> A Diário do Governo III Série, n.º 262, 1950 (artigo 5º).

**Eurico Carlos Teixeira da Costa Marques e Mário Marcelo Teixeira da Costa Marques,** entraram cada um para a sociedade com 100.000\$, em dinheiro<sup>9</sup>.

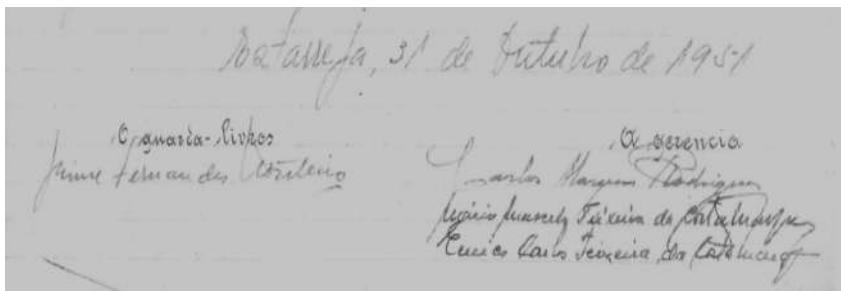
No artigo 7º ficou explícito que os ganhos e as perdas serão divididos entre os sócios em partes iguais<sup>10</sup>, e segundo o artigo 8º, os três sócios são gerentes, com iguais poderes e sem direito a qualquer remuneração<sup>11</sup>, assim como nenhum dos gerentes poderá nessa qualidade firmar letras de favor nem assumir obrigações de avalista, fiador ou abonador<sup>12</sup>.

O artigo 10º do referido documento indica que nenhum dos gerentes poderá ceder, total ou parcialmente, a terceiro a sua parte na sociedade nem interessá-lo nessa parte sem acordo expresso e prévio dos demais sócios<sup>13</sup>.

O artigo 11º refere igualmente que: a sociedade não se dissolverá pela interdição nem pela morte de qualquer dos sócios<sup>14</sup>, assim como o representante do interdito ou dos herdeiros e cônjuge do falecido, conforme as partilhas que fizerem, exercerão todas atribuições, incluindo as de gerência, do representado ou falecido<sup>15</sup>.

Constituída a sociedade comercial, é iniciado a 31 de outubro de 1951 o livro das atas da empresa Carlos Marques Rodrigues & filhos.

Nesse mesmo dia, reúnem os sócios gerentes para determinarem o período civil e apuramento e revelação de resultados referentes à campanha 1950/1951. Mais acordaram ainda, que se criasse uma reserva de 150.00\$00 (cento e cinquenta mil escudos) para amortização da sacaria<sup>16</sup>.



Ata número 1 da empresa Carlos Marques Rodrigues & Filhos (1951), com assinatura dos sócios-gerentes Carlos Marques Rodrigues, Mário Marcelo Teixeira da Costa Marques e Eurico Carlos Teixeira da Costa Marques e do guarda-livros Jaime Fernandes Monteiro<sup>17</sup>

Entre outubro de 1951 e março de 1966, os três sócios-gerentes (**Carlos Marques Rodrigues** e os filhos **Eurico Carlos Teixeira da Costa Marques** e **Mário Marcelo Teixeira da Costa Marques**) reuniam em Assembleia Geral, uma a duas vezes por ano, para aprovar o balanço e contas

<sup>9</sup> Diário do Governo III Série, n.º 262, 1950 (artigo 6º).

<sup>10</sup> Diário do Governo III Série, n.º 262, 1950 (artigo 7º).

<sup>11</sup> Diário do Governo III Série, n.º 262, 1950 (artigo 8º).

<sup>12</sup> Diário do Governo III Série, n.º 262, 1950 (artigo 9º).

<sup>13</sup> Diário do Governo III Série, n.º 262, 1950 (artigo 10º).

<sup>14</sup> Diário do Governo III Série, n.º 262, 1950 (artigo 11º).

<sup>15</sup> Diário do Governo III Série, n.º 262, 1950 (artigo 12º).

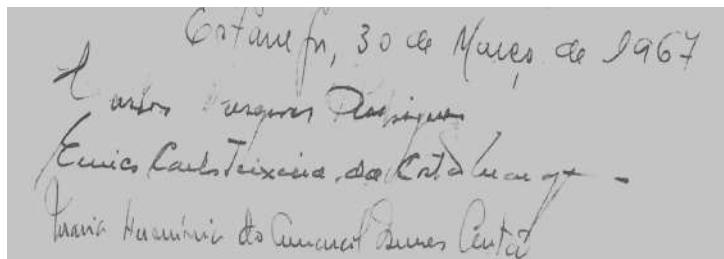
<sup>16</sup> Ata n.º 1 da empresa Carlos Marques Rodrigues & Filhos, 1951. Arquivo Pessoal de família. Documento gentilmente cedido por Anabela Amorim.

<sup>17</sup> Idem.

referentes aos períodos anteriores e para distribuir proporcionalmente as quotas de cada sócio e os lucros líquidos da campanha anterior<sup>18</sup>.

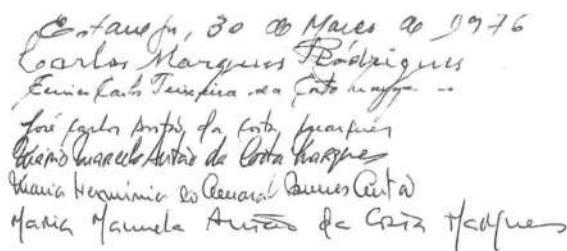
Devido à morte precoce de **Mário Marcelo Teixeira da Costa Marques** em agosto de 1966, e sendo os seus três filhos herdeiros ainda menores, a esposa Maria Hermínia do Amaral Nunes Antão, passa a exercer o direito de todas as atribuições, incluindo as de gerência, do representado ou falecido, conforme documento oficial<sup>19</sup>.

Em 1967, passou a estar presente nas reuniões da Assembleia Geral da firma, conforme a ata n.º 20 demonstra: *Aos trinta dias do mês de Março de mil novecentos e sessenta e sete reuniram em Assembleia Geral Ordinária, na sede social, sita na Rua Doutor Dionísio de Moura, em Estarreja, os sócios da sociedade em nome colectivo “Carlos Marques Rodrigues & Filhos”, estando presentes os Excelentíssimos Senhores Carlos Marques Rodrigues, Eurico Carlos Teixeira da Costa Marques e a Excelentíssima Senhora Dona Maria Hermínia do Amaral Nunes Antão, em representação dos herdeiros do nosso saudoso sócio Mário Marcelo Teixeira da Costa Marques<sup>20</sup>.*



Ata número 20 da empresa Carlos Marques Rodrigues & Filhos (1967), com assinatura dos sócios Carlos Marques Rodrigues, Eurico Carlos Teixeira da Costa Marques e Maria Hermínia do Amaral Nunes Antão (esposa de Mário Marcelo Teixeira da Costa Marques)<sup>21</sup>

Em março de 1976, na reunião que originou a ata n.º 33 da firma **“Carlos Marques Rodrigues & filhos”**, além da esposa do falecido sócio-gerente **Mário Marcelo Teixeira da Costa Marques**, estiveram também presentes os seus três herdeiros, conforme assinaturas do referido documento.



Ata número 33 da empresa Carlos Marques Rodrigues & Filhos (1976), com assinatura dos sócios Carlos Marques Rodrigues, Eurico Carlos Teixeira da Costa Marques, Maria Hermínia do Amaral Nunes Antão, Maria Manuela Antão da Costa Marques, José Carlos Antão da Costa Marques e Mário Marcelo Antão da Costa Marques (esposa e filhos de Mário Marcelo Teixeira da Costa Marques)<sup>22</sup>

<sup>18</sup> Ata n.º 2 da empresa “Carlos Marques Rodrigues & Filhos”, 1952. Arquivo Pessoal de família. Documento gentilmente cedido por Anabela Amorim.

<sup>19</sup> Diário do Governo III Série, n.º 262, 1950 (artigo 12º).

<sup>20</sup> Ata n.º 1 da empresa “Carlos Marques Rodrigues & Filhos”, 1951. Arquivo Pessoal de família. Documento gentilmente cedido por Anabela Amorim.

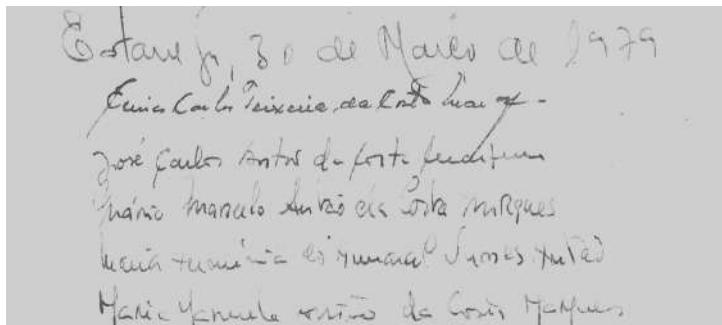
<sup>21</sup> Ata n.º 20 da empresa “Carlos Marques Rodrigues & Filhos”, 1967. Arquivo Pessoal de família. Documento gentilmente cedido por Anabela Amorim.

<sup>22</sup> Ata n.º 33 da empresa “Carlos Marques Rodrigues & Filhos”, 1976. Arquivo Pessoal de família. Documento gentilmente cedido por Anabela Amorim.

No mesmo dia e reunião, *mais foi deliberado, realizar em tempo oportuno, uma nova escritura da sociedade, em que sejam incluídos todos os herdeiros do sócio falecido Mário Marcelo Teixeira da Costa Marques*<sup>23</sup>.

Na referida reunião de 1976 (março), da ata n.º 33, foi a última reunião da sociedade coletiva em que esteve presente o fundador da fábrica de descasque de arroz, **Carlos Marques Rodrigues**, tendo falecido em agosto do mesmo ano.

Com a morte do fundador, nas reuniões da Assembleia Geral dos anos 1977, 1978 e até março de 1979 estiveram apenas presentes: **Eurico Carlos Teixeira da Costa Marques, José Carlos Antão da Costa Marques, Mário Marcelo Antão da Costa Marques e as Exmas., Senhoras D<sup>a</sup> Maria Hermínia do Amaral Nunes Antão e Maria Manuela Antão da Costa Marques**<sup>24</sup>, conforme documentam as atas n.º 34, 35, 36 e 37.



Ata número 37 da empresa *Carlos Marques Rodrigues & Filhos* (1979), com assinatura dos sócios *Eurico Carlos Teixeira da Costa Marques, José Carlos Antão da Costa Marques, Mário Marcelo Antão da Costa Marques, Maria Hermínia do Amaral Nunes Antão e Maria Manuela Antão da Costa Marques*<sup>25</sup>

Depois dos filhos de **Carlos Marques Rodrigues**, a seguinte e terceira geração a administrar os assuntos da antiga fábrica de descasque de arroz foram os netos do fundador: **Carlos Eurico Figueira Marques e José Carlos Antão da Costa Marques**.

Em março de 1979, reuniu em Assembleia Geral a sociedade coletiva e *foi dito pelo sócio Eurico Carlos Teixeira da Costa Marques que desejando ceder aos seus dois filhos, Carlos Eurico Figueira Marques e Isabel Maria Figueira Marques Monteiro, parte da sua quota, solicitava o acordo expresso de todos os sócios tal como o determina o artigo décimo do Pacto Social da Sociedade. Pelos sócios foi declarado que acordam expressamente com a divisão da quota do sócio Eurico Carlos Teixeira da Costa Marques, pelos seus dois filhos Carlos Eurico e Isabel Maria, nas condições que o mesmo estabelecer*<sup>26</sup>.

A sociedade coletiva voltou a reunir em maio de 1979 e por proposta do sócio **Eurico Carlos Teixeira da Costa Marques**, e acordado por todos os restantes sócios, foi deliberado que a gerência da firma fique constituída pelos seguintes sócios: **Carlos Eurico Figueira Marques e José Carlos Antão da Costa Marques**. Em satisfação da alínea b) do artigo oitavo, mais foi deliberado por unanimidade que o vencimento dos gerentes é estabelecido em quinze mil escudos mensais<sup>27</sup>.

<sup>23</sup> Ata n.º 33 da empresa “Carlos Marques Rodrigues & Filhos”, 1976. Arquivo Pessoal de família. Documento gentilmente cedido por Anabela Amorim.

<sup>24</sup> Ata n.º 35 e n.º 36 da empresa “Carlos Marques Rodrigues & Filhos”, 1976. Arquivo Pessoal de família. Documento gentilmente cedido por Anabela Amorim.

<sup>25</sup> Ata n.º 37 da empresa “Carlos Marques Rodrigues & Filhos”, 1979. Arquivo Pessoal de família. Documento gentilmente cedido por Anabela Amorim.

<sup>26</sup> Ata n.º 36 da empresa “Carlos Marques Rodrigues & Filhos”, 1979. Arquivo Pessoal de família. Documento gentilmente cedido por Anabela Amorim.

<sup>27</sup> Ata n.º 38 da empresa “Carlos Marques Rodrigues & Filhos”, 1979. Arquivo Pessoal de família. Documento gentilmente cedido por Anabela Amorim.

Contas p. 31 de Maio de 1979  
Eurico Carlos Teixeira da Costa Marques  
José Carlos Antão da Costa Marques  
Mário Marcelo Antão da Costa Marques  
- mby Seus Filhos  
Maria Hermínia do Amaral Nunes Antão  
Manuela Marques da Costa Figueira  
Isabel Maria Figueira Marques Monteiro

Ata número 38 da empresa Carlos Marques Rodrigues & Filhos (1979), com assinatura dos sócios Eurico Carlos Teixeira da Costa Marques, José Carlos Antão da Costa Marques, Mário Marcelo Antão da Costa Marques, Carlos Eurico Figueira Marques, Maria Hermínia do Amaral Nunes Antão, Maria Manuela Antão da Costa Marques e Isabel Maria Figueira Marques Monteiro<sup>28</sup>

**Carlos Eurico Figueira Marques** (1938-2007), filho de **Eurico Carlos Teixeira da Costa Marques** e de Maria Carminda Marques Figueira Vidal foi sócio-gerente da antiga fábrica de descasque de arroz a partir de 1979.



Carlos Eurico Figueira Marques (1938-2007)<sup>29</sup>

Em 10 dezembro de 1979, após a morte do seu pai (**Eurico Carlos Teixeira da Costa Marques**), volta a sociedade atual a reunir. O objetivo desta reunião foi atualizar a situação consequente do falecimento do Sócio-Gerente, Senhor **Eurico Carlos Teixeira da Costa Marques**, ocorrido no dia seis de

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> Arquivo Pessoal de família. Fotografia gentilmente cedida por Anabela Amorim (esposa de Carlos Eurico Figueira Marques).

*dezembro do ano corrente. Foram debatidos pormenorizadamente todos os problemas pertinentes à sociedade, sendo resolvido, por unanimidade que conjuntamente com o outro Sócio-Gerente Senhor **José Carlos Antão da Costa Marques**, assumirão a condução de todos os negócios da sociedade<sup>30</sup>.*

**José Carlos Antão da Costa Marques** nasceu em 1954 e era o filho do meio de **Mário Marcelo Teixeira da Costa Marques** e de Maria Hermínia do Amaral Nunes Antão.

Sócio gerente da antiga “Hidro-Eléctrica” de Estarreja desde 1979 até ao encerramento da mesma.

Em 2017, num projeto histórico e cultural, cedeu ao Município de Estarreja o seu testemunho como sócio-gerente desta unidade fabril. Faleceu em agosto de 2018.



*José Carlos Antão da Costa Marques (1954-2018)<sup>31</sup>*

*A antiga “Hidro-Elétrica” de Estarreja foi sempre gerida pela família até ao seu encerramento, no final da década de 80 do século passado.*

Em 1988 voltam a reunir pela penúltima vez os sócios-gerentes para decidirem sobre o futuro da sociedade, tendo-se verificado que *a fábrica tal como se encontra é obsoleta, não rentável, não deixando a mínima hipótese de auferir do mínimo lucro com a sua exploração, pelo que foi decidido por unanimidade começar a sua desmontagem imediatamente<sup>32</sup>.*

A última ata é de abril de 1990, onde foi discutido investir *os gerentes da firma dos poderes necessários a intervirem na escritura de venda das instalações desta firma à Cooperativa Agrícola de Estarreja<sup>33</sup>.*

Encerrava-se, assim, um ciclo, uma história e uma fábrica que marcou o progresso e o desenvolvimento industrial no concelho de Estarreja.

<sup>30</sup> Ata n.º 39 da empresa “Carlos Marques Rodrigues & Filhos”, 1979.. Arquivo Pessoal de família. Documento gentilmente cedido por Anabela Amorim.

<sup>31</sup> Fundo Documental Fábrica de Descasque de Arroz, Estarreja. Fotografia de Camilla Watson no âmbito da recolha de testemunhos, 2017.

<sup>32</sup> Ata n.º 55 da empresa “Carlos Marques Rodrigues & Filhos”, 1988. Arquivo Pessoal de família. Documento gentilmente cedido por Anabela Amorim.

<sup>33</sup> Ata n.º 6 da empresa “Carlos Marques Rodrigues & Filhos”, 1990. Arquivo Pessoal de família. Documento gentilmente cedido por Anabela Amorim.

Além dos sócios-gerentes da “Hidro-Eléctrica”, mais homens e mulheres fizeram a fábrica: os funcionários da antiga unidade industrial. Será acerca dessas gentes, estórias e testemunhos que nos debruçaremos num próximo número.



*A família Marques Rodrigues, 1961<sup>34</sup>*

*Em cima, da esquerda para a direita: Maria Manuela Antão da Costa Marques; Eurico Carlos Teixeira da Costa Marques; Maria Carminda Marques Figueira Vidal; Maria Hermínia do Amaral Nunes Antão; Mário Marcelo Teixeira da Costa Marques.*

*Em baixo, da esquerda para a direita: José Carlos Antão da Costa Marques, Carlos Eurico Figueira Marques; Isabel Maria Teixeira da Costa Marques; Carlos Marques Rodrigues; Isabel Maria Figueira Marques; Mário Marcelo Antão da Costa Marques.*

#### FONTES DE INFORMAÇÃO

##### ARQUIVO FÁBRICA DE DESCASQUE DE ARROZ

Fundo documental Fábrica de Descasque de Arroz, Estarreja.

##### ARQUIVO PESSOAL DA FAMÍLIA MARQUES RODRIGUES \*

Fundo documental e fotográfico, Estarreja.

LEITE, Norvinda – *Os eleitos da Câmara Municipal de Estarreja: Referências na atas (continuação) 1910-2013* in Terras de Antuã: Histórias e Memórias do concelho de Estarreja. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja. ISSN 1646-8562. Volume n.º 8, 2014, páginas 241-271.

PEREIRA, Marco - *História da Santa Casa da Misericórdia de Estarreja*. Estarreja: Santa Casa da Misericórdia de Estarreja, 2010.

<sup>34</sup> Arquivo Pessoal de família. Fotografia gentilmente cedida por Anabela Amorim.

\*Voto de agradecimento àqueles que, na construção deste artigo, viabilizaram o acesso às fontes primárias de informação, nomeadamente Anabela Amorim, esposa de Carlos Eurico Figueira Marques (1938-2007), neto de Carlos Marques Rodrigues (1882-1976).

\*\*No presente artigo, os nomes dos sócios-gerentes da antiga fábrica de descasque de arroz estão propositadamente a negrito, para uma melhor leitura.

## CONTRIBUIÇÃO DE SALREU PARA O MONUMENTO AO MARQUÊS DE POMBAL EM LISBOA

*Marco Pereira\**



*Monumento ao Marquês de Pombal - Arquivo Distrital de Lisboa*

A ideia de erigir em Lisboa um significativo monumento ao Marquês de Pombal remonta ao século XIX. Contudo só em 1934 veio a ser inaugurado o hoje conhecido Monumento ao Marquês de Pombal, numa localização muito movimentada da capital. O monumento pretendeu homenagear o conhecido estadista, ministro do rei D. José e admirado por velhos republicanos e elementos da Maçonaria. Sendo certo que contribuíram para a sua existência os esforços de um elevado número de pessoas, das mais diversas maneiras e ao longo do tempo, merece em Estarreja referência um salreense, que foi tesoureiro da última comissão executiva desse monumento. É essa contribuição salreense que se pretende colocar aqui em evidência.

Após a inauguração do monumento ao Marquês de Pombal a sua comissão executiva publicou um relatório e contas<sup>1</sup>, hoje testemunha imprescindível da participação de Salreu para a sua concretização. Ali se refere que a última comissão, nomeada por Portaria de 2 de Junho de 1923<sup>2</sup>, incluía entre os seus vogais o Tenente-Coronel Dr. Joaquim Maria de Oliveira Simões, que em virtude do falecimento do Tesoureiro veio a ocupar essa função, por Portaria de 12 de Abril de 1924. Sendo por sua iniciativa que se procedeu à emissão de selos para ajudar a suportar as despesas do monumento<sup>3</sup>. Este elemento assinou o relatório, com os demais elementos da comissão, na qualidade de relator<sup>4</sup>.

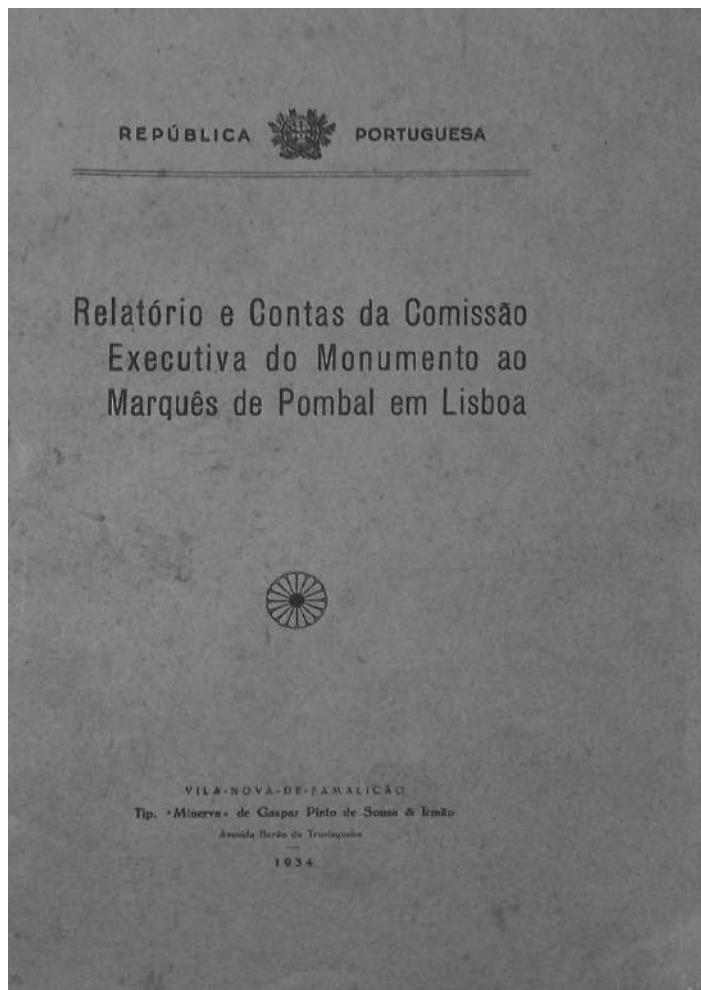
\*Advogado.

<sup>1</sup> Relatório e Contas da Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal em Lisboa. Vila Nova de Famalicão, Tip. «Minerva» de Gaspar Pinto de Sousa e Irmão, 1934, 76 págs.

<sup>2</sup> Ibidem, pp. 20–21.

<sup>3</sup> Ibidem, pp. 27–28.

<sup>4</sup> Ibidem, p. 74.



Por outro lado, no mês de Junho de 1931 foi adjudicada uma das empreitadas do monumento a Abílio Salreu, de Lisboa, a quem em Maio de 1933 se adjudicou outra empreitada e foi igualmente subempreiteiro de mais uma empreitada<sup>5</sup>. Vem ainda a propósito a menção de outro trabalhador: *Merce ser aqui apontado, entre muitos e admiráveis operários que, por conta dos empreiteiros, executaram o monumento, o mestre aparelhador Pedro Valente Pires (Salreu) que nele trabalhou, com notável habilidade e zelo, desde a segunda empreitada de labor e assentamento de cantarias (Julho de 1927) até à conclusão da obra*<sup>6</sup>.

Não se conhecem melhores informações a respeito dos dois trabalhadores, Abílio Salreu e Pedro Valente Pires (Salreu), aparentemente ambos com origens na freguesia do concelho de Estarreja. Quanto ao Tenente-Coronel Dr. Joaquim Maria de Oliveira Simões é conhecida a sua origem, na família que originalmente habitou a casa de Arte Nova, com fachada de azulejo verde, junto da rotunda da igreja de Salreu, mandada construir pelo seu pai. Joaquim Maria de Oliveira Simões nasceu em Salreu em 7 de Abril de 1880 e faleceu em Lisboa em 24 de Maio de 1946.

<sup>5</sup> Ibidem, pp. 25–26.

<sup>6</sup> Ibidem, p. 27.



*Joaquim Maria de Oliveira Simões em 1921*

Formou-se em Matemática e Filosofia em Coimbra, tendo leccionado no Liceu de Aveiro. Aos 19 anos alistou-se no Regimento de Infantaria 1 e combateu na Primeira Grande Guerra em França, tendo aí sido Chefe do Estado-Maior, depois do que exerceu funções de chefia na Guarda Nacional Republicana e de Director Geral do Comércio. Foi uma figura de destaque na Primeira República, tendo-se filiado no Partido Republicano Português em 1924 e vindo a ser deputado por Aveiro (1925-1926), pela lista Republicana-Democrática. Chefe de Gabinete de vários ministros da Guerra, constando que teria sido algumas vezes convidado para Ministro do mesmo ministério, não tendo aceite. Destacado membro da Maçonaria, à qual aderiu em 1921, foi Grão-Mestre interino (1929-1930) e Grão Mestre Adjunto (1929-1935), do Grande Oriente Lusitano, após o que se ilegalizou esta organização. Viria a ser a alma do monumento em homenagem ao Marquês de Pombal, última grande manifestação pública da Maçonaria antes de ser ilegalizada. Agraciado em 1933 com a Comenda de Grande Oficial da Ordem de Avis, passou à reforma em 1938.



# A ESCULTURA DEVOCIONAL DOS ORAGOS DAS IGREJAS PAROQUIAIS DE ESTARREJA

*Maria Clara de Paiva Vide Marques\**

*António Leandro\*\**

## INTRODUÇÃO

Partindo das informações contidas nas *Memórias Paroquiais* de 1758, onde é sempre identificado o orago da paróquia ou igreja matriz, no presente artigo abordamos o conjunto das esculturas devocionais dos santos patronos das igrejas paroquiais de Estarreja, no sentido de obtermos através da história e da iconografia, de cada um desses personagens celeste, uma perspectiva diferente, já que cada elemento ou símbolo que pertence a cada um tem o seu significado próprio.

O culto dos oragos, que se terá iniciado por volta de finais do século VI nas igrejas particulares, acabou por se estender às igrejas paroquiais (públicas). Santo sob cuja intercessão e protecção se coloca a paróquia, aqui entendida como a igreja e os seus fregueses, é a principal devoção da comunidade e também o seu representante e identificador. O orago era tido como o grande defensor da freguesia, o seu «padrinho» espiritual, pelo que à sua intercessão recorria a população para ultrapassar as dificuldades que pontuavam o seu percurso vivencial. O orago era também como que o representante da terra, sendo-lhe dedicada a principal festividade da paróquia e, até ao século XVI, o seu dia festivo era dia santo de guarda local, a ponto de ficar bem gravado na memória popular<sup>1</sup>. E, por se revestir de um particular simbolismo e de uma forte identidade com o templo, a imagem do orago vai ocupar, na disposição das esculturais devocionais no seu interior, uma posição de honra e destaque, encontrando-se usualmente colocada no retábulo-mor, no tramo central ou no tramo lateral do lado direito, o do Evangelho, por ser prioritário em relação ao da Epístola. Mas a afeição da comunidade ao patrono manifestou-se, ainda, na inclusão do seu nome antes do topónimo da localidade, o que foi normal no decurso dos tempos medievais e mesmo na época moderna<sup>2</sup>.

Acresce referir que se partiu das referências contidas nas *Memórias Paroquiais* de 1758, para identificação dos oragos, porquanto o culto dos santos patronos das paróquias e matrizes é muito estável, dificilmente ocorrendo a sua substituição por novos cultos. Assim, tratando-se de *cultos muito conservados, reflectem o fundo santoral coevo da fundação das freguesias*<sup>3</sup>. No concelho de Estarreja, em Avanca, o pároco memorialista, António de Oliveira Frazão, diz-nos que o *orago desta parochia e matriz hé a gloriosa virgem martyr Santa Marinha*, acrescentando que se tratava de *huma das nóve irmáns virgens, e martyres portuguêses*<sup>4</sup>. Em Beduído, o reitor Domingos da Silva Barbosa e Albuquerque, indica que o orago desta freguezia, e

\*Licenciada em Ciências Históricas, Pós-graduada em Museologia e em História Contemporânea. Autora de obras e artigos monográficos na área de história e património.

\*\*Licenciado em História de Arte e Mestre em Património e Turismo. Professor. Autor de obras e artigos monográficos na área de história e património.

<sup>1</sup> MOREIRA, Domingos de A. – “Oragos Paroquiais Portugueses”, in AZEVEDO, Carlos Moreira, dir., Dicionário de História Religiosa de Portugal, Lisboa, Círculo de Leitores-Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, vol. J-P, 2001, p. 326.

<sup>2</sup> Idem, ibidem.

<sup>3</sup> MOREIRA, Domingos de A. – Freguesias da Diocese do Porto. Elementos Onomásticos Altí-Medievais. I Parte. Introdução Histórica Geral, Separata do “Boletim Cultural” da Camara Municipal do Porto, vol. XXXIV-fasc. 1-2, 1973, p. 123.

<sup>4</sup> OLIVEIRA, Américo; SILVA, Filomeno – Estarreja e Murtosa nas «Memórias Paroquiais» de 1758, Estarreja, Fundação Soalheiro Madureira, 2009, p.101.

seo padroeyro he o senhor São Thiago Mayor<sup>5</sup>. Por sua vez, António Barradas de Aranha Coutinho, reitor da freguesia de Fermelã, à qual a de Canelas estava anexa menciona que nesta última *hé o seu orago São Thomé*<sup>6</sup>, e que a freguesia de Fermelã tem como *orago Sam Miguel*<sup>7</sup>. A freguesia de Pardilhó era curato da freguesia de Avanca, conforme informa o seu cura, o padre Manuel Soares dos Anjos, indicando que o *seu orago he em dia de Sam Pedro*<sup>8</sup>. Na freguesia de Salreu o prior, Dionisyo Pereira Homem, refere que o orago *hé o seu orago São Martinho bispo*<sup>9</sup>. A freguesia de Veiros era filial da freguesia de Beduído e como refere o cura Joze Alfonso, tinha como orago *o senhor Sam Bartolomeo*<sup>10</sup>.

No respeitante às esculturas religiosas, é conhecida a sua importância como veículos para divulgar uma mensagem pedagógica e didáctica, orientada de modo a conduzir o comportamento e a consciência dos fiéis. Efectivamente, depois de ultrapassadas as primeiras reacções contra o carácter profano das imagens e concomitantemente as apreensões decorrentes do longo período iconoclasta, a Igreja usou o poder e força das imagens devocionais, para aproximar os crentes aos valores cristãos, que passaram a constituir referências imprescindíveis no interior dos espaços sagrados. Deste modo, paulatinamente, a escultura devocional começou a conquistar um espaço próprio, em particular a partir dos séculos XIII e XIV. Nos finais da centúria de Quinhentos, devido às directrizes emendas do Concílio de Trento (1545-1563), assistiu-se a um estímulo do culto das imagens, que se traduziu num aumento da produção artística, proliferando no interior dos templos imagens de Cristo, da Virgem e dos Santos.

## SANTA MARINHA – AVANCA

Entre os oragos que suscitam dúvidas quanto à sua existência histórica e dificuldades numa correta identificação, datação e uniformidade iconográfica, temos Santa Marinha, cujo nome à semelhança do que ocorre com outras Virgens Mártires dos primeiros séculos do Cristianismo, está associado a várias lendas hagiográficas.

Na paróquia de Avanca, Santa Marinha é festejada a 18 de Julho, o que indica tratar-se de Santa Marinha de Braga, virgem e mártir, como já informa o pároco memorialista da freguesia, António de Oliveira Frazão, em 1758: *o orago desta paróchia matriz hé a gloriosa virgem martyr Santa Marinha (...) huma das nóve irmáns virgens, e martyres portuguézas*<sup>11</sup>. Não há qualquer documento, com valor histórico, sobre a vida desta santa, estando a sua lenda envolta em histórias efabuladas. O monge beneditino de Pombeiro, Frei Bento da Ascensão, a quem se deve a publicação, em 1722, de uma das mais interessantes criações do imaginário popular sobre hagiografia, narra o nascimento e vida de Santa Marinha e das suas irmãs. Segundo este monge, cerca do ano de 120, nasceram em Braga, filhas do governador desta província romana, Lúcio Caio Atílio Severo, e da sua esposa, Cálcia Lúcia, nove gémeas.

Profundamente aterrada com o facto, Cálcia decide pedir à sua aia Cita, uma devota jovem cristã e única testemunha do parto, que levasse as meninas e as afogasse no rio Este. Porém, Caia pegou nas meninas e levou-as a Santo Ovídio, bispo de Braga, para que as baptizasse. Este baptiza-as, dando-lhes os nomes de Genebra, Vitória, Eufémia, Marinha, Marciana, Germana, Basília, Quitéria e Liberata e

<sup>5</sup> Oliveira, Américo; SILVA, Filomeno - Estarreja e Murtosa nas «Memórias Paroquiais de 1758, p. 108.

<sup>6</sup> Idem, p. 118.

<sup>7</sup> Idem, p. 123.

<sup>8</sup> Idem, p. 137.

<sup>9</sup> Idem, p. 140.

<sup>10</sup> Idem, p. 143.

<sup>11</sup> Idem, p. 101

entrega-as a famílias cristãs, onde foram educadas até à adolescência. O pai acabaria por as reconhecer como filhas, e tudo fez para que abjurassem a fé cristã e desposassem mancebos pagãos. Porém, as jovens opõem-se, pois haviam feito votos de virgindade. Perante a sua resistência, o pai ameaça martiriza-las, encerrando-as no palácio, de onde acabam por fugir por indicação de um Anjo, que lhes intimou a ordem do céu e lhes facilitou a fuga. Caminharam juntas durante algum tempo, até que assentaram entre si, apartarem-se. Todas acabaram por morrer martirizadas. Santa Marinha foi encaminhada pelo divino Espírito para a Galiza. Ai, depois de ter servido a uma lavradeira perto da cidade de Orense, foi depois perseguida por ser cristã. Primeiramente a açoitaram até lhe dilacerarem as carnes. Em seguida foi descarnada com pentes de ferro.

Depois encarcerada numa escura masmorra, sendo aí visitada e curada por um anjo. Queimaram-lhe depois as costas e os peitos com ferros em brasa, e prendendo-a de pés e mãos lançaram-na num tanque de água donde saindo milagrosamente livre foi metida em uma fornalha embravecida com chamas, as quais, separando-se para os lados, nem sequer a tocaram levemente. Foi por isso degolada em Águas Santas, perto da cidade de Orense, na Galiza, onde El-rei D. Afonso o Magno, mandou edificar numa igreja dedicada ao seu culto<sup>12</sup>. A fornalha com chamas fortes para onde foi lançada converteu-se no seu atributo peculiar, com o qual é representado na imagem devocional de Santa Marinha de Avanca, uma escultura de vulto executada na primeira metade do século XVIII, por um hábil artista da Escola do Porto, conforme nos diz a memória paroquial de Avanca de 1758, que pela qualidade escultórica, visível nos traços finos e delicada expressividade da figura e no refinamento dos ornatos e plasticidade da forma, nos leva a pensar que esta obra terá sido realizada em finais da primeira metade do século XVIII, verificando-se já características da imagética rococó.



*Santa Marinha*

<sup>12</sup> MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide; LEANDRO, António Cruz; CASIMIRO, Luís Alberto – “Escultura Devocional na Igreja Matriz de Avanca”, in RODRIGUES, Rosa Maria, dir. – TERRAS DE ANTUÃ- Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja, Estarreja, Câmara Municipal de Estarreja, ano 11, n.º 11, 2017, pp. 125-128.

Na imagem, a figura de Santa Marinha eleva-se, de pé e frontal, representada como jovem, com a cabeça emoldurada por longos cabelos, castanhos, ornados com requinte por coroa, que caem em madeixas ondeadas sobre as costas. Tem o rosto de feições alongadas e faces rosadas, de olhar expressivo e penitente dirigido em frente, que conferem ao seu semblante uma expressão jovem e de vivacidade e, simultaneamente, de forte sensibilidade e alguma fragilidade. Veste túnica de tons azuis, com decoração de motivos florais envoltos em ramagens, de exímio e delicado estofado, a fazer lembrar adamascados. Com ampla gola policroma presa, no centro, por florão dourado, e intensamente pregueada, a túnica é estruturada em linhas ligeiramente oblíquas e intercala pregas mais bojudas, com outras menos adensas, que corta um pouco a acentuada verticalidade da postura, sem contudo lhe retirar a frontalidade e a leveza do imobilismo.

Colocado sobre os ombros enverga um manto *bordeaux*, com forro azul-turquesa, contornado por galão dourado, de intensa e exímia decoração de estofado de elementos vegetalistas dourados a par de pontilismo, que atravessando a parte frontal da imagem, num elegante movimento de volteio, se entrelaça no seu braço direito em pregas esvoaçantes. Na mão direita segura a palma do martírio, atributo genérico de todos os mártires, que é também símbolo da sua pureza e virgindade. Na mão esquerda sustenta, contra o ombro, um Livro, demonstrativo da sua dedicação em prol das Sagradas Escrituras. Aos seus pés, ergue-se da base a fornalha, símbolo do seu martírio e seu atributo pessoal.

## SÃO TIAGO MAIOR, APÓSTOLO – BEDUÍDO

O santoral de 25 de Julho assinala o apóstolo São Tiago «Maior», um dos Doze primeiros apóstolos de Jesus Cristo, assim chamado para se distinguir do outro apóstolo Tiago, designado «Menor», significando também este epíteto, segundo Tiago de Voragine, na sua *Legenda Áurea*, a sua dupla condição de um dos primeiros discípulos a ser chamado por Jesus e o primeiro apóstolo a sofrer o martírio a fio de espada, motivos que lhe garantiram um lugar como figura da máxima relevância na história do cristianismo. São Tiago era filho de Zebedeu e Salomé, e irmão primogénito de São João Apóstolo e Evangelista. Quando foi chamado por Cristo à conversão, conjuntamente com Pedro e o irmão deste, André, era pescador e habitava em Cafarnaum. Tiago foi um dos mais próximos discípulos de Cristo, sendo por isso escolhido, com Pedro e João, para testemunha da *Transfiguração* e da *Oração no Horto*.

Pouco se conhece da sua actividade apostólica, mas de acordo com a tradição cristã, Tiago que Jesus chamava «Filho do Trovão», caracterizando o seu temperamento arrebatado, terá exercido a sua evangelização na Judeia e Samaria, percorrendo as rotas comerciais já existentes no Mar Mediterrâneo, chegando mesmo à Galiza, após o que regressou a Jerusalém, onde foi decapitado, no ano de 44, por ordem de Herodes Agripa I, o que torna no primeiro dos apóstolos a ser martirizado.

Após o seu martírio, segundo a lenda, os seus restos mortais aportaram na Galiza, onde se encontra sepultado. Esta narrativa deu origem à construção da Catedral de Santiago de Compostela, que se tornou um dos maiores centros de peregrinação medievais. Padroeiro da Reconquista Peninsular, terá aparecido nos céus, apoianto os cristãos nas batalhas contra os mouros. Apóstolo, protector dos peregrinos e dos cavaleiros, a sua iconografia vai-se repartir por estas variantes: o apóstolo, o peregrino e o cavaleiro *Mata Mouros*<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> RÉAU, Louis – Iconografía del Arte Cristiano. Iconografía de los santos, P-Z/ Repertórios, Barcelona: Ediciones del Serbal, 1997, nº 8, Tomo II/ vol. 5, pp. 169-182; VORAGINE, Tiago de – Legenda Áurea, Porto, Editora Civilização, 2004, Tomo II, 24-32.



São Tiago

A escultura de vulto da matriz de Beduído, executada em calcário ançanense policromado, segue um modelo iconográfico que retrata São Tiago como apóstolo e peregrino. Representado em pé e posição frontal, o apóstolo apresenta feições de um homem maduro, de linhas expressivas realçadas pelo olhar dirigido em frente, e o rosto emoldurado por farto bigode, de pontas encaracoladas, e barba espessa, de sulcos ondulados e pontas igualmente encaracoladas. Sobre os ondulantes cabelos, destaca-se o chapeirão de aba larga, que simboliza o viandante. Como comum à figuração dos apóstolos, enverga túnica e manto e apresenta-se descalço, em sinal de humildade. A túnica, comprida, estrutura-se em amplas pregas de perfil arredondado, que requebram na orla num movimento ondulante, deixando ver os pés descalços. O manto, lançado sobre as costas e disposto em pregueado escalonado e sobreposto, com as pontas apanhadas no antebraço esquerdo, cai transversalmente rodeando a imagem no tradicional movimento de volteio. A tiracolo, ostenta a sacola, igualmente símbolo de viandante. Segura na mão direita o bordão de peregrino, que alude também ao centro de peregrinação de Santiago de Compostela, enquanto com a palma da mão esquerda, sustenta, junto ao corpo, o Livro, atributo geral dos apóstolos, que remete para o seu papel evangelizador.

### SÃO TOMÉ APÓSTOLO - CANELAS

O dia 3 de Julho é consagrado, no calendário litúrgico, ao apóstolo São Tomé, um dos Doze que Cristo chamou para o seguir, e que tradicionalmente é reconhecido pelos episódios da sua incredulidade face à Ressurreição de Cristo e Assunção da Virgem, razão pela qual é associado a uma atitude de falta de Fé e se tornou conhecido por inúmeras citações populares, como seja: *ver para crer como ao Tomé.*

Pescador da Galileia, o apóstolo São Tomé seria irmão gémeo de Judas Tadeu, irmão de Tiago Menor. Da sua vida, os Evangelhos narram, particularmente, a sua dúvida perante a Ressurreição de Jesus. Neste episódio, Cristo apareceu aos apóstolos, estando ausente Tomé, pelo que estes lhe comunicaram

a aparição, tendo este condicionado o seu assentimento à visão e toque das chagas de Cristo, bem como do lado aberto pela lança do soldado. Passado uns dias Cristo aparece de novo, interpelando Tomé a tomar as provas requeridas, oferecendo-lhe para que toque as suas chagas e a ferida aberta no Seu peito. Tiago de Voragine, que nos dá inúmeros pormenores da vida de Tomé, narra, no caso do seu scepticismo face à Assunção da Virgem, que esta enquanto subia aos céus ter-lhe-á lançado o seu cinto como prova.

Mas São Tomé, para além desta atitude de falta de fé, foi também conhecido por um epíteto, bem mais importante, o de *Apóstolo das Índias*, divulgado sobretudo pelo *Actos de São Tomé* e pela *Legenda Áurea*. Segundo esta tradição, o apóstolo teria sido convidado por um enviado do rei das Índias, Gondóforo, para construir um palácio, que o santo substitui por um palácio celeste, distribuindo o dinheiro entre os pobres. Evangelizador das Índias, foi lá que padeceu o seu martírio, morrendo a golpes de lança, cerca do ano 72<sup>14</sup>.

A frequência com que é referido pelos Evangelhos (Mt. 10:3; Mar 3:18; Lc. 6, 15; Jo 11; 16; 14,5; 20,24; 21,2; Actos 1,13), os relatos apócrifos dos *Actos de Tomé* e a *Legenda Áurea*, de Tiago de Voragine, permitiram uma fácil e rápida difusão do seu culto, não obstante as dúvidas que ainda hoje suscitam o seu nome (gémeo em aramaico) e a sua legenda. Os seus atributos característicos são o Cinturão da Virgem, atributo associado à dúvida face à Assunção da Virgem, um esquadro de arquitecto, atributo iconográfica que se liga à lenda da construção do palácio celestial e à sua vida de apóstolo na Índia, o qual a partir do século XVII foi quase sempre substituído por uma lança, atributo iconográfico do seu martírio, com o qual figura na escultura devocional da matriz de Canelas, onde também é identificado pelo Livro da Nova Lei, atributo geral dos apóstolos.



São Tomé

<sup>14</sup> RÉAU, Louis – Iconografía del Arte Cristiano: Iconografía de los santos de P a Z / Repertórios, pp. 269 a 275; VORAGINE, Tiago de – Legenda Áurea, Tomo I. pp. 66-71.

A imagem devocional de São Tomé de Canelas esculpida em madeira e policromada, é uma escultura que se enquadra nas representações de finais do século XVII, designadamente na sobriedade compositiva e decorativa, em consonância com as disposições tridentinas, pelas quais a correcta identificação iconográfica da imagem e a sua valorização como veículo catequéтиco eram mais importante que a qualidade estética da peça. Apresentando-se de pé e em posição hierática e frontal, São Tomé surge de semblante adulto, com traços bem delineados e olhar piedoso voltado para o observador, com cabelo curto, castanho e ondulado, e com bigode desunido que se prolonga pela barba curta, bifida e encaracolada, da mesma cor, evidenciando-se na cabeça um resplendor circular, com raios setiformes de diferentes tamanhos e campo central com aplicação de pedra vermelha. Veste comprida túnica de tons azul-turquesa, ornada por fimbria dourada e cingida por cinto também dourado, que cai em pregas verticais, de perfil arredondado, que requebram na orla mostrando os pés descalços. Enverga um manto castanho contornado por galão dourado, com a ponta esquerda apanhada junta à cintura, que se encontra disposto em pregueado escalonado e sobreposto, num jogo de plasticidade, que não anula a frontalidade da imagem. Envolve com a mão direita a haste de uma lança, instrumento com que foi martirizado em nome da fé, enquanto com a oposta sustenta, encostado contra o flanco, um Livro, associado ao seu papel evangelizador.

## ARCANJO SÃO MIGUEL - FERMELÃ

O santoral do dia 29 de Setembro é dedicado a São Miguel<sup>15</sup>, o mais popular dos Arcanjos, bem visível na distinção e honra em que este Arcanjo é tido desde os primórdios da história cristã<sup>16</sup>. Referenciado no Antigo e Novo Testamento, São Miguel, conjuntamente com São Gabriel e São Rafael, distingue-se de forma individual entre uma infindável corte de anjos. Únicos arcangéis reconhecidos pela Igreja e identificados pelo nome, bem como pelos atributos e funções, salientaram-se por aparecerem em episódios centrais da Bíblia, o que lhes granjeou uma relevância devocional, que se reflectiu na sua representação artística. O Arcanjo Miguel, cuja importância teologal e devocional é desde logo expressa no significado do seu nome, que constitui uma exclamação vitoriosa, *Quem como Deus*<sup>17</sup> (*Quis ut Deus?*), destaca-se pelas muitas e excepcionais funções que lhe são conferidas e que determinam as suas variantes iconográficas. São Miguel é o grande defensor da Fé, o *Príncipe das Milícias Celestes*.

O Arcanjo, que desempenha, também, um papel no juízo particular das almas, pesando-as, é ainda considerado como o guardião do Paraíso e defensor e condutor das almas. Como nos diz São Gregório, sempre que se deve realizar algo de admirável é São Miguel o enviado, para dar a entender pelo próprio acto e pelo seu nome que ninguém pode fazer o que só Deus pode; por isso se atribuem a Miguel muitas acções extraordinárias. Na verdade – como testemunha Daniel – ele surgirá no tempo do Anticristo, perfilando-se como defensor e protector dos eleitos. Lutou contra o dragão e seus anjos e, lançando-os fora do Céu, alcançou uma grande vitória. Disputou com o Diabo acerca do corpo de Moisés, porque o Diabo queria apresentar o seu corpo ao povo judeu para que o adorasse como deus. Foi outrora o patrono da Sinagoga, mas agora o Senhor constituiu-o patrono da Igreja. Conta-se que foi ele quem desferiu as pragas sobre o Egito, quem dividiu o Mar Vermelho, quem guiou o povo através do deserto e o introduziu na terra prometida. Considerado o porta-estandarte de Cristo no exército dos santos anjos, será ele quem, por ordem do Senhor, matará o Anticristo que morará no Monte das Oliveiras. É

<sup>15</sup> Juntamente com os outros arcangéis reconhecidos pela Igreja: São Gabriel e São Rafael.

<sup>16</sup> RÉAU, Louis – RÉAU, Louis – Iconografía del Arte Cristiano. Iconografía de la Biblia / Antiguo Testamento. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1995, nº 4, Tomo I / vol. 1, pp. 68 e 71; DAIX, Georges – Dicionário dos Santos, Do calendário romano e dos beatos portugueses, Lisboa, Terramar, 2000, p. 140.

<sup>17</sup> MENDONÇA, P. José Tolentino – “Figuras do Anjo nas Escrituras Judaico-Cristãs”, in Figuras do Anjo Revisitadas – Actas, Fátima, Santuário de Fátima, 2007, pp. 139-140.

ele quem recebe as almas dos Santos e as conduz ao Paraíso. À voz de São Miguel Arcanjo, os mortos ressuscitarão, será ele quem, no dia do juízo, apresentará ao Juiz a cruz, os cravos, a lança e a coroa de espinhos<sup>18</sup>.



*Arcanjo São Miguel*

A escultura devocional de São Miguel de Fermelã, executada no século XVIII, em madeira estofada, dourada e policromada, apresenta o Arcanjo com vestes de guerreiro, segurando a balança, com que pesa as almas, e uma cruz, o maior símbolo do Cristianismo, e nela sobressai características da imaginária barroca, visíveis na forma como o artista trabalhou a figura, na plasticidade e movimento das vestes e na riqueza da policromia.

Elevando-se, em pose arqueada, sobre um turbilhão de nuvens, São Miguel é representado como jovem, de longa e farta cabeleira castanha, que cai em fortes madeixas sobre as costas, e um rosto de feições bem delineadas, de linhas delicadas e expressivas, marcadas pelo olhar sereno voltado para baixo. Veste túnica curta trabalhada em pregueado ondulante, sobre a qual enverga couraça, sendo de salientar o dourado e exuberância do estofado. Passado a tiracolo sobre o ombro esquerdo, ostenta um amplo manto vermelho que cai em diagonal sobre as costas, em farto drapejado, num agitado e esvoaçante movimento. Os pés estão calcados com botas trabalhadas no cano e vazadas nos dedos, à maneira de Hieronymus Wierix. O comandante da milícia celeste envolve com a mão direita a haste de uma cruz, atributo que une o culto à Paixão, os anjos e o Arcanjo Miguel, e assume na época barroca uma grande importância, desenvolvendo-se e transformando-se num programa iconográfico que rivaliza com os modelos tradicionais das representações miguelistas. Estas representações não retiram a São Miguel a sua feição escatológica. Com a cruz, que pode ser ou não abandeirada, o Arcanjo continuou a aludir à consumação dos tempos<sup>19</sup>.

<sup>18</sup> VORAGINE, Tiago de – Legenda Áurea, Tomo II, pp. 187-193.

<sup>19</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes – São Miguel, as Almas do Purgatório e as balanças: iconografia e veneração na Época Moderna, in Memorandum 7. Outubro de 2004, pp. 102-127, [23-03-2016], disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos07/campos01.html>

Na mão esquerda sustenta uma balança, com dois pratos, atributo recorrente que destaca a sua função de pesar as almas, para avaliar se são dignas de entrar no reino celeste, e cuja inclusão não deixa que se apague na memória a referida face escatológica de São Miguel. A introdução da balança como atributo do Arcanjo ocorreu a partir do século XI, numa época em que se encontram em ascensão diversos testemunhos a favor de uma expiação temporária, que incentivaram a doutrina conciliar sobre o Purgatório no século XIII (II Concílio de Lião, 1274). O Renascimento, o Maneirismo e o Barroco vão dar destaque à imagem de São Miguel com a balança e as almas, porém, investida de um novo sentido alusivo ao juízo individual e não à consumação dos tempos. É o destaque da função de Miguel como aquele que pesa as almas, para avaliar o estado de pecado ou de arrependimento pelas culpas, em detrimento da sua função psicopompa, de condutor e guia das almas, que terá tido como fonte de inspiração a passagem bíblica narrada em Judas (Jd 1,9), na qual o Arcanjo disputa com Satanás o corpo de Moisés<sup>20</sup>.

## SÃO PEDRO APÓSTOLO - PARDILHÓ

O dia 29 de Junho é consagrado no calendário litúrgico, a São Pedro, Príncipe dos Apóstolos<sup>21</sup>. Natural da Galileia e pescador em Cafarnaum era irmão de Santo André, com quem foi chamado por Cristo para o seguirem, tornando-se os Seus primeiros discípulos. De seu nome Simão, Cristo mudou-lhe o nome para Pedro para ressaltar a sua função de pedra angular da Igreja e o investir na dignidade de chefe dos apóstolos. Acompanhou o Mestre em toda a sua vida, estando presente no momento da *Transfiguração* e da *Oração no Horto*. Embora jurando-lhe fidelidade, tal como Cristo profetizou, negou-o por três vezes no decurso das horas da Paixão. Após a Ressurreição de Cristo, ficou em Jerusalém onde foi preso por ordem de Herodes, tendo sido libertado por um Anjo. Partiu para Roma, cidade de que foi o primeiro bispo, aí desenvolvendo uma intensa ação evangelizadora. No âmbito das perseguições romanas levadas a cabo pelo imperador Nero, foi, no ano de 64, preso e crucificado, mas de cabeça para baixo, já que se julgava indigno de morrer da mesma forma que Cristo<sup>22</sup>.

Com uma iconografia que retrata o pescador, o apóstolo, o companheiro de Jesus, o primeiro Papa, o mártir da Igreja, as suas representações na escultura são frequentemente baseadas no relato de São Mateus: *Tu és Pedro, e sobre esta Pedra edificarei a Minha Igreja e as portas do inferno nada poderão contra ela. Dar-te-ei as chaves do reino dos céus, e tudo quanto ligares na terra ficará ligado nos céus, e tudo quanto desligares na terra será desligado nos céus.* (Mt 16, 16-19), assumindo por motivos dois tipos iconográficos: o apóstolo e o sumo pontífice<sup>23</sup>, levando, usualmente, em ambos os casos como atributo as chaves<sup>24</sup>.

<sup>20</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes - São Miguel, as Almas do Purgatório e as balanças: iconografia e veneração na Época Moderna, in Memorandum 7. Outubro de 2004, pp. 102-127, [23-03-2016], disponível em: <https://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos07/campos01.html>

<sup>21</sup> O dia 29 de Junho é também consagrado ao apóstolo São Paulo.

<sup>22</sup> VORAGINE, Tiago de – Legenda Áurea, Tomo I, pp. 328-337.

<sup>23</sup> TAVARES, Jorge Campos – Dicionário de Santos, 2<sup>a</sup> edição. Porto: Lello & Irmãos Editores, 1990, pp117-. 118; ATTWATER, Donald – Dicionário de Santos. Lisboa: Publicações Europa-América, 1992, pp. 326-328.

<sup>24</sup> O mais antigo e difundido atributo de Pedro é a chave (clavis) que aparece pela primeira vez num mosaico do séc. V. Pedro é o claviculário do céu (Petrus claviger coeli). Às vezes é só uma ou então duas e podem até ser três. Geralmente são duas unidas, indicando o poder único de abrir e fechar (atar e desatar: uma de ouro outra de prata). Quando são três figuram o poder sobre o céu, a terra e o inferno.



São Pedro

A imagem devocional de São Pedro de Pardilhó, esculpida em vulto e policromada, privilegia a vertente que o apresenta como apóstolo, revestido com o seu atributo iconográfico peculiar, as chaves, que simbolizam o poder que lhe foi conferido por Cristo, tanto na terra como no céu. Adquirida na Casa Fânzeres, o São Pedro de Pardilhó evidencia as características compositivas, formais e plásticas, da produção escultórica que *Oitocentos viu nascer e a que o século XX deu continuidade*<sup>25</sup>, marcada por obras saídas de oficinas de santeiros, que sobretudo repetiam modelos anteriores, numa figuração seriada.

O guardião da Igreja Universal, figura de pé, representado como um homem de idade avançada, o seu tipo físico habitual. O rosto, erguido e virado à direita, é emoldurado por cabelos curtos e encaracolados e barba curta e frisada e apresenta feições maduras, marcadas pelo olhar dirigido para o Alto e de traços bem definidos, que denunciam a determinação que teve no anúncio da Boa Nova. A cabeça ligeiramente inclinada para o lado direito é destacada por resplendor, em prata, em forma de crescente de raios desiguais e setiformes. Veste túnica comprida, de tons azuis, debruada por orla dourada, trabalhada em pregas sinuosas que caem com naturalidade, mostrando os pés descalços. Sobre esta, enverga um manto castanho, contornado por galão dourado enobrecido com pedraria de vidro, que lhe atravessa a zona frontal em diagonal, num jogo marcado de pregas fundas. Na mão esquerda segura as chaves dos reinos do céu, dourada, e da terra, prateada, que Cristo lhe confiou<sup>26</sup>.

## SÃO MARTINHO DETOURS - SALREU

São Martinho, apóstolo das Gálias e bispo de Tours é o santo festejado no calendário litúrgico no dia 11 de Novembro. Nascido na Panónia, por volta do ano de 317, e criado em Pavia, Martinho era filho de um oficial do exército romano pelo que, seguindo as pisadas do pai, enveredou por uma carreira militar, servindo como oficial de cavalaria na zona da actual Itália e depois na Gália. A sua biografia, cheia de elementos legendários, foi narrada por Sulpício Severo na *Vita S. Martini*, por Gregório de Tours nos quatro livros *De virtutibus S. Martini* e por Tiago de Voragine na *Legenda Áurea*.

<sup>25</sup> SÁ, Sérgio de Oliveira e – Santeiros da Maia no último ciclo da escultura cristã em Portugal. Maia: Edição do Autor, Coleção Goiva Lassa, 2002, p. 41.

<sup>26</sup> RÉAU, Louis – Iconografía del Arte Cristiano: Iconografía de los santos de P a Z / Repertórios, p. 200.

Das narrações da sua vida é assaz conhecido o episódio ocorrido em Amiens, em 337, segundo o qual, num dia de inverno São Martinho deparou-se com um mendigo cheio de frio e sem hesitar cortou metade do seu manto e deu-o ao pobre. Na noite seguinte, Cristo aparece-lhe, em sonho, vestido com a metade da capa que havia dado ao mendigo. E, dirigindo-se aos anjos que o acompanhavam, comentava: *Martinho, ainda catecúmeno, cobriu-me com esta veste*<sup>27</sup>. Vendo neste acontecimento um sinal, decidiu ser cristão e abandonar a vida militar. Baptizado por Santo Hilário, tornou-se seu discípulo e com a permissão deste viajou por toda a Europa, divulgando a Fé Cristã. Em 370, o santo foi eleito Bispo de Tours. O seu bispado foi notável, ajudando sempre os mais necessitados. Chegou mesmo a fundar inúmeras paróquias rurais em Candes, local onde acabou por falecer no ano de 397, após 26 anos de predicção e de inúmeros milagres, tendo depois o seu corpo sido transferido até Tours<sup>28</sup>.



São Martinho

O passo hagiográfico da divisão do seu manto com o pobre fez de São Martinho uma das mais emblemáticas figuras da Caridade cristã e um dos santos mais cultuados no Ocidente e marcou as suas representações, pelo que, iconograficamente é representado quer como legionário romano, a pé ou montado num cavalo branco, quer como bispo, com mitra e báculo<sup>29</sup>, como figura na imagem devocional da matriz de Salreu, uma escultura de vulto em madeira policromada, datável do século XVIII, segundo Nogueira Gonçalves, e que expõe em termos compostivos uma frontalidade e hieratismo característicos da produção e finais de Seiscentos, mas beneficiando de uma maior modelação das vestes, que lhe atenua a rigidez.

<sup>27</sup> VORAGINE, Legenda Áurea, Tomo II, pp. 264-273. Refira-se a propósito, que pela interligação das duas cenas, na interpretação da lenda tomou-se muitas vezes a figura do pobre como uma aparição disfarçada de Cristo.

<sup>28</sup> HALLAM, Elizabeth – Os Santos, Lisboa, Centralivros, 1998, p. 97.

<sup>29</sup> RÉAU, Louis – Iconografía del Arte Cristiano: Iconografía de los santos de G a O, pp. 353-354.

Revestido com os atributos episcopais: capa de asperges, luvas, mitra e báculo, Martinho, Bispo de Tours, apresenta-se em pé e posição frontal, com o rosto de feições ainda jovens e expressivas, e cabeça coberta por mitra. Veste alva comprida de tonalidade violácea e fimbria dourada, estrutura em finas pregas que sugerem movimento e requebram na base deixando ver a biqueira dos sapatos, sobreposta por sobrepeliz branca rematada na orla por larga renda, profusamente ornamentada. Ao pescoço traz uma estola, rematada por galão e franja dourados, ornada com cruz grega nas extremidades. Envolve-o uma ampla capa de asperge de tom púrpura, debruada por galão dourado enriquecido com pedraria de vidro, presa na zona do peito por firmal, disposta em pregueado escalonado. Sob esta, os braços flectidos estão com as mãos cobertas por luvas escuras. Com a direita, erguida, faz o gesto de bênção, enquanto com a mão esquerda envolve a haste do báculo episcopal.

## SÃO BARTOLOMEU APÓSTOLO - VEIROS

O santoral de 24 de Agosto assinala o apóstolo São Bartolomeu, um dos Doze de Cristo, identificado pelos estudiosos como sendo o apóstolo Natanael Bar-Tomai, pescador, nascido em Canaã, na Galileia. Nos Evangelhos canónicos apenas é mencionado por São João (I, 45-51), que narra a sua apresentação a Jesus pelo apóstolo Filipe:

Filipe encontrou Natanael e disse-lhe: «Acabamos de encontrar Aquele de Quem escreveu Moisés na Lei e que os profetas anunciam: é Jesus, o filho de José de Nazaré». Disse-lhe Natanael: «*De Nazaré pode vir alguma coisa boa?*» Filipe respondeu-lhe: «*Vem ver*». Jesus, ao ver que Natanael se aproximava, disse acerca dele: «*Aqui está um autêntico israelita, em que não há fingimento!*». «*De onde me conheces?*» inquiriu Natanael. «*Antes de Filipe te ter chamado, respondeu Jesus, Eu vi-te quando estavas debaixo da figueira*». Respondeu-lhe Natanael: «*Rabbi, Tu és o Filho de Deus, Tu és o Rei de Israel*». Jesus replicou: «*Porque te disse: Vi-te debaixo da figueira, acreditas! Verás coisas ainda maiores*». E acrescentou: «*Em verdade, em verdade vos digo: Vereis o Céu aberto e os anjos de Deus subindo e descendo sobre o Filho do Homem*».

*João (1, 45-51)*

Assim, a hagiografia de São Bartolomeu apoia-se sobretudo em texto apócrifos e na *Legenda Áurea*, do dominicano Tiago de Voragine, na qual o autor, para além da luta incessante contra o demónio e da missão evangelizadora, caracteriza o apóstolo de forma detalhada, apresentando-o como um homem de *cabelo negro e crespo, rosto branco, olhos grandes, nariz mediano e direito, barba abundante com poucas brancas, estatura mediana*<sup>30</sup>.

De acordo com a tradição, após a morte de Cristo, São Bartolomeu pregou o Evangelho na Arábia, passando pela Mesopotâmia, e pela Índia segundo a Legenda Áurea, antes de partir para a Arménia, onde, como consequência do seu bem-sucedido apostolado, provocou a ira do rei Astiages, face ao que foi feito prisioneiro e condenado à morte por difundir o Cristianismo. A diversidade de opiniões sobre a forma como foi martirizado e faleceu, levou Tiago de Voragine a fazer um resumo, indicando que inicialmente terá sido espancado e crucificado, depois deposto da cruz e esfolado, e por fim degolado<sup>31</sup>. Os hagiógrafos optaram por apresentá-lo mártir cristão e segundo um martírio menos comum, esfolamento, distinguindo-o dos vários apóstolos crucificados e degolados<sup>32</sup>.

<sup>30</sup> VORAGINE, Tiago de – Legenda Áurea, Tomo II, pp. 108-113.

<sup>31</sup> Idem, ibidem.

<sup>32</sup> RÉAU, Louis – Iconografía del Arte Cristiano: Iconografía de los santos de A a F, Barcelona, Ediciones del Serbal, 1997, nº 6, Tomo II / vol. 3, p. 180.



São Bartolomeu

Seguindo este tipo iconográfico, a imagem de São Bartolomeu de Veiros privilegia a identificação do apóstolo pela valorização dos atributos simbólicos que lhe estão associados, evidente pelo tamanho e modo como são apresentados. Assim, em pé e pose frontal, empunha com a mão esquerda a faca, instrumento do martírio que padeceu em nome da fé, enquanto com a sinistra segura o Livro, associado ao seu papel evangelizador. Escultura de vulto perfeito, em madeira policromada, foi adquirida após o incêndio que deflagrou na igreja paroquial de Veiros na noite de 25 para 26 de Novembro de 1855<sup>33</sup>, e enquadra-se na produção portuguesa de meados do século XIX, centúria marcada por novos contextos, decorrente da revolução liberal, do progresso inerente à industrialização, da ascensão da burguesia e da laicização da sociedade, que se reflectem na quebra de encomendas de imagens devocionais e no declínio da sua produção, marcada por representações concebidas, sobretudo, a partir da cópia de pequenas pagelas ou gravuras. O apóstolo apresenta um rosto de feições adultas, de linhas expressivas e o olhar dirigido em frente, com cabelo curto, castanho e ondulado, e com bigode e barba comprida, bifida e encaracolada, da mesma cor, destacando-se na cabeça um resplendor, em forma decrescente com raios setiformes.

Veste túnica comprida de cor verde, cintada por cordão dourado, com decoração vegetalista a ouro enobrecida com pedraria de vidro policolor junto à orla, modelada em angulares pregas, requebradas na base, deixando entrever os pés descalços, como é comum na figuração dos apóstolos. Enverga ainda um manto vermelho, cor associada ao martírio, passado sobre o ombro esquerdo, que atravessa a imagem disposto no plano frontal em vincada diagonal, com as pregas bem marcadas. Com a mão esquerda levantado ao nível do rosto, ergue a faca com que foi esfolado, seu atributo peculiar. Na outra mão segura, apoiado no quadril, um Livro, atributo geral dos apóstolos.

<sup>33</sup> BANDEIRA, Victor — Memórias da Igreja de São Bartolomeu de Veiros — Chão Sagrado. Aveiro: Tempo Novo Editora, 2018, p. 213 e pp. 226-227.

## BIBLIOGRAFIA

- ATTWATER, Donald – *Dicionário de Santos*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1992.
- AZEVEDO, Carlos A. Moreira – “Iconografia religiosa”, in AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores-Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, vol. P-V-Apêndices, 2001, pp. 406-419.
- BANDEIRA, Victor – *Memórias da Igreja de São Bartolomeu de Veiros* – Chão Sagrado. Aveiro: Tempo Novo Editora, 2018.
- BÍBLIA Sagrada. Para o Terceiro Milénio da Encarnação. Lisboa / Fátima: Difusora Bíblica, 2003.
- BIEDERMANN, Hans – *Dicionário Ilustrado de Símbolos*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1993.
- CALÃO, Hugo – “Os Inventários das Igrejas e Capelas das Paróquias dos Concelhos de Estarreja e Murtosa,” in BISMARCK, Delfim Ferreira, coord. – TERRAS DE ANTUÃ-Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja, ano 4, n.º 4, 2010, pp. 55-100.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes – *São Miguel, as Almas do Purgatório e as balanças: iconografia e veneração na Época Moderna*, in *Memorandum* 7 Outubro de 2004, pp. 102-127, [23-03-2023], disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6777/4350>
- CASIMIRO, Luís – *A iconografia dos Anjos no contexto cristão*, in *Figuras do Anjo revisitadas* – Actas. Fátima: Santuário de Fátima, 2007, pp. 287-328.
- DAIX, Georges – *Dicionário dos Santos. Do calendário romano e dos beatos portugueses*. Lisboa: Terramar, 2000.
- FARMER, David Hugh – *The Oxford Dictionary of Saints*. Oxford, Oxford University Press, 1982.
- GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. X vol. Distrito de Aveiro. Zona do Norte*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1981.
- GOUVEIA, António Camões – “Contra-Reforma”, in AZEVEDO, Carlos Moreira de, dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores-Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, vol. C-I, 2000, pp. 15-19.
- GOUVEIA, Mário de – “S. Miguel na Religiosidade Moçárabe (Portugal, séc. IX-XI)”, in *Culto e Santuarii di san Michele nell'Europa medievale*. Atti del Congresso Internazionale de Studi (Bari-Monte Sant'Angele, 5-8 aprile 2006), a cura di Pierre Bouet, Giorgio Otranto e André Vauchez. Bari: Edipuglia, 2007.
- HALLAM, Elizabeth – *Os Santos*. Lisboa: Centrallivros, 1998.
- HERITAGE, Andrew e HERITAGE, Alicia C. (coord. científica) – *O Grande Livro dos Santos*. Círculo de Leitores, 2012.
- LODI, Enzo – *Los Santos del Calendario Romano. Orar con los Santos en la Liturgia*. Madrid: Ediciones Paulinas, 1992.
- MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide – “São Miguel padroeiro de Fermeia”, in BISMARCK, Delfim Ferreira, coord. – TERRAS DE ANTUÃ-Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja, 2010, ano 4, n.º 4, pp. 115-136.
- MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide; LEANDRO, António Cruz; CASIMIRO, Luís – “Escultura Devocional na Igreja Matriz de Avanca”, in RODRIGUES, Rosa Maria, coord. – TERRAS DE ANTUÃ-Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja, 2017, ano 11, n.º 11, pp. 125-138.
- MENDONÇA, P. José Tolentino – *Figuras do Anjo nas Escrituras Judaico-Cristãs*, in *Figuras do Anjo revisitadas* – Actas. Fátima: Santuário de Fátima, 2007, pp. 129-146.
- MOREIRA, Domingos de A. – *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos Onomásticos Alt-Medievais. I Parte. Introdução Histórica Geral*. Separata do “Boletim Cultural” da Camara Municipal do Porto, vol. XXXIV-fasc. 1-2, 1973.
- *Oragos Paroquiais Portugueses*, in AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores-Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, vol. J-P, 2001, pp. 325-328.
- OLIVEIRA, Américo; SILVA, Filomeno – *Estarreja e Murtosa nas «Memórias Paroquiais» de 1758*. Estarreja: Fundação Soalheiro Madureira, 2009.
- PASCOAL CHENEL, Álvaro; SERRANO SIMARRO, Alfonso – *Dicionario de Simbolos*. Madrid: Editorial LIBSA, 2007.
- PEREIRA, José Fernandes – “Escultura”, in PEREIRA, José Fernandes, dir; PEREIRA, Paulo, coord. – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, pp. 165-171.
- PEREIRA, Paulo – *Arte Portuguesa. História Essencial*. Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011.
- RÉAU, Louis – *Iconografía del Arte Cristiano. Iconografía de la Biblia / Antiguo Testamento*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1995, nº 4, Tomo I / vol. 1.
- *Iconografía del Arte Cristiano. Iconografía de la Biblia / Nuevo Testamento*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1996, nº 5, Tomo I / vol. 2.
- *Iconografía del Arte Cristiano. Iconografía de los santos*, A-F. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1997, nº 6, Tomo II/ vol. 3.

- *Iconografía del Arte Cristiano. Iconografía de los santos, G-O.* Barcelona: Ediciones del Serbal, 1997, nº 7, Tomo II/ vol. 4.
- *Iconografía del Arte Cristiano. Iconografía de los santos, P-Z/ Repertórios.* Barcelona: Ediciones del Serbal, 1997, nº 8, Tomo II/ vol. 5.
- SÁ, Sérgio de Oliveira e — *Santeiros da Maia no último ciclo da escultura cristã em Portugal.* Maia: Edição do Autor, Colecção Goiva Lassa, 2002.
- SILVA, Maria Madalena Cagigal e — *Escultura in SERRÃO, Joel, dir.* — Dicionário de História de Portugal. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981, vol. II, pp. 431-435.
- TAVARES, Jorge Campos — *Dicionário de Santos,* 2<sup>a</sup> edição. Porto: Lello & Irmãos Editores, 1990.
- VORAGINE, Tiago de — *Legenda Áurea,* II Tomos. Porto: Editora Civilização, 2004.



**A CASA DE MÁRIO BELMONTE PESSOA  
MUSEU DE ARTE NOVA DE AVEIRO  
AUTORIA EXCLUSIVA DE FRANCISCO AUGUSTO  
DA SILVA ROCHA  
UMA OBRA DE ARTE INESGOTÁVEL**

*Maria João Fernandes\**



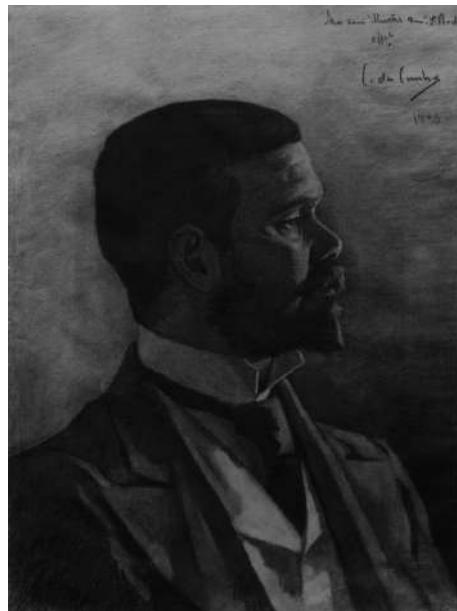
*A Casa de Mário Belmonte Pessoa antes do restauro. Projeto de Silva Rocha*

À minha Mãe, **Maria Luísa**, testemunha hoje, aos 99 anos, da autoria da **Casa de Mário Pessoa**.

A memória tantas vezes lesada pelo desrespeito pelo património, material e imaterial, pertence a todos, é o luminoso e o mais precioso legado do tempo e deve ser protegida de todas as vicissitudes que ameaçam a sua integridade.

\* Crítica de arte (A.I.C.A. Associação Internacional de Críticos de Arte), com uma atividade docente em diversas Universidades portuguesas e na Universidade de Paris X, Nanterre, Mestre em História de Arte, pela Faculdade de Letras do Porto, ensaista e poeta, com o pseudónimo Joana Lapa desenvolveu desde o início do seu percurso em 1975 um diálogo com a obra de arte, especialmente relevante no âmbito da sua atividade na Fundação de Serralves, Museu de Arte Contemporânea do Porto. Em 2009 foi proposta para o Prémio Pessoa por Eduardo Lourenço e pela Presidente da Sociedade Nacional de Belas Artes. Com uma obra já publicada que inclui a poesia tem como objetivo a publicação temática da sua crítica de arte e como projetos o incremento da Casa Museu Silva Rocha, com a cedência do seu espólio, na Casa Mário Pessoa de seu risco, atual Museu de Arte Nova de Aveiro e a criação do Museu de Arte Contemporânea Portuguesa a partir da sua Coleção, já exposta na Biblioteca Nacional de Portugal e no Museu Municipal de Coimbra em 2014/2015, na Fundação D. Luís I em 2020 e na Galeria Municipal Casa Amarela de Castelo Branco em 2021.

Numa altura em que Aveiro será em 2024 Capital da Cultura em Portugal e em que estão prestes a completar-se 160 anos sobre o nascimento do arquiteto **Francisco Augusto da Silva Rocha** (1864-1957), a melhor das celebrações do percurso e da obra deste grande nome da arquitetura Arte-Nova portuguesa e europeia será consolidar e reafirmar algumas das suas principais autorias que lhe foram e devem ser inquestionavelmente atribuídas, inexplicável e lamentavelmente alteradas no site dos Monumentos Nacionais, ou postas em causa por alguns autores, nomeadamente, e recentemente, por José Manuel Teixeira<sup>1</sup>.



Francisco Augusto da Silva Rocha. Retrato pelo pintor Cândido da Cunha<sup>2</sup>

Caso do **Palacete de Francisco Maria Simões** em Salreu, com projeto assinado de Silva Rocha, e cuja autoria ficou perfeitamente comprovada em tese por mim defendida na Faculdade de Letras do Porto em 2000 e publicada em 2009, com prefácio do arquiteto Siza Vieira<sup>3</sup>, e também em extenso artigo nas páginas desta mesma Revista<sup>4</sup>.

Vim a constatar recentemente que a autoria do Palacete de Salreu, de Silva Rocha, sobre a qual forneci inquestionáveis dados ao antigo IPPAR, no âmbito do Pedido de Classificação aí entregue em 1996, tinha sido atribuída por erro a Ernesto Korrodi, conforme constava no site dos monumentos nacionais. Esse inexplicável e a todos os títulos, lamentável erro, multiplicado em diversos sites da internet, já foi corrigido pela Direção Geral do Património, a favor do seu verdadeiro e legítimo autor, **Francisco Augusto da Silva Rocha**.

<sup>1</sup> Teixeira, José Manuel : Arquiteto Ernesto Korrodi Vi(n)da e Obra Vol I/II, 25 de junho de 2018. Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa “como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.” Publicado na internet.

<sup>2</sup> Autor da Casa de Mário Pessoa em Aveiro.

<sup>3</sup> Fernandes, Maria João, Francisco da Silva Rocha (1864-1957,) Arquitetura Arte Nova Uma Primavera Eterna. Edição da Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro, 2009.

<sup>4</sup> Fernandes, Maria João, Francisco Augusto da Silva Rocha e a Casa de Francisco Maria Simões em Salreu, um Novo Padrão de Beleza, Revista Terras de Antuã, nº 8, pp. 217-240, 2014.

No artigo publicado sobre a **Casa de Francisco Maria Simões** nesta revista, ficou absolutamente demonstrada a autoria de Silva Rocha, nomeadamente pelo desenho por ele assinado em 2014. Esse palacete classificado como “Imóvel de Interesse Público”, encerra a minha história e a da minha família, aí documentada. Visto que o meu avô Justino, filho de **Francisco Maria de Oliveira Simões**, conheceu no âmbito da encomenda do projeto do futuro proprietário ao arquiteto, a minha avó **Maria Luísa**, com quem viria a casar em 1919. A amizade e a convivência entre as duas famílias, que por estas razões se uniram, manter-se-ia durante longos anos.

Mas esse notável edifício encerra também a memória de um tempo e de um século sob o signo da Arte Nova, em todas as suas expressões, imagem de um ideal de beleza e de perfeição antes nunca atingido. No período Arte Nova a forma desposa o seu sentido mais secreto, a linguagem oculta dos símbolos, toma corpo na mais poética, alquímica e plástica expressão da natureza, depurando as linhas, depuração essa na origem do que veio a ser a primeira das vanguardas do século XX.



*O Palacete de Francisco de Oliveira Simões, em Salreu, da autoria de Silva Rocha<sup>5</sup>*

Procurei nesse artigo mostrar a verdadeira dimensão, plástica e simbólica de um edifício que conserva a memória do tempo que o viu nascer e cujo destino deveria ser museológico.

Obra de arte total, a Casa de Francisco Maria Simões reúne a arquitetura, a pintura, a escultura, as artes decorativas, o mobiliário incluído, a arte dos jardins. Cenário onde floresce à vista de todos na sua fachada, mas protegido e destinado apenas ao olhar e à sensibilidade de alguns, um dos mais belos símbolos, senão o mais belo símbolo da Arte Nova, mesmo considerada num plano internacional. Nas suas mágicas corolas de pedra abre-se a imagem rosacruciana das rosas em cruz que no silêncio e na deslumbrante eloquência das formas sugere o destino simbólico da humanidade; a união do Humano, do Cosmos e do Sagrado, sob o signo da mística ascensão que a cruz representa.

<sup>5</sup>Projeto assinado por Silva Rocha em 1914, Monumento de Interesse Público. Fotografia de Maria João Fernandes.



*Motivo das rosas em cruz, “assinatura” de Silva Rocha<sup>6</sup>*

Este pormenor decorativo que se repete no **Balneário de Espinho**, corresponde neste período a uma verdadeira assinatura do autor<sup>7</sup>. Signo do apogeu dos sentidos, da sensorial beleza do Cosmos e do élan para o divino que pauta os nossos frágeis gestos, aqui plasmado em pedra. Essa é a mensagem escondida da linguagem simbólica, na espantosa migração das formas que tenho estudado e seguido como crítica de arte e como poeta, desde a Idade Média até aos nossos contemporâneos, passando pelo incomparável momento da Arte Nova.

Silva Rocha, arquiteto artista, homem que viveu em sintonia com a estética europeia, nome cimeiro da cultura do seu tempo, grande expoente da arquitetura Arte Nova em Portugal, deu expressão no conjunto da sua obra e em particular na Casa de Mário Pessoa em Aveiro, de que é exclusivo e incontestável autor como prova a imprensa sua contemporânea, a esse legado intemporal. Podemos fruirlo ainda no esplendor, na poesia e na silenciosa beleza das linhas, das cores, das formas que resistiram ao tempo, ao esquecimento e à destruição.

Tal como a ria onde o espelho das águas duplica o histórico edifício ex-libris da cidade desde o século XV e que é hoje sede da Assembleia Municipal, de que é igualmente autor Silva Rocha, o tempo corre e permanece, guardando no espelho da nossa memória a ilusão de uma vida cujo sentido mais secreto está para além dela, no domínio imaterial de uma Alma que pertence à natureza, e nos pertence, florescendo ao sabor das estações numa Primavera eterna, já cantada por Dante na Divina Comédia e simbolizada pela rosa.

<sup>6</sup> Presente na fachada no Palacete de Salreu e também na do Balneário de Espinho.

<sup>7</sup> Benjamin, Walter: “Dans ce type de maison, l’ornement équivaut à la signature d’un tableau.” in: Passagen-Werk, citado por Cauter, Lieven de, “La Naissance du Pleinairisme À Partir de L’Esprit de L’Intérieur”, Wálter Benjamin à propos de l’Art Nouveau, in: Horta Naissance et Dépassagement de L’Art Nouveau, Catálogo da Exposição Horta, Europália 1996, de 4 de outubro de 1996 a 5 de janeiro de 1997, Bruxelas, Editora Ludion, 1996.

A mesma rosa que floresce ainda na fachada do Palacete de Francisco Maria de Oliveira Simões, símbolo de perfeição, beleza e eternidade, sentido último da Arte e da Vida, que a Casa que foi de Mário Pessoa, hoje Museu de Arte Nova de Aveiro, igualmente representa.

## A CASA DE MÁRIO BELMONTE PESSOA ATUAL MUSEU DE ARTE NOVA DE AVEIRO

Esta casa é o ex-libris da obra de Silva Rocha e da Arte Nova de Aveiro, já então considerada por José-Augusto França, Capital da Arte Nova Portuguesa. Cidade que em 1996 estava condenada à demolição e que é hoje considerada internacionalmente, por causa da ação que desde então desenvolveu, uma das Capitais Europeias da Arte Nova. Esta ação envolveu toda uma campanha de divulgação na imprensa, a promoção das classificações dos edifícios mais representativos, a publicação de um livro/tese com a primeira definição da Arte Nova em Portugal “mais decorativa do que estrutural”<sup>8</sup>, e a organização de diversos colóquios, um dos quais internacional, nos Cursos da Arrábida<sup>9</sup>.

É sobre a emblemática Casa de Mário Belmonte Pessoa, sobre os novos dados que comprovam a exclusiva autoria de Silva Rocha, que vai hoje incidir a nossa análise. E também sobre o destino que deveria ser o seu, de **Casa-Museu Silva Rocha**, um destino subscrito no âmbito de um Abaixo-Assinado Nacional, por numerosas personalidades, entre as quais se destacam **Siza Vieira, Eduardo Lourenço e o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa**, entre muitos outros nomes de grande prestígio.

No Rossio de Aveiro, ergue-se ainda hoje e apesar de diversas e incompreensíveis demolições de obras projetadas por Silva Rocha - a última das quais, indesculpavelmente, e já em 2023, foi a da **Vivenda Aleluia**, obra-prima do estilo Casa Tradicional Portuguesa - o que podemos considerar, e foi considerado por José-Augusto França, o mais coerente e original conjunto de Arte Nova existente em Portugal.

Neste conjunto e na Rua Barbosa de Magalhães N°s 12 e 13 realça justamente o edifício que foi **Casa de Mário Belmonte Pessoa** e que é atualmente, depois de um intenso e cuidado restauro, o **Museu de Arte Nova de Aveiro**, ícone da estética Arte Nova e da estética do seu exclusivo autor **Francisco Augusto da Silva Rocha**. Neste conjunto realça ainda, já na Rua de João Mendonça, n°s 5, 6 e 7, a casa que foi de Anselmo Ferreira de fachada em azulejo decorado com motivos florais Arte Nova sobre fundo cor-de-rosa, um dos mais interessantes no contexto de uma tipologia Arte Nova. Deste edifício e de outros atribuíveis a Silva Rocha, que detêm apesar disso a marca inconfundível do seu estilo, não conseguimos localizar projeto algum assinado.

Ocorre-nos subscrever a respeito destas autorias não comprovadas pela assinatura de um projeto, mas que revelam a estética do seu autor, uma vez mais, o que Benjamin, citado por Lieven de Cauter<sup>10</sup> refere a propósito da importância do ornamento nos edifícios Arte Nova, afirmando que este equivale à assinatura de um quadro e considerando que a casa, no contexto deste estilo, representa a expressão da intimidade e da personalidade do seu ocupante e também a do seu autor.

<sup>8</sup> Fernandes, Maria João, op. cit. pp 15 a 18.

<sup>9</sup> Colóquio internacional nos Cursos da Arrábida: As Décadas Prodigiosas (1890-1914) Arte Nova em Portugal e na Europa, 2001. Comissariado por Maria João Fernandes.

<sup>10</sup> Benjamin, Walter: “Dans ce type de maison, l’ornement équivaut à la signature d’un tableau.” in: Passagen-Werk, citado por Cauter, Lieven. Op. cit. P.20.

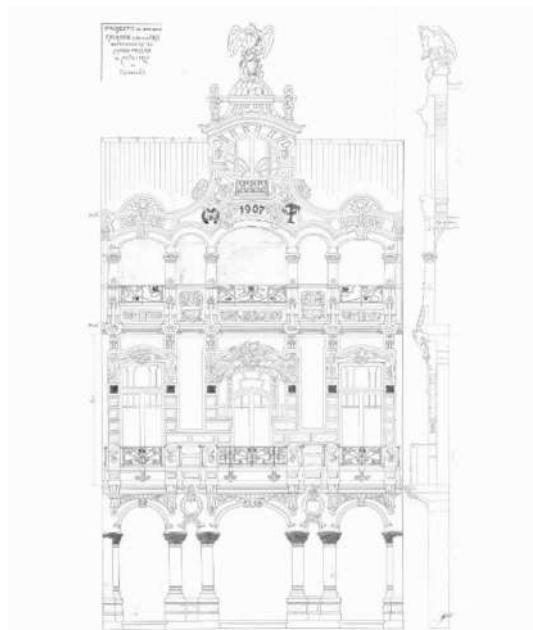
Qualquer objeto, qualquer detalhe da ornamentação é absolutamente original neste tipo de estética, fazendo “organicamente” parte da escrita do arquiteto. O que é válido para o ornamento no interior da casa, é válido para a ornamentação no seu exterior, e poderíamos ir ainda mais longe, é válido também para a tipologia compositiva dos edifícios de cada um dos criadores da Arte Nova. Em muitos casos o projeto assinado é a confirmação sempre valiosa de uma assinatura que se tinha já revelado na evidência do estilo muito pessoal de um autor e nos inconfundíveis detalhes da sua linguagem ornamental.

As atribuições são evidentemente possíveis com base numa leitura morfológica e estética dos edifícios, por comparação com afinidades estilísticas e por análise da coerência de uma linguagem em fases diversas do percurso de um autor e em função da evolução do conjunto da sua obra. Daí a ignorar dados de carácter documental, de arquivo, de imprensa, ou outros, vai um grande passo, o mesmo que separa a procura da verdade, de uma afirmação falsa ou leviana. Esgotadas todas as possibilidades documentais, podemos então fazer uma atribuição com base nos elementos que acabámos de referir. A documentação contemporânea tem a maior importância e ignorá-la ou ultrapassá-la não é legítimo, quando ela oferece credibilidade. Poderá não ser completa, mas regra geral não erra.

A imprensa de Aveiro dá o seu testemunho a respeito da casa de Mário Belmonte Pessoa, pronunciando-se curiosamente, ao mesmo tempo, a respeito da arquitetura da cidade: *Em Aveiro ainda há poucos anos não havia um único edifício particular que se recomendasse pela sua beleza arquitectónica, sendo todos os que se construíram nos últimos oitenta anos inteiramente estranhos a qualquer intuição artística, sem estilo de qualidade alguma, rematados apenas, um ou outro, por um desgracioso frontão e mesquinha platibanda. O que não quer dizer que os das épocas anteriores, que chegaram até nós, alguns dos quais ainda existem, mais ou menos modificados, todos do fim do século XVIII, sejam uma beleza. Não o eram, com efeito, mas tinham ao menos o característico da época. Vejam-se as casas do Carril, do Carmo e do Seixal, com os seus pátios senhoriais e largas escadas de granito, com patamares cobertos por vaporosos alpendres. Mais modestos, mas obedecendo ainda ao mesmo estilo, de sacadas corridas com grades de grossos varões de ferro forjado, rematados por cornijas, já continuadas, já cortadas, existem ainda bastantes disseminadas pelas diferentes ruas da cidade, destacando-se entre o casario moderno.*

*Hoje, felizmente, a cidade vai tomando outro aspeto, ainda que muito vagarosamente. Nos últimos tempos fizeram-se já algumas construções que denotam bom-gosto e novidade. Repare-se nas habitações dos srs. Silva Rocha e António da Costa, na rua do Carmo.*

*E a estas vem juntar-se a nova edificação que o capitalista sr. Mário Belmonte Pessoa, anda realizando no largo do Rossio e que é tudo o que de mais moderno e característico se tem feito em Aveiro. Pudemos ver a planta e alçado do novo edifício, que nos surpreendeu e encantou. O mesmo sabemos de boa fonte que sucedeu em Coimbra, onde foi justamente apreciada pelo professorado da Escola “Brotero” que lhe teceu os mais calorosos elogios.*



*Alçado da fachada principal da Casa Mário Pessoa, datado 1907*

*É obra do nosso distinto amigo e talentoso diretor da Escola Industrial Fernando Caldeira, sr. Francisco Augusto da Silva Rocha, a quem novamente felicitamos. O novo edifício, de proporções regulares, tem uma fachada arte nova que é uma verdadeira surpresa entre nós. O rés-do-chão é formado por uma arcada cujas bases são colunas de mármore com capitéis em bronze patiné. O andar nobre, entre as cantarias é revestido de esmaltes panneaux em cristal de Veneza e o superior constituído igualmente como o rés-do-chão, por uma arcada com parapeito misto, ornamental, de ferro forjado e cantaria é coroado por uma grande águia de mármore de cor.*

*Ao centro destacam as iniciais do feliz proprietário e a data da construção em bronze dourado. Toda a cantaria de calcário branco e mármore, finamente rendilhada com motivos estilísticos em arte nova é trabalho do habilíssimo canteiro conimbricense Sr. Machado cujos méritos estão brilhantemente atestados em muitas obras existentes em Coimbra e Buçaco<sup>11</sup>.*

A imprensa da época (1908), mais concretamente o jornal que mais dados nos fornece sobre o quotidiano de Aveiro, atribui sem sombra de dúvida a Silva Rocha, a autoria da casa de Mário Belmonte Pessoa e afirmando o autor do artigo ter visto a planta e o alçado do novo edifício, dela constasse ou não a inconfundível assinatura do autor, numa bem desenhada caligrafia que muito deve a um grafismo Arte Nova. No entanto o mesmo jornal a 25 de julho de 1908, referindo-se novamente ao edifício, repete a informação fornecida. Mencionando ainda um outro importante edifício de Silva Rocha cuja autoria José Manuel Teixeira lhe pretende igualmente subtrair, a casa de Florentino Vicente Ferreira: *No Alboy, e na Rua das Barcas, está muito adiantada a construção de uma bonita casa para o sr. Florentino Vicente Ferreira, digno recebedor-proposto deste concelho, cujo projeto é devido ao sr. Francisco A. da Silva Rocha, distinto professor da Escola Industrial bem conhecido e apreciado por outras obras, como por exemplo, a do sumptuoso palácio do sr. Mário Pessoa, ao Rossio, de que já em tempos fizemos elogiosa referência e que vai muito adiantado.*

<sup>11</sup> “Aveiro Moderno”, O Campeão das Províncias nº 5.719 de 11 de janeiro de 1908, p. 1 col.s 2 e 3.

Repare-se com a maior atenção na referência seguinte que deve esclarecer definitivamente os contornos da “parceria” comum na época entre um arquiteto, neste caso Silva Rocha, autor do projeto, e uma oficina de cantaria, neste caso dirigida por outro arquiteto, Ernesto Korrodi: *As cantarias são fornecidas pelo sr. E. Korrodi, de Leiria e nos seus detalhes – arte nova – afasta-se dos muitos moldes ordinários de Aveiro, sendo seu administrador o sr. Máximo Henriques d’Oliveira, nosso patrício e muito considerado empreiteiro de obras*<sup>12</sup>.

## A TENTATIVA DE NEGAR AS AUTORIAS DAS MAIS VALIOSAS CRIAÇÕES DE SILVA ROCHA

Tal como aconteceu inexplicavelmente relativamente ao Palacete de Salreu cuja autoria de Silva Rocha negou, mesmo perante provas históricas, documentais e testemunhais irrefutáveis, nomeadamente um projeto assinado! José Manuel Teixeira levou a cabo mais uma tentativa de subtrair outras duas notáveis autorias de Silva Rocha, ambas registadas de modo igualmente irrefutável na imprensa da época e ambas eloquentes expressões do seu estilo. A da já referida **Casa de Florentino Vicente Ferreira** e a do mais emblemática e notável dos edifícios do conjunto Arte Nova de Aveiro: a **Casa Mário Pessoa**, cuja “parceria” com Korrodi defende, sem quaisquer argumentos válidos que a suportem.

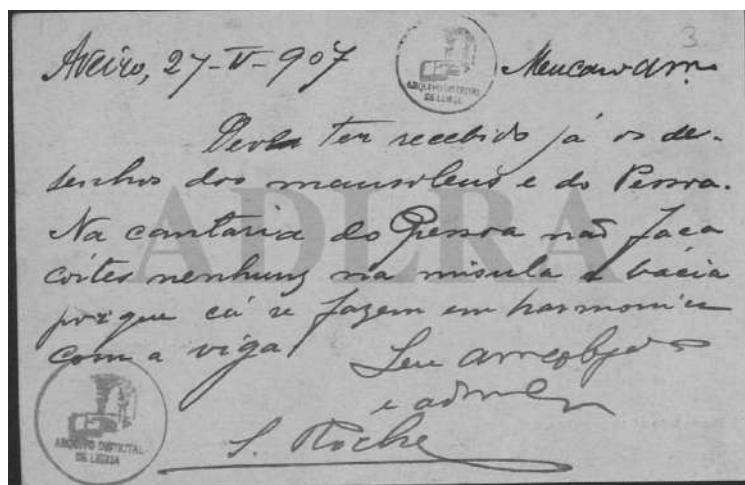
Apesar dos inegáveis registo de autoria num jornal como o **Campeão das Províncias**, que ao longo do tempo deu o seu precioso contributo para preservar a história, nomeadamente a do urbanismo da cidade de Aveiro, apesar da morfologia dos edifícios, tão próxima de outros do conjunto da obra em que se integram, e que fazem parte da evolução de uma **gramática formal** e de uma **estética simbólica** aí bem delineadas, como muito bem ficou demonstrado na minha tese e no meu livro, dela decorrente, a autoria exclusiva destes edifícios foi recentemente negada ou remetida para uma parceria com o arquiteto Korrodi, de contornos absolutamente falsos. É altura, uma vez por todas, de desfazer um equívoco, que lesa gravemente os direitos de autor de um Mestre da arquitetura e da cultura, suas contemporâneas, que o não merece. Aliás como nenhum autor merece um semelhante “roubo” de autoria.

José Manuel Teixeira não se contentou em reapresentar a obra, notável, aliás, de Ernesto Korrodi, já anteriormente estudada exaustivamente por Lucília Verdelho da Costa<sup>13</sup>, resolveu “aumentá-la”, negando as evidências, estilísticas, históricas e documentais, com algumas das melhores autorias de **Silva Rocha**, amigo, admirador e colega de profissão de Ernesto Korrodi. Entendemos não gastar muito tempo para rebater pontos de vista tão absurdos como o que hoje coloco à consideração de todos.

Trata-se de um postal descoberto no Arquivo Distrital de Leiria, a quem agradeço a sua reprodução, por alturas da sua tese, que apresenta como prova da autoria de Korrodi, reforçada pelo testemunho de um canteiro que nada acrescenta ao assunto. Na verdade, o postal cujo texto transcreveu e transcrevemos é exatamente prova do contrário. Diz este, endereçado a 27 de maio de 1907, por Silva Rocha a Korrodi: *Deve ter recebido já os desenhos dos mausoléus e do Pessoa. Na cantaria do Pessoa não faça cortes nenhuns na mísula e bacia porque cá se fazem em harmonia com a viga.*

<sup>12</sup> Aveiro Moderno”, Novas Edificações, O Campeão das Províncias de 25 de julho de 1908, p. 2, col.5.

<sup>13</sup> Da Costa, Lucília Verdelho, Ernesto Korrodi 1889-1944, Editorial Estampa, Lisboa, 1997.



Postal enviado por Francisco da Silva Rocha a Ernesto Korrodi a 27 de maio de 1907, frente e verso<sup>14</sup>

Há que abrir um importante parêntesis para relevante artigo de **José Francisco Ferreira Queiroz** publicado em 2014, sobre a oficina de cantarias de Ernesto Korrodi em Leiria<sup>15</sup>.

Aí se esclarece que Ernesto Korrodi desenvolveu atividade paralela ao ensino, especialmente como arquiteto, e ainda como empreiteiro. Aliás, desde 1900 e até, pelo menos, 1909, Ernesto Korrodi teve sociedade com o engenheiro militar de Leiria, José Diogo Lopes da Costa Theriaga, a qual se designava Korrodi & Theriaga, construtores. Aí se explica também como nesta oficina criada em 1905 em Leiria, se executavam encomendas de trabalhos em cantaria, provenientes de diversos pontos do País, inclusive de Lisboa e se informa que Korrodi chegou mesmo a colocar anúncios para contratação de homens que trabalhassem em lioz e alvenaria aparelhada, e para o fornecimento de pedra branca dos Carvalhos e do Reguengo. Acrescenta-se ainda que vieram artífices de fora de Leiria para realizar a obra da nova Câmara.

<sup>14</sup> Fundo Korrodi do Arquivo Distrital de Leiria.

<sup>15</sup> Queiroz, José Francisco Ferreira, A oficina de cantarias de Ernesto Korrodi. In “Cadernos de Estudos Leirienses”, Vol. 3, Textiverso, dezembro de 2014, pp. 271-282.

O postal cujo texto transcrevemos em referência à **Casa de Mário Pessoa**, atesta simplesmente que Silva Rocha dá indicações a Korrodi, para a execução na sua oficina, das cantarias, a partir dos desenhos que lhe envia e dos quais é obviamente o autor. Pois se se desse o caso destes serem da autoria de Korrodi, certamente Silva Rocha não precisaria de lhos enviar! E muito menos de lhe dar instruções para a respetiva execução!

A suposta “parceria” dos dois arquitetos, fica assim, ao que parece, totalmente definida e explicada. Parceria entre o autor do projeto e dos desenhos da Casa Mário Pessoa, **Silva Rocha** (autoria totalmente comprovada na imprensa da época) e o arquiteto detentor de uma oficina de cantarias em Leiria, **Ernesto Korrodi**, onde a partir desses desenhos se terão executado, pelo menos algumas das cantarias. Pois não esqueçamos a referência já citada no Jornal Campeão das Províncias ao trabalho do habilíssimo canteiro conimbricense **Sr. Machado**.

Terá este reputado canteiro de Coimbra, colaborado com o atelier de cantaria de Korrodi em Leiria, no âmbito desse trabalho? Na verdadeira saga desta magnífica criação de Silva Rocha há ainda mistérios que uma investigação futura poderá resolver. Mas o mistério não é em absoluto o da autoria do projeto global da Casa Mário Pessoa. Este já estava e está uma vez mais definitivamente esclarecido. A Casa Mário Pessoa ex-libris da arquitetura Arte Nova portuguesa e europeia, é incontestavelmente a Obra Mestra de **Francisco Augusto da Silva Rocha**.

Os restantes argumentos de J.M.T., a favor da participação de Korrodi no projeto, por exemplo relativamente ao piso intermédio supostamente acrescentado, que teria tido a sua intervenção, ou da fachada com influência do proprietário, e dos belíssimos interiores, segundo o gosto de sua mulher, são um conjunto de suposições totalmente descabidas e infundadas que não merecem sequer ser rebatidas. JMT justifica a intervenção do proprietário no soberbo projeto criativo da Casa Mário Pessoa, pelas suas frequentes viagens à Suiça, terra natal de Korrodi, onde aliás a Arte Nova tinha muito pouca expressão! Mas não lhe ocorre explicar a originalidade absoluta da fachada sem paralelo algum na Arte Nova europeia pelo génio de Silva Rocha, arquiteto, que sem viajar, como no caso de célebre romance A Casa e o Mundo de Tagore, tinha o mundo à porta de casa, onde recebia a melhor informação da Europa que constava na sua biblioteca por mim inventariada.

Quanto aos testemunhos que no seu caso dão relevo a informações totalmente improdutentes neste contexto, de um canteiro, filho e neto de canteiros que trabalharam na oficina de Korrodi e que apenas elucida sobre o modo de aí talhar as cantarias, cumpre-me lembrar o inolvidável, para mim, testemunho de **Julietta Pessoa**, filha do proprietário original, com quem tive a oportunidade de falar numa das minhas primeiras visitas à Casa Mário Pessoa, que me mostrou os interiores e se referiu naturalmente ao autor da Casa, **Silva Rocha**.

Não posso deixar de evocar a este respeito também o testemunho de minha avó **Maria Luísa**, filha única de Silva Rocha, um verdadeiro Proust no feminino, a quem devo a preciosa memória de um século e a noção que me transmitiu do génio de seu pai, bem como, e com especial orgulho e carinho, o testemunho de minha mãe **Maria Luísa**, de 99 anos, que se lembra de ter visitado com seu avô a **Casa Mário Pessoa**, que lha mostrou, orgulhoso da sua autoria.



*O testemunho de minha mãe, Maria Luísa, hoje com 99 anos, sobre a autoria de Silva Rocha, seu avô, da Casa Mário Pessoa*

A antiga casa de Mário Pessoa, atual Museu de Arte Nova de Aveiro, o mais representativo exemplar da Arte Nova em Portugal, na articulação muito expressiva e pouco comum entre nós, do exterior e dos interiores, como aliás acontece também brilhantemente na que foi casa do Dr. Lourenço Peixinho, atual Fundação João Jacinto de Magalhães, é inequivocamente e inquestionavelmente uma autoria exclusiva de Silva Rocha. Por outro lado, a profusão de detalhes decorativos: azulejos policromos, serralharia artística, cantaria esculpida, evocando eloquentemente o modelo barroco não tem paralelo em qualquer das obras de **Ernesto Korrodi**.

No conjunto das criações de **Silva Rocha**, destaca-se neste caso a exuberância de uma linguagem estética com notáveis e eloquentes paralelismos noutras criações do autor, nos motivos decorativos, na importância que como arquiteto artista deu nas suas obras ao diálogo entre pintura e escultura, ou entre a plasticidade colorida do azulejo e a exuberante decoração da pedra, com realce para o palacete de Salreu, outra das suas obras primas, onde para além da repetição de elementos da gramática plástica do autor, existe a evocação do universo simbólico e alquímico que lhe é peculiar, por exemplo na figura de Mercúrio, representada na fachada, Hermes, na mitologia Grega, considerado pai da alquimia e da filosofia hermética.

A repetição de outros elementos estilísticos, no plano de uma gramática formal, comuns, à **Casa Mário Pessoa** e a outros dos edifícios de Silva Rocha, e que estão ainda por estudar exaustivamente, são bem a prova da sua autoria. Repare-se no vasto portal em arco abatido, redecorado com vãos assimétricos na fachada principal, repetido na fachada posterior, no pátio da casa MP e sua imagem de marca noutros casos. Tripartido e com uma enorme semelhança de desenho na **serralharia de Manuel Ferreira** (1909) quase do mesmo período, e também presente na **Farmácia Ala** ou na fachada que permaneceu da casa demolida que foi de **Maria da Conceição Azevedo de Magalhães Lima** (1910).

Devem elucidar-nos sobre as constantes no plano de uma gramática decorativa na obra de Silva Rocha, por exemplo a repetição de motivos como o já referido símbolo rosacruciano, assinatura “simbólica” do autor ou a sugestão dos braços da cruz dentro de um círculo por exemplo no pequeno vão da fachada posterior da **Casa Mário Pessoa** e ao centro da fachada principal no rés-do-chão da **casa da Rua de Sá**, nºs 3 e 5 em Aveiro em relação com “óculo a tardoz”, no **Palacete de Salreu** mencionado na tese de JMT. Nestes casos repete-se igualmente o simbolismo da relação entre o Cosmos, a natureza, o humano e o divino.



*Oculo na fachada posterior do Palacete de Salreu*

Elementos como as flores de cálice invertido são constantes do estilo decorativo da própria Arte Nova, que surgem quer na obra de Silva Rocha, quer na de Korrodi e que por esse motivo serviram para que José Manuel Teixeira erradamente os atribuísse a Korrodi quando estes se manifestam na obra de Silva Rocha, como aconteceu no caso do Palacete de Salreu. Certo é que o genial estilo de Silva Rocha é inconfundível, no plano de uma poética simbólica, como no plano de uma gramática das formas, onde convivem harmoniosamente a ordem, o equilíbrio de um padrão clássico e a exuberância, o excesso, a fantasia de um padrão barroco, conceitos fundamentais da história da arte estudados por Heinrich Wölfflin.

### SILVA ROCHA E KORRODI, O MITO DE UMA “PARCERIA”

A casa de Mário Belmonte Pessoa é uma joia rara e isolada no panorama do que se conhece da nossa arquitetura do princípio do século, cuja especificidade estilística e poética procuraremos definir, sem a ilusão de a esgotar. Talvez essa seja uma das características das obras-primas, a sua irredutibilidade a qualquer explicação que esgote o seu significado e uma das essenciais prerrogativas da autêntica criação.

A autoria da casa que a imprensa atribui inequivocamente a Silva Rocha, está ainda bem presente na memória dos descendentes dos seus contemporâneos. Pude no período da investigação para a minha tese, a este respeito ouvir o testemunho oral de **António Peixinho**, filho do médico aveirense que tem o mesmo nome e neto do **Dr. Lourenço Peixinho** (que deu o nome à Avenida Principal de Aveiro), igualmente distinto médico, que foi Presidente da Câmara de Aveiro e grande amigo de Silva Rocha e da sua família. António Peixinho confirmou a autoria da casa da Rua Barbosa de Magalhães, como sendo incontestavelmente da autoria de Silva Rocha, facto que ouviu comentar ao seu avô.

A casa foi erradamente atribuída a Silva Rocha e Korrodi, por exemplo numa publicação da autoria de Amaro Neves que dedica a este assunto um breve trecho<sup>16</sup>. Se o autor, responsável aliás por primeiro levantamento e estudo da Arte Nova em Aveiro, inclui na passagem que dedica a Silva Rocha, a casa da Rua Barbosa de Magalhães nas obras de sua autoria, referindo também o artigo de imprensa a este respeito comprovativo, por outro lado e incompreensivelmente aponta, quando se refere a Korrodi, uma parceria dos dois arquitetos neste projeto, para a qual não há neste caso qualquer prova ou motivo lógico.

<sup>16</sup> Neves, Amaro, “Francisco Augusto da Silva Rocha”, op. cit. pp. 133 a 137.

Argumentos deste tipo baseiam-se num falso pressuposto ou numa crença difundida pela nomeada que justamente atingiu a obra de Korrodi, muito mais estudada e divulgada, pressuposto de que os melhores projetos de Silva Rocha, não só teriam sofrido a influência do arquiteto que viveu e trabalhou em Leiria, como, mesmo existindo provas em contrário, não poderiam deixar de resultar de uma parceria entre os dois mestres e amigos.

Como aconteceu no já referido caso do Palacete de Salreu, chega-se mesmo ao extremo, de embora existindo diversas e irrefutáveis provas históricas e documentais, se pretender “roubar” a Silva Rocha a sua autoria. Isso aconteceu igualmente relativamente ao edifício da antiga Escola Industrial Fernando Caldeira, mais tarde Capitania do Porto de Aveiro e atual sede da Assembleia Municipal, que representa não só uma parte da história do ensino industrial em Aveiro, como uma parte fundamental da história de Silva Rocha neste contexto, aspectos indissociáveis da sua responsabilidade na autoria do edifício.

Silva Rocha e Korrodi a quem afetuosamente chamavam “os manos” - e cito novamente fonte familiar, a única filha de Silva Rocha e testemunha atentíssima do seu percurso, minha avó Maria Luísa - pelas suas semelhanças físicas e provavelmente intelectuais, legaram-nos nas suas obras respetivas, uma das mais altas expressões do seu tempo. A cumplicidade intelectual entre ambos, de sentido profundamente humano, cimentado pela amizade que os unia, reflete-se na proximidade das suas propostas estéticas e na profunda originalidade e especificidade das criações de cada um.



*Minha avó Maria Luísa que me passou o testemunho do génio de Silva Rocha, seu pai e da sua autoria da Casa Mário Pessoa*

A convivência e o diálogo terão enriquecido os seus percursos, e fica por saber qual dos dois, ambos personalidades fortes e vivendo em cidades diferentes, deles terá beneficiado mais. O já referido diálogo a propósito da casa Mário Pessoa é precisamente a marca, o sinal visível de uma amizade, e dessa cumplicidade, e não mais do que isso.

## CASA MÁRIO PESSOA O ESPETÁCULO DAS FORMAS: FLUIDEZ E RIGOR

O que de imediato sobressai numa leitura global da fachada principal da casa de Mário Pessoa é a exuberância dos elementos esculpidos que nos deixam a custo perceber o fundo liso onde se aplicam, numa linguagem simultaneamente contida, de forte afirmação linear, (repare-se na importância do desenho dos arcos de volta perfeita e abatidos nos três níveis e no coroamento da fachada) e de uma

profusão assombrosa, de uma fluidez e de um rigor que parecem querer escapar a qualquer esquema pré-estabelecido e ao mesmo tempo obedecer a um designio exato, certeza, necessidade interior e liberdade da criação.

O desenho bem marcado, o desenho de Mestre que tão bem caracteriza o estilo de Silva Rocha, faz sobressair os volumes, parece oferecê-los jubilosamente à luz, ao perfume e ao calor das substâncias. Por sua vez os volumes, no precioso cinzelado da pedra acolhem essa luz em todas as suas íntimas e delicadas modulações, parecem querer guardá-la nos seus poros, o que de facto acontece. A pedra é permeável ao tempo, aceita o seu toque, a sua erosão, delicadamente acobreada é feita para se deixar envolver inteiramente pelas atmosferas de luz e a sua hora magnífica, a hora esplêndida em que a sua alma secreta inteiramente se revela é talvez o poente, quando dourada se inclina sobre esse outro ouro tão próximo das águas da ria, com ela partilhando segredos e fantasias.

Esplendor evocando as correspondências precursoras do conhecido soneto de Baudelaire que segundo Paolo Portoghesi explica aspectos comuns tanto do Barroco como da Arte Nova, uma aspiração comum a uma obra de arte total em que se misturam as linguagens do ouvido e da vista, em que as palavras, os sons, as cores colaboram e se fundem num único magma<sup>17</sup>.

O poente, atmosfera agónica, em que o dia e a noite se misturam amorosamente, metáforas da razão e do instinto, de *animus* e de *anima*, alquimicamente conjugados num milagre efémero unindo o ouro da luz e o rendilhado da pedra. A pedra mais do que uma presença é um ecrã da presença, um tecido permeável à luz, espelho das estações. Em si mesma, no seu tecido, consubstancia a imagem da natureza, as suas figuras estilizadas, transformadas pelo poder do espírito, a invenção da fantasia. Não decalque, mas metamorfose, diálogo profundo entre a natureza e o humano que em si perfeitamente identifica o espírito da Arte Nova. Harmonia, conjunção de substâncias, da matéria e do espírito, uma poética que a linguagem arquitetónica eloquentemente assume.



Casa de Mário Belmondo Pessoa, 1908, projeto de Silva Rocha

<sup>17</sup> Portoghesi, Paolo, "Le Miroir de la Métamorphose", Baroque et Art Nouveau de Portoghesi, Paolo, Quattrochi, Luca e Quilici, Folco, Édition Seghers, Paris, 1988, p. 19.

A casa, com projeto datado de 1907, construída como esclarece a imprensa da época, cerca de 1908, desenvolve-se em três pisos, todos de diferente composição e rematados por frontão ondulante coroado por emblemática **águia**, dominando uma serpente. Jogos de luz e sombra, de cheios e vazios, no exuberante ondear dos motivos esculpidos sobre a fachada, as sinuosas linhas da natureza transpostas para a luxuosa decoração da serralharia artística, são expressões comuns a uma estética barroca e à Arte Nova, afinidade que neste caso perfeitamente se revela.

A assimetria dos três pisos preserva um rigoroso alinhamento de ritmos verticais e horizontais, uma lógica, em que reside o segredo do seu equilíbrio, no jogo entre os vãos e os cheios, baseando-se na alternância entre conjuntos de três e de cinco elementos. À variedade de soluções decorativas liga-se a esplêndida harmonia que estas compõem, na consonância das várias linguagens e materiais utilizados.

No sumptuoso pórtico tripartido da fachada principal, arcos de volta perfeita alternam com arcos em ferradura e arcos abatidos, sustentados por elegantes colunas de capitel ornamentado com malmequeres.



*Capitel ornamentado com malmequeres. Detalhe da fachada principal*

No primeiro piso uma janela serliana de precioso frontão esculpido recorta-se em maneirista aparelho rusticado. O último piso, tal como o primeiro sublinhado por varandas de rica decoração, responde-lhe com o mesmo ritmo que orienta o edifício no seu conjunto, alternando ritmos ternários e de cinco elementos.



*Janela com frontão esculpido. Pormenor da Fachada Principal*

Lógica, rigor e fantasia, um equilíbrio baseado numa complementaridade de princípios que se exprime num simbolismo traduzindo o que há de essencial na natureza e na natureza humana.

O número **três** simboliza justamente a expressão de uma totalidade, o completar de uma manifestação, envolvendo o homem, o cosmos e o divino. O dois, número da terra, está representado pelos pares de colunas delicadamente esculpidas com malmequeres, enquanto o cinco, que ritma os três pisos, simboliza tanto o homem, como o universo, número nupcial segundo os pitagóricos, do centro, da harmonia e do equilíbrio, nos remete também para o simbolismo da união do princípio terrestre e do princípio celeste. O aprofundamento de uma numerologia simbólica, aplicada ao grande domínio da geometria e da composição, poderá ser uma das chaves da leitura da obra de Silva Rocha, para a compreensão do extraordinário equilíbrio que os seus edifícios nos comunicam.

A **Casa de Mário Belmonte Pessoa** é uma fonte inesgotável de fascinação plástica, com o seu **átrio** decorado com azulejos polícromos, com as fluentes linhas que surgem também nas bases das pilas esculpidas, com os cálices invertidos, tão emblemáticos da Arte Nova, e sobretudo com um dos elementos de maior originalidade e espetacular sentido cénico, a sua vasta porta interior com arco abatido, aberturas laterais assimétricas e molduras em cantaria, decoradas com um grafismo de exótica estilização evocando uma escrita árabe.



*Portal do átrio com vãos assimétricos decorados com grafismos Arte Nova em cantaria*

## FACHADA POSTERIOR O ESPETÁCULO DAS ASSIMETRIAS



*Fachada posterior da Casa Mário Pessoa*

A notar particularmente na fachada posterior o jogo cénico das **assimetrias**, quer ao nível dos volumes, quer do desenho e da composição dos vãos, o cunhal rusticado e a torrezinha lateral assimétrica, com telhado em gomos campeando cimalha escalonada em pedra, provida ao alto de pequenos vãos geminados, sustentada por mísulas que ritmam decorativamente o primeiro e o segundo piso. E o prolongamento vertical dos vãos, de precioso desenho assimétrico, com duas pequenas janelas circulares, alternando no rés-do-chão e no primeiro piso, que define esta proeminência lateral, criada por uma sucessão de efeitos visuais e decorativos.

Pequenos óculos encimando os vãos em arcaria, do **primeiro piso**, respondem às janelinhas circulares. Por sua vez as quatro grandes portas janelas geminadas criam no interior uma zona amplamente iluminada, prolongando visualmente a horizontalidade do pórtico tripartido e em arco abatido, com moldura em cantaria, do rés-do-chão. Todos os elementos têm uma dupla vertente, funcional e decorativa, com ênfase para este último polo. Repare-se ainda no primeiro piso, no desenho da janelinha alongada quase fresta de inspiração medieval, praticamente idêntico ao das duas janelas do rés-do-chão, da casa que Silva Rocha projetou para sua habitação, na Rua do Carmo, nº 12.

No **segundo piso** um único e elaborado vão, tripartido e com varanda em ferro trabalhado, repete a lógica da linha curva que pauta a composição desta fachada e da fachada principal e prolonga-se no último piso num vão guarnecido com varanda decorada, de ferro, num efeito de estreitamento que responde visualmente à verticalidade da proeminência lateral, contrapondo-se à horizontalidade das saliências que marcam a transição dos vários pisos. Há paralelismo, há variação e jogo de assimetrias, regularidade e extrema surpresa, em valores contrapontísticos tão expressivos da estética do autor.

Elemento central da decoração da torre lateral é um painel de azulejos polícromos, com uma grande **flor dourada** formada por três espigas, como um sol, radiante e estilizada, que vem acrescentar-se à rica simbologia do conjunto, aliás bem patente igualmente nesta esplêndida **fachada posterior**.

A **flor** que simboliza um princípio passivo, terrestre, sugere pelo seu cálice, que se abre como uma taça, a receivibilidade às energias celestes, um princípio de manifestação. Imagem de perfeição espiritual para S. João da Cruz, a flor é para Novalis o símbolo do amor e da harmonia caracterizando a natureza primordial, identificando-se com o simbolismo da infância e representando um estado edénico<sup>18</sup>.



Pormenor da torre lateral, azulejos decorados com abelhas e espigas em forma de flor

Acrescentemos seguindo o dicionário dos símbolos, que o *simbolismo tântrico-taoista da Flor de Ouro* é também o da conquista de um estado espiritual: a floração é o resultado de uma alquimia interior, da união da essência (*tsing*) e do sopro (*K'i*), da água e do fogo. A flor é idêntica ao Elixir da vida; a floração é o regresso ao centro, à unidade, ao estado primordial. A flor é um sinal cósmico e de transcendência, centro espiritual e

<sup>18</sup> Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain, Dictionnaire des Symboles, Édition Seghers, vol. II, Paris, 1973, pp. 328 a 331.

figura-arquétipo da alma, reunindo sob o signo da harmonia a sensorialidade da natureza e a mística de um divino que se manifesta nas suas criaturas, conferindo-lhes a serenidade de um luminoso esplendor.

Imagen da conjugação edénica e alquímica do humano, do cósmico e do divino, a flor estilizada aponta para a transcendência de uma natureza espelho dos enigmas, natureza sensual e enigma, o que esteticamente se traduz na união do sinal plástico e do símbolo.

A flor é também o sinal-símbolo por excelência da Arte Nova que se filia na grande tradição do simbolismo O simbolismo segundo Jean Clair citado por **Yvette Centeno** é o último movimento a propor uma explicação geral do homem ligado ao seu mundo natural: afirma a unidade de uma iniciativa em que o ser humano é visto como um organismo solidário com o organismo total do Universo, ideal que a obra de arte total de Wagner reflete, único meio de lutar contra um saber que se fragmenta e se esboroa à medida que a ciência avança com a emergência da nova cultura tecnocientífica que caracteriza a revolução industrial, tentativa, última e desesperada, de restaurar os laços conaturais, imemoriais, que o homem, enquanto ser espiritual, manteve com o mundo<sup>19</sup>. Atitude que implica um imenso recordar de todo um património mítico e lendário e simultaneamente uma harmonia entre os sentidos e o mundo, ponto de encontro, conjugação entre o intemporal domínio dos arquétipos e a sensualidade da natureza como sinal de uma nova natureza íntima encontrada, envolvente, aberta, receptiva aos sortilégios do espaço, como o cálice da flor, sinal de cultura, de uma cultura que se coloca na exata confluência do real e do onírico.

O motivo da flor é recorrente, não só na fachada principal como já vimos, mas também na das traseiras, repetindo-se na serralharia artística de sinuosas linhas caracteristicamente Arte Nova enquadrando o **portão** coroado por monograma do proprietário Mário Pessoa, com as suas iniciais **MP**, em estilizados arabescos de ferro trabalhado e ladeado por colunas com capitéis compósitos, fitomórficos, rematadas por **motivos** geometrizados.



*Portão das traseiras com decoração Arte Nova e as iniciais do Proprietário, MP, Mário Pessoa*

<sup>19</sup> Centeno, Yvette K., Alphonse Mucha Simbolismo e Hermetismo em Contexto Europeu, Catálogo da Exposição do Museu Calouste Gulbenkian, Lisboa, 19 de fevereiro a 4 de maio de 1997, pp. 15 e 16.

A base rusticada do muro é decorada com azulejos relevados de um delicado azul-claro, com motivos florais estilizados, esquema que se prolonga no suporte do sofisticado mirante, elemento particularmente expressivo, que conjuga com grande mestria valores pictóricos e esculturais, como aliás é habitual nas casas desenhadas por Silva Rocha.



*Pormenor do muro das traseiras, gradeamento Arte Nova*

O telhado de vigas anguladas ao estilo oriental é revestido de telhas verdes e sustentado por colunas esculpidas com motivos orgânicos, que se prolongam nos capitéis. A estrutura em pedra, emoldura ao nível da base, tanto pelo lado exterior (da rua), como pelo lado interior (do jardim), painéis de azulejos, com figuras e motivos geometrizados em diversas gamas de azul, do lado do jardim, acompanhando o movimento da escada, decorativamente sublinhada por guarda em ferro esculpido também com motivos florais. O interior do mirante é guarnecido por painel em azulejos polícromos assinado pelos artistas da Fábrica da Fonte Nova, Carlos Branco e Licínio Pinto, com a data de 1907.



*Pormenor do Mirante*

Neste painel uma imagem idílica, edénica, da natureza, um rio de águas tranquilas, correndo entre margens de uma serena beleza, é emoldurada por exuberantes lírios vermelhos, enquadrados por verdes folhagens, sobre um fundo amarelo vivo, num expressivo e harmonioso jogo de complementares, o verde e o vermelho, o amarelo do fundo e o azul das águas do rio.

A linearidade dos elementos vegetais, em sinuosas linhas de uma gramática Arte Nova, contrasta com o naturalismo da paisagem, aligeira-o, confere-lhe um sentido na área da alegoria, como se esta moldura de uma beleza irreal, transportasse a paisagem em medalhão de imediato para o mágico terreno dos mitos singelos do paraíso. O lírio vermelho vem acrescentar a simbologia da flor tão emblemática na Arte Nova e na obra de Silva Rocha. Branco, evoca a pureza, vermelho, uma vitalidade solar, uma sensorialidade exótica que Huysmans descreve em *La Cathédrale*: *son parfum est absolument le contraire d'une senteur chaste; c'est un mélange de miel et de poivre, quelque chose d'acre et de doucereux, de pâle et de fort; cela tient de la conserve aphrodisiaque du Levant et de la confiture érotique de l'Inde*<sup>20</sup>.

O lírio com uma dupla conotação sensual e espiritual, aproxima-se dos temas da água, da feminilidade, da lua e dos sonhos e neste aspecto o seu simbolismo é semelhante ao do lótus<sup>21</sup>, flor aquática, como os nénufares, representados juntamente com meninos e uma figura feminina de longos cabelos esparsos, no painel de azulejos decorando a base exterior do mirante. De notar que existiu em casa de meus pais e durante muito tempo, até se ter infelizmente perdido ou partido, numa das muitas mudanças, uma das quais, para África, numa viagem por mar, uma cópia deste azulejo que guardo até hoje na minha memória.

Este painel explicita alguns aspetos de uma poética que a composição e a gramática decorativa dos edifícios de Silva Rocha vão sugerindo: o onirismo da água, o universo de correspondências sensoriais a que a nudez das figuras meio submersas entre flores e segurando cornucópias (símbolo de abundância, de esperança e de felicidade) apela, uma sensualidade matizada pelo quadro edénico e pelo tema da infância, transcendida pelo grande motivo regenerador da água a que se associa, convidando ao universo de uma luz balsâmica, de uma espiritualidade, emergente, como as figuras, de um fundo obscuro, primordial e abissal que as águas simbolizam.

Não podemos deixar de evocar e seguindo Yvette Centeno em texto citado, o tema baudelairiano da cabeleira, tão emblemático de uma estética Arte Nova, em que mulher e natureza se unem numa mesma estética de simultânea glorificação dos sentidos e da sua transcendência espiritual, um momento raro de harmonização vivido antes do grande apocalipse da guerra, totalização, domínio secreto que resume um verso do poeta francês: (...) *ciel pur où frémít l'éternelle chaleur*, e ao qual Yvette Centeno<sup>22</sup> dá um sentido alquímico, presente na obra dos grandes criadores, da Arte Nova, do checo Mucha ao português Silva Rocha. O sentido de uma sublimação que todos buscam no esoterismo em voga no princípio do século, modelos de salvação, ora para si próprios ora para as pátrias sonhadas. Através do ornamento ou da estilização, Mucha, segundo Yvette Centeno, foi muito mais longe, como Silva Rocha, que jogando com os princípios da sua gramática estrutural e decorativa, de projetista-pintor, ou de arquiteto artista, ao encontro do título da exposição *Silva Rocha Arquiteto Artista*, que comissariei e que inaugurou em 2009 o Museu de Arte Nova de Aveiro - lançou com a sua obra as sementes de uma Primavera eterna, de uma floração do espírito, crescendo maravilhosamente das raízes de uma sensibilidade anímica, atenta ao encanto sensorial dos elementos do Cosmos.

<sup>20</sup> Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain, op. cit., vol. III, p. 136.

<sup>21</sup> Idem, pp. 136 e 137.

<sup>22</sup> Centeno, Yvette K., op. cit. pp. 22 e 23.

A **águia** é simultaneamente o emblema do brasão da cidade de Aveiro, cidade já consagrada como da Capital Arte Nova Portuguesa e é também o emblema desta casa que pela mestria da sua composição e requinte e beleza da sua gramática, bem poderá considerar-se como o ex-líbris deste estilo em Portugal. Será imprescindível uma referência final neste comentário à águia, universalmente considerada como símbolo celeste e solar, rei dos pássaros e coroando o *simbolismo geral destes que é o dos anjos, o dos estados espirituais superiores*. A águia fixando o sol é ainda o símbolo da percepção direta da luz intelectiva, e do verbo que lhe está associado. Identifica-se na Idade Média com o próprio Cristo. Por sua vez a dualidade da águia e da serpente, significa universalmente a do Céu e da Terra, ou a da luta do anjo contra o demónio. Símbolo de realeza e de poder, a águia representa na psicanálise de Jung, a figura paterna<sup>23</sup>.

Sem reduzirmos a polivalência do símbolo, diríamos que a águia é sem dúvida neste caso a figura de um conhecimento estético que se exprime através da linguagem cifrada dos símbolos, da qual participam a totalidade do edifício e as diversas partes que o compõem, no exterior (volumetrias, grandes linhas de composição) e no interior (organização do espaço em função da luz) e a gramática decorativa que desenvolve no contexto dos diversos materiais utilizados: cantaria, ferro, azulejo. Esse conhecimento representa ou deveria representar um poder, o máximo poder de dominar os ciclos do tempo, tão expressivamente evocados pela passagem das águas da ria, de contrapor ao efémero da matéria, os valores intemporais do espírito, de através da acuidade sensorial, da sedução terrestre, conquistar o domínio de uma transcendência que dela se evade e a ela regressa, numa amorosa troca de segredos, de mistérios, de evidências partilhadas, cada dia, com o romper e o declinar da luz.

A águia é uma imagem deste poder que a visão tem de se associar ao conhecimento e ao verbo. E ao mesmo tempo da impotência que resulta da incapacidade desse conhecimento se transformar na senha que permita o acesso ao limiar de uma nova percepção.

A atual indesculpável e incompreensível demolição da **Vivenda Aleluia** em Aveiro, obra-prima do estilo Casa Tradicional Portuguesa e Museu da centenária Fábrica Aleluia, da autoria de Silva Rocha, apesar de uma Petição Nacional em sua defesa, é hoje a imagem viva dessa falha de percepção coletiva, que impede a consideração de um valor de ordem não material, mas eminentemente cultural, estético e espiritual.

Esse valor que não é ainda, entre nós, um valor de civilização, foi expresso, edificado pela Arte Nova, por um curto período, aquele que correspondeu precisamente à materialização, na arquitetura, nas artes decorativas, de um esplêndido sonho irrealista, construído em diálogo com a natureza, a cósmica e a interior. Durante algum tempo a civilização viveu, sem que se apercebesse, a própria metáfora, o luxo de um sentido de uma ordem poética, perfeitamente integrado no quotidiano. Sentido hoje perdido, a que a palavra pode dar forma e que a civilização deve reconquistar, com a sua memória mais preciosa.

O interior da casa que pude apreciar, quando ainda vivia a filha do primeiro proprietário, Julieta Pessoa, valorizado por escadaria ricamente decorada com trabalho de serralharia artística, desdobra-se organicamente, umas divisões introduzindo as outras com elegantes arcos com molduras de madeira, um espaço modulado e vivo, vibrando com a luz e as atmosferas do dia.

---

<sup>23</sup> Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain, op. cit. vol. I, pp. 20 a 27.



Rés-do-chão, interior da Casa Mário Pessoa

A casa que chegou a estar arruinada, segundo a proprietária era já então visitada como se fosse um museu, função que deveria realmente assumir no futuro como Museu de Arte Nova, virtual, como é hoje, e Casa-Museu Silva Rocha, reunindo a totalidade do seu espólio, quadros de sua autoria e do seu círculo de amigos, desenhos dos edifícios que projetou, fotografias, objetos e a sua biblioteca que documenta o seu conhecimento do que de melhor se fazia na arquitetura e na arte da Europa do seu tempo, de que foi extraordinário intérprete.

A obra de Silva Rocha desenvolver-se-ia assimilando o modelo de uma depuração valorizando a geometria, de inspiração clássica e a exuberância de uma gramática decorativa que no caso a que acabámos de referir-nos, muito deve ao barroco, mas que se encaminha no sentido de uma harmonia, da genial conjugação destes arquétipos fundadores da história da arte, que marca segundo Gustav René Hocke a suprema realização artística<sup>24</sup>. Num estilo absolutamente pessoal e onde plenamente se afirma uma gramática Arte Nova de que é incontestável e incomparável Mestre em Portugal e na Europa. Harmonia, síntese, atingidas magistralmente por Silva Rocha de que é exemplo o Palacete de Salreu, **Casa de Francisco Maria de Oliveira Simões**, que projetou em 1914, hoje Imóvel de Interesse Público e que marcam o ex-líbris da sua obra que temos vindo a analisar.

Por todas estas razões que acabámos de explanar, a **Casa Mário Pessoa**, atual **Museu de Arte Nova de Aveiro** cuja exclusiva autoria de Silva Rocha é incontestável, deveria receber o nome que justamente dignificaria e perpetuaria o seu autor, **Francisco Augusto da Silva Rocha**, como forma de homenagem da cidade que lhe deve o estatuto internacional de ser considerada uma das capitais europeias da Arte Nova. E deveria também acolher o seu valioso espólio que a família estaria disposta a ceder nesse contexto, projeto de grande dimensão cultural para a cidade de Aveiro, Capital da Cultura Portuguesa em 2024.

<sup>24</sup> Hocke, Gustav René, *Labyrinthe de l'Art Fantastique*, Éd. Denöel, Paris 1967, pp. 269 a 275.



*Francisco Augusto da Silva Rocha, 1864-1957*

Deixamos para terminar alguns dos testemunhos que no âmbito de um abaixo-assinado de dimensão nacional, defendem este projeto:

*Acho evidente e incontornável que o nome de Silva Rocha seja atribuído ao Museu de Arte Nova de Aveiro, considerando que ele é protagonista maior da construção e do carácter da cidade de Aveiro da sua época.*

**Álvaro Siza**, arquiteto, Porto, 13 de março de 2008.

*É da mais elementar justiça perpetuar condignamente a memória de uma personalidade artística tão singular como a do arquiteto Silva Rocha não apenas profeta, mas autor das belas expressões da Arte Nova de que se honra a sua cidade, Aveiro e para além dela o país inteiro. Que melhor maneira de o homenagear do que dar o seu nome ao novo “Museu de Arte Nova”? Espanta é que a lembrança venha tão tarde.*

**Eduardo Lourenço**, Lisboa, 24 de maio de 2008.

*Se Aveiro pode gabar-se de ser a “capital da Arte Nova em Portugal”, se há Arte Nova em Aveiro é graças à obra arquitetónica de Silva Rocha; se o Museu de Arte Nova em organização tem sede numa casa projetada por Silva Rocha, em boa hora restaurada, parece acertado e justo (e civicamente grato) que o dito museu receba o nome de Silva Rocha.*

**José Augusto França**, Professor Catedrático Jubilado da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 12 de dezembro de 2007.

*O nome de um Museu não é coisa inocente ou irrelevante. No caso do Museu de Arte Nova nada mais certo que para além dessa designação, surja o nome do seu autor, arquiteto, professor e artista, ligado longamente à cidade e a uma estética que é uma marca única na cidade de Aveiro.*

**José Luís Porfírio**, Historiador de Arte. Enquanto Diretor do Museu de Arte Antiga de Lisboa, Lisboa, 21 de fevereiro de 2008.

*Grâce à Maria João Fernandes, j'ai découvert et apprécié l'importance de l'Art Nouveau au Portugal, en particulier de l'œuvre extraordinaire de Silva Rocha. Ce ne serait que justice de donner le nom de Silva Rocha à l'un de ses bâtiments les plus emblématiques.*

**Jean François Chouquet**, enquanto Diretor do Museu Coleção Berardo, Lisboa, 27 de abril de 2010.

*Parece-me da mais elementar justiça o reconhecimento da cidade de Aveiro e a consequente atribuição do nome do arquiteto Francisco Augusto da Silva Rocha ao novo Museu de Arte Nova, num edifício de sua autoria, bem representativo de um período que deixou uma notável presença no rico património arquitectónico da cidade.*

**Gonçalo Byrne**, arquiteto, Lisboa, 10 de maio de 2009.

É com muita honra que junto a minha voz de leigo aos testemunhos ilustres e eloquentes, todos sublinhando o contributo ímpar de Francisco Augusto da Silva Rocha e defendendo a imperiosa justiça de ver devidamente homenageado esse contributo, nomeadamente atribuindo o seu nome ao Museu de Arte Nova e revelando o seu espólio no contexto desse Museu. Nunca é tarde para homenagens justas e Aveiro é terra de Liberdade, de Democracia e de reconhecimento do Mérito. Tudo razões bastantes para corresponder ao apelo de tantos, tão notáveis e tão assertivos nos seus depoimentos.



**Marcelo Rebelo de Sousa**, Professor, Presidente da República, Lisboa, Faculdade de Direito, 23 de dezembro de 2015



**Maria João Fernandes** em 1973 | 50 anos de defesa da obra de Silva Rocha e da Arte Nova Portuguesa



# DA OPOSIÇÃO À DEMOCRACIA: UM PERCURSO PELAS FONTES DO ARQUIVO MUNICIPAL

*Paulo Dias\**

O presente texto procura - de forma necessariamente breve e mediante escolhas que sempre se impõem na delimitação de um tema – dar a conhecer algumas das fontes<sup>1</sup> para o conhecimento da luta pela liberdade que, desde o Estado Novo à normalização democrática, ocorreu no Município de Estarreja ou foi protagonizada por Estarrejenses. É, como o título indica, um percurso. Um percurso possível (de entre muitos) que a documentação do Arquivo Municipal de Estarreja, com o devido contexto, viabiliza e que o tema, certamente, suscita, dada a centralidade para o nosso autoconhecimento contemporâneo, enquanto povo e enquanto país.

Julgamos, ainda que de forma introdutória, ser possível lançar luz sobre algumas das realidades locais para o período em causa, numa linha condutora que pretende incidir nas manifestações - ora mais personalizadas e aguerridas, ora acomodadas em vivências mais anónimas – que, por quase meio século, nos permitem testemunhar da(s) diferença(s) de opinião face ao poder instituído.

Tal não significa que Estarreja tenha sido um reduto de ardentes contestatários, mas a verdade é que nem sempre os partidários da liberdade – uma minoria esclarecida – manifestaram em surdina o seu pensamento divergente. Antes procuraram, em diversos momentos, desequilibrar as forças em presença o que, compreensivelmente, resultou numa resposta mais firme do poder político, com as autoridades e correligionários da situação a endurecerem o discurso e as medidas a todos os que não se conformassem com a ordem vigente. O Estado Novo mantinha um sistema de forte vigilância e disciplinamento das mentalidades sem prejuízo de, ainda assim, poderem germinar outros ideais, como demonstram alguns dos episódios que aqui traremos. Aliás, é pelo interventionismo que o poder político procura exercer sobre todos os aspectos da vida individual e coletiva que cresce e se agiganta a máquina burocrática do Estado. Herdeiro de um Estado mínimo, Oliveira Salazar, com a consolidação do regime após o plebiscito da Constituição de 1933, vai *num processo que passaria por colocar a figura do Presidente do Conselho no centro do sistema estatal, alterar o corpo de funcionários e regularizar os procedimentos burocráticos, elevando o Ministério das Finanças a entidade fiscalizadora da atividade dos outros ministérios*<sup>2</sup>.

Tal impacto sobre a administração pública resultará no acumular, em arquivos públicos, de informação que importa estudar, contextualizar e interpretar por forma a lançar elementos de leitura significativa dos fenómenos culturais e políticos da sociedade, sendo nossa convicção que muita dessa informação ainda aguarda ser descoberta, trabalhada e fruída.

No que respeita ao tema da luta pela liberdade e construção da democracia no Concelho de Estarreja, de forma geral e à semelhança do que viveu o Portugal de então, identificam-se períodos de maior e

\*Licenciado em História – História de Arte e Pós-Graduado em Ciências Documentais. Técnico Superior do Arquivo Municipal de Estarreja.

<sup>1</sup> A maioria das citações referem-se a documentação produzida e recebida pela Câmara Municipal de Estarreja pelo que usaremos a sigla CMETR para designar essa entidade, atendendo a que se encontram em curso trabalhos técnicos com vista à revisão do plano de classificação do Arquivo Municipal. Mantém-se, por conveniência e para futura localização, a atual numeração das unidades de instalação.

<sup>2</sup> AZEVEDO, Ana – “Reformar a Administração Pública ao sabor das prioridades do Estado Novo”, Portuguese Studies Review, 26 (2), 2018, 179.

mais intensa atividade, como os períodos eleitorais logo após a II Guerra Mundial<sup>3</sup>. Apesar da aparente calma à superfície das águas, a verdade é que o Regime cedo se viu confrontado com manifestações de diversa índole e com motivações díspares que, ainda assim, não deixaram de ser motivo de evidente preocupação e, consequentemente, fator de aumento da repressão.

Logo em 1943 há notícia da iniciativa liderada pelo Dr. José de Oliveira e Silva e por Alberto Jaime Figueira Vidal que, em conjunto com Joaquim Rodrigues da Silva e Manuel Dias de Andrade, promoveram a vinda do Prof. Agostinho da Silva a Estarreja o que motivou a intervenção das autoridades, redundando nas primeiras prisões políticas<sup>4</sup>. Já em 1947, e no rescaldo de alguma abertura às correntes oposicionistas, o Governo Civil de Aveiro remete ao Presidente da Câmara Municipal de Estarreja uma circular confidencial, datada de 27 de Novembro, alertando para uma possível atividade oposicionista, nas comemorações do 1º de Dezembro. Alerta para o facto de que *elementos contrários à situação – nomeadamente o MUD Juvenil pretendem aproveitar-se dessa data para a realização de comemorações (reuniões, sessões, manifestações) em oposição às que nessa data normalmente costumam ser efetuadas pela Mocidade Portuguesa*<sup>5</sup>. Sensivelmente pela mesma altura, e receendo a difusão de mensagens inconvenientes, a Câmara é novamente informada de que deverá abstir-se de emitir licenças para reclames sonoros em feiras e vias públicas porquanto, além de perturbarem a tranquilidade geral sem respeito pelo trabalho ou descanso de terceiros, é vulgar que, através dos amplificadores, se divulguem factos ou ideias que ofendem a moral pública ou o brio nacional<sup>6</sup>. Por esta altura já Manuel Dias de Andrade pertencia ao Movimento de Unidade Democrática (MUD) e integraria o Movimento Nacional Democrático, tendo participado ativamente, desde 1945, pelos movimentos oposicionistas, em todas as campanhas para as eleições de Deputados à Assembleia Nacional e para as Presidenciais<sup>7</sup>.

No que respeita à posição oficial, facilmente se percebe, apesar da aridez da documentação administrativa, que as autoridades procuram, por todos os meios, dificultar o exercício das liberdades cívicas mediante expedientes de diversa ordem, como a recusa em inscrição em cadernos eleitorais, o indeferimento de petições, a intimidação e repressão pela censura ou alegando irregularidades por parte de todos quantos procuram ser alternativa ao discurso monocórdico oficial<sup>8</sup>. Sobre as diligências tomadas pela Câmara Municipal aquando das eleições legislativas de 1945, o Presidente Jaime Ferreira da Silva informa que tudo corre com usual normalidade, pois além dos 3592 eleitores inscritos, relativamente às *reclamações foram apenas apresentados dois requerimentos que, por serem concebidos em termos ilegais, foram indeferidos*<sup>9</sup>.

Manuel Dias de Andrade surgirá de novo, em 1948, como signatário de um requerimento que pretende, *a fim de instruir um processo de candidatura*, que se lhe indique o número de cidadãos eleitores, discriminados por freguesias. Como seria expectável, terá como resposta o indeferimento: o normal obstaculizar justificado pela legislação e procedimentos vigentes<sup>10</sup>. De forma idêntica, a 2 de Junho de

<sup>3</sup> FERREIRA, Ana Sofia – “As eleições no Estado Novo. As eleições presidenciais de 1949 a 1958”, História: Revista da FLUP, III série, vol. 7, 2006, 197-212.

<sup>4</sup> SILVA, António A. – “Uma simples conversa e as primeiras prisões políticas”, Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja, nº 12, 2018, 25-30.

<sup>5</sup> CMETR, Secção Administrativa, Correspondência Recebida – Governo Civil (1944-1948), circ. nº 101/48, Cx. 8354.

<sup>6</sup> CMETR, circ. nº 125/47, ibid.

<sup>7</sup> LEMOS, Mário - Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973). Um Dicionário, 2009, 103.

<sup>8</sup> FERREIRA, Ana – “O sistema eleitoral no Estado Novo: o papel do Presidente da República na estabilidade ou na ruptura do regime criado pela Constituição de 1933”, História: Revista da FLUP, IV série, Vol. 9, nº 2, 2019, 68-70.

<sup>9</sup> CMETR, Registo de Correspondência Expedida – Recenseamento Eleitoral (1944-1954), of. 10.

<sup>10</sup> CMETR, Requerimentos Diversos, Cx. 10557.

1948, regista-se que durante o processo de recenseamento eleitoral – e alegadamente por lapso - o requerimento da esposa do Dr. Joaquim Rodrigues da Silva, conhecido oposicionista, *por não trazer nem o reconhecimento de notário nem o do Presidente da Junta de Freguesia de Salreu, como prescreve a lei, foi necessariamente considerado ilegal*<sup>11</sup>.

A par destas ações de controlo mais direcionadas as autoridades parecem atentas às movimentações mais anónimas como se depreende da comunicação do Comandante da GNR que insiste para que, também em Estarreja, se sinta a presença daquela força. Reforça que é *de absoluta necessidade a instalação de um posto da G.N.R. na sede do Concelho de Estarreja, em virtude do que acabo de expor a V. Ex<sup>a</sup>. E ainda porque se tem verificado a existência e ocultação naquele concelho de criminosos fugidos à acção das autoridades, nomeadamente, pertencentes a concelhos limítrofes, policiados pela G.N.R.* Também é de considerar a previsão de greves revolucionárias no meio operário não só daquele concelho mas com ramificações pelo País e no caso de sabotagem do Posto de Transformação da linha de alta tensão em Avanca ou a destruição da linha de transporte de corrente eléctrica que atravessa o concelho provocaria a paralisação das indústrias servidas por essas linhas<sup>12</sup>. A agitação operária é uma realidade em contínuo, um pouco por todo o país desde a década de 30 do século XX até ao pós-II Guerra Mundial, altura em que decresce e só voltará a ter maior impacto, com vários surtos espontâneos, entre 1958 e 1962, sensivelmente<sup>13</sup>.

Em 1950, por ocasião das eleições para as Juntas de Freguesia, apresentam-se a sufrágio duas listas em cada uma das seguintes: Beduído, Pardilhó e Salreu, constando o nome do Dr. Manuel Figueiredo na lista oposicionista em Beduído. O Presidente da Câmara, em resposta ao pedido de esclarecimentos do Governo Civil quanto ao significado político, desvaloriza, pois interpreta tal facto como meramente oposicionista<sup>14</sup>.

Nas ações oposicionistas mais frontais, juntar-se-á a Manuel de Andrade e a outras figuras de relevo do Concelho. Não sendo natural de Estarreja, o Dr. Figueiredo aqui exerceu, por largas décadas, a sua atividade médica em virtude de lhe ter sido fixada residência por volta de 1930<sup>15</sup>. Abertamente opositor ao regime, tendo igualmente aderido ao MUD<sup>16</sup> e correligionário de Mário Cal Brandão - outro opositor que passou por Estarreja e daqui se evadiu para a Galiza - sabe-se que também apoiou a candidatura do General Norton de Matos à Presidência da República em 1949 fazendo parte, conjuntamente com o Dr. Alberto Ferreira Vidal - que será candidato, pela oposição, às legislativas de 1953 - da Comissão Distrital de Aveiro daquela candidatura<sup>17</sup>. Também sentiu as dificuldades que a burocracia teimava em acrescentar ao exercício do direito de voto. A 16 de Maio de 1949 e na sequência de uma reclamação eleitoral que apresentou - e tendo nascido em Belém do Pará - o Presidente da Câmara informa a Direção Geral de Administração Política e Civil, *que não julgamos demonstrada a cidadania portuguesa do reclamante pelos seguintes considerandos: a) a sentença proferida no Brasil, em 20 de Julho de 1948, não está revista nem confirmada por Tribunais Portugueses, não podendo, por isso, produzir efeitos em Portugal (...) acontece que o Dr. Manuel Luiz*

<sup>11</sup> CMETR, Registo de Correspondência Expedida – Recenseamento Eleitoral (1944-1954), of. 19.

<sup>12</sup> CMETR, Correspondência do Governo Civil (1944-1948), of. 163/48, cx. 8309.

<sup>13</sup> ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. (Dir.) - Dicionário de História do Estado Novo, vol. I, 1996, 401-403.

<sup>14</sup> CMETR, Secção Administrativa, Correspondência Recebida – Governo Civil (1947-1966), of. 1247/50, Cx. 8309.

<sup>15</sup> LEMOS, Mário – Op. Cit., 169.

<sup>16</sup> V. biografia em SILVA, António A. – “Dr. Manuel Figueiredo médico de largo sentido humano”, Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja, nº 9, 2015, 79-83.

<sup>17</sup> Arquivo Municipal de Ponte de Lima, General Norton de Matos, Candidatura à Presidência da República, Membros do Distrito de Aveiro, CNM\_01975.

*da Costa Figueiredo figura nos registos de estrangeiros dos nossos serviços, como cidadão brasileiro*<sup>18</sup>.

As eleições presidenciais foram, por excelência, momentos em que as oposições conseguiram maior margem de manobra e maior visibilidade, sem prejuízo das ações fiscalizadoras e repressivas do Regime. Por essa ocasião, a 11 de Novembro de 1948, o Governo Civil de Aveiro chamava à atenção para o livro da autoria do General Norton de Matos intitulado – *Os dois primeiros meses da minha candidatura à Presidência da República ordenando a sua apreensão nesse concelho e a promover as diligências convenientes no sentido dos exemplares encontrados serem remetidos àquela Polícia [PIDE] acompanhados dos respetivos autos*<sup>19</sup>.

Ainda por ocasião das presidenciais de 1951, convocadas em virtude da morte do Marechal Carmona, Estarreja manifesta resiliência contra o caráter unívoco da representação política. Por essa ocasião, encontramos registos de dois apoiantes de candidaturas oposicionistas. Pelo Dr. Henrique Souto, advogado de reconhecido prestígio, é firmado um pedido para uma sessão de propaganda eleitoral em nome da candidatura de Quintão Meireles a realizar em Estarreja. Quintão Meireles, não sendo uma figura de rutura e considerando-se um situacionista, não deixa de ser um candidato da oposição... moderada, é certo, mas oposição. Quanto ao que é requerido por Henrique Souto a Câmara Municipal recebe do Governador Civil o deferimento, se bem que com reservas, por haver *dúvidas sobre se alguns dos oradores estão no pleno gozo dos seus direitos políticos*<sup>20</sup>.

Pela candidatura de Rui Luís Gomes, antigo Professor Universitário afastado da docência por razões políticas, há a intervenção de Manuel Dias de Andrade que, de novo, encabeça um movimento que pretende realizar uma reunião pública nesta Vila de Estarreja, a fim de apreciar a atitude a tomar pelos democratas perante as eleições presidenciais<sup>21</sup>. Como seria de esperar, o despacho no próprio requerimento, pela mão do Presidente Ferreira da Silva, é liminar: *Não estando aberta a campanha eleitoral é inoportuno o recurso pelo que se indefere. 19/VI/51.* Idêntico desfecho, com vista a aniquilar qualquer ação, terá, em 1961, um requerimento da Oposição Democrática que pretende utilizar o salão nobre dos Paços do Concelho para um colóquio sobre o actual momento político português, no qual poderiam intervir pessoas de todas as correntes de opinião. Atendendo a que se efetivou a desistência de concorrer às runas, o despacho refere que foi mandado arquivar o presente requerimento por não interessar já a sua apreciação<sup>22</sup>.

Apesar de todos os mecanismos de controlo e repressão, as várias oposições procuraram, noutras momentos, no concelho e na região, intensificar a sua ação. Um dos motes foi a celebração, realizada em Aveiro no ano de 1956, em honra dos Mártires da Liberdade de 1828. Na organização do evento - que teve como principal orador o Prof. Jaime Cortesão - destacavam-se diversos nomes de relevo da oposição como a figura tutelar do Dr. Mário Sacramento. De Estarreja identificam-se, nesse mesmo evento, numa fotografia de grupo, o Dr. Manuel Figueiredo e, na Comissão Promotora, o nome do Dr. José de Oliveira e Silva<sup>23</sup>.

<sup>18</sup> CMETR, Registo de Correspondência Expedida – Recenseamento Eleitoral (1944-1954), of. 73/49. Neste livro, nº of. 80/49, datado de 27 de junho, constam igualmente como reclamantes - além do Dr. Manuel Figueiredo - António Tavares Afonso e Cunha, António Vaz de Sá Pereira e Castro, Francisco Moura Coutinho de Almeida d'Eça e Marta Marques Pereira. Veja-se, igualmente, o of. 33/51 e o 92/54 no mesmo livro onde se esgrimem os mais curiosos argumentos a fim de se não dar crédito às reclamações respeitantes ao recenseamento eleitoral.

<sup>19</sup> CMETR, Secção Administrativa, Correspondência Recebida – Governo Civil (1944-1948), circ. nº 105/48, Cx. 8354.

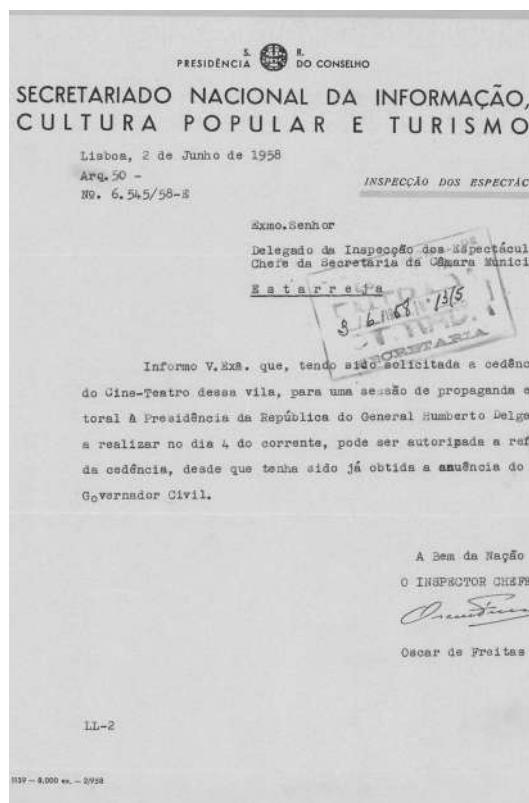
<sup>20</sup> CMETR, Registo de Correspondência Expedida – Recenseamento Eleitoral (1944-1954), of. 37/51. Além de Henrique Souto também o médico Manuel Figueiredo apoiará Quintão Meireles.

<sup>21</sup> CMETR, Requerimentos Diversos, Cx. 10557.

<sup>22</sup> CMETR, Requerimentos Diversos, Cx. 10557.

<sup>23</sup> «16 de maio de 1828 - Conferência de Jaime Cortesão proferida em Aveiro em 1956», Separata de Aveiro e o seu Distrito, nº 21, 1976, 11.

Também existente no Arquivo Municipal e fruto de uma doação conhece-se, para as eleições legislativas de 1957, um Manifesto da Comissão Eleitoral Oposicionista do Concelho de Estarreja que apela à consciência de todos os Estarrejenses. Apesar de não ter representantes nas listas pelo círculo de Aveiro esta Comissão Concelhia procurava evidenciar que os Estarrejenses nada deviam às políticas do Estado Novo e que apenas os Deputados da oposição Democrática poderiam fazer alterar, rumo à liberdade e ao progresso, o atual estado do concelho e do país<sup>24</sup>. Recorde-se que nesse mesmo ano realizava-se o I Congresso Republicano de Aveiro, no qual participaram relevantes nomes da intelectualidade portuguesa entre os quais o Estarrejense Dr. Manuel Andrade<sup>25</sup>, pelo que cremos que Estarreja não terá ficado indiferente a este élan. Esse inconformismo em relação às políticas do Estado Novo parece, também, ter encontrado alento nas ações de campanha que, para as presidenciais de 1958, se teriam realizado no Cine-Teatro de Estarreja. Conservam-se, oriundos do Secretariado Nacional de Informação, dois ofícios que autorizam a cedência do espaço, para fins de propaganda eleitoral, às candidaturas de Arlindo Vicente e Humberto Delgado<sup>26</sup>, tendo havido quem, na freguesia de Salreu, tenha conseguido trocar as listas da União Nacional pelas deste candidato...



Ofício do SNI a autorizar a cedência do CTE à candidatura de Humberto Delgado, 1958

<sup>24</sup> Documento já estudado e publicado por TAVARES, Andreia – “Manifesto da Comissão Eleitoral Oposicionista do Concelho de Estarreja”, Terras de Antuã: histórias e memórias do Concelho de Estarreja, nº 12, 2018, 11-24.

<sup>25</sup> LEMOS, Mário – Op. Cit., 29. Manuel Dias de Andrade participaria em todos os Congressos realizados em Aveiro em 1957, 1969 e 1973. Cf. LEMOS, Mário – op. Cit., 103-104.

<sup>26</sup> Delegação Concelhia da Inspeção Geral de Espetáculos, Correspondência (1947-1962), Cx. 10578.

Por seu turno, não deixando dúvidas quanto ao papel que as autoridades desempenham em favor do Regime, é recebido na Secretaria da Câmara Municipal o agradecimento, dirigido ao Presidente Ferreira da Silva, pelo *dedicado esforço que desenvolveu a favor da eleição do Snr. Almirante Américo Tomaz*<sup>27</sup>. Refira-se, a título de curiosidade, que Jaime Ferreira da Silva seria, em breve, escolhido para ser o próximo Governador Civil do Distrito.

Além dos nomes que se têm vindo a afirmar no contexto oposicionista do Concelho acrescente-se o de Alberto Figueiredo Vidal sobre quem, em ofício confidencial, é prestada a informação de *sempre ter sido e havido como acérrimo oposicionista e nunca procurou esconder as suas ideias chamadas democráticas, quer em campanhas eleitorais, quer em simples conversas que versassem assuntos políticos*<sup>28</sup> e a quem se atribui a organização de uma sessão política oposicionista em Outubro de 1945. Esta mesma fonte permite-nos, entre outros, identificar como pessoa de alguma suspeita o Dr. Ernesto Domingues de Andrade que, enquanto estudante em Coimbra, professou ideais republicanos e foi presidente da Associação Académica em lista de oposição ao regime no ano de 1935-36. Em 1961 apenas ocasionalmente vinha a Estarreja pelo que não havia *conhecimento de manifestações que o creditem como elemento afecto à actual situação política*<sup>29</sup>.

Com o deflagrar do conflito militar em África a partir desse ano notam-se, por um lado, a tentativa de reforço dos mecanismos de controlo das opiniões e manifestações políticas adversas aliado ao recrudescer de uma retórica triunfalista do poder e, por outro, o crescimento da contestação que o próprio contexto da Guerra Colonial iria acentuar. Tendo percebido o potencial impacto das homenagens aos Mártires da Liberdade, celebradas em Aveiro em 1956, e considerando a hora grave que o regime atravessa nesse mesmo ano de 1961, o Governo Civil de Aveiro informará à imprensa e a todas as Câmaras Municipais que *não se realizam as comemorações constantes de um panfleto com aquela epígrafe [Centenário de José Estêvão e Comemorações do 16 de Maio], publicado na imprensa e distribuído clandestinamente sob a responsabilidade de uma “COMISSÃO PROMOTORA” que se desconhece*<sup>30</sup>. É de admitir, à semelhança do que acontecera anteriormente, que alguns Estarrejenses estivessem envolvidos nesta iniciativa.

Esse contexto de dificuldade que o poder político tem em conformar as mentalidades, obriga a que se endureçam as medidas repressivas sobre a generalidade da população, pelo que, por vezes, a mais leve suspeita é motivo para mobilizar diligências. Parece ser esse o caso que justifica a circular confidencial de 8 de Julho de 1961 na qual, diversas informações chegadas ao Ministério do Interior, dão conta, com *justificado alarme, que por todo o país, em muitos estabelecimentos comerciais, nomeadamente em casas de vinhos e similares, se realizam audições colectivas de “Rádio Moscovo” e de outras emissoras estrangeiras empenhadas em fomentar o descrédito de Portugal, atacando com particular acinte a nossa política ultramarina, através da divulgação de notícias falsas, deturpadas ou tendenciosas, além da propaganda habitual de doutrinas subversivas*<sup>31</sup>.

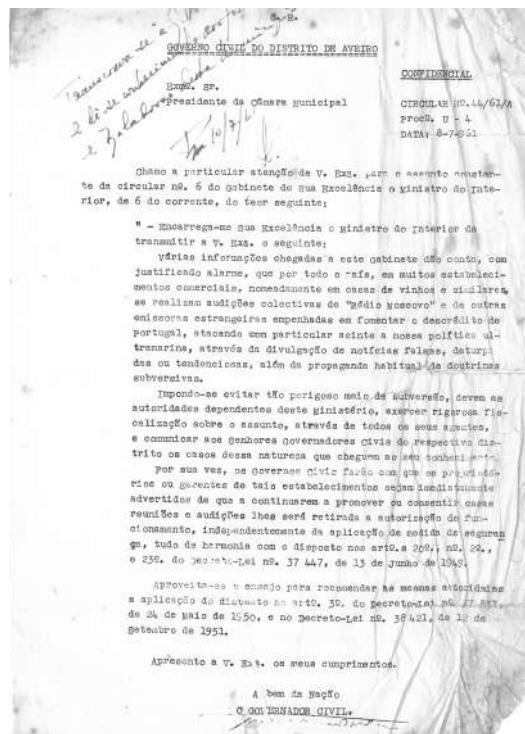
<sup>27</sup> CMETR, Registo de Correspondência Recebida (1957-1959), of. 1379/58.

<sup>28</sup> CMETR, Registo de Correspondência – Confidencial (1960-1963), of. 24/60.

<sup>29</sup> CMETR, Registo de Correspondência – Confidencial (1960-1963), of. 55/61.

<sup>30</sup> CMETR, Secção Administrativa, Correspondência Recebida – Governo Civil (1947-1966), of. s/n, Cx. 8309.

<sup>31</sup> CMETR, Correspondência – Confidencial (1959-1970), Circ. 44/61-U, Cx. 11607.



*Circular confidencial do Governo Civil alertando para a audição da Rádio Moscovo, 1962*

Outro incidente que nos conduz a um surpreendente universo de situações ilustrativas do empenho despendido para averiguar todos os comportamentos é o caso de um suposto regulamento de salários a pagar às trabalhadoras agrícolas. Em Junho de 1964, a PIDE informava a Câmara Municipal de que um seu funcionário teria tido a ousadia de redigir esse pretenso regulamento *durante as horas de expediente, numa máquina da Secretaria desse Corpo Administrativo*<sup>32</sup>...

Para se ter um vislumbre dos métodos de inquérito e das implicações de um ato aparentemente inócuo, detenhamo-nos um pouco neste testemunho. Francisco António de Oliveira e Silva – coincidentemente com apelidos homónimos aos do médico oposicionista e já bem conhecido das autoridades – terá procurado disciplinar, com benefício para trabalhadores e patrões agrícolas, horários de trabalho e valores de jorna num setor de grande importância para o concelho como era a produção de arroz. O interrogatório começa com o “convite” a esclarecer a sua posição política perante as instituições vigentes, tendo sido dada a resposta de que *sempre foi, e continua a ser e será afecto sem reservas ao regime político vigente, pelo qual sempre tem votado. Que, além disso, nos períodos eleitorais sempre tem feito parte das mesas eleitorais e colaborado activamente com as autoridades a favor da Situação*. Por ser natural da mesma freguesia e ter iguais apelidos, é averiguada a eventual ligação ao Dr. José de Oliveira e Silva, ao que o declarante responde que *conhece aquele médico desde os bancos da escola primária, mas que as relações que com ele mantém são apenas e unicamente de carácter profissional*.

Apesar destas informações, o interrogatório não se torna mais fácil: *Convidado a esclarecer se foi ele, declarante, o encarregado de distribuir as listas da União Nacional no período eleitoral de mil novecentos e cinquenta*

<sup>32</sup> CMETR, Secção Administrativa, Correspondência Recebida – Governo Civil (1947-1966), of. 44/64-B, Cx. 8309.

*e oito na sua freguesia e a que atribui de se dizer que aproveitou essa circunstância para as trocar pelas listas do candidato oposicionista HUMBERTO DELGADO, declarou: Que, o declarante era pessoa de inteira confiança do DOUTOR JAIME FERREIRA DA SILVA que foi Presidente da Câmara Municipal de Estarreja durante treze anos e depois Governador Civil de Aveiro (...) Que constitui surpresa para si o dizer-se que trocou as listas da União Nacional pelas do candidato oposicionista naquelas eleições e que esse facto só pode denominar-se de calúnia, ou pessoa de má fé que deseja ver o declarante metido em trabalhos<sup>33</sup>.*

Tratava-se, como se percebe, de averiguar toda e qualquer situação, por mínima que fosse e que pudesse constituir a mais ténue ameaça ao Regime, tanto mais que nesta altura ainda se viviam, um pouco por todo o país, greves rurais e fenómenos de agitação camponesa. Desde o final dos anos 50 eram frequentes reivindicações pelo cumprimento das oito horas de trabalho diário nos campos e pelo aumento dos salários<sup>34</sup> pelo que este regulamento só poderia, no entender das autoridades, ser uma prova de inequívoca insurreição. Findas as investigações, o Subdiretor da PIDE acaba por concluir, no ofício que acompanha os autos, *que dada a forma como os factos se passaram, tudo indica que as mulheres que trabalham na faina da plantação do arroz são estranhas a quaisquer movimentos de carácter reivindicativo, que possa considerar-se fruto de actividades de elementos subversivos<sup>35</sup>.*

Até ao final do Estado Novo, apesar de algum afrouxamento de medidas durante a “Primavera Marcelista”, o poder político procuraria sempre escrutinar tudo o que pudesse ser-lhe contraditório, incorrendo, por vezes, em situações caricatas. Disso é exemplo o artigo intitulado “A Empatocracia”, versando a excessiva burocracia camarária, publicado em Junho de 1970 no Jornal de Estarreja e que os serviços de censura remetem à Câmara para que se digne informar sobre o assunto. Nele se lia: *Só a trabalheira e o ror de papelada precisa para se tirar a licença de bicicleta! E note-se que o exame de estrada e de sinais que deveria ser o principal, é o que não conta!!! (...) Se o sujeito sabe andar na estrada ou não sabe, isso é lá nos acidentes de viação que se há-de ver!... S. Marcello nos acuda!*<sup>36</sup>.

O ambiente do país – e do concelho? – nas vésperas do 25 de Abril poderia ser, em parte, ilustrado com este recorte que fez despertar a censura: bloqueado, enredado no labirinto dos pequenos problemas e sem aparente solução para as situações que se agravavam com a falta de liberdade e de participação cívica. A Revolução, pela análise de alguma da documentação camarária, encontrará um município a funcionar de forma rotineira, centrado nos temas quotidianos, de tal forma que, após uma leitura das Atas das primeiras reuniões já realizadas após o golpe militar, ficamos com a impressão de que pouco ou nada se alterou. A mesma sensação retém-se, por exemplo, da análise dos registos de correspondência (recebida e expedida) onde, nos primeiros dias após a Revolução, nada faz crer que uma transformação tão radical e estruturante tenha ocorrido. Mantêm-se semelhantes os assuntos, os procedimentos e os protagonistas.

A transição para a democracia levaria o seu tempo e não seria isenta de contrariedades e de acidentes de percurso. Apesar disso e de forma genérica, Estarreja soube congregar sinergias para abraçar os novos tempos e, oportunamente e após as primeiras eleições livres, devolver o poder ao povo. O último executivo camarário nomeado pelo Estado Novo tomara posse a poucos dias da Revolução dos Cravos – a 10 de Abril – e, face à nova realidade, parece prudente quanto à posição a tomar face aos acontecimentos que se desenrolam desde a madrugada de dia 25.

<sup>33</sup> Ibid.

<sup>34</sup> ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. (Dir.) - Dicionário de História do Estado Novo, vol. I, 1996, 404.

<sup>35</sup> CMETR, Secção Administrativa, Correspondência Recebida – Governo Civil (1947-1966), of. 44/64-B, Cx. 8309.

<sup>36</sup> CMETR, Secção Administrativa, Correspondência Recebida – Governo Civil (1968-1971), of. s/n, cx. 8311.

Marca do dia		TELEGRAMA					Indicações de transmissão	
IND. DE SERVIÇO	ORIGEM	NÚMERO	PALAVRAS	DATA	HORA	CUSTO		
INDICAÇÕES (Vide verso)						\$	\$	
NOME DO DESTINATÁRIO: Presidente da Junta de Salvação Nacional						\$	\$	
MORADA E TELEFONE: Lisboa						\$	\$	
						TOTAL	\$	
TEXTO E ASSINATURA: Câmara Municipal Estarreja, sua primeira reunião após Movimento 25 Abril deliberou saudar Junta Salvação Nacional suprema garantia pacificação família portuguesa no progresso e na paz e princípios formulados a que esta Câmara dá o seu apoio.								
NOME, MORADA E TELEFONE DO EXPEDIDOR (estas indicações não são transmitidas)				HORA DE APRESENTAÇÃO				
[ 66 ]								

Telegrama enviado à Junta de Salvação nacional, 1974

A 2 de Maio a Câmara Municipal enviará um telegrama à Junta de Salvação Nacional, entidade que vê como *suprema garantia [da] pacificação da família portuguesa no progresso e na paz e princípios formulados a que esta Câmara dá o seu apoio*<sup>37</sup>. A 8 de Maio reunirá pela última vez e fará a transmissão de poder para uma Comissão Administrativa Provisória, liderada pelo Dr. Manuel Dias de Andrade, que se dirigirá, no mesmo dia com os demais elementos, ao Governo Civil de Aveiro. Aí o Secretário, na ausência do Governador, sanciona essa inaudita transferência para que possa haver continuidade na gestão corrente dos interesses locais<sup>38</sup>. Apesar deste ato - invulgar na globalidade do contexto nacional - apenas em Junho sairá publicado o Decreto-Lei 236/74 que confere ao Ministro da Administração Interna a faculdade para dissolver os corpos administrativos ainda nomeados pelo Estado Novo.

Vivem-se tempos de instabilidade e de agitação um pouco por todo o país e Estarreja não ficará indiferente às transformações que se começam a operar em diversas esferas da sociedade<sup>39</sup>. A partir de fins de 1974 e com maior ênfase durante o “verão quente” de 1975, além de notícias na imprensa local, também alguma da documentação existente no Arquivo Municipal permite que apreendamos a linguagem com o sabor próprio do momento revolucionário e testemunha até algumas das intervenções mais cáusticas. O jornal *O Concelho de Estarreja* dá-nos conta, por exemplo, de terem sido *tomadas de assalto as sedes do PCP, MDP/CDE, MES e FEC, partidos políticos instalados na zona central da vila. Na operação tomaram parte numerosas pessoas que retiraram para o exterior todo o recheio que encontraram (material de propaganda e escasso mobiliário) lançando-lhe fogo em seguida*<sup>40</sup>. O mesmo periódico dá conta dos primeiros protestos contra quem, ao tempo, dirigia os destinos camarários, noticiando que *após a abertura da Câmara, começou a juntar-se gente de tal modo não habitual, que deixou antever algo de especial. Na realidade, numerosas pessoas irromperam em manifestações, dando mostras que a Comissão Administrativa não é do agrado da população. Cerca das 22.00 horas chegaram ao local três camionetas transportando soldados armados, calculados em mais de uma centena. Os manifestantes continuaram a exigir a demissão da referida Comissão*<sup>41</sup>.

<sup>37</sup> CMETR, Correspondência Geral – 1974, of. 597, Cx. 7753.

<sup>38</sup> Esta Comissão “Provisória” manter-se-ia em funções até 25 de novembro de 1975, sendo substituída por outra, presidida por José Luís Marques Figueira Vidal. Cfr. CMETR, Comissão Administrativa Provisória, Pt. 11640.

<sup>39</sup> Cfr. MATTOSO, José (Dir) – História de Portugal, vol. VIII, 1993, 28-45.

<sup>40</sup> O Concelho de Estarreja, nº 3696, 26/07/1975.

<sup>41</sup> Ibid.

As atas das reuniões camarárias testemunharão, sensivelmente pela mesma altura, as mudanças na linguagem e nos temas considerados importantes ou cuja decisão se julgava prioritária, bem como as dificuldades na gestão ordeira de algumas das participações populares. Destacamos, a título ilustrativo, o espírito solidário com Moçambique recém-independente. Na reunião de 25 de Junho de 1975, é endereçado um telegrama de regozijo à Câmara Municipal de Can Phumo – nome provisório da capital antes de ser rebatizada de Maputo – *por mais uma Nação Lusíada [que] passa para a comunidade internacional [e] saúda nessa câmara o povo irmão de Moçambique fazendo votos pela prossecução de uma vida democrática e popular, livre, feliz e progressiva*<sup>42</sup>.

A pouco menos de um mês a reunião de 16 de Julho ficaria marcada por um incidente que levou à sua suspensão. Um munícipe proferia *em voz alta frases desconexas e não tendo acatado as admoestações, o Senhor Presidente suspendeu os trabalhos da reunião eram vinte e duas horas e trinta e sete minutos, e providenciou no sentido de ser chamada a Guarda Nacional Republicana*. Desfecho idêntico teve a reunião de 2 de Dezembro, na qual a Comissão Administrativa afirmava ter herdado graves problemas do *deposto governo fascista* e cuja resolução seria difícil e morosa. A reação dos municíipes presentes não se fez esperar: *Ouviram-se, a esta altura, vários gritos de "fora", "fora", e "demitam-se imediatamente", estabelecendo-se na sala das reuniões enorme excitação e confusão. Face ao acontecido, o Senhor Presidente encerrou a reunião eram vinte e duas horas e dezoito minutos*<sup>43</sup>...

Também a reunião de 10 de Dezembro ficou marcada pelo acalorado esgrimir de argumentos: questionava-se a constituição da Comissão Administrativa e pelo facto de nela não constar um dos nomes indicados pela Junta de Freguesia de Avanca, o que levou a que se suspeitasse de intencionalidade nesse afastamento<sup>44</sup>. Episódio mais pitoresco e que nos traz o colorido das intervenções populares mais espontâneas é o processo de arrematação das bancas de peixe e marisco do mercado municipal. Na reunião de 6 de Janeiro de 1976, foi posta a lanços, sob pregão, o direito de ocupação de uma das bancas tendo havido alguém, entre a assistência, que ofereceu o inaudito valor de dez mil escudos. O restante texto da Ata é, por si, esclarecedor: *Estabeleceu-se, imediatamente, na sala das reuniões, grande excitação provocada pelas vendedeiras de peixe (...) ouvindo-se gritos de "não há direito", "esse homem está bêbado", "esse homem não está no seu estado normal", "esse homem é doido"(...). Tendo sido impossível ao Senhor Presidente serenar os ânimos e manter a ordem na sala das reuniões, o mesmo propôs, o que a Comissão aprovou, por unanimidade, suspender o acto de arrematação*<sup>45</sup>.

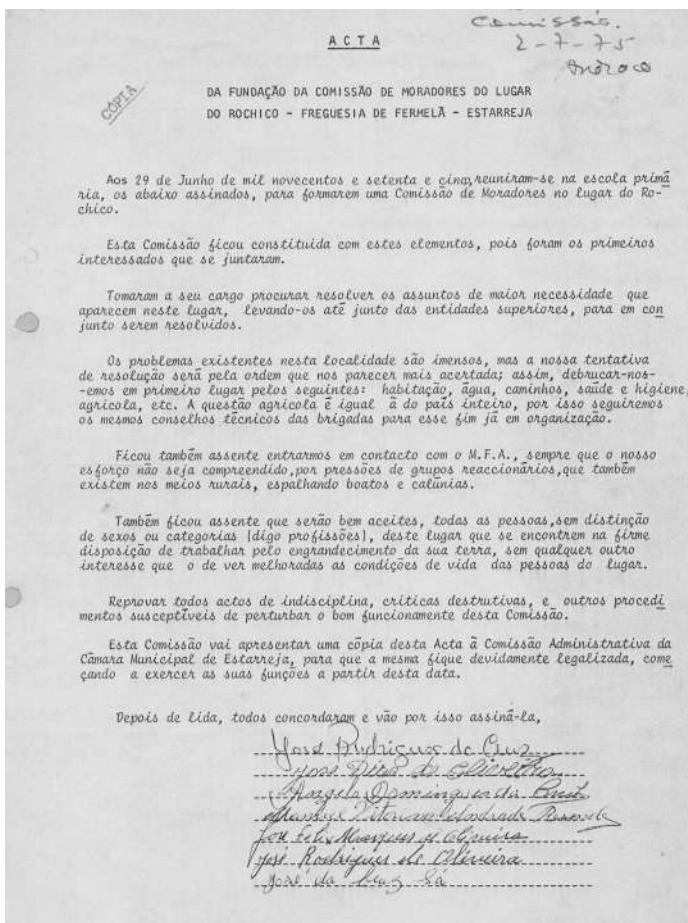
Fica-nos, igualmente, a memória do espírito revolucionário do tempo pela criação de comissões de moradores que procurarão, pelas suas próprias mãos, dar resposta a um conjunto de anseios das populações e, com isso, exercer livremente a sua ação em prol da sua comunidade. O exemplo da Comissão do lugar do Roxico, da freguesia de Fermelã, parece-nos deveras ilustrativo.

<sup>42</sup> CMETR, Livro de Atas das reuniões da Câmara Municipal (1974-1976), fl. 130-130v.

<sup>43</sup> Ibid., fl. 146v.

<sup>44</sup> Ibid., fl. 151-152.

<sup>45</sup> Ibid., fl. 167-168.



Ata de Constituição da Comissão de Moradores do Roxico - Fermelã, 1975

Na Ata da sua constituição, de 29 de Junho de 1975, os signatários afirmam que pretendem resolver problemas concretos, como habitação, caminhos e saúde pública, mais indicando que *a questão agrícola é igual à do país inteiro, por isso seguiremos os mesmos conselhos técnicos das brigadas para esse fim já em organização*. Ficou também assente entrarmos em contacto com o M.F.A., sempre que o nosso esforço não seja compreendido, por pressões de grupos reaccionários, que também existem nos meios rurais, espalhando boatos e calúnias<sup>46</sup>.

Com a própria sociedade a tentar organizar-se, surgem no terreno os vários partidos políticos que procurarão, até às eleições legislativas, exercer a sua influência no rumo que a jovem democracia estava a tomar. Nem sempre todas as forças políticas terão bom acolhimento junto das populações, como facilmente se percebe pela recusa da Junta de Freguesia de Fermelã em ceder instalações para que o Partido Comunista aí realize uma sessão de esclarecimentos. Entendido, por esse partido, como um *acto atentatório da democracia*, tal levará a que, em nome da Câmara Municipal, o Dr. Manuel Andrade intervenha e oficie à Junta para que ceda o seu salão a fim de aí se realizarem sessões de esclarecimento político, a todas as correntes e partidos políticos que se conformem com o Programa do M.F.A.<sup>47</sup>.

<sup>46</sup> CMETR, Documentos respeitantes às Comissões de Moradores do Concelho de Estarreja, 1975, Pt. 11611.

<sup>47</sup> CMETR, Partidos políticos – 1975, Pt. 11614.

### Simbologia dos órgãos autárquicos a eleger



CONJUNTO DAS DENOMINAÇÕES, SIGLAS E SÍMBOLOS OFICIAIS DOS PARTIDOS LEGALIZADOS NO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA ATÉ À PRESENTE DATA DE 3 DE OUTUBRO DE 1976.

Aliança Operário-Campesina	AOC	
Centro Democrático Social	CDS	
Frente Socialista Popular	FSP	
Liga Comunista Internacionalista	LCI	
Movimento Democrático Português	MDP/CDE	
Movimento de Esquerda Socialista	MES	
Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado	MRPP	
Partido Comunista de Portugal (Marxista-Leninista)	PCP (M-L)	
Partido Comunista Português	PCP	
Partido da Democracia Cristã	PDC	
Partido Popular Democrático	PPD	
Partido Popular Monárquico	PPM	
Partido Revolucionário dos Trabalhadores	PRT	
Partido Socialista	PS	
União Democrática Popular	UDP	

1976-12/CH - 513

(A4=297 mm x 210 mm)

1ª página do modelo ilustrativo dos símbolos dos partidos políticos para as eleições autárquicas, 1976

Os sufrágios que terão lugar nos próximos dois anos ajudarão a consolidar o sistema político de um Portugal novo. Em Estarreja, as eleições para a Assembleia Constituinte, a realizar em Abril de 1975, mobilizarão esforços redobrados para o mais amplo recenseamento eleitoral – contrastando com o regime restritivo anterior. Este processo envolverá uma pléiade de recém-criados partidos políticos, pugnará pelo esclarecimento dos eleitores, assegurará a fiscalização de todo o processo eleitoral e afastará todos os elementos conotados com o Estado Novo, como os antigos membros da PIDE/DGS, legionários, individualidades que exerceram funções governativas até Abril de 1974, entre outros<sup>48</sup>.

A documentação conservada permite-nos, ainda, ter um vislumbre da novidade que consistiu a realização dos primeiros processos eleitorais, do impacto que tiveram para a normalização da vida democrática e das alterações que promoveram. Essa estabilização, ao nível do poder local, poderá identificar-se com o apuramento dos resultados das eleições locais em Dezembro de 1976 que permitirá a instalação da primeira Câmara Municipal<sup>49</sup>, já eleita em Democracia, a 3 de Janeiro de 1977.

<sup>48</sup> CMETR, Eleições – Assembleia Constituinte – 1975, Cx. 8058.

<sup>49</sup> CMETR, Eleições – Autarquias Locais – 1976, Cx. 8047.

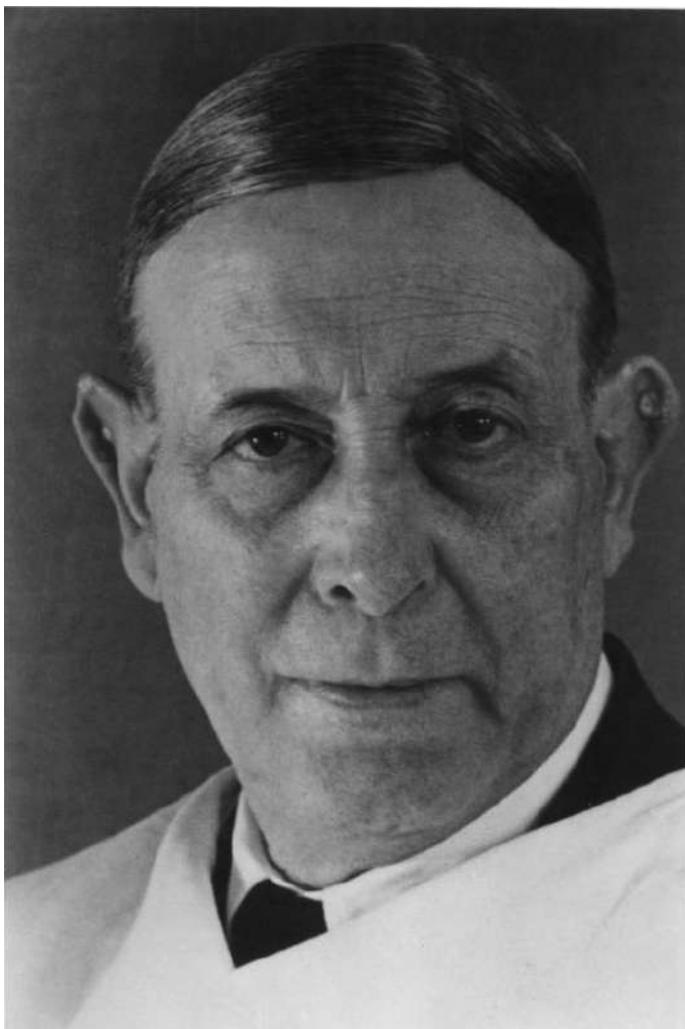
		
<b>ACTA DA INSTALAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL</b>		
DE		
<b>ESTARREJA</b>		
<p>— As trés dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e setenta e sete, pelas quinze horas, no edifício de Governo Civil de Aveiro, perante o Excelentíssimo Governador Civil, Manuel da Costa e Melo e na presença de respectivo Secretário, Artur Manuel da Graça e Cunha, compreenderam a senhora dona Maria de Lourdes de Jesus Almeida Breu e os senhores José Luís Marques Figueira Vidal, Mário Castano Rosa, Laerte Batista Freire, Manuel Carvalho dos Santos, António Emílio de Oliveira e Afonso Marcelino Gouveia, proclamados eleitos nos termos das artigos noventa e nove e cem do Decreto-Lei número setecentos e um traço à barra setenta e seis, de vinte e nove de Setembro, a primeira como presidente e os restantes como vogais para constituirem a Câmara Municipal de ESTARREJA.</p> <p>— Verificada a conformidade formal do processo com a identidade dos eleitos, já referidos, de acordo com o preceitudo no artigo trinta e cinco do Decreto-Lei número setecentos e um traço à barra setenta e seis, da mesma data, e prestado o juramento legal per todos os eleitos, o Excelentíssimo Governador Civil declarou instalada a Câmara Municipal de ESTARREJA.</p> <p>— Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que depois de lida por mim <u>Artur Manuel da Graça e Cunha</u>, chefe da Secretaria da Câmara Municipal de Estarreja, vai ser assinada por todos os intervenientes.</p> <p><i>Esse tempo, há campanha e velas</i></p>		

Ata de instalação da Câmara Municipal de Estarreja, 1977



## A CARREIRA UNIVERSITÁRIA DE EGAS MONIZ

*Rosa Maria Rodrigues\**



*Os Professores que se fixam na crença dos textos lidos, sem que no seu espírito, haja uma crítica ou surja uma dúvida, podem ensinar coisas úteis aos alunos, mas nunca merecerão o título de Mestres universitários*

---

\*Licenciada em História. Diretora da Casa Museu Egas Moniz. Com investigação e trabalhos publicados na temática Monizina.

Egas Moniz<sup>1</sup> formou-se em julho de 1899 em Medicina, pela Faculdade de Medicina de Coimbra<sup>2</sup>, e em 21 de fevereiro de 1900, defendeu a sua tese de licenciatura<sup>3</sup>, *Alterações anátomo-patológicas na difetria*<sup>4</sup>. No ano seguinte, nos dias 8 e 9 de julho prestou provas de doutoramento<sup>5</sup>, tendo defendido uma dissertação ao tempo muito inovadora, *Vida Sexual I – Fisiologia*. Nesta dissertação que abordou assuntos como a embriologia, anatomia, histologia, higiene sexual ou aparelho genital e fecundação artificial, teve a audácia de escolher um tema que poderia chocar mentalidades, no entanto assumiu o risco calculado ao abordar esta temática, pois acima de tudo pretendia sustentar a tese da sexologia como ciência séria. Toda a tese é de um rigor e de uma científicidade inquestionáveis reforçada com a citação e o conhecimento do que à época, de mais atual se investigava internacionalmente sobre esta matéria.

A obtenção deste grau académico, garantia-lhe o almejado acesso à vida universitária. Em 1902 prestou provas de concurso a lente da Faculdade de Medicina de Coimbra, com a dissertação *Vida Sexual – Patologia*<sup>6</sup>, vindo a ingressar no corpo docente como lente substituto tal como, Elísio de Moura<sup>7</sup> e Luís Santos Viegas. Na mesma data, Ângelo de Sousa e Sobral Cid<sup>8</sup> são admitidos como lentes catedráticos. No início da sua carreira universitária, lecionou as disciplinas de Anatomia, Histologia e mais tarde Patologia Geral, pautando a sua atuação nesta Faculdade por uma atitude de ausência, motivada por razões da sua atividade como político e médico, ou pelas constantes deslocações a França com a intenção de atualização no campo científico, onde estudou com Pitres, Abadie, Régie, Babinski<sup>9</sup>, Déjerine, Sicard<sup>10</sup>, Brissaud entre outros, enriquecendo assim os seus conhecimentos científicos e humanos, chegando a afirmar: o que eu sou em ciência, devo-a a França, aos seus mestres<sup>11</sup>.

Permanecer em Coimbra como docente, era por isso reprimir as suas ambições de investigador, e uma frustração às suas potencialidades e ambições de fazer e pautar a diferença, de ser audaz e de se tornar um paradigma como professor universitário. No entanto voltar a Coimbra, era o retomar à terra onde se fizera doutor e foi feliz. Ainda assim, cumpriu as suas funções nos serviços de exames das seguintes disciplinas: Anatomia Humana Descritiva e Comparada, Histologia e Fisiologia Geral, Fisiologia Especial e Higiene Privada, Anatomia Topográfica e Medicina Operatória, Anatomia Patológica e Toxicológica, Matéria Médica e Farmácia, Patologia Geral e História Geral da Medicina, Patologia Cirúrgica e

<sup>1</sup> António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz (1874-1955). Clínico, Político, Investigador, Ensaísta, Professor e Cientista, inventou a Angiografia Cerebral em 1927 e foi galardoado com o Prémio Nobel a 27 de outubro de 1949, pelos seus trabalhos no domínio da Leucotomia Pré-Frontal.

<sup>2</sup> Conquistou o título de Bacharel em Medicina, com a classificação de Muito Bom, com 16 valores e podia assim aspirar aos graus de licenciado e de Doutor que o habilitavam à ascensão à carreira universitária.

<sup>3</sup> Segundo o Mestre, esta era árdua e trabalhosa: tortura académica de contextura medieval que, nessa época, era o primeiro passo para a carreira de professorado (EGAS MONIZ, Confidências de um Investigador Científico, p.75).

<sup>4</sup> Foi aprovado com a classificação de Muito Bom, com 16 valores e recebeu no mesmo dia o respetivo grau que lhe foi concedido pelo Reitor.

<sup>5</sup> Foi aprovado com a classificação de Muito Bom, 17 valores.

<sup>6</sup> As edições foram as seguintes: “Vida Sexual (Fisiologia), 1.<sup>a</sup> edição Coimbra 1901, 2.<sup>a</sup> edição Lisboa (1906). “Vida Sexual Patologia” 1.<sup>a</sup> edição (Coimbra 1901), 2.<sup>a</sup> edição (Lisboa 1906). Depois foram reunidas num volume único, sucessivamente reeditado com algumas alterações, tendo conhecido a 19.<sup>a</sup> edição em 1933. Com o regime salazarista foi condicionada a sua venda, a qual só podia realizar-se mediante apresentação de prescrição médica.

<sup>7</sup> Elísio de Azevedo e Moura (1877-1977), foi o criador do ensino efetivo de Neurologia e Psiquiatria em Coimbra.

<sup>8</sup> José de Matos Sobral Cid (1877/1941) médico psiquiatra e professor.

<sup>9</sup> Mantém com este, relações de amizade, que levam a que o professor francês prefacie o primeiro volume de Egas Moniz O diagnóstico dos tumores cerebrais e a prova da encefalografia cerebral em 1931. Curiosamente com Babinsky existiam afinidades gastronómicas que ambos cultivavam com mestria e requinte.

<sup>10</sup> Foi com Sicard, inventor da Mielografia (obtenção de contrastes neurológicos por uma solução oleosa injetada no canal raquidiano), que Egas Moniz encontrou a inspiração para o desenvolvimento da técnica da Angiografia.

<sup>11</sup> EGAS MONIZ - Confidências de um Investigador Científico. Lisboa: Edições Ática, 1949, p. 69.

Dermatológica, Clínica das Mulheres, Clínica dos Homens, Medicina Legal e Higiene Pública e Polícia Higiénica, Tocologia, Moléstia e Puerperas, Recém-Nascidos, Clínica Cirúrgica e Patologia Interna<sup>12</sup>.

Egas Moniz mantem-se ligado a esta Instituição até 1911<sup>13</sup>, altura em que são criadas as Faculdades de Medicina do Porto e Lisboa pela reforma da República<sup>14</sup>, estando assim por isso criadas as condições, para a ocupação da cátedra na Faculdade de Medicina de Lisboa<sup>15</sup>, e da cadeira de Clínica Neurológica. Só em 1915 é que o curso de neurologia se tornou obrigatório.

O curso ministrado por Egas Moniz, tinha uma vertente prática com aulas clínicas com presença de doentes (às terças e sábados), e muito diferente do ensino escolástico que recebera enquanto aluno de Coimbra. Apresentava, segundo Barahona Fernandes uma postura Teatral chegando este a afirmar: *Os ouvintes enchiam a transbordar as salas de aula e de conferências, perpassando por vezes na atmosfera, laivos de tragédia: o pranto incontinente de um amolecido cerebral, a euforia transbordante de um paralítico geral, a linguagem escandida e outras perturbações da fala dos diferentes doentes neurológicos- outros tantos motivos para uma certa teatralidade das suas aulas*<sup>16</sup>. As aulas eram dadas na Biblioteca do Hospital de Santa Marta, e pese embora fosse um curso livre a sala estava sempre cheia, à semelhança das aulas de Babinsky (discípulo de Charcot), por ele frequentadas.



Egas Moniz na Biblioteca de Santa Marta

<sup>12</sup> PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui; RODRIGUES, Rosa Maria - Retrato de Egas Moniz, Lisboa. Círculo de Leitores, 1999, p.68.

<sup>13</sup> Entre 1902 e 1911 inicia o seu percurso em Lisboa e refere no livro A Nossa Casa (Página 370): Arranjei consultório em Lisboa e ia reger a minha cadeira a Coimbra quando não era deputado. Vida agitada, sem ligação que me agradasse. Ia muito a França a fim de me aperfeiçoar na Clínica Neurológica, que comecei a exercer na capital num consultório na Rua Nova do Carmo, tendo por companheiro o dermatologista Zeferino Falcão.

<sup>14</sup> Um dos objetivos primordiais da reforma do ensino universitário em 1911 foi fazer progredir a ciência pelo trabalho dos seus mestres e iniciar um escola de estudantes nos métodos da descoberta e investigação científica, ministrar o ensino geral das ciências e das suas aplicações, dando a preparação indispensável às carreiras que exigem uma habilitação científica e técnica bem como promover o estudo metódico dos problemas nacionais e difundir a alta cultura na massa da nação pelos métodos da extensão Universitária e dos incentivos (Cruz Malpique, Egas Moniz, como professor Universitário, Aveiro, 1968, p. 44).

<sup>15</sup> Transferido da Faculdade de Medicina de Coimbra para a de Lisboa, por decreto de 1 de abril de 1911, tendo em vista o disposto no art.º 44 do decreto de 22-II-911 (Reforma do Ensino Médico). O pedido de transferência foi solicitado nos seguintes termos: António Caetano d' Abreu Freire Egas Moniz, professor catedrático da Faculdade de Medicina de Coimbra, tendo-se dedicado ao estudo e prática da Clínica Neurológica, e visto terem sido criados os cursos desta especialidade junto das faculdades de Medicina pela reforma do ensino médico de 22 de janeiro de 1911, vem pedir a sua transferência para a faculdade de Medicina de Lisboa desde que não haja na mesma Faculdade professor que deseje incumbir-se da regência dessa especialidade clínica. No caso de deferimento do seu pedido de transferência prescindirá dos seus honorários (ordenado e gratificação) até começar a regência regular da respetiva cadeira e juntava, entretanto, o serviço que lhe fôr designado pelo conselho da mesma faculdade. Saúde e Fraternidade. Lisboa, 13 de Março de 1911 António Caetano d' Abreu Freire Egas Moniz.

<sup>16</sup> FERNANDES, Barahona - Egas Moniz, pioneiro dos Descobrimentos Médicos, 1<sup>a</sup> ed. Amadora: Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, 1983. p. 27.

*Na verdade, o Professor Universitário deve ser como Egas Moniz... Um investigador com dedicação ao ensino, capaz de despertar o interesse e a confiança dos alunos e ter o entusiasmo pela transmissão do saber. Quem assistiu às aulas de Egas Moniz, jamais as esquecerá. Todos os discípulos o recordam com entusiasmo. Na velha Biblioteca do Hospital de Santa Marta dava as suas aulas. O curso era inteiramente livre, mas a sala estava sempre cheia e os alunos ouviam atentos o Mestre dissertar na sua voz sonora, sempre sobre um caso de um doente presente, como motivo de demonstração do aspecto da patologia que desejava tratar. Era como acontecia nas aulas do celebrado Charcot em Paris, onde estavam sempre presentes auditores que não eram alunos, mas que desejavam ouvir o Mestre<sup>17</sup>.*

Egas Moniz, ao longo da sua carreira docente em Lisboa (1911-1944), onde se distingue peculiarmente pois sempre pugnou por um ensino universitário onde a investigação científica se aliasse à docência, por forma a que o Professor não fosse um mero repetidor do saber alheio, mantendo-se por isso sempre atualizado em relação ao que acontecia no mundo universitário e científico. Entendia que o Professor universitário deveria investigar, criar escola, orientar discípulos e despertar neles espírito crítico e objetivo, não poderia dissociar-se da descoberta, daí afirmar:

*Aos que chegando ao Professorado, julgam ter alcançado o máximo da sua carreira, devemos dizer-lhes que é necessário mais alguma coisa do que repetirem-se anualmente nas suas lições. Porque não se exige aos professores, de tantos e tantos anos, a prova da sua actividade em trabalhos e publicações, podendo ser irradiados os que provarem a sua incapacidade em produção científica? Porque deixar pulular essa categoria de mestres inativos, espalhados pelas diversas Faculdades, e que não passam de ser o eco dos livros, sem contribuição de trabalhos próprios, nem referência à sua observação pessoal? A época da didáctica estéril passou. Hoje, o professor tem outras obrigações a cumprir, novas iniciativas a tomar, inéditas aspirações a propor aos seus colaboradores, esforçando-se por alcançar, na assiduidade dum trabalho bem condensado, novas aquisições<sup>18</sup>.*

Entendia que o magistério universitário deveria ultrapassar os limites do saber adquirido e instituído, como tal o Professor deveria fazer a sua própria investigação, por forma a dar um contributo pessoal para o aumento da investigação científica, uma vez que a ciência vive num crescendo constante, nunca por isso atingindo o limite do definitivo.

Em Egas Moniz a investigação científica aparece intrinsecamente ligada à docência, pois só assim era possível especular, meditar e criar, fazer uso da inteligência, da intuição e da inspiração, suscitando por isso um diálogo profícuo entre professor-aluno, que levava consequentemente à inovação, que quebrava a rotina intelectual e que era apanágio do ensino universitário em Portugal.

O seu magistério universitário era assim relatado por Dias Amado<sup>19</sup>:

*Foi em 1922-23 que frequentei a cadeira de Neurologia regida pelo Professor Egas Moniz. Era eu então um rapazinho que, como todos os seus camaradas de curso, admirava os seus professores e tinha por eles um culto e uma admiração que infelizmente não se sente nos tempos actuais. O Mestre era para nós um ser superior de quem íamos colher os ensinamentos que houvessem por bem ministrar-nos. É verdade que tínhamos professores como Aníbal Bettencourt, mestre e amigo dos seus alunos como um pai bondoso, o velho e culto Bettencourt Raposo, Bello de Moraes, sempre sorridente e acolhedor, Sobral Cid, que aliava ao saber a forma literária, Athias cujas aulas de fisiologia das glândulas endócrinas nos prendiam, Silvio Rebelo, o elegante e poeta, culto e farmacologista distinto, e tantos outros, não citando os que felizmente não foram ainda roubados ao número dos vivos.*

<sup>17</sup> LIMA, Almeida - Arquivo do Distrito de Aveiro. nº 135, volume 34: Aveiro, 1968, p. 177.

<sup>18</sup> EGAS MONIZ - Confidências de um Investigador Científico. Lisboa: Edições Ática, 1949, p. 21.

<sup>19</sup> Citação de Dias Amado (aluno de Egas Moniz em 1922-23) no trabalho O prof. Egas Moniz e a Investigação Científica.

*As aulas de Egas Moniz atraíam-nos e era com alegria que víamos passar os dias que nos aproximavam da nova lição onde o mestre doublé de diplomata nos fazia viajar pelos meandros do cérebro e nos conquistava pela maneira de dizer, pelo saber, pela elegância do estilo em que se vislumbrava a sua fonte de cultura, a França. Estou a ouvi-lo dissertar sobre as então recentes experiências de Camus e Roussy, que o mestre expunha emprestando-lhe um talento especial, prendendo a atenção durante a hora que durava o curso e que lastimávamos que não se prolongasse. As lições de Egas Moniz ninguém faltava!*

*Era, nesse tempo, já conhecido o Professor, O Literato, o Diplomata, o Antigo Ministro, o Representante de Portugal à Sociedade das Nações. Não era ainda o Investigador Científico. Só anos mais tarde, em 1926, começou a nova modalidade da sua vida. Mas quem lhe ouvira as lições, pela maneira como expunha as ideias e teorias doutrem, ficava com a impressão de que o seu espírito ordenado, que conseguia apresentar a síntese que nos deleitava e a análise que nos emocionava, era inegavelmente dotado para a Investigação.*

A persistência e a obstinação de Egas Moniz, construíram em torno da sua carreira docente uma conciliação única entre a investigação e o ensino, que tinha sido um dos objetivos primordiais da reforma do ensino universitário de 1911. Tinha vocação nata para criar discípulos que escutava, incitava e esclarecia, conseguindo por isso que os ensinamentos por ele ministrados fossem mais formativos que informativos, criando por isso nos seus alunos a autoconfiança e o gosto por uma investigação científica atualizada, crítica e consolidada.



*Curso de 1943-1944 (último Curso da regência de Egas Moniz)*

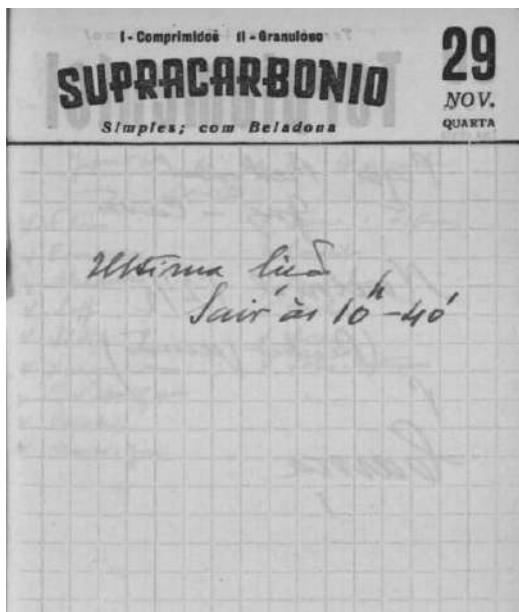


*Homenagem do Curso de 1943-1944*

Primeira lição  
Bases anatômicas das funções psíquicas  
Considerações sobre o sucesso -  
despedidas práticas.

Faço hoje a primeira lição de um curso que não realizarei. Sinto-me já um pouco intruso neste lugar, pois dentro de 3 semanas terei de apresentar as minhas despedidas. Mas também me parece deselegante abandonar antecipadamente o posto que ainda me pertence. Venho cortar a fita que, simbolicamente, vida a circulação da estrada que outros vão seguir com vantagem para os meus alunos; mas que já me não é tão cativante. Outros a seguir

Manuscrito de Egas Moniz Bases anatômicas das Funções Psíquicas - 1944<sup>20</sup>



Agenda de 29 novembro de 1944 (Quarta-feira)

<sup>20</sup>Pode ler-se: Primeira lição Bases Anatômicas das Funções Psíquicas | Faço hoje a primeira lição de um curso que não irei realizar. Sinto-me já um pouco intruso neste lugar, pois dentro de 3 semanas terei de apresentar as minhas despedidas. Mas também me parece deselegante abandonar antecipadamente o posto que ainda me pertence. Venho cortar a fita que, simbolicamente, vida a circulação da estrada que outros vão seguir com vantagem para os meus alunos.

A 29 de novembro de 1944 (4<sup>a</sup> feira), pelas 11 horas cumpria-se por força dos seus 70 anos a sua última lição no anfiteatro de Física da Faculdade.



*Assistência da última lição de Egas Moniz*

Na assistência destacava-se os Reitores representantes das quatro universidades Portuguesas e os diretores das Faculdades de Medicina de Lisboa Porto e Coimbra, para além de todos professores da Universidade de Lisboa, cujo vice-reitor em exercício, Dr. Pinto Coelho, representava o Subsecretário da Educação.

Curiosamente, o jubilado e os seus assistentes envergavam bata branca de serviço. Dos colaboradores presentes destacava-se Almeida Lima e António Flores que o seguirá na regência da Cátedra de Neurologia. Egas Moniz a esta última lição chama conferência, pois esta não visava só os alunos, pois foi a súmula da sua atividade científica e concomitantemente do seu serviço.

Despede-se tranquilo e com a eloquência que transcrevo e que lhe é tão peculiar:

*Na estrada académica deixamos balizas que são grandes horas da vida: o primeiro exame, a entrada na Universidade, o fim do curso, a ascensão ao professorado.*

*A jornada de hoje, termo da viagem avulta em proporções dantescas de recordações e pesares. Não há decadência, nesta hora da partida, que se não soerga em ímpeto de energia para dirigir, como professor, o último hosana à ciência do meu culto.*

*Em Faculdades estrangeiras é de hábito corrente a lição inaugural dos professores que ascendem à cátedra. Além de considerações de ordem geral sobre o curso a realizar, focam aspectos especiais dos problemas que mais de perto os interessam.*

*A última lição do curso tem outro significado. Na inaugural, o professor mostra a estrada que tem a seguir; nesta pode apreciar o caminho percorrido, os progressos que, no campo da disciplina preferida, foram obtidos e ainda recordar o trabalho realizado, delinejar e enumerar as aspirações que não puderam ser atingidas.*

*À primeira lição dão em França uma solenidade especial pela categoria da assistência, que a distância de todas as outras. Esse aspecto, com desmedida importância, quiseram os meus discípulos e colaboradores consegui-lo para celebrarem o meu adeus à vida universitária. Por isso, quebrando e – quem sabe? – inaugurando uma nova orientação,*

*farei conferência-relatório que não visa só a alunos. Passarei em revista a história da actividade científica do meu Serviço, o que também pode interessar àqueles que, por grande amabilidade, quiseram reunir-se, para ouvir as últimas palavras dum professor ao abandonar a sua cátedra.*

*A lei é implacável. Desta fui paladino entusiasta quando os anos me distanciavam deste dia. Hoje sou de igual opinião. O limite de idade, aliás bastante tolerante entre nós, é indispensável para o progresso da ciência. As leis fisiológicas no-lo impõem. É necessário dar lugar aos novos, que têm direitos e aspirações legítimos.*

*Não julgo que a velhice seja uma doença. Sem querer contraditar o ascendente máximo da nossa grei, inclino-me a considerá-la como idade similar a outras que a precederam e, como elas, com características especiais. Não é sinónimo de morbidez. Temos conhecido honrosíssimas excepções e, para apenas falar dos da nossa casa, basta lembrar o nome de Ricardo Jorge, que, durante anos, encheu de lustre a Medicina e a literatura portuguesas, mesmo depois de dobrar o cabo das tormentas dos 70! Mas, em geral, por mim o digo, não há, nesta idade, vigor e estímulos que bastem aos encargos do professorado. Se não houvesse lei a indicar-me a porta da saída, por minhas mãos a abriria. As excepções não são de molde a justificar um alargamento na vida professoral.*

*Esta conformidade com o que está estabelecido não diminui a emoção da despedida. É o afastamento do meio em que criámos a nossa individualidade, condensámos os principais esforços da nossa actuação e demos realidade a algumas das aspirações do nosso espírito.*

*Quebraram-se hoje os elos que me podiam ainda prender a algumas aspirações. Caminheiro que ainda sente forças para prosseguir, mas a quem foge o espaço que poderia percorrer. Nem isso me causa pesar! Irei ao lado da caravana, junto aos companheiros com quem trabalhei por largos anos e cuja amizade se avigorou no convívio constante de todos os dias. Muito lhes devo. Deram-me valiosas sugestões e colaboração assídua e perseverante.*

*Nesta hora solene não devo esquecer o pessoal subalterno dos laboratórios e enfermagem, que igualmente me auxiliou. Na minha carreira de investigador pertinaz, mobilizei, durante anos, a actividade dos que me rodearam.*

*Não é a mim, mas a todos, que se devem os êxitos obtidos.*

*Ao recordar o passado, não falarei de decepções, amarguras e contrariedades. Lembrá-las seria agravar de momento. Nesta hora nem são admitidas plangências, nem são consentidos comentários menos agradáveis. Tudo se resume na exposição de factos que entrego à critica alheia.*

*Paro no exórdio a transcrição. Basta para indicar o tom em que a oração foi produzida, relato dos factos principais ocorridos na regência da cadeira, enumeração dos valiosos auxílios que deram os meus colaboradores à causa das investigações científicas que levámos a bom termo. Também me referi à minha maneira de ver o futuro da Neurologia. Conclui com estas palavras:*

*Ao levantar-me para abandonar esta sala, a vida professoral e a clínica hospitalar – afastamento de uma existência de lutas e fadigas, de entusiasmos, decepções e também de íntimas satisfações, as mais altas e as mais nobres da minha existência, em conquista de terreno ao desconhecido, - sinto que alguma coisa fica do que sou, neste ambiente e na evolução da actividade neurológica.*

*Despego-me, a custo, deste lugar; despeço-me, com tristeza, daqueles que me auxiliaram na tarefa que me impus; e até das coisas que os meus olhos se habituaram a ver durante mais de seis lustros. De tempos a tempos irei ao Hospital – pois sei que os meus antigos companheiros o consentem e estimam – saber dos êxitos nas veredas traçadas e nos novos caminhos que se hão-de abrir.*

*Com estes estímulos a guiarem trôpegos passos, irei resistido à derrocada impiedosa da decrepitude. Os homens passam, as conquistas científicas permanecem ou transformam-se. A história, que as arquiva, fará a sua crítica.*

*Sinto-me sombra a desvanecer-se nas gerações que se seguem.*

*E agora, ao despedir-me, uso rematar: esforcei-me por bem cumprir o meu dever<sup>21</sup>.*



*António Flores, lendo a saudação. Ao lado Almeida Lima, Maria Lídia Manso Preto, Gama Imaginário, Miller Guerra e Egas Moniz*



*Egas Moniz agradece a António Flores o seu discurso*

Ao longo da sua carreira em Lisboa, merece especial destaque a forma como se desenvolveram as relações com António Flores (seu sucessor na cátedra<sup>22</sup>) que devido à sua excelente preparação neurológica conseguiria prosseguir tranquilamente o percurso calcorado por Egas Moniz. Num texto de incomensurável fluidez de espírito, as palavras proferidas são de generosidade, agradecimento e amizade.

<sup>21</sup> EGAS MONIZ - Confidências de um Investigador Científico. Lisboa: Edições Ática, 1949 pp. 387 – 390.

<sup>22</sup> António Flores nasceu em 1883 em Castelo de Vide, concluiu a licenciatura em 1906, e entre 1906 e 1911 estagiou em Berlim e Paris. Em 1911 foi nomeado professor auxiliar de Neurologia e entre 1942 e 1945 foi professor catedrático de Psiquiatria, sucedendo a Egas, na cátedra de Neurologia em 1945. Foi bastonário da Ordem dos Médicos entre 1940 e 1943.

## Senhoras e Senhores:

O Prof. Egas Moniz, com a sóbria elegância que prende sempre os seus discípulos e numa síntese, tão completa como generosa para os seus colaboradores, da história da clínica neurológica desta Faculdade, que fundou e durante 33 anos dirigiu com desacostumado brilho, acaba de nos dar a sua última lição académica.

Se a intensa atividade científica, prosseguida sem desfalecimento até estes últimos dias, o não demonstrasse à evidência, a lição de hoje bastaria para convencer todos os presentes, com a mesma certeza de quantos convivem com o Mestre no labor quotidiano, da imprevisão das leis que, pretendendo razoar pela mesma vulgar medida a infinita diversidade dos homens, vêm privar a Ciência, não apenas portuguesa, mas também mundial, de um valor inigualável em plena produtiva. (...) Mas da investigação científica já não pode dizer-se outro tanto, em especial quando se trata de individualidades eminentemente originais cujo poder de criação não deve nem pode lançar-se perdulariamente ao desbarato, sobretudo num país como o nosso onde tais valores constituem excepção.

(...)

O dia que hoje passa, de aniversário também, quisemos os companheiros de trabalho do primeiro professor de Neurologia desta Escola e um grupo de amigos celebrá-lo, prestando-lhe uma homenagem que, significando a nossa admiração, pudesse ao mesmo tempo perpetuar indefinidamente através de gerações futuras o culto da sua personalidade inconfundível. Egas Moniz é individualidade bem conhecida adentro e fora de fronteiras para ser necessário neste momento traçar-lhe a biografia; mas ao nosso coração de amigos e colaboradores compraz-se em grato avivar a recordação de alguns passos mais salientes da sua obra, notável pela originalidade, pela importância, pela vastidão e pela diversidade. Orador, parlamentar, diplomata, homem de sociedade, cultor das belas letras, professor e cientista, em cada uma destas superiores formas de actividade marcou lugar destacado que bastaria para notabilizar qualquer; na investigação científica, a última em que se revelou, colocou-se a par dos grandes vultos da Medicina.

(...)

Do cultor das belas letras é obra sobejamente conhecida de todos quantos me ouvem e já os críticos competentes disseram os merecimentos. Opinião assente é, que dentre os seus escritos, ficarão como modelo de dissertação académica, as conferências sobre o Papa português João XXI e sobre "Os Médicos no teatro vicentino"; e que para os estudiosos da nossa literatura hão-de no futuro constituir elemento imprescindível de consulta os dois volumes de investigação histórica e crítica sobre Júlio Dinis e a sua obra. Pela minha parte, que estas produções e todas as demais li e admiro, não posso furtar-me a destacar o elogio do pintor Malhoa em razão da originalidade do estilo e do poder de evocação cénica, e outra, talvez menos expandida, intitulada "Do valor e da saudade", de particular encanto pela delicadeza de alma que transparece da forma como o autor nos descreve o torrão natal e a vida dos seus marinhões.

(...)

Agora que evocámos a Obra, podemos encarar o Homem nos traços mais salientes da sua personalidade. Espírito positivo contrário a complexas teorizações, imaginação inventiva contida dentro dos limites do realizável, poder de observação dos factos, intuição perspicaz das suas consequências, força de vontade inquebrantável, capacidade de trabalho para servir, optimismo sobranceiro às vicissitudes; no campo literário, a mais de bom gosto e riqueza de verbo, facilidade excepcional de composição; eis os dotes superiores que caracterizam o sábio. Adoça-lhe o fulgor e humaniza-o um dom precioso — a Bondade — sem o qual, como disse Nothnagel, "não se pode ser um grande médico". E Egas Moniz foi médico em toda a acepção da palavra; toda sua ciência consagrhou aos doentes e, nos trabalhos científicos — não é demais acentuá-lo — mesmo quando a justa ambição de desvendar o desconhecido o impelia para a audácia criadora, nunca a saúde e a vida dos que se lhe confiaram E deixaram de ter presente na consciência.

Pela bondade fez de cada discípulo um amigo e conquistou a estima de quantos o têm conhecido de perto; por isso em tão grande número nos encontramos aqui reunidos<sup>23</sup>.

<sup>23</sup> Extrato do Discurso proferido por António Flores a 29 de novembro de 1944, por ocasião da jubilação de Egas Moniz e oferecido posteriormente a Elvira Macedo Dias, fazendo parte do acervo documental da Casa Museu Egas Moniz, publicado em Confidências de Um Investigador Científico. Lisboa: Edições Ática, 1949 pp. 391-405.

No final da sessão foi-lhe entregue a medalha comemorativa desta efeméride da autoria de João Silva, bem como foi lida a emotiva mensagem de despedida dos alunos do último ano médico, pela voz da quintanista Susana Rego Serra, que dizia<sup>24</sup>:

*Querido Mestre:*

*Tange ainda nas nossas almas a música das palavras que há um ano, vós em acto solene pronunciastes.*

*A harmonia dessas palavras não esquece, tão cedo não deixará de nos fazer vibrar. A justeza e a verdade delas, serão sempre para nós mais uma lição do Mestre.*

*Numa imagem que tão bem se coaduna com a nossa alma de aventureiros do mar e da lenda, embarcaste-nos Mestre num bergantim doirado que das praias se afastava para a rota magnífica da luta contra o mal, contra a treva, contra a Natureza, contra a lenda do mar tenebroso.*

*Embarcastes-nos... e na praia ficaste vendo, com mágoa seguir a barca sua rota de luz.*

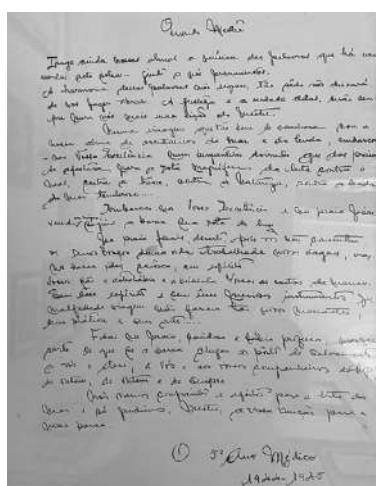
*Na praia permanecestes, pois vos não consentem os anos longos duma vida trabalhada novas viagens, mas na barca ides connosco em espírito.*

*Vossos são o astrolábio e a bússola. Vossas as cartas de marear. Sem esse espírito e sem esses preciosos instrumentos que malfadada viagem não fariam tão novos mareantes sem prática e sem arte...*

*Ficai na praia, saudoso e sábio professor, mas ficai certo de que a barca chegar a porto de salvamento a vós o deve, a vós e aos vossos companheiros de hoje, de ontem, de ontem e de sempre.*

*Nós vamos confiantes e afoitos para a luta do mar e só pedimos, Mestre, a vossa bênção para a nossa barca.*

*O quinto ano médico 1944-1945.*



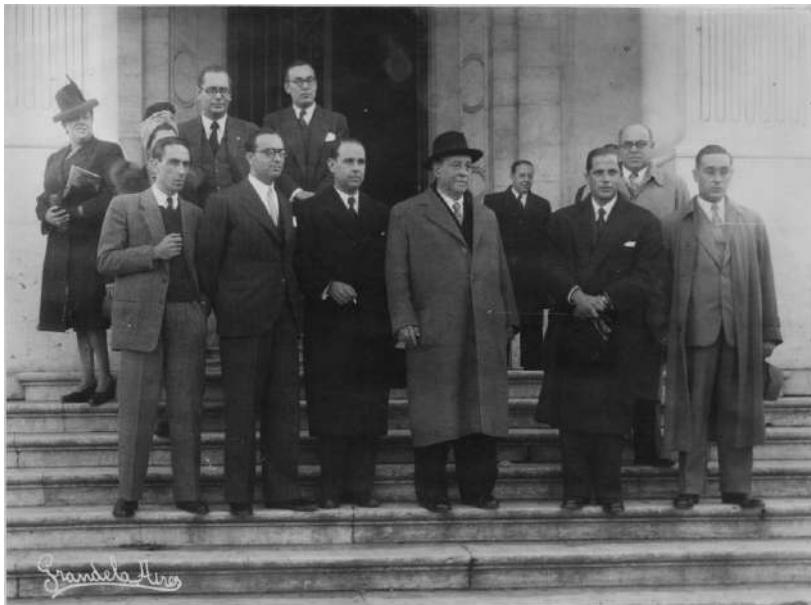
Mensagem de despedida do curso de 1944 | 1945

<sup>24</sup> EGAS MONIZ - Confidências de uma Investigador Científico. Lisboa: Edições Ática, 1949 pp. 407-408.



*Medalha evocativa da autoria de João Silva*

Seguiram-se palavras de saudação por parte do Professor Adriano Rodrigues (Reitor da Universidade do Porto), Professor Almeida Garrett (Diretor da Faculdade de Medicina do Porto), Professor Maximiniano Correia (Reitor da Universidade de Coimbra), Professor Azevedo Neves (Reitor da Universidade Técnica), Professor Reinaldo dos Santos (Diretor da Faculdade de Medicina de Lisboa) e Professor Pinto Coelho (Reitor da Universidade Clássica de Lisboa).



*À saída da Faculdade com os Assistentes de Neurologia: Lobo Antunes, Miller Guerra, Gama Imaginário, Almeida Lima, Cruz e Silva e  
Almeida Amar*



*Homenagem do Serviço de Neurologia*

As manifestações jubilares não se quedaram neste dia<sup>25</sup>. No dia seguinte seguiu-se a festa hospitalar, onde médicos, enfermeiros e alguns doentes se associaram e lhe prestaram justa homenagem.

*Na sala de entrada da respetiva clínica, perante o professor Almeida Lima, os srs. drs. Romão Loff, Imaginário; Luiz Pacheco, Acácio, Miller Guerra e Cancela de Abreu, A sra. Dra. Lídia Manso Preto, o fiscal João Ramos e todo o pessoal do serviço, foi inaugurado um retrato do sábio mestre, a quem ofereceram dois lindos ramos de cravos e um de orquídeas que três pequeninos doentes lhe entregaram.*

*Em nome do pessoal, a enfermeira chefe, sra. Deolinda da Piedade Fonseca- que desde o primeiro dia, há 31 anos, trabalha naquele serviço-pronunciou algumas palavras, afirmindo a gratidão de todos por tanta bondade daquele professor, e o reconhecimento pelos seus ensinamentos de que ficaram devedores e que esperam que as exigências oficiais não venham de modo nenhum alterar.*

*O sr.dr. Egas Moniz agradeceu profundamente comovido<sup>26</sup>.*

O Presidente da República, Óscar Carmona, agraciou-o com a Grã-Cruz de Santiago de Espada, tendo sido as respetivas insígnias entregues a 06 de fevereiro de 1945, no Gabinete do ministro da Educação Nacional – Dr. Caeiro da Mata, que dirigiu palavras de saudação a Egas Moniz, pondo em relevo a sua ação como professor e cientista, palavras que o homenageado agradeceu. Na cerimónia estiveram presentes os srs. Dr. António Ferreira, subsecretário de estado da Educação Nacional, Professor Dr. Reinaldo dos Santos, diretor da Faculdade de Medicina, Júlio Dantas, presidente da Academia das Ciências, Joaquim Leitão entre outras individualidades<sup>27</sup>.

<sup>25</sup> Após a jubilação, Egas Moniz visitava o Serviço de Neurologia de Santa Marta sob a direção de António Flores, duas ou três vezes por semana.

<sup>26</sup> Notícia do Diário de Lisboa de novembro de 1944.

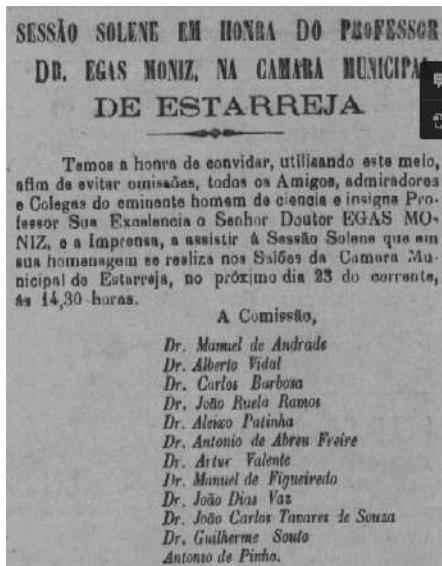
<sup>27</sup> Notícia do Diário Popular de 05 de fevereiro de 1945.



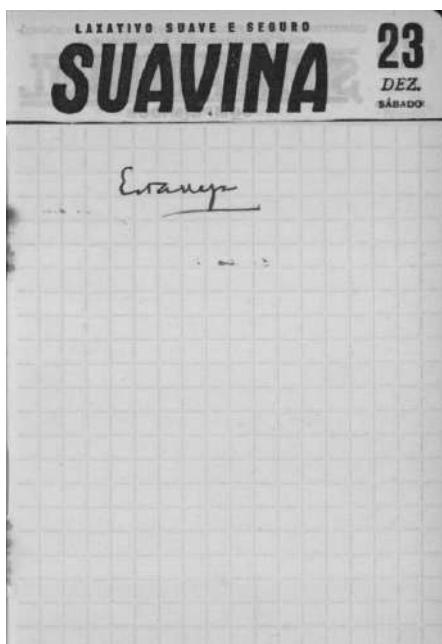
*Assistência, no Ministério da Educação Nacional, à entrega das insígnias da Grã-Cruz de Santiago de Espada*



*Grã-Cruz de Santiago de Espada*



*Jornal Concelho de Estarreja de 23 dezembro de 1944<sup>28</sup>*



*Agenda de 23 dezembro de 1944 (sábado)*

<sup>28</sup> Sessão solene em honra do Professor Dr. Egas Moniz, na Câmara Municipal de Estarreja | Temos a honra de convidar, utilizando este meio, afim de omitir omissões, todos os Amigos, admiradores e colegas do eminentíssimo homem de ciência e insignie Professor Sua Exceléncia o Senhor Doutor EGAS MONIZ e a Imprensa a assistir à Sessão Solene que em sua homenagem se realiza nos Salões da Câmara Municipal de Estarreja, no próximo dia 23 do corrente às 14,30 | A Comissão; Dr. Manuel Andrade, Dr. Alberto Vidal, Dr. Carlos Barbosa, Dr. João Ruela Ramos, Dr. Aleixo Patinha; Dr. António de Abreu Freire, Dr. Artur Valente, Dr. Manuel de Figueiredo, Dr., João Dias Vaz, Dr. João Carlos Tavares de Souza, Dr. Guilherme Souto e António de Pinho.

Os conterrâneos de Avanca e dos concelhos de Estarreja e Murtosa, prestaram-lhe homenagem nos Paços do Concelho de Estarreja, no dia 23 de dezembro de 1944<sup>29</sup>, onde foram descerradas lápides comemorativas desta efeméride a serem colocadas no edifício dos Paços do Concelho e Casa do Marinheiro. Nesta sessão fizeram o elogio da sua obra científica a além do presidente, os srs. António Pinho, Dr. Carlos Barbosa, Dr. Guilherme Souto, prof. Dr. Almeida Lima, Drs. Aleixo Patinha, Manuel Figueiredo, João Ruela Ramos e Duarte de Oliveira, António Júlio Valença, cónego António Rebelo dos Anjos, Dr. Américo Matoso, Boaventura Pereira de Melo e Valente de Abreu Freire.

Desta sessão, oiçamos o relato comovido e agradecido de Egas Moniz<sup>30</sup>.

*Os meus conterrâneos de Avanca e dos concelhos de Estarreja e Murtosa, por onde gastei a minha adolescência e mais tarde andei na actividade política, juntaram-se todos para me dedicarem uma sessão solene nos Paços do Concelho de Estarreja, um dos mais grandiosos das vilas portuguesas.*

*Interminável sessão, onde os oradores se sucederam e onde se produziram belas orações. De Lisboa foram amigos. De Aveiro e outros concelhos do distrito individualidades marcantes. Todos quiseram animar a festa.*

*Ai foram recordados episódios do passado, da minha juventude até da infância. Também os que me educaram e pertenceram, e de há muito ruíram na noite do tempo, ali estiveram presentes, relembrados pelos oradores mais velhos.*

*Ao darem-me a palavra, a emoção embargou-me a voz. Fiz má figura; mas todos reconheceram, na minha mórbida atitude, quanto lhes estava grato. A manifestação ao homem e ao passado excede as minhas forças; mas não mais esquecerei essa homenagem dos meus patrícios. Todos se orgulhavam de ser meus conterrâneos. Não menos me envideço eu de ter, na minha terra, tão bons amigos! (...)*

*No dia imediato, quando acordei, na minha aldeia, do sonho vivido naquela tarde e naquela noite, senti-me aliviado de tantas honrarias que começavam a pesar sobre mim, debilitando-me as forças e contundindo dia a dia a pequena resistência emotiva, que sentia submergir. Recordava, em pormenor, tudo o que me foi dito. Alguém lembrou, num dos discursos, o ter-me visto entrar na escola primária com bibe azul, ao colo da velha criada Mariana (...) Não sei se a Mariana pediu ao Padre José Ramos misericórdia para as minhas travessuras, algumas delas recordadas pelo orador, cronista dum remota época e testemunha presencial. Como este, outros episódios íntimos, de épocas recuadas da vida, foram evocados e com eles uma aluvião de referências a passadas energias e à minha constante actividade. Tudo me acudia ao cérebro naquela manhã de Dezembro, fria e húmida. Rangiam-me as articulações ao levantar e dores esparsas davam-me o aviso de que era preciso descansar. E vinha-me o desejo de ser esquecido, bem inefável de que nem todos gozam.*

<sup>29</sup> Segundo notícia do Diário de Notícias de 24 de dezembro de 1944, os Bombeiros Voluntários de Estarreja e a Banda Municipal fizeram a guarda de honra.

<sup>30</sup> EGAS MONIZ - Confidências de um Investigador Científico. Lisboa: Edições Ática, 1949, pp. 412 - 414.

**CRONOLOGIA DA ATIVIDADE DOCENTE DE EGAS MONIZ**

4 -12-1902

Nomeado a lente substituto da Faculdade de Medicina de Coimbra, em conjunto com Sobral Cid, Elycio de Moura, Luís Viegas e Ângelo da Fonseca

6 -12-1902

Tomada de posse do lugar de lente substituto das disciplinas de Anatomia, Histologia e mais tarde Patologia Geral

24-02- 1910

Promovido a lente catedrático

1903-1911

Professor da Faculdade de Medicina de Coimbra (Anatomia, Histologia e Patologia Geral)

3-4-1911

Transferido para a Faculdade de Lisboa, toma posse no dia 04 de abril

13-10-1916

Comissão gratuita de serviços durante 30 dias

1918

Impedido como Ministro plenipotenciário, de 8-3 a 8-10-918; e como Ministro dos estrangeiros, desde esta data a 31-3-919

5-4-1919

Licença de 60 dias

9-4-1919

Concedido aumento de vencimento correspondente à 1<sup>a</sup> diurnidade

22-9-1922

Nomeado diretor do Hospital Escolar de Lisboa, toma posse em 16-10-1922

28-2-1925

Concedido aumento de vencimento 2<sup>a</sup> diurnidade

1-4-1925

Encarregado de representar o Governo e a Faculdade no centenário de Charcot

21-5-1926

Encarregado de representar o Governo e a Faculdade na reunião dos Neurologistas em Paris

9-5-1927

Encarregado de representar a Faculdade nos centenários de Pinel e Vulpian

14-6-1927

Nomeado diretor do da Clínica Neurológica

6-7-1927

Concedido aumento de vencimento (3<sup>a</sup>diurnidade)

31-7-1927

Eleito vogal da Comissão Pedagógica da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa

17-1-1928

Nomeado para a Comissão de Obras do Hospital Escolar

27-2-1928

Encarregado de representar o Governo e a Faculdade no Congresso das Journées Médicales em Bruxelas

13-6-1928

Autorizado a realizar conferências no Brasil, sobre os seus notáveis trabalhos de Neurologia

9-5-1929

Nomeado Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa

24-10-1929

Licença de 28 de outubro a 8 de novembro

19-12-1929

Nomeado para o Conselho da Ordem de Instrução Pública

Em 3-1-1930

Nomeado representante da Faculdade no Conselho Superior de Instrução Pública

24-2-1930

Nomeado para a Comissão encarregada de estudar a mais conveniente instalação de alguns estabelecimentos de ensino universitário

20-3-1930

Nomeado representante da Faculdade no Conselho Superior de Instrução Pública

17-5-1930

Autorizado a tomar parte na Reunião Neurológica em Paris, sem encargos especiais para o Estado além dos seus vencimentos universitários

1-8-1930

Nomeado para a Comissão encarregada de propor as bases do ensino da especialidade dentária

01-4-1931

Nomeado vogal do Conselho da Ordem de Instrução Pública

15-7-1931

Exonerado a seu pedido do lugar de diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa

25-8-1931

Autorizado a ausentar-se para o estrangeiro para tomar parte no Congresso de Neurologia em Berna, sem prejuízo dos seus vencimentos

29-4-1932

Criação do Instituto de Investigação Científica de Neurologia, sob a direção do Prof. Egas Moniz

10-10-1932

Nomeado representante da Faculdade no Conselho Superior de Instrução Pública

16-4-1934

Autorizado a ausentar-se para Espanha, de 21 a 29 do mês presente, a fim de realizar conferências na Universidade de Santiago de Compostela, sem prejuízo dos respetivos vencimentos

9-7-1935

Autorizado a ausentar-se para o estrangeiro em missão de estudo, sem prejuízo dos seus vencimentos, de 21 de julho a 21 de setembro de 1935

14-11-1935

Nomeado vogal do Conselho Superior de Instrução Pública

14-2-1936

Concedidos oito dias de licença que poderá ser gozada no estrangeiro

13-5-1936

Autorizado a ausentar-se para o estrangeiro, durante dez dias, sem prejuízos dos respetivos vencimentos

21-12-1936

Eleito vice-presidente da Academia das Ciências de Lisboa, para os anos de 1937

3-7-1937

Autorizado a ausentar-se para o estrangeiro em missão oficial, durante os meses de agosto e setembro, sem prejuízo dos seus vencimentos

7-7-1937

Equiparado a bolseiro fora do País, pelo prazo de dois meses, a contar de 1 de agosto próximo

31-12-1937

Eleito presidente da Academia das Ciências de Lisboa

15-3-1939

Doente de 15 de março a 7 de junho de 1939

11-12-1943

Nomeado para fazer parte do júri do concurso para professor agregado na Faculdade do Porto

29- 11- 1944 – 11h00

Jubilação | Última Lição

25-7-1945

Aposentado por ter atingido o limite de idade com a pensão anual de 46.080\$00

## ANTUÃ EM DOCUMENTOS QUINHENTISTAS

*Saul António Gomes\**

No presente artigo, publica-se alguma documentação, das chancelarias régias de D. João III e de D. Sebastião, relativa ao concelho de Antuã quinhentista, mais precisamente entre os anos de 1522 e 1571. Antuã adquiriu centralidade no quadro histórico e geográfico da região setentrional da Ria de Aveiro. A vila recebeu carta de foral, pelo rei D. Manuel I, em 1519<sup>1</sup>. Sabe-se que as rendas das suas sisas, em 1527, atingiram o valor de 57 100 reais, a que se somava mais 11 arráteis de cera avaliados a 50 reais por arrátel<sup>2</sup>. No quadro regional, Antuã ocupava uma posição média, abaixo dos rendimentos tributários de concelhos como Figueiredo, Arouca ou Feira, mas próximo de Ovar e Pereira de Jusã, e acima de Vouga, Fermedo, Paus, Albergaria-a-Velha e Frossos (ver quadro seguinte).

<b>Valores dos contratos das sisas, de 1527-1528, de Antuã e antigos concelhos seus vizinhos</b>					
<b>Data</b>	<b>Concelho e seu senhorio</b>	<b>Quita (reais)</b>	<b>Valor total (reais)</b>	<b>1% obras pias (em reais)</b>	<b>Cera (em reais)</b>
1527.03.28	Feira (Conde da Feira)	-	374 000	-	[4 500]
1527.04.12	Arouca (Mosteiro)	-	123 300	-	[1 800]
1527.04.12	Fermedo	-	26 000	-	[400]
1527.08.21	Antuã (Mosteiro Arouca)	3 000	57 110	560	[550]
1527.10.18	Angeja	2 000	28 530	280	250
1527.10.30	Ovar e Pereira de Jusã (Conde da Feira)		61 200	600	600
1527.11.25	Paus (Álvaro de Sousa)	1 000	10 200	100	100
1527.11.28	Albergaria-a-Velha	2 000	19 390	190	200
1527.11.28	Frossos	-	22 950	225	225

\*Professor Associado com Agregação do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia, e Artes, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador do CHSC.

<sup>1</sup>Vd., Maria Helena da Cruz Coelho e Saul António Gomes, *Foral de Antuã. Edição Diplomática e contexto histórico*, Estarreja, Município de Estarreja, 2021.

<sup>2</sup>Maria Helena da Cruz Coelho e Saul António Gomes, “O Regimento da Repartição das Sisas enviado ao Concelho de Antuã em 1527”, *Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*, nº 16, ano 16, 2022, pp. 203-214.

1527.12.03	Bemposta e Figueiredo (Diogo Moniz)	2 000	115 280	1 130	1 150
1528.01.10	Vouga (Manuel de Sousa)	2 000	42 820	420	400

As sisas eram direito real em Portugal. Cabia à Coroa nomear os oficiais responsáveis pela sua recolha em cada concelho. Em 1521 foi nomeado, para o ofício de escrivão das sisas de Figueiredo e de Antuã, Domingos de Andrade, escudeiro, tendo-lhe sido passada carta de confirmação no cargo em 1522 (Doc. 1).

Em 1534, aparece Jorge da Fonseca a assumir o cargo de contador, inquiridor e distribuidor dos referidos concelhos de Figueiredo e de Antuã, em lugar de Diogo Rangel (Doc. 4). Este ofício viria a passar, em 1544, para Bastião da Costa (Doc. 6). A 18 de julho de 1534, D. João III autorizaria Afonso Pires, tabelião do concelho de Antuã, a ter uma pessoa que o ajudasse nos seus ofícios de notário do público, das notas e de escrivão dos órfãos do concelho, sinal de crescimento populacional local (Doc. 3). Data, ainda, de 30 de janeiro de 1562, uma outra carta régia autorizando Fernão Tavares, tabelião do público e do judicial no concelho de Antuã, e das notas no da Bemposta, a ter uma pessoa que o ajudasse nesses ofícios (Doc. 10).

Importa valorizar o pedido apresentado ao rei pelo concelho de Antuã, em 1567, pedindo-lhe para que os almotecas do concelho pudessem servir por períodos trimestrais e não mensais, como determinavam as Ordenações do Reino, dispensa que se tinha por serviço mais justo e eficaz do rei e dos vizinhos (Doc. 11).

Do crescimento de Antuã dá testemunho a carta de privilégio de estalajadeiro outorgada em 1520, e renovada em 1522 por D. João III, a Pêro Fernandes, morador na vila, onde tinha casas adequadas para esse serviço (Doc. 2). Vivia em Beduído, por 1537, um Afonso Álvares, cirurgião, o qual foi autorizado pelo monarca a usar da sua arte por todo o reino, curando especialmente “quebrados” (Doc. 5).

Produzia-se carvão, em Antuã, por 1549, o qual se vendia em Lisboa, como recorda a carta de perdão real dada a Bastião Pires, morador no lugar do Picoto (Doc. 7). Antuã, terra de ruralidade, com as suas terras ricas em cereais, levados aos moinhos de água que nelas se encontravam, como o de João Álvares, moleiro, que se envolveu numa rixa com o lavrador Pêro Fernandes, recebendo carta de perdão real, por o ter feito, em 1551 (Doc. 8), ou apta à criação de gados, setor agropecuário, este, que deveria estar em crescimento, em meados de Quinhentos, aparecendo notícias de gados daninhos no concelho (Doc. 9). Terras, finalmente, ricas em caça, nomeadamente de lebres, que os vizinhos do concelho caçavam, por 1571, com redes proibidas, como sucedeu com Mateus Álvares, morador no lugar das Cabeças, deste concelho, que, por o fazer, foi preso (Doc. 12).

## DOCUMENTOS

### Doc. 1

1522 agosto, 2, Lisboa – *D. João III confirma a Domingos de Andrade, escudeiro, o ofício de escrivão das sisas dos concelhos de Figueiredo e de Antuã, o qual já lhe fora outorgado por D. Manuel I, por carta de 8 de março de 1521.*

ANTT – Chancelaria de D. João III: Doações, ofícios e mercês, livro 1, fl. 112v.

Dom Joam etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que por parte de Domingos d'Amrade, escudeiro, me foy apresemada huua carta del rei meu senhor e padre que samta gloria aja, de que ho tehor tal he:

Dom Manuell por graça de Deus rei de Purtuguall e dos Allgarves, daquem e dalem mar em Africa e senhor de Guine e da conquista, navegação, do comercio d'Etyopya, Arabya, Persya e da India. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que comfiamdo nos de a bondade e descriçam de Domingos d'Amrade, escudeiro, morador na Bemposta, que ho fara bem e como compre a nosso serviço e a bem das partes pertemce e queremdo lhe fazer graça e merce temos por bem e ho damos hora por esprivam das sysas do concelho de Figueiredo e do concelho de Amtoam, asy como ho ele deve ser e como ho ate qui foy Joam de Lameguo, nosso mosso d'estribeira, que ho dito hofcio tynha e ho renunciou em nossas mãos pera o darmos a quem nossa merce fosse. Porem mamdamos ao nosso comtador da dita comarqua e a qualquer outro ofciall e pessoas a que pertemcer que ho metam em pose do dito hofcio e lho leixem servir e gusar e aver ho mantymento e proes e percalços a ele direitamente hordenados, asy como os avya o dito Joam de Lameguo e melhor se os ele com direyto melhor puder aver. O quall jurou em a nossa chancelaria aos samtos avamgelhos que bem e verdadeiramemte e como deve syrva e use do dito hofcio guardamdo a nos nosso serviço e as partes seu direito. Dada em Samtos, aos biij dias do mês de março. El rey ho mamdou por Dom Martynho de Castell Bramquo etc., do seu conselho e vedor de sua fazemda. Domingos Váz o fez, de j- e bc xxij. O quall hofcio o dito Joam de Lameguo ouve por falecimento de Lopo Preto, que ho renunciou como dito he.

E ho dito Domingos d'Amrade ho aja e syrva pela guisa que ho servio o dito Domingos Preto, pdimdo nos o dito Domingos d'Andrade por merce que lhe comfyrmasemos a dita carta. E visto por nos seu requerimento queremdo lhe fazer graça e merce temos por bem e lhe comfyrmamos e avemos por comfyrmada assy e da maneira que se em ela comtem e mamdamos que hasy se cumpra e guarde. Dada em a nossa cydade de Lyxboa aos ij dias d'agosto. El rey ho mamdou por Nuno da Cunha etc. Fernam Rodriguez ha fez. De j- e bc xxij.

### Doc. 2

1522 agosto, 6, Lisboa – *D. João III confirma a Pêro Fernandez, morador em Antuã, onde tinha uma estalagem, os privilégios de estalajadeiro que lhe foram concedidos, em 1520, pelo rei D. Manuel I.*

ANTT – Chancelaria de D. João III: Doações, ofícios e mercês, livro 1, fl. 49.

Dom Joham etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que por parte de Pero Fernandez, morador em a vyla d'Amtoam, nos foy [mostrada] huua carta de privilégios d'estalajadeiro del rey meu senhor e padre, que samta groria ajaa, do quall ho teihor he o seguimte:

Dom Manuell por graça de Deus rey de Portugal e dos Allguarves daquem e dalem mar em Africa e senhor de Guine e da conquista, navegação de [sic] comercio d'Etyopia, Arabiaa, Persya e da Imdia. A vos juizes da vila d'Amtoam e a todolos outros juizes e justyças, ofeciaes e pessoas de nossos reinos a que ho conhecimento desto pertemcer por qualquer guissa que seja a que esta nossa carta for mostrada, saude. Sabede que queremdo nos fazer graça e merce a Pero Fernandez, morador nessa villa, porquamto hora faz e acrecema em huuas suas casas que hy tem per'estalajes, temos por bem e mandamos que daqui em diamte seja privilegiado e escusado e etc. Em forma dada. Em a cidade d'Evora, aos xxij dias do mês de março. El rey o mandou polos Lecemceados Dom Pedro de Mem[es]es e Rui da Gram, ambos do seu conselho e desembarguo e seus desembarguadores do paço e ptyções. Dioguo Laso a fez. De mil e quinhemtos xx annos.

Pidimdo nos o dito Pero Fernandez que lhe comfyrmasemos a dita carta de privilegyo como se nela comtynhaa. E nos vendo seu dizer e pidir e queremdo lhe nos fazer graça e merce, temos por bem e nos praz de lhe comfyrmarmos a dita carta de privilegyo assy e pola maneira que se nele contem sem outro nenhum embarguo que lhe sobre elo ponhais, em maneira allqua que seja. E all nom façais. Dada em a nossa cydade de Lyxboa, aos bj dias do mês d'agosto. El rei o mandou pelo Byspo do Fumchall, primas das Imdias, do seu conselho e por Dom Pedro de Me[nes]es, ambos do seu conselho etc. Amtonio Pirez por Joam Lourenço a fez a fez [sic]. De mil e quinhemtos xxij.

### Doc. 3

1534 julho, 18, Évora – D. João III autoriza Afonso Pires, tabelião do concelho de Antuã, a ter uma pessoa que o ajude nos seus ofícios de notário do público, das notas e de escrivão dos órfãos do concelho.

ANTT – Chancelaria de D. João III: Doações, ofícios e mercês, livro 20, fl. 179.

Dom Joam etc. Faço saber a quantos esta minha carta viirem que ha mim apraz daa lugar e licença a Afonso Pirez tabeliam do publico e judicial e das notas e escrivam dos orfaõs no concelho d'Amtoam pera que elle possa ther hua pessoa auta que ho ajude a escrever nos ditos hoficios sobrescrevendo elle em tudo ho que a dita pessoa fizer. E no das notas faraa as propias notas por sua mão e asynara de seu synall publico e em todos tomara os termos nas audiências e faraa per sua mão todas as imquiriçõees e todas outras cousas que forem de segredo de justiça. E porem mando a todolos juizes e justiças a que ho conhecimento desta pertemcer que deixem ao dito Afonso Pirez ther a dita pessoa que ho ajude a escrever nos ditos ofícios na maneira sobredita sem a isso lhe porem duvida nem embargo algum porque eu lhe dou pera ysso licença como dito hé. Gaspar Jacome a fez. Em Evora aos xbijj dias de julho de j- bc xxxijjº anos.

### Doc. 4

1534 outubro, 6, Évora – *Carta régia nomeando Jorge da Fonseca para contador, inquiridor e distribuidor dos concelhos de Figueiredo e de Antuã, assim como o tinha sido Diogo Rangel.*

ANTT – Chancelaria de D. João III: Doações, ofícios e mercês, livro 7, fl. 164v.

Dom Joham e etc. A vos juizes e homes boos da villa da Bemposta do concelho de Figueiredo e d'Amtoã, faço vos saber que comfymndo eu de Jorge da Fonseca que he tal que ho fara como a meu serviço e bem das partes cumpre tenho por bem e o dou ora daquy em diante por com contador, enqueredor e destribuidor em os ditos lugares asy e pela maneira que ho elle deve ser e o era Diogo

Rangell cujos os ditos ofícios eram e fez hua procuraçam a Joam Tavares, escudeiro do Conde da Feyra, pera que elle em seu nome e como seu procurador abastamte podese renunciar em mynhas mãos os ditos ofícios pera eu delles fazer merce a Jorge da Fonseca per vertude da qual procuraçam elle dito Joam Tavares os renunciou como dito he segundo vy per hum publico estromento de renunciaçam que dizia ser feito e asynado per Andre Sylveiro, tabeliam em esta minha cidade d'Evora, aos xbij dias do mês de setembro deste anno presente de bc xxxiiijº, com testemunhas em elle nomeadas e a dita procuraçao dizia ser feita per Diogo d'Amdrade, tabeliam em o almoxarifado d'Aveyro, aos iiij dias do dito mês e anno. A qual merce lhe asy faço per vertude de hum meu alvará que lhe pera ello passey per mym asynado e passado pela minha chancelaria, do qual o teor tal he:

§ Eu el rey faço saber a quantos este meu alvará vyrem que eu vy esta petição atras escryta que me fez Diogo Ramgell, morador na villa da Bemposta e concelho de Figueiredo, contador e enqueredor e destrebuydor no dito concelho e asy no d'Antoã. E visto o que nelle diz me apraz dar lugar e licença pera que Jorge Tavares posa renunciar por procuraçao que tem do dito Diogo Rangel, os ditos ofícios em Jorge da Afomseca. E porem mando ao meu chançarel mõor que sendo lhe amostrada procuraçam abastamte do dito Diogo Ramgell pera em seu nome se poder renunciar os ditos ofícios amostrando lhe a dita renunciaçam mande fazer carta em forma ao dito Jorge da Fonseca, sendo auto pera yso, porque eu lhe faço delles merce se elle for auto como dito he. Francisco Beleagua a fez. Em Evora, a xbj de setembro de myll bc xxxiiij.

E porem vos mamdo que tamto que vos esta mynha carta for apresentada metaes loguo o dito Jorge da Fonseca en posse dos ditos ofícios e lhos leixay servir e usar e aver todalas rendas, proes e percalços aos ditos ofícios direitamente ordenados sem lhe ser posto duvida nem embargo algum porque asy me apraz. O qual pagou d'ordenado dos ditos ofícios em a minha chancelaria ao recebedor ella oytocemtos reaes, os quaes foram sobre elle carregados em recepta omde jurara aos santos avangelhos que bem e como deve obre e use dos ditos ofícios, guardando em todo a mym meu serviço e as partes seu direito e regimentos ordenados aos ditos ofícios. Dada em a minha cidade d'Evora, aos seys dias do mês d'outubro. El rey o mandou pelo Doutor Alvaro Fernandez do seu desembargo e seu chamçarel mõor e etc. Bernaldim Beleagoa a fez. Anno de myll bc xxxiiij.

[Na margem] Estes ofícios comtheudos na carta aqui registada vemdeo e arrenunciou o dito Jorge da Fonseca, per licença del rey nosso senhor em Bastiam da Costa, morador na villa da Bemposta, a que se fez carta dos ditos ofícios e portanto se pos aqui esta verba per mym Pero Gomez que tenho cargo d'estprivam do dito senhor per seu mandado. Em Evora a xj dias d'agosto de mill e bc Riiij. (Assinado) Pero Gomez.

## Doc. 5

1537 maio, 7, Évora — D. João III autoriza Afonso Álvares, morador em Beduído, depois de examinado e aprovado pelo físico-mor do reino, Mestre Gil, a usar da arte de cirurgião em todo o reino e a curar “quebrado”.

ANTT – Chancelaria de D. João III: Doações, ofícios e mercês, livro 26, fl. 154v.

Dom Joam etc. Faço saber a quamtos esta mynha carta vyrem que conhecendo eu de Afonso Alvarez, morador em Bydoado, e que nysto me syrvira bem a serviço de Deus e meu e proveyto de meu povo, e por lhe fazer graça e merce, ey por bem de lhe dar licença que elle possa usar e praticar d'arte e cyencia de solorgiam per todos meus regnos e senhoryos sem embargo de quæsquer leys e ordenações que hy aja em contrario, porquanto fuy certo pelo doutor mestre Gill, meu solorgiam moor, a quem ho eu

mamdey enxaminar, e o emxemynou e achou auto e soficiemte pera usar da dita cyencya. E portanto mamdo a todos juizes e justiças que leixem usar ao dito Afonso Alvarez da dita cyencia sem lhe porem duvida nem outro nhuum embarguo nem lhe comsyntão fazer sem rezam, antes lyvremente o leixem usar como dito hé. Outros mando a todalas justiças que prendam todalas pessoas que usarem da dita cyencia sem mynha licença ou do dito meu solorgiam mōor cada vez que pelo dito Afonso Alvarez vos for requerydo e os nam soltem sem mynha licença ou do dito meu solorgiam mōor. E asy elle dito Afonso Alvarez poderá usar e curar quebrado per todos os ditos meus regnos e senhorios. E o qual Afonso Alvarez jurou em a mynha chancelaria aos samtos avamgelhos que bem e verdadeiramente use do dito oficio a serviço de Deus e meu e proveyto de meu povo. El rey o mandou per o doutor mestre Gill, cavaleiro da Ordem de Christos, seu fisquyo e solorgiam mōor. Dada em a cyade d'Evora, a bij dias do mês de mayo. Pero Ribeiro fez. Anno de nosso senhor Jhesuu Christo de myll bc xxxbij.

## Doc. 6

1544 agosto, 11, Évora – *Carta régia nomeando Bastião da Costa para o ofício de contador dos feitos, das custas, inquiridor e distribuidor nos concelhos de Figueiredo e de Antuã.*

ANTT – Chancelaria de D. João III: Doações, ofícios e mercês, livro 5, fl. 80v.

Dom Joham etc. A vos juizes, concelhos e homens bons da vila da Bemposta do concelho de Fegueyredo e d'Amtoā, faço vos saber que comfiamdo eu de Bastiam da Costa, morador na vila de Bemposta, que he tal que nisto servira bem e como a meu serviço e a bem das partes compre. E querendo lhe fazer graça e merce tenho por bem e o dou daqui em diamte por comtador dos feytos e custas e emquieredor e distribuidor em esses ditos lugares asy e na maneira que o ele deve ser e o era Jorge da Fonsequa que hos ditos oficios tynha per minha carta e os em seu nome renunciou em minhas mãos Thome d'Amrade, moço da capela da Ifamte Dona Isabel, etc., segundo delo fui certo per hum pubrico estormento de renunciaçam que peramte my foy apresetado que dezya ser feyto e asynado per Diogo Gonçalvez, tabliam das notas em esta cidade d'Evora, aos xxij dias do mês de julho desta Era preseme de bc Riiijº, com testemunhas nele nomeadas. Na qual se comtinha como o dito Tome d'Amrade per vertude de hua procuraçam que apresetara do dito Jorge da Fonsequa, a qual dezia ser feyta e asynada per Diogo d'Amrade, tabeliam do almoxarifado d'Aveiro, a xxj dias do dito mês de julho do dito anno, em que dava poder ao dito Tome d'Amrade pera que podese renunciar os ditos ofícios em minhas mãos per vertude da qual os renunciara, segumdo mais compridamente no dito estormento era comtheudo. E esta merce lhe faço per vertude de hum meu alvará que pera elo pasey per mym asynado e pasado per minha chamcelaria de que ho trelado he o seguimte:

§ Chamceler mōor, amygo. Eu ey por bem dar licença a Jorge da Fonseca, emquieredor e distribuidor e comtador do concelho de Figueyredo e d'Amtoā pera vemder os ditos ofícios. Notefico vo lo asy pera que a pessoa que vos mostrar sua arremciaçam e a carta que tem dos ditos ofícios semdo auta lhe pases dele carta em forma pagamdo primeyro os direitos ordenados Joham Rodriguez o fez, em Lixboa, a xiiijº dias d'outubro de j- bc R. Bastiam da Costa o fez escrever.

E porem vos mando que porquamto o dito Bastiam da Costa foy emxaminado pelo dito chamceler moor e o achou auto pera servir os ditos ofícios o metâes em pose deles e o leyxes servir e usar deles e aver asy remdas, dereytos, proes e percalços aos ditos ofícios direitamente hordenados, sem duvida nem embargo algum que a elo ponhâees. E a carta que ho dito Jorge da Fonsequa tinha dos ditos ofícios foy rota ao asynar desta e se pos verba no registo da mesma carta que esta em minha chamcelaria de como os ele renunciou no dito Bastiam da Costa. O qual Bastiam da Costa jurara em minha chamcelaria

aos samtos avamgelhos que bem e verdadeiramente syrva os ditos oficios e cumpra e guarde os regymentos que da dita chamcelaria levar, guardamdo em todo meu serviço e ao povo seu direito. E ele pagou d'ordenado dos ditos oficios mill e trezemtos e trimta e três reaes. Os quaes emtregou na dita chamcelaria aho recebedor dela peramte o estprivam do dito oficio que hos carregou sobre ele em receita, segundo pareceo per sua certidão per ele feyta e asynada e pelo dito recebedor. Dada em a cidade d'Evora, aos omze dias do mês d'agosto. El rey o māodou pelos Doutores Pero Vaz, chamceler mōor de seus reynos e senhorios e Cristovão Estevez da Espargosa, fidalgo de sua casa, ambos do seu conselho e seus desembargadores do paço e petições. Pero Gomez a fez. Ano do nascimento de Nossa Senhor Jhesu Christo de j- bc Riiijº annos.

### Doc. 7

1549 maio, 13 e 1550 janeiro, 8, Lisboa – *D. João III perdoa a Bastião Pires, trabalhador, morador no Picoto, termo de Antuã, as culpas que tinha num fogo que pegara, para fazer carvão, e que causara danos aos proprietários das terras vizinhas.*

ANTT – Chancelaria de D. João III: Perdões e Legitimações, livro 17, fl. 2.

Dom Joam etc. A todollos corregeedores, ouvidores, juizes, justiças, oficiaes e pessoas de meus reynos e senhorios a que esta minha carta de perdam for mostrada e o conhecimento della com direito pertemcer, saude. Faço a saber que Bastiam Pirez, homem trabalhador, morador no Picoto, do comcelho d'Amtoam, terra do Mosteiro d'Arouqua, me envyou dizer por sua pitiçam, que amdamdo elle soplicante ayya douss annos arramcando sepas, fizera huua cova pera fazer das ditas sepas carvão pera o repario de sua vyda, como muitas vezes fizera. E que temdo posto foguo as ditas sepas pera tirar dellas o dito carvão, saltara o foguo fora da dita cova sem elle sopricamte lhe poder valler por ser terra e queimara muitos matos e arvores e tapajeens e milhos e arvores de fruyto como constava nos perdoões das partes que disso ouverão perda. E ora elle sopricamte tinha perdam de todas as partes que apresentava por ser sem culpa e gramde amiguo de todos, me pediu lhe perdoasse pois tamto era sem culpa avemdo respeito a sua pobreza ser tão gramde e mamter douss filhos das esmolas como se veria do stromento que apresentava e assy por aver douss annos que era homiziado, no que receberia esmola e merce, porquamto eram charnecas [e] ermos e qualquer pesoa fazia carvão sem licemça da camara, nem nimguem lho tolher todo ho anno por ser na dita terra carreguação delle pera esta cidade que cad'anno vinha muita soma delle e muita parte dos moradores vyyão disso. E que os nomes das pesoaas a que se fizera a perda era Gill Eannes, Graviel Rodriguez, Rodrigo Eannes, Jorge Pirez, Maria Fernamdez. E a perda fora estimada em douss mill reaes. E eu vendo o que elle sopricamte asy dizer e pidir me envyou e queremdo lhe fazer graça e merce se asy he como diz e hy mais não ha, visto hum parece com hum meu passe, tenho por bem e me praz de lhe perdoar e o relevar da culpa que tem no caso contheudo em sua petição pello modo que nela declarra, visto os perdoões das partes que oferece, os quaes peramte mim apresemtar envyou, scilicet, hum parecia ser feito e asynado por Diogo d'Amdrade, taballião pubriquo per mim na villa d'Aveiro, aos vimte e hum dias do mes d'agosta, da Era de mill e bc Rbiijº annos. E o outro aprecia ser feyto e asynado per Bernalldo Pirez, outrosy pubrico taballão por mim no comcelho d'Amtoam, aos treze dias do mês de março, da Era de mill e quinhemtos coremta e nove annos. E pagaraa mill reaes pera a Piadade. E porquamto elle loguo pagou os ditos mill reaes pera a Piadade ao bispo de Sam Thome, do meu conselho e meu esmoler segundo dello fuy certo por hum seu asynado e per outro d'Amtonio Nogueira, meu capelão, tesoureiro de minha capela, escrivão do dito carreguo que sobre elle os carregou em recepta. Portamto vos mamdo que daquy em diante não premdaees, nem mamdeis premder, nem lhe façaaes, nem comsymmtais fazer mal algum nem outro algum desaguisado quamto hee por rezão do contheudo em sua petição em esta minha carta declarado

porque minha mercee e vomtade hee de lhe asy perdoar polla guisa que dito he. Cumprio asy huuns e outros e all não façaes. Dada na cidade de Lixboa, aos treze dias do mês de mayo da Era de j- bc Rix annos e feita na mesma cidade aos biijº dias do mês de janeiro. El rey o mamdou pelos Doutores Dom Gomçalo Pinheiro, bispo de Tamgere, e Joam Momteiro, chanceler da Hordem do Mestrado de Noso Senhor Jhesuu Christo, ambos do seu conselho e seus desembargadores do paço e petições. Amtonio Pinheiro a fez. Anno do nascimento de Noso Senhor Jhesuu Christo de j- bc Lta. Luis Folgueira a fez escrever.

### Doc. 8

1551 dezembro, 4 e 5, Almeirim – *Carta régia de perdão outorgado a João Álvares, moleiro, morador em Antuã, acusado de ferir, numa rixa, um Pêro Fernandes, lavrador, vizinho do mesmo concelho.*

ANTT – Chancelaria de D. João III: Perdões e Legitimações, livro 15, fls. 417-417v.

Dom Joam etc. A todolos coregedores, ouvidores, juizes e justiças, oficiaes e pessoas de meus reynos e senhorios a que esta minha carta de perdam for mostrada e o conhecimento dela com direito pertemcer, saude. Faço vos saber que Joam Alvarez, moleiro, morador no concelho d'Amtoa, me enviou dizer por sua pitiçam que ele amda amorado por dele querelar e denunciar as minhas justiças e fazer tirar devassa humum Pero Fernandez, lavrador, morador no dito concelho, dizemdo que ele soplante e o dito quereloso ouveram rezões em humum dos dias do mês de março pasado deste presente ano em casa de hua Isabel Alvarez, no dito lugar d'Antoa, e que vimdo logo a noute ambos com outros omes pera suas casas pelo caminho se tornara a levantar em palavras de injuria e escamdalos. E que arramcamdo humum contra outro que ele soplante lhe dera com hua espada hua ferida no rosto da sobramcelha que toucou no nariz e chegou aos beyços que se fez com a pomta da espada, como arranhadura. E foy tão pequena que não teve necessidade de mestre, nem leyxou de trabalhar. E o dito Pero Fernandez he são e sem aleyjão nem desformidade e com muito pouquo synall que caise se não enxerga. E lhe tem perdoado como se mostra do perdam jumto com sua pitiçam. Enviando me ele soplante pidir por merce que ouvese por bem de lhe perdoar a culpa que no dito caso tem da maneira que diz. E o estormento do perdam que apresemtou recontava ser feysto e asynado per Diogo Fernandez, tabeliam publico em todo o almoxarifado da vyla d'Aveiro, aos xxix dias do mês de junho do ano preseente de j- bc Lj anos, pelo qual se mostrava Pero Fernandez, lavrador e morador no Casall da Fomte, jumto de Samtiago de Bodoido, do concelho d'Amtoa, perdoar ao dito Joan Alvarez soplante todo ho mal e injuria, emmemda e corregimento que do dito Joam Alvarez podia <ter> a ver em algum tempo do mundo e lhe perdoava lyvremente como já dissera ao juiz do dito concelho e me pedia por merce lhe perdoasse mynha justiça por dela não querer nada segundo que todo esto melhor e mais compridamente em o dito estormento de perdam se continha. E eu vemdo o que me ele soplante asy dizer e pedir enviou se asy he como ele diz e hy mais não há, visto hum praz me asynado per Dom Gonçalo Pinheiro, bispo de Tamgere, do meu conselho e meu desembargador do paço e pyticoes, a quem pera elo tenho dado poder, e querendo lhe fazer graça e merce tenho por bem e me praz, visto o perdam que apresenta, lhe perdoar a culpa que tem no ferimento contheudo em sua pitiçam polo modo que nela declara e pagara dous mill reaes pera a Piadade. E porquamtlo logo pagou os ditos ij- reaes per a Piadade ao bispo de Sam Thome, do meu conselho e meu esmoler, segumdo delo fuyerto por hum seu asynado e per outro de Pero Gomez, meu capelão e stprivam do dito cargo que os sobre ele carregou em recepta, vos mando que daqui em diamte o nam premdaes, nem mamdes premder, nem lhe façaes nem consymtaes serfecto mal, nem outro alguum desaguisado quanto he por rezam [fl. 417v] do contheudo em sua pitiçam em esta minha carta declarado, porque minha mercee e vomtade he de lhe asy perdoar pela guisa que dicto he, o que asy cumpri huns e outros. E al não façaes. Dada em a minha vyla d'Almeirym, aos quatro dias do mês de dezembro e feyta aos cymquo dias do dito mês. El rey noso senhor ho mamdou per

Dom Gonçalo Pinheiro, bispo de Tamgere e per o Doutor Sebastiam de Matos, ambos do seu conselho e seus desembargadores do paço e ptyções. Francisco Martinz a fez, por Amtonio Godinho. Ano do nacemento de nosso senhor Jhesu Christo de j- bc Lj anos. E eu Amtonio Godinho a fiz stprever. E posto que diga passar polo Doutor Sebastiam de Matos, passou pelo Doutor Joam Momteiro, chanceler do Mestrado de Noso Senhor Jhesu Christo, do conselho del rey noso senhor e seu desembargador do paço e ptyções.

### **Doc. 9**

1557 janeiro, 29 e fevereiro, 1, Lisboa – *Carta de perdão régio dado a Amador Miguéis, morador em Antuã, por ter fugido da cadeia desta vila, na qual se encontrava preso, por acusação de o seu gado ser daninho.*

ANTT – Chancelaria de D. João III: Perdões e Legitimações, livro 26, fls. 207v-208.

Dom Joham etc. A todos os corregedores, ouvidores, justiças de meus reinos e senhorios a que esta minha carta de perdão for mostrada, saude. Faço saber que Amador Miguenz, morador em Antoam, me enviou dizer per sua petição que elle foy preso pella devassa que na terra se tirou pelos almotaces por se dizer que sendo elle soplante jurado no dito luguar não guardava a terra como a seu oficio pertencia. E que como seu guado fazia danno e que em todo não usava do dito oficio como hera obriguado pelo qual caso estava preso na cadea do dito luguar d'Antoam e o cacereiro e guardas o traziam com hum trebelho, o qual lhe tiravão cada noite pera se deitar na cama. E de noite estando sem trebelho abrio a porta da cadea que somente tinha hua aldrava e fogio sem quebrar porta, nem parede, nem fechadura. E pelo caso da dita fogida anda amorado. E he casado e sua molher e filhos com sua absência recebem grande desemparo, Enviando me elle soplante pedir por merce ouvese por bem de lhe perdoar livremente toda a culpa e pena que per rezam da dita fogida pode merecer. E eu vendo o que me elle soplante asy dizer e pedir enviou, se asy he como elle diz e hy mais não há, visto hum praz me [fl. 208] asinado per Dom Simão da Cunha, do meu conselho e meu desembargador do paço. E querendo lhe fazer graça e merce, tenho por bem de o relevar e lhe perdoar a culpa que tem no caso da fogida da cadea conteudo em sua pitiçam pelo modo que o em ella declara. E paguaraa trezentos reaes pera as despesas da relaçam. E tomaraa carta de seguro dos casos per que estava preso da dada deste perdam a trinta dias ou mostrara sentença de livramento. E nam o fazendo este perdam lhe não valera. E porquanto elle pagou os ditos trezentos reaes a Miguel Rodriguez, recebedor das penas aplicadas per'as ditas despesas, segundo dello fuy certo per hum seu asinado e per outro de Balthesar de Freitas, escrivam de seu carreguo que os sobre elle pos em recepta, vos mando que daqu em diante o nam prendaes, nem mandeis prender, nem lhe façaes, nem consintaes fazer mal nem outro algum desaguisado quanto he per rezão da dita fogida da cadea, porquanto minha merce e vontade he de lhe perdoar minha justiça e pela guisa que dito he. Dada na minha cidade de Lixboa a xxix dias do mês de janeiro e feita em ella ao primeiro dia do mês de fevereiro. El rey o mandou per Dom Simão da Cunha e per o Licenciado Francisco Diáz d'Amaral chanceler do Mestrado de Christus, ambos do seu conselho e seus desembargadores do paço. Jeronimo Luis a fez. Anno do nascimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mil bc Ibj annos.

### **Doc. 10**

1562 janeiro, 30, Lisboa – *Carta régia autorizando Fernão Tavares, tabelião do público e do judicial no concelho de Antuã, e das notas no da Bemposta, a ter uma pessoa que o ajudasse nesses ofícios.*

ANTT – Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique: Privilégiros, livro 3, parte 1, fl. 20.

Dom Sebastyam etc. Faço saber aos que esta carta virem que Fernão Tavares, tabeliam do publico e judicial do concelho d'Amtoã e tabeliam das notas do concelho da Bemposta, me fez a ptyção seguinte: Diz Fernão Tavares, tabeliam do publico e judicial do concelho d'Amtoã e tabeliam das notas no concelho da Bemposta, que por em ambos os ditos concelhos aver mill trezentos vezynhos e ser muito ocupado com hos ditos oficios e malldesponto, tem elle suplicante necesydade de hua pessoa que o ajude a escrever pera melhor despacho das partes, pelo que pede a Vossa Alteza, avemdo a isso respeyto, aja por bem dar lhe licença pera que possa ter a dita pessoa que nos ditos hofcios o ajude a escrever, sobescrevendo elle suplicante. E recebera merce. E visto seu requerimento, avemdo respeito ao que na dita ptyção diz, ey por bem e me praz de lhe dar luguar e licença pera que possa ter hua pessoa que o ajude a escrever nos ditos oficios na maneyra seguinte, scilicet, no oficio das notas lhe tyrara somente as escreturas das notas concertando as e sobescrevendo as elle Fernão Tavares e asynaando as de seu synall publico. E no do judicial o ajudara a escrever em todas as cousas do dito oficio concertando as e sobescrevendo as elle Fernão Tavares sallvo os termos das audiências, inquirições que dellas e quaesquer outras cousas que forem de segredo de justyça que elle Fernão Tavares tomara e escrevera de sua letra sem há tal pessoa que o asy ajudar a escrever nos ditos oficios escrever nem fazer cousa allgua das sobreditas, a qual pessoa sera mayor de idade de xbj anos, auta e pertemcemte pera nisso servir. Notefico o asy aos juizes dos ditos concelhos e lhes mando que hapresentamdo lhes o dito Fernão tavares pera que seja da dita idade e parecemdo lhes que he auta como dito he lhe deu juramento dos samtos evanghelhos que bem e verdadeiramente escrever e faça o que per esta carta lhe dou licença que possa fazer e de como asy ouverem a dita pessoa por auta e lhe derem o dito juramento se fara asemto nas costas desta carta per hum tabeliam asynado pelos ditos juizes he di em diamte deyxarão ajudar a escrever a dita pessoa ao dito Fernão Tavares como se nesta carta contem. E se a tal pessoa falecer ou tyver outro qualquier immpydimento per honde não possa escrever nos ditos oficios e o dito Fernão Tavares quysyer nomear outra pessoa em seu luguar o poderá fazer e lhe sera recibyda como acima he declarado de maneyra que em todo tempo possa ser hua so pessoa e mais não que o ajude a escrever. El rey nosso senhor ho mandou por Symão de Miranda Amriquez e pelo Doutor Symão Gonçalvez Cardoso, ambos do seu conselho e seus desembarguadores do paço. Duarte Mendez a fez. Em Lixboa, a xxx de janeyro, anno do nascimento de Nossa senhor Jhesuu Christo de j- bc Ixij. Beltesar da Costa a fez stprever.

## Doc. 11

1567 agosto, 1, Lisboa – *D. Sebastião, a pedido do concelho de Antuã, autoriza que os seus almotacés sirvam por períodos de três meses e não de um mês, como determinavam as Ordenações do Reino.*

ANTT – Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique: Privilégios, livro 6, parte 1, fls. 86v-87.

Dom Sebastião etc. Faço saber aos que esta carta virem que os juizes, vereadores, procurador e oficiaes do concelho d'Antuã me enviarão pedir que ouvese por bem que os almotaces do dito concelho servissem três meses posto que per bem de mynha ordenação ouvesem de servir huum so mês porque asy era melhor e mais proveyto do povo e os ditos almotaces saberiam melhor servir seus oficios e se enlegeriam neles pessoas pera yso autas e pertemcentes. Visto seu requerimento e por lhe fazer merce ey por bem e me praz que os almotaces do dito concelho d'Amtoã syrvam daquy em diamte três meses sem embargo da ordenação que diz que syrvão huum mês e ysto enquanto eu ouver por bem e não mandar o contrario e por [fl. 87] quamto a ordenação do primeiro livro, titulo dos almotaces, despoeim que no primeiro mês de cada ano syrvam d'almotaces os que forem juizes o ano passado, e o segundo mês dous vereadores mais antigos e o terceiro mês huum vereador e o procurador do dito anno passado e que pera os nove meses que ficam se enlejão dezoyto homes boons pera servirem dous em cada mês, ey por bem que pera os primeiros três meses do ano se enlejão duas pessoas que syrvam d'almotaces

os ditos três meses, a qual enleiçao se fara segundo forma da ordenação. E os três meses seguymtes sirvão o procurador do concelho e o vereador mais moço que forão ho ano passado e os outros três meses servirão os dous vereadores mais velhos e os três meses derradeiros do ano servirão os juizes que forão do dito ano passado. E mando aos ditos juizes, vereadores, procurador e oficiaes do dito concelho d'Amtoã que ora são e a quaisquer outros que ao diamte forem que asy o cumprão e fação inteiramente comprar porque asy o ey por bem e meu servyço. E por firmeza disso lhe mandey dar esta carta per mym asynada e aselada do meu selo pendente, a qual se registara no livro da camara do dito concelho e esta propria se terá no cartório dele em toda boa guarda. Diogo Fernandez o fez. Em Lixboa ao primeiro dia do mês d'agosto. Ano do nacymento de Nossa Senhor Jhesu Christo de j- bc lxbij. Balltesar da Costa o fez esprever.

## Doc. 12

1571 maio, 11 e 14, Lisboa – *Carta de perdão dada a Mateus Álvares, morador em Cabeças, concelho de Antuã, preso por caçar lebres com armadilhas proibidas e por ter fugido da prisão em que se encontrava.*

ANTT – Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique: Privilégiros, livro 8, parte 2, fl. 280.

Dom Sebastiam etc. Faço saber que João Allvarez, filho de Mateus Allvarez, morador em o luguar das Cabeças, do concelho d'Antoãa, me envyou dizer per sua petição que elle amdava amorado porque estando preso na cadea do dito concelho, por se dizer ser culpado em tomar lebres com redes e sem ser aimda posto em livramento da devassa que o culpava, fogira da dita cadea e se acolhera a hua irmida de Nosa Senhora do Pramto, igreja sagrada, e porque elle suplicante amdava solto na dita prisam, sem aimda lhe serem lamçados ferros e estando a porta da cadea aberta, fazendo se certo de sua prisam peramte a justiça que o premdera, fogira da dita cadea sem quebrar ferros, nem porta, nem parede, nem fazer outra registencia. E era pobre e tinha gastado em amdar amorado mais do que poderá gastar em seu livramento do caso principal, me pedio avendo ao sobredito respeito, ouvese por bem de lhe perdoar livremente a culpa da dita fogida pois aimda não estava apresoado, nem tinha ferros lançados. E o caso acontecera em huum dos dias do mês de março deste ano presente de j- e bc lxxj. E recebera merce. E eu vendo o que me elle soplicante asy dizer e pedir envyou e queremdo lhe fazer graça e merce, visto huum praz me asynado pelo Doctor Gaspar de Figueiredo, a quem pera ello tenho dado poder, ey por bem e me praz perdoar ao suplicante a culpa de fogir da cadea pelo modo que declara. E pagara iiijc reaes pera as despesas da relaçam e ira com a clausolla. E porquamto pagou os ditos iiijc reaes a Afonso d'Oliveira, recebedor das taes penas como se vio per seu asynado e por outro de Antonio Gomez que sobre elle os carregou em receita vos mando que daqui em diamte nam procedaes contra elle suplicante etc. Na forma. E porem elle suplicante sera obrigudo a tomar carta de seguro dentro em xxx dias primeiros seguintes que se começaram da feytura desta e se apresentara com ella diante das justiças a que o conhecimento pertencer pera se livrar do caso ou casos per que estava preso ao tempo que fez a dita fogida ou mostrar o livramento delles. E não o fazendo asy este perdão lhe não valera. Dada em Lixboa a xj dias de mayo e feito a xijjº. El rey nosso senhor ho mandou pelos Doutores Gaspar de Figueiredo e Paullo Anes. Belchior Monteiro a fez. Anno do nascymento de Nossa Senhor Jhesuu Christo de j- bc lxxj. Antonio Velho a sobespervy por Joam da Costa estar doente.

## ADITAMENTO<sup>3</sup>

### Doc. 13

1523 abril, 8, Almeirim – *D. João III confirma a carta de nomeação, feita por D. Manuel I, em 16 de maio de 1521, de João Fernandes, de Antuã, para o ofício de juiz das sisas do dito concelho.*

ANTT – Chancelaria de D. João III: Doações, ofícios e mercês, livro 41, fl. 88.

Dom Joham etc. A quamtos esta nossa carta virem fazemos saber que por parte de Joham Fernandez, morador no comcelho d'Amtoam, nos foi apresemtnada huua carta del rei meu senhor e padre que samta gloria aja, de que ho teior tal he:

§ Dom Manuell por graça de Deus rei de Purtugall e dos Allguarves daquem e dalem mar em Africa e senhor de Guine e da conquista, navegação, comercio d'Etiopia Arabia, Persya e da Imdia. A quamtos esta nossa carta virem fazemos saber que comfiamdo nos de Joham Fernandez, morador no comcelho d'Amtoã, que neste nos servira bem e fyellmente e como a nosso serviço e bem das partes compre. E querendo lhe fazer graça e merce, temos por bem e o damos daquy em diamte novamente por juiz das nossas sysas do dito comcelho asy e pola maneira que ho ele deve ser e o são os juizes das sysas dos semelhantes lugares. Com o quall oficio queremos que aja de mamtimento cada anno vimte reaes por milheiro de todo o que has ditas sysas renderem ate chegar a dous mill reaes por anno e mais não, posto que mais remdam. E se menos remderem avera a custa dos remdeiros quando as ditas sysas forem arrendadas forem arrendadas [sic] e quando não, a nossa custa. E nom levara mais cousa allqua a custa dos ditos rendeiros nem eles lho darão sob as penas contheudas em nossas hordenações. Porem mandamos ao nosso contador da dita comarqua e a todos outros nossos oficiaes e pessoas a que esto pertencer que ajam ao dito Joham Fernandez por juiz das sysas do dito comcelho e o metam em posse do dito oficio e lho leixem servir e husar e aver o mamtimento sobredito pola maneira que haqui he comtheudo sem lhe nisso ser posto duvida nem embargo algum que lhe a elo seja posto. O quall Joham Fernandez jurou em a nossa chamcelaria aos Samtos Avangelhos que bem e verdadeiramente syrva o dito oficio. E pagou d'ordenado dele mill e trezementos reaes na dita chamcelaria ao recebedor sobre quem fiquam carregados em receita. Dada em Lyxboa a xbj dias do mes de maio. El rey o mandou polo Conde do Vymioso, seu amado sobrinho e vedor de sua fazenda. Jorge Ferrnandez a fez. De mill e quinhemtos xxj. E esto se o não tem dado Allvaro Pachequo ou o Comde do Vymioso.

Pedeimdo nos os dito Joham Fernandez que lho comfyrmassemos assy e da maneira que se nelle comtem. E visto por nos seu requerimento e querendo lhe fazer graça e merce, temos por bem e lho comfyrmamos e avemos por confyrmado. Dada em a vila d'Allmeirim, aos biij dias do mês de abrill. El rey o mandou por Nuno da Cunha etc. Marquos Rodriguez a fez de j- bc xxij.

### Doc. 14

1524 agosto, 4, Lisboa – *D. João III confirma Afonso Pires no ofício de tabelião do público e judicial dos concelhos de Antuã, Figueiredo e arcediagado do Vouga.*

ANTT – Chancelaria de D. João III: Doações, ofícios e mercês, livro 45, fl. 149.

<sup>3</sup> Já o processo de composição gráfica deste texto ia avançado, quando se localizaram alguns novos documentos quinhentistas relativos a Antuã, os quais reforçam os nossos considerandos acerca da história deste antigo concelho. Aditam-se, pois, aqui, de forma a poderem ficar também publicados.

Dom Joham etc. A vos juizes, concelho e omes boos dos concelhos de Fygueiredo e de Amtoam e do arcediagado de Vouguia. Fazemos vos saber que confiamdo nos de Afonso Pirez, morador no Mato do dito concelho d'Amtoãa, e querendo lhe fazer graça e mercê, temos por bem e o damos em esses ditos concelhos e cada huum deles por tabeliam do publico e judicial asy e pela maneira que o elle deve ser e como o ele te quy foy per carta del rey meu senhor e padre que samta gloria [haja]. O qual oficio ele ove per vagua de Lopo Preto que o dito oficio tinha e se finou, segundo na dita carta mais largamente se contynha. E porem vos mandamos que o ajais hy por tabeliam do publico e judicial nesses concelhos como dito he e o leixay do dito oficio servir e usar como aqui fez e aver os imteresses, proes porque hasy nos praz. Dada em a nossa cidade de Lixboa aos iiiijº dias de agosto. El rey ho mandou per ho Doutor Diogo Taveira, do seu desembargo, que por seu mandado especial tem carrego de nos servir. Amtonio Marquez a fez. Anno de mill bc xxiiijº.

### **Doc. 15**

1538 novembro, 11, Almeirim – *D. João III dispensa os moradores do concelho de Antuã de levarem lanças quando saíssem, em serviço real, fora de suas casas.*

ANTT – Chancelaria de D. João III: Doações, ofícios e mercês, livro 44, fl. 119.

Dom Joam etc. A quantos esta ynha carta vyrem faço saber que eu ey por bem que os moradores do concelho de Serem, do concelho d'Amtoã nam sejam constrangidos a levarem lanças quando forem fora de suas casas, como pela ordenaçam sam obrygados, tendo as elles em suas casas, sem embarguo da dita ordenaçam. E ysto sera emquamto o eu ouver por bem e na mandar o contrairo. Notefico asy ao corregedor da comarqua d'Esgueyra e a todas as justiças a que ho conhecimento pertencer e esta mynha carta for mostrada. E lhes mando que asy o cumpre e guarde como se nelle conthem. E ysto se entendera e guardara somente no concelho d'Antoã. Dada na villa d'Almeyrym, a xj dias de novembro. Francisco Belleagoa a fez. Anno do nacemento de Nossa Senhor Jhesu Christo de myll bc xxxbiijº. E eu Andre Pirez o sobescrevy.

### **Doc. 16**

1540 outubro, 13, Lisboa – *D. João III provê Bernardo Pires nos ofícios de tabelião do público e do judicial, dos órfãos e das notas do concelho de Antuã.*

ANTT – Chancelaria de D. João III: Doações, ofícios e mercês, livro 40, fl. 209.

Dom Joham etc. A vos juizes, concelho e homens boons do concelho d'Amdrada faço vos saber que confiamdo eu de Bernardo Pirez, morador em Adou, que he tal que ho fara como a meu serviço e a bem das partes compre e querendo lhe fazer graça e merce tenho por bem e o dou ora daquy em diamte por tabalyam do pubrico e judicial e dos orffãos e notas em esse dito concelho, asy e pela maneira que ho elle deve ser e como ho hera Afomso Pirez, que hos ditos officios tynha per minhas cartas e os nelle renunciou e vemdeo, segundo delo fuy certo per huum pubrico estormento de vemdade e renunciaçam que parecia ser feyto e asynado per Diogo D'Amdrada tabelião pubrico em o almoxarifado da villa d'Aveiro, aos catorze dias do mês de setembro, do anno presemente de mill bc R, com testemunhas em elle nomeadas etc. A qual mercê lhe asy faço per vertude de huum meu allvara per mym asynado e passado per minha chancelaria que pera ello de mym ouve de que ho trelado he o seguymte:

§ Chamceler mõor, amiguo ou a quem o carrego servir. A mym praz dar lugar e licença a Afomso

Pirez tabalyão do pubrico e judicial e dos horffaões e notas no concelho d'Amtoam pera que elle possa vender os ditos officios a pessoas autas que hos syrvam. Notefficovo llo asy e mando que as pessoas que vos mostrarem sua renuncyaçam e as cartas dos ditos officios semdo autas lhes passeys cartas delles em forma, pagamdo primeiro os direitos hordenados. Pero Ribeiro o fez, em Lixboa, a ix dias d'agosto de mill bc R.

E portamto vos mando que tamto que vos esta for apresemtada, metñas loguo ao dito Bernardo Pirez em posse dos ditos officios e lhos leyxay servir e delles usar e aver todos hos prões e percalços que lhe direitamente pertemcerem asy como os tynha e avya o dito Afomso Pirez e melhor se hos elle com direito melhor poder ter e aver, sem lhe a ello ser posto duvida nem embargo algum porque asy me praz. E pagou d'ordenado delles em minha chamcelaria quatro mill reaes ao recebedor dela sobre quem se carregaram em receyta, honde jurara aos Samtos Avamgelhos que bem e verdadeyramente syrva e use dos ditos officios de tabalião do pubrico e judicial e dos orffaões e notas do dito comcelho d'Amtoam, guardamdo em todo o serviço de Deus e meu e as partes seu direito e regymemtos que da dita minha chamcelaria leva. Dada em a cidade de Lyxboa, aos treze dias do sem d'outubro. El rey ho mandou pelo Doutor Allvaro Ferrnandez do seu conselho e chamceler mõor em todos seus reynos e senhorios etc. Agostynho Sallvado a fez. Anno do nacimemto de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill bc R annos.

He eu dito Bernardo Pyrez que esto esprevy he aquy meu publico synall fyz que tal he (sinal do tabelião).



Detalhe da assinatura e sinal de Bernardo Pires, tabelião de Antuã (1540)

(PT-TT-CHR-L-1-44\_m0239)

## CAMPISMO

Sérgio Paulo Silva\*

*Minhas botas velhinhhas cardadas  
palmilhando léguas sem fim  
quanto mais velhinhhas e estragadas  
quanto mais vigor sinto em mim*

Rezava assim uma cantiga que ouvi vezes sem conta em fogos-de-campo de parques de campismo por onde passámos no correr dos meus verdes anos.

Um dia, num desses serões, um amigo do meu pai, ou simplesmente um campista entre os mais, ensinou-me uma cantilena a que achei graça e que ainda hoje traueteio a sobrinhos e netos mesmo sem o enquadramento do brasido que amenizava as noites frias de verão:

*Pus um pé na salsa verde  
e pisei um gafanhoto  
quebrei-lhe a perna direita  
e o animal ficou canhoto*

E, de certo modo, pouco mais me restou na memória desses dias distantes em que o meu pai procurava incutir em todos nós o gosto pela vida ao ar livre, pelo contacto directo com a Natureza e pelo convívio com quantos se orientavam por esses mesmos ideais andarilhos.

Por esses anos, sempre que se ia acampar para qualquer sítio, comprava-se um galhardete, uma bandeirinha que depois se cozia a uma fita, onde já moravam outras, testemunhos das léguas sem fim, e que se exibiam aos ventos na frontaria da tenda como alguns turistas exibem auto-colantes nas malas com que viajam pelo mundo. À corrosão dos tempos resistiram alguns desses galhardetes, dois deles apregoando Estarreja, um do Núcleo Estarrejense de Campismo, e outro do 3º Aniversário do parque de campismo existente na Quinta de S. Gonçalo, Estarreja, no ano de 1958. Tinha eu oito anitos.... Nenhuma memória guardo disso. Sei que o sítio era um pinhal (ou eucaliptal) que ficava ao lado do campo de futebol do C.D.E. onde haveria, anos mais tarde, um campo de tiro aos pratos que também teve existência efémera. Ainda hoje, lá está um eucaliptal que descontou área para que se contruísse a nova Piscina Municipal. Restou o galhardete...



\* Autor Estarrejense.

Mas há, ainda tenho, se bem que nebulosas, algumas imagens de Peniche, da Apúlia e, sobretudo, de Souto do Rio, em Águeda, que era um local muito bonito, muito aprazível. Algumas fotografias vêm em meu socorro. Numa o meu pai está de costas, eu de suspensórios e o meu irmão a mexer num tacho, vendo-se ao fundo, disseminadas pelo parque de pinheiros, algumas tendas.



Noutra fotografia eu caminho a carregar água, a sopesar um saco de lona impermeável, uma vez que nada havia em plásticos, mas somente lonas e alumínios, artefactos de verga, alguns barros, porque todos ajudavam em tudo.



Noutra ainda, aparece a minha mãe, de boina basca na cabeça, tendo ao colo a minha irmã mais velha (a Maria Emilia ainda não existia), eu e o meu irmão em primeiro plano, vendo-se uma tenda que seria nossa ou não.



Escrevo isto no momento em que se cumprem cem anos da data de nascimento de minha mãe e suspenso-me a pensar em como e quanto acalentou a paixão do meu pai pelo Campismo. Porque se trocava uma vida de conforto, de comodidades, por um sem-fim de arrelias. Em casa, a minha mãe tinha criadas. No campismo, não. E havia sempre “coisas”, o montar das tendas, areias, carumas, formigas, dias de chuva, de ventanias, barulhos de vizinhos, a noite que se fechava com o dia, o dia que despontava à mesma hora em que despontava para a passarada... Hoje, sim, ainda há tendas, mas o campismo aburguesou-se, vive muito de auto-caravanas e de bungalows, de condições de conforto e de higiene que então só se podiam improvisar.

Quem sobe hoje na Torreira (Murtosa) a Avenida Hintze Ribeiro e, logo a seguir à Igreja, vira à direita, o que encontra é uma avenida larga, alcatroada, com boa iluminação pública e parques de estacionamento e, lá ao fundo, um Parque de Campismo moderno, onde nada falta. Contudo, nem sempre foi assim. Essa estrada não era mais que um caminho de areia e saibro, abafado por matagal e pinheiros sofridos que ia dar a um ermo de ninguém, com a mesma vegetação espontânea, maninha, entre dunas baixas: o actual Parque de Campismo da Torreira.

Porque me é grato à memória, reproduzo a Acta nº 1 da Assembleia do Núcleo Estarrejense de Campismo, realizada em 5 de Fevereiro de 1955, onde se percebe que o Parque de Campismo da Torreira teve, na sua origem, na sua fundação, a mão impulsora do meu pai e de Jaime Monteiro, homens que amavam a Natureza, percursores de alguns estilos de vida que hoje nos são, digamos, vulgares.

Octavini

Foram os dias 10 e 11 de fevereiro de 1911 momentos em que  
ocorreu o maior encontro da História do Núcleo  
ESTARREJENSE DE CAMPISMO, no entroncamento de Laran-  
ja, Joaquim Alves, neste dia, teve despedida agradável  
e emocionante, entre amigos e admiradores, à Federativa  
Federativa de Campisismo e sua filiação - para tanto houve  
jantar e festa de encerramento e seu presidente  
Federativa, Dr. Józefo, levou de Laranjeiras e seu grande  
festejo de despedida. Ficou a gente de Barreiros, por mim,  
para o dia 10, Laranja, Barreiros, também fui para Barreiros,  
para o dia 11, Laranjeiras. Esse é o resultado  
que a Federativa Federativa de Campisismo apresentou  
de todos os Núcleos e, não fui de alegria, quando cheguei  
a Laranjeiras, que o Núcleo Laranjeiras apresentava resultados  
tão ruins. —

Resolvemos, em seguida, a eleição da diretoria para  
ano de 1912, sacrificando-me que fomos eleitos todos  
maioria e de acordo com o resultado de desfilamento,  
para Presidente: Dr. Joaquim Laranja Pacheco de Laran-  
ja, Vice-Presidente: Józefo Joaquim Fleireira Alves;  
para Secretário: Joaquim Alves da Silveira; —  
Doutor — Doutor — Doutor — José Pedro — José  
Laranjeiras de Laranjeiras, os prestatíssimos donos de des-  
empenho.

junho de 1960 para ser de - faleceu em São Paulo  
Catharino, e seu nome substituído a partir daquele momento  
para constar no certificado de falecimento de seu filho de 10 anos  
de idade. Se o falecido fosse menor que 10 anos  
o falecimento seria registrado com o nome do pai.  
- faleceu em Belo Horizonte (MG) em 1967.  
- Faleceu mais tarde, a todos os efeitos  
a sua filha de seis anos de idade, que  
faleceu em Belo Horizonte (MG) em 1967.

*Fayez Saeed Alnajjar b. 6/72  
Fayez Saeed Alnajjar  
Liaison*

Octobre 11<sup>o</sup>  
foi visitado e uma das de vez de Junesco de seu morador e  
migração e seu retorno - Bem-estar geral, sobretudo no  
nível botânico e de casaparreiro, há uma certa preservação,  
conforme o que observou, informou Sampaio, e Oct. 12<sup>o</sup> de  
Repatriamento da Lapa-Terme.  
Visconde - Os fogeiros tiveram um tempo favorável  
e levaram de vezel Corvo-jardim -  
Abreia e setor foi lida a Acta da Assembleia anterior  
que foi - preservada por um segundo semestre e - no  
ano e setor e Natação e levantou a pergunta a M.R., que  
disse: "Lá temos" e levou a Pecuária e de fato é eletrônico

Meus pais tiveram sempre casa na Torreira, mesmo nesses anos em que sequer era ainda sonhada a Ponte da Varela. E, no entanto, algumas vezes aí montaram as suas tendas, engrossando vontades, de algum modo fazendo a hora sem esperarem que acontecesse. Quanto ao Jaime Monteiro, depois de também ter conhecido as prisões de Salazar, exilou-se no Canadá onde viria a falecer. Às suas memórias e à grandeza de minha mãe, fecho-me num velho cantar:

*Minhas botas, velhas, cardadas  
palmilhando léguas sem fim  
quanto mais velhinhas e estragadas  
quanto mais vigor sinto em mim  
Pelo vale ou montanha  
passo lesto com afoiteza  
Deus nos guia, Deus nos acompanha  
descobrindo a natureza  
percorrendo sendas futuras  
descobrindo novos carreiros  
sol e céu, a brisa das alturas  
são os nossos bons companheiros  
nossas tendas já aprumadas  
orgulhosas da sua alvura  
lembram velas enfundadas  
rumo ao campo e à aventura*

# EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE ENTRE 1836 E 1839 E O ANO DE 1912

*Teresa Tubby\**

*Por uma questão de uniformidade de trabalho, atendendo que a metodologia agora, nomeadamente a estrutura das tabelas, é diferente, entendemos por bem começar a transcrever algumas, aproveitando simultaneamente para trazer novos registo, colmatar algumas falhas e corrigir alguns dados.*

ESTARREJA (CONCELHO)  
1836

Nome e estado civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e nº de passaporte	Filiação	Notas
Bernardo da Silva	20		25-06-1836 Rio de Janeiro nº 198		
José dos Santos Resende	14		25-04-1836 Rio de Janeiro nº 1022		
Manuel dos Santos Resende	12		25-04-1836 Rio de Janeiro nº 1023		

1837

Nome e estado civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e nº de passaporte	Filiação	Notas
Manuel de Barros	13		07-08-1837 Maranhão nº 126		

1838

Nome e estado civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e nº de passaporte	Filiação	Notas
José Marques	23		14-04-1838 Rio de Janeiro nº 1151		

\*Investigadora, autora das obras: Quinta e Casa da Botica; Banda de Música de S. João da Madeira, 1860/2005; Portugal e a Grande Guerra – a Participação dos Oficiais de Oliveira de Azeméis; co-autora das obras A Misericórdia da Vila de Cucujães, 1937/2012, Banda de Música de Angeja e revista Cucugianis, Histórias e Memórias do Couto de Cucujães.

1839

Nome e estado civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e nº de passaporte	Filiação	Notas
Manuel da Silva Pinho	19		06-03-1839 Rio de Janeiro nº 808		

1912

Nome e estado civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e nº de passaporte	Filiação	Notas
António Maria Dias	24	Trabalhador	03-09-1912 Pará nº 966	Manuel Dias	
António Valente dos Anjos	26	Trabalhador	01-04-1912 Rio Grande do Sul nº 463	Joaquim Valente dos Anjos	
Joaquim Marques cº	64	Trabalhador	24-10-1912 Rio de Janeiro nº 144	Manuel Marques	
José Lopes cº	49	Trabalhador	06-08-1912 S. Paulo nº 308	José Joaquim Lopes	
José Matias Afonso, vº Filha: Arminda	43 9	Estucador	04-01-1912 Santos nº 1159	Manuel Afonso	
Manuel Dias da Silva	47	Trabalhador	22-08-1912 Rio de Janeiro nº 670	Filho de pais incógnitos	

AVANCA

Nome e estado civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e nº de passaporte	Filiação	Notas
Adão de Pinho Fragoso	20	NSE Lavrador	21-09-912 Pará nº 2240	Manuel de Pinho e Joana Rosa	
Adelino Pais da Rocha	19	NSE Carpinteiro	11-03-1912 Rio de Janeiro nº 2260	João Maria da Rocha e Albina Pais da Silva	

Albino Pereira cº	33	NSE Jornaleiro	14-11-1912 Brasil nº 997	José Gomes Calisto e Ana Rosa Pereira	
Albino Pereira Marques	21	Sabia escrever Lavrador	25-04-1912 Pará nº 429	Joaquim Pereira Marques e Maria Soares	
Albino Soeiro Cabral	20	Lavrador	03-10-1912 Rio Grande do Sul nº 141	Manuel Soeiro Cabral e Joaquina da Conceição	
Ana Rosa de Oliveira cª	21	NSE Doméstica	23-05-1912 Rio Grande do Sul nº 789	José Joaquim Valente e Joana de Oliveira	
Ana Valente da Silva	28	NSE Doméstica	27-06-1912 Pará nº 1171	Joana da Silva, sª	
Ângelo Valente de Jesus	18	Sabia escrever Lavrador	02-01-1912 Pelotas nº 1397	José Valente e Joana Pereira	
António Alves de Pinho	16	Sabia escrever Lavrador	17-04-1912 Rio de Janeiro nº 371	Albino Alves de Pinho e Maria da Silva Ribalta	
António Augusto Pereira cº	35	NSE Lavrador	02-05-1912 Pará nº 505	Francisco Pereira e Joana de Azevedo	
António Augusto Valente da Silva cº	25	Sabia escrever Carpinteiro	12-03-1912 Rio de Janeiro nº 2287	Manuel da Silva Valente e Maria José de Matos	
António da Silva Hilário	15	Sabia escrever Lavrador	13-11-1912 Brasil nº 988	António da Silva Hilário e Maria Soares	
António Maria de Oliveira	21	NSE Lavrador	25-06-1912 Rio de Janeiro nº 1146	Domingos Joaquim de Oliveira e Ana Maria da Silva	
António Maria Rodrigues	27	Sabia escrever Lavrador	19-10-1912 Brasil nº 502	João Rodrigues e Ana Pereira da Conceição	
António Maria Valente de Matos	22	Sabia escrever Lavrador	08-10-1912 Pará nº 236	Matias Valente e Ana da Conceição	

António Marques Dias	19	Sabia escrever Lavrador	13-03-1912 Rio de Janeiro nº 2298	Albino Marques Dias e Maria Emília Ferreira	
António Paes da Silva	21	NSE Moleiro	13-11-1912 Brasil nº 991	António Caetano da Silva e Joana Paes da Silva	
António Soares de Resende	20	NSE Jornaleiro	16-10-1912 Brasil nº 412	Joaquim Soares de Resende e Ana Soares de Jesus	
Artur da Silva	18	NSE Alfaiate	04-05-1912 Pará nº 522	José Maria da Silva e Maria Joana da Fonseca	
Artur Pereira de Resende	15	Estudante	13-11-1912 Brasil nº 982	João António Resende e Ana Pereira Martins	
Augusto Dias da Costa cº	38	Sabia escrever Carpinteiro	14-11-1912 Brasil nº 996	José Dias da Costa e Maria Joaquina de Jesus	
Bernardino Tavares de Almeida	18	Sabia escrever Lavrador	25-06-1912 Rio de Janeiro nº 1152	Manuel António Tavares de Almeida	
Camilo Augusto Rodrigues	14	Sabia escrever Jornaleiro	19-11-1912 Brasil nº 1067	Albino Rodrigues E Clarinda de Jesus	
Domingos Pereira Bento	21	Sabia escrever Lavrador	05-06-1912 Rio de Janeiro nº 940	Francisco Pereira Bento e Ana Maria Rodrigues	
Domingos Valente da Costa Florentino	18	Sabia escrever Lavrador	25-04-1912 Pará nº 430	António Valente da Costa e Maria Clara Pereira	
Francisco da Silva Castanheiro	18	Sabia escrever Lavrador	28-08-1912 Rio Grande do Sul nº 1902	João da Silva Castanheiro e Maria de Jesus	

Francisco dos Reis	21	Sabia escrever Lavrador	13-01-1912 Pará nº 1537	José dos Reis e Maria Alves de Jesus	
Francisco Marques	22	NSE Lavrador	16-03-1912 Rio de Janeiro nº 2338	Francisco Marques e Joana Rosa de Jesus	
Francisco Pereira da Rocha	21	NSE Carpinteiro	22-06-1912 Rio de Janeiro nº 1119	Francisco Pereira da Rocha e Maria Joaquina de Aguilar	
Henrique da Silva Petiz	24	NSE Lavrador	13-11-1912 Brasil nº 992	Joaquim Martins e Custódia da Silva Petiz	
João António de Pinho	22	NSE Serviço	15-03-1912 Rio de Janeiro nº 2322	Ana Maria de Pinho Ferreira	
João Maria da Silva Pereira cº	27	Sabia escrever Alfaiate	14-05-1912 Rio de Janeiro nº 674	Rosa da Silva Pereira sª	
João Pedro de Oliveira Valente cº	23	Sabia escrever Lavrador	10-04-1912 Rio de Janeiro nº 246	Sebastião Valente de Jesus e Ana Rosa de Jesus	
João Tavares	20	NSE Lavrador	21-11-1912 Brasil nº 1089	José Tavares e Joaquina da Cunha	
João Tavares de Almeida	17	NSE Lavrador	25-06-1912 Rio de Janeiro nº 1151	Joaquim Tavares de Almeida e Albina de Matos	
Joaquim da Trindade Ramos cº	25	NSE Serrador	12-03-1912 Pará nº 2280	Joaquim Ramos e Joaquina Maria	
Joaquim Maria Pereira da Silva Castro	29	Sabia escrever Carpinteiro	08-01-1912 Rio de Janeiro nº 1489	Basílio Pereira da Silva e Joana Maria Pereira de Resende	
Jorge da Silva Marques	20	NSE Jornaleiro	18-10-1912 Brasil nº 459	Ana da Silva, sª	

José Maria da Silva	24	NSE Lavrador	05-06-1912 Rio de Janeiro nº 937	João da Silva e Maria de Jesus	
José Maria da Silva	25	Sabia escrever Lavrador	27-04-1912 Rio de Janeiro nº 457	Guilherme Joaquim da Silva e Ana da Costa	
José Maria da Silva Rodrigues	22	NSE Trabalhador	24-09-1912 Rio de Janeiro nº 2263	José Maria Valente e Maria da Silva	
José Maria Pereira da Rocha cº	26	Sabia escrever Jornaleiro	22-06-1912 Rio de Janeiro nº 1136	Francisco Pereira da Rocha e Maria Joaquina de Aguiar	
José Maria Soeiro Cabral cº	35	NSE Lavrador	16-11-1912 Brasil nº 1032	Joaquim Soeiro Cabral e Maria Martins de Jesus	
Júlio Lopes Venâncio	16	Sabia escrever Sapateiro	08-10-1912 Pará nº 244	António Lopes Venâncio e Ana de Jesus Pereira	
Manuel António Gomes	18	Sabia escrever Proprietário	11-01-1912 Pará nº 1519	Manuel António Gomes e Maria Lopes	
Manuel Augusto	20	Sabia escrever Jornaleiro	16-10-1912 Brasil nº 413	António da Silva Resende e Ludovina de Jesus	
Manuel Augusto da Silva Mendonça, cº	26	Sabia escrever Carpinteiro	26-11-1912 Brasil nº 1164	Manuel da Silva Mendonça e Ana Maria da Silva	
Manuel Augusto Paes, cº	34	NSE Jornaleiro	01-10-1912 Pelotas nº 98	Manuel Pereira Paes e Maria Aires	
Manuel da Cunha Pinto	16	Sabia escrever Criado de servir	15-03-1912 Rio Grande do Sul nº 2329	Maria de Jesus	

Manuel de Bastos Calisto	37	Sabia escrever Lavrador	13-11-1912 Brasil nº 976	Francisco Calisto de Bastos e Maria Marques de Jesus	
Manuel dos Prazeres de Matos <b>Esposa:</b> Rosa Paes <b>Filha:</b> Maria Paes <b>Filho:</b> Artur <b>Filho:</b> Amadeu	36 42 14 11 9	Artista	13-11-1912 Brasil nº 978	Joana de Matos, s <sup>a</sup>	
Manuel Jorge do Marco, cº	49	Sabia escrever Lavrador	01-06-1912 Pará nº 894	Joaquina, s <sup>a</sup>	
Manuel Júlio de Matos	27	NSE Lavrador	17-06-1912 Pará nº 1073	António de Matos Rocha e Ana Dias	
Manuel Maria da Silva Brandão	15	Sabia escrever Lavrador	20-03-1912 Pará nº 2365	Manuel da Silva Brandão e Maria de Jesus	
Manuel Maria Marques Cabeça	23	Sabia escrever Lavrador	14-10-1912 Brasil nº 355	Manuel António Marques Cabeça e Maria Pereira de Melo	
Manuel Maria Rodrigues da Costa	18	Sabia escrever Lavrador	25-04-1912 Pará nº 428	Albino Rodrigues da Costa e Maria Marques Hespanha	
Manuel Maria Valente, cº	23	NSE Lavrador	27-03-1912 Pará nº 106	José Maria Valente e Maria da Silva	
Manuel Paes de Matos	21	Sabia escrever Lavrador	25-06-1912 Rio Grande do Sul nº 1153	António Paes de Matos e Joana Pereira	
Manuel Pereira Rodrigues cº	59	Sabia escrever Proprietário	13-11-1912 Brasil nº 989	António Rodrigues e Joana Pereira	

Maria do Carmo	25	NSE Doméstica	13-11-1912 Brasil nº 984	António Borges de Pinho e Maria Emília de Matos	
Maria Rosália Lopes, c <sup>a</sup>	43	Sabia escrever Doméstica	11-05-1912 Manaus nº 636	Manuel Lopes e Ana Joaquina	

**BEDUÍDO**

Nome e estado civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e nº de passaporte	Filiação	Notas
Alfredo da Silva Viana c <sup>o</sup>	26	Sabia escrever Carpinteiro	23-09-1912 Rio Grande do Sul nº 2253	Gonçalo Marques da Silva Viana e Maria Carolina da Silva	
Américo de Almeida	21	Sabia escrever Lavrador	06-08-1912 América do Norte nº 1584	José Manuel de Almeida e Joaquina Marques Martins	
Anselmo Marques da Silva	15	Sabia escrever Carpinteiro	24-08-1912 Rio Grande do Sul nº 1847	Francisco Marques da Silva e Clara Augusta de Jesus	Irmão de Manuel M. <sup>o</sup> da Silva
António da Silva c <sup>o</sup>	27	NSE Serrador	20-11-1912 Brasil nº 1078	Cândido José e Mariana da Silva	
António Dias Afonso	21	Sabia escrever Empregado comercial	03-06-1912 Pará nº 908	Manuel Dias Afonso e Maria Lopes	
António Dias Valente, c <sup>o</sup>	29	Sabia escrever Lavrador	04-05-1912 Pará nº 553	José Dias Valente e Josefa Marques	
António Leite de Azevedo	24	NSE Carpinteiro	23-09-1912 Rio Grande do Sul nº 2256	António Maria Leite de Azevedo e Maria Luísa da Silva	

António Marques cº	26	Sabia escrever Serralheiro	25-03-1912 Rio de Janeiro nº 56	Luís Marques Antão e Adriana da Silva	
António Marques cº	28	Sabia escrever Lavrador	20-01-1912 Pará nº 1601	Augusto Marques e Maria Rodrigues Garrido	
António Marques Couto	21	Sabia escrever Carpinteiro	09-05-1912 Pará nº 604	José Maria Marques Couto e Maria Joaquina	
António Marques da Silva Airé cº	40	Sabia escrever Proprietário	19-09-1912 Pará nº 2276	Francisco Marques da Silva e Francisca Dias	
António Marques Teixeira	21	Sabia escrever Lavrador	23-09-1912 Rio Grande do Sul nº 2251	Joaquim Maria Teixeira e Caetana Marques da Silva Garganta	Irmão de Gonçalo Marques Teixeira
António Martins	20	Sabia escrever Lavrador	10-08-1912 Argentina, nº 1664	Manuel Martins e Maria Rosa Marques	
Caetano da Silva Nunes	25	Sabia escrever Carpinteiro	21-11-1912 Brasil nº 1109	Domingos da Silva e Maria Nunes da Silva	Irmão de José Mª Nunes da Silva
Filipe Leite	17	NSE Carpinteiro	21-09-1912 Rio Grande do Sul nº 2319	João António Leite de Azevedo e Maria Marques da Silva	
Florentino Afonso	26	Lavrador	04-05-1912 Pará nº 555	Miguel Alves de Oliveira e Maria Emilia Valente	
Francisco da Silva Couto	62	Sabia escrever Agricultor	21-08-1912 Rio Grande do Sul nº 1809	Manuel da Silva Couto e Rosa Marques de Azevedo	

Francisco José Bandeira cº	27	Sabia escrever Empregado público	25-01-1912 Pará nº 1635	Filipe José Bandeira e Bernarda Maria de Jesus	
Francisco Leite de Azevedo  <u>Esposa:</u> Graciana dos Santos	22 22	Sabia escrever Carpinteiro	26-11-1912 Brasil nº 1170	Francisco Leite de Azevedo e Ermelinda de Jesus	
Francisco Maria da Silva cº	23	NSE Pescador	04-05-1912 Pará nº 552	António Maria da Silva e Juliana Valente de Almeida	
Gonçalo Marques Teixeira	16	Sabia escrever Caixeiro	23-09-1912 Rio Grande do Sul nº 2257	Joaquim Maria Teixeira e Caetana Marques da Silva Garganta	Irmão de António Marques Teixeira
Henrique da Costa Mortágua	20	Sabia escrever Empregado no comércio	24-10-1912 Brasil nº 618	Manuel da Costa Mortágua e Silva e Ana de Jesus	
João Marques Casalinho	20	NSE Serralheiro	14-09-1912 Rio de Janeiro nº 2210	Manuel Marcos Casalinho e Ana Marques de Figueiredo	
Joaquim Nunes de Matos	21	Sabia escrever Barqueiro	14-08-1912 Rio Grande do Sul nº 1707	Manuel Nunes de Matos e Ana Joaquina da Silva Moutela	
José Caetano cº	35	Sabia escrever Jornaleiro	12-04-1912 Santos nº 278	Manuel da Silva e Maria Nunes Barbosa	
José da Silva Vidal	34	Sabia escrever Alfaiate	17-02-1912 Rio Grande do Sul nº 1899	João da Silva Vidal e Maria da Fonseca	
José de Oliveira Quintinha	26	Sabia escrever Lavrador	10-08-1912 Argentina nº 1663	António de Oliveira Quintinha e Rosa Marques Pereira	

José Dias Quingosta cº	36	Sabia escrever Carpinteiro	16-09-1912 Rio de Janeiro nº 2221	Manuel Dias Quingosta e Joana de Pinho	
José Luís de Oliveira	13	Sabia escrever Caixeiro	13-09-1912 Pará nº 2184	João Maria de Oliveira e Amélia de Azevedo	
José Maria Marques da Silva cº	28	Sabia escrever Jornaleiro	20-11-1912 Brasil nº 1077	Maria Marques da Silva	
José Maria Nunes da Silva	27	Sabia escrever Empregado no comércio	21-11-1912 Brasil, nº 1110	Domingos da Silva e Maria Nunes da Silva	Irmão de Caetano da Silva Nunes
José Maria Nunes Guiomar cº	28	NSE Carpinteiro	23-09-1912 Rio Grande do Sul nº 2254	Manuel Agostinho Nunes Guiomar e Maria Josefa da Silva	
José Marques Pereira	25	Sabia escrever Alfaiate	17-02-1912 Rio Grande do Sul nº 1901	Eufémia Rosa Vieira	
Manuel Caetano da Silva cº	33	NSE Moleiro	25-03-1912 Rio Grande do Sul nº 68	António Caetano da Silva e Ana de Oliveira	
Manuel da Silva e Pinho	16	Sabia escrever Alfaiate	01-10-1912 Pará, nº 116	Maia Rosa da Silva Pinho	
Manuel Dias da Silva <b>Esposa:</b> Maria Martins	29	NSE Serrador	14-09-1912 Rio de Janeiro nº 2209	Bartolomeu Dias e Mariana de Oliveira	
Manuel Leite de Azevedo	21	Sabia escrever Carpinteiro	14-08-1912 Rio Grande do Sul nº 1705	Joaquim Leite de Azevedo e Joana Maria da Silva	
Manuel Leite de Azevedo	22	Sabia escrever Carpinteiro	23-09-1912 Rio Grande do Sul nº 2260	Francisco Leite de Azevedo e Maria Cândida Marques	

Manuel Leite de Azevedo <b>Esposa:</b> Alzira Marques <b>Filha:</b> Ana Rosa	29 19 7m	NSE Lavrador	04-05-1912 Pará n° 523	José Leite de Azevedo e Maria da Silva	
Manuel Marques Correia	24	Sabia escrever Lavrador	22-07-1912 Pará n° 1442	Manuel Marques Correia e Ana Joaquina Lopes	
Manuel Marques da Silva	20	Sabia escrever Alfaiate	21-08-1912 Rio Grande do Sul n° 1848	Francisco Marques da Silva e Clara Augusta de Jesus	Irmão de Anselmo Marques da Silva
Manuel Marques da Silva	20	Sabia escrever Lavrador	16-10-1912 Brasil n° 407	Manuel Marques da Silva e Maria Joaquina Martins de Almeida	
Manuel Marques da Silva	25	NSE Lavrador	05-08-1912 Manaus n° 1580	João Marques da Silva e Ana Marques Valente	
Manuel Marques da Silva	57	NSE Lavrador	19-09-1912 Rio Grande do Sul n° 2266	Manuel da Silva e Maria da Fonseca	
Manuel Marques Fernandes cº	30	Sabia escrever Lavrador	23-09-1912 Rio Grande do Sul n° 2261	Francisco Marques Fernandes e Maria Rodrigues Garrido	
Manuel Rodrigues Garrido cº	40	Sabia escrever Lavrador	20-01-1912 Pará n° 1606	Joaquim Rodrigues Garrido e Maria Rodrigues de Oliveira	
Manuel Soares	21	Sabia escrever Lavrador	06-08-1912 América do Norte n° 1581	Manuel Soares e Ana Marques Ferreira	

Mariana Nunes Barbosa	29	NSE Jornaleira	08-02-1912 Pará, nº 2232	José Nunes Barbosa e Maria da Cunha de Figueiredo	
Mariana Rodrigues <u>Filho:</u> José	28 3m	NSE Jornaleira	22-07-1912 Manaus nº 1441	Agostinho Dias e Maria Domingues	
Tomé da Silva cº	35	NSE Lavrador	16-09-1912 Rio de Janeiro nº 2222	António da Silva e Josefa Rodrigues da Fonseca	

## BUNHEIRO

Nome e estado civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e nº de passaporte	Filiação	Notas
Agostinho dos Santos	21	Sabia escrever Alfaiate	12-07-1912 Manaus nº 1347	Agostinho dos Santos e Maria Rosária da Silva	
Agostinho Lopes dos Santos	21	NSE Lavrador	20-12-1912 Brasil, nº 1460	José Joaquim Lopes dos Santos e Maria Rosália Tavares	Irmão de João Lopes dos Santos
Alberto José Rebelo cº	23	NSE Lavrador	18-11-1912 Brasil nº 1053	Sebastião José Rebelo e Maria Rosália	
Albino Lamego	32	NSE Lavrador	13-12-1912 Brasil nº 1359	Agostinho Gonçalves Lamego e Mariana da Silva Troxa	
Américo Marques Vilar	15	Sabia escrever Alfaiate	13-11-1912 Brasil nº 985	José António Marques Vilar e Ana Antónia Nunes Pereira	
Ana Rosa da Silva, cª <u>Filha:</u> Júlia	31 7	NSE Jornaleira	26-09-1912 Pará nº 2	Manuel António Lopes e Mariana da Silva	

António Maria da Silva Sousa	17	Sabia escrever Lavrador	29-03-1912 Rio Grande do Sul nº 116	Domingos José da Silva Sousa e Maria Rosa Tavares Rebimbas	
António Maria Tavares Rebimbas	16	Sabia escrever Alfaiate	21-09-1912 Pará nº 2324	Mateus Tavares Rebimbas e Rosa Rodrigues Amador	
Augusto Pires de Resende cº	22	Sabia escrever Carpinteiro	28-02-1912 Pará nº 2096	António Augusto de Resende e Maria Rosa da Costa Mendes	
Bernardo de Oliveira, cº	36	NSE Alfaiate	13-12-1912 Brasil nº 1358	Rosa Marques, sª	
David dos Santos Pereira	16	Sabia escrever Carpinteiro	13-11-1912 Brasil nº 983	Joaquim Maria Pereira e Maria Isabel dos Santos	
Delfim Paes da Silva	15	Sabia escrever Caixeiro	02-07-1912 Rio de Janeiro nº 1217	João Pedro da Silva e Rosa Marques da Silva	
Domingos da Silva Valente cº	35	NSE Lavrador	22-03-1912 Pará nº 14	Manuel Joaquim da Silva e Ana Rosa da Silva Reverendo	
Domingos Joaquim Marques Ruela	26	Sabia escrever Lavrador	23-05-1912 Rio de Janeiro nº 787	Domingos Manuel Marques Ruela e Ana Joaquina Tavares	
João Agostinho Tavares	14	Estudante	21-10-1912 Brasil nº 539	Manuel José Tavares e Maria Lopes de Sousa	
João Lopes dos Santos	11	Estudante	20-12-1912 Brasil nº 1457	José Joaquim Lopes dos Santos e Maria Rosália Tavares	Irmão de Agostinho Lopes dos Santos

João Pedro Tavares da Silva	16	Sabia escrever Lavrador	02-03-1912 Rio Grande do Sul nº 2134	Custódio João Pereira e Maria Rosália Pinto da Cunha	
Joaquim Maria da Silva Sousa cº	26	NSE Lavrador	18-11-1912 Brasil nº 1052	Domíngos Maria da Silva Sousa e Maria Rosália Rodrigues	
Joaquim Maria de Resende	21	Sabia escrever Sapateiro	10-10-1912 Brasil nº 383	António Augusto de Resende e Maria Rosa da Costa Mendes	
Joaquim Nunes da Silva, cº <u>Filho:</u> António Joaquim Nunes da Silva	46	Lavrador	30-12-1912 Brasil nº 1575	Francisco José Nunes da Fonseca e Maria Antónia da Silva	
José Guedes Ruela Valente	16		26-11-1912 Brasil nº 1166	João Guedes Ruela Valente e Custódia Tavares Inês	
José Luís Ferreira	20	Sabia escrever Caixeiro	22-03-1912 Pará nº 13	Augusto António e Joana Maria da Silva	
José Maria da Costa cº	51	NSE Marítimo	24-12-1912 Brasil nº 1513	Manuel José da Costa e Cristina Joaquina Lopes de Pinho	
José Maria da Costa Mendes, cº <u>Filho:</u> Alfredo da Costa Mendes	52	Sabia escrever Marítimo	10-10-1912 Brasil nº 281	António da Costa Mendes e Violante Rosa Lopes Ramos	
José Maria da Silva Garrido	26	Sabia escrever			
José Maria da Silva Garrido	21	Lavrador	13-11-1912 Brasil nº 979	José Manuel da Silva Garrido e Florentina Fernandes	

José Maria Vaz de Oliveira	22	Sabia escrever Lavrador	23-05-1912 Rio de Janeiro nº 794	Manuel Maria Vaz de Oliveira e Rosália Fernandes Ruela	
José Nunes de Bastos	24	Sabia escrever Lavrador	23-05-1912 Rio de Janeiro nº 786	Mateus António Nunes de Bastos e Maria Augusta da Silva	
Júlia Tavares de Sousa	34	Sabia escrever Costureira	26-09-1912 Pará nº 3	Inácio Tavares Grelho e Vergânia Dias de Sousa	
Manuel Agostinho Tavares Rico	18	NSE Lavrador	02-03-1912 Rio Grande do Sul nº 2133	Manuel José Tavares Rico e Ana Maria Rodrigues	
Manuel António Lopes	22	Sabia escrever Lavrador	29-03-1912 Rio Grande do Sul nº 114	António Luís Lopes e Clementina da Silva	
Manuel de Matos Figueiredo	25	Sabia escrever Lavrador	19-06-1912 Rio de Janeiro nº 1094	António de Matos Figueiredo e Ana Joaquina Nunes da Silva	
Manuel José da Silva cº	30	NSE Jornaleiro	12-04-1912 Pará nº 277	Pedro José da Silva e Isabel Antónia de Sousa	Vivia em Veiros
Manuel Lopes Pereira cº	40	Sabia escrever Lavrador	10-10-1912 Brasil nº 282	Manuel António Lopes Pereira e Maria Rodrigues Cirne	
Manuel Pedro	25	Sabia escrever Lavrador	26-09-1912 Pará nº 4	José Maria Valente Podão e Maria Antónia Fernandes da Silva	

Manuel Rodrigues Pardal cº	24	Sabia escrever Jornaleiro	11-11-1912 Brasil nº 937	António Joaquim Rodrigues Pardal e Ana Agostinha Bucca	
Maria de Oliveira, cª <u>Filha:</u> Rosa	34 7	NSE Doméstica	26-09-1912 Pará nº 1	José Pedro dos Santos e Joana Maria de Oliveira	
Maximiano Domingues de Sousa Cirne	30	NSE Lavrador	30-09-1912 Pelotas nº 80	Manuel José Afonso Cirne e Maria Rosa da Silva Pereira	
Vitorino Carlos de Oliveira	26	Sabia escrever Lavrador	29-03-1912 Rio Grande do Sul nº 117	Mateus António de Oliveira e Rosa Tavares Rebimbas	

## CANELAS

Nome e estado civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e nº de passaporte	Filiação	Notas
António Domingues Andrade Júnior	31	Sabia escrever Lavrador	23-02-1912 Pará nº 2016	António Domingues de Andrade e Maria Domingues de Sá	
António Maria da Silva Baltasar cº	41	Sabia escrever Pedreiro	19-07-1912 Baía nº 1422	Mateus da Silva Baltasar e Rosa de Oliveira	
António Simões cº	28	Sabia escrever Lavrador	23-02-1912 Rio de Janeiro nº 2011	Manuel José da Costa e Maria Joaquina de Almeida	
Benjamim de Almeida	21	Sabia escrever Lavrador	17-08-1912 Pará nº 1744	António Francisco de Almeida e Maria Rosário da Cruz	

Elvira Pires dos Santos, c <sup>a</sup> <b>Filho:</b> Guilherme <b>Enteada:</b> Maria Clara	25 20m 5	Sabia escrever Doméstica	12-10-1912 Brasil nº 335	António Pires dos Santos e Ana Pires	
Elviro da Silva Cascais c <sup>o</sup>	24	Sabia escrever Jornaleiro	22-02-1912 Pará nº 1967	António da Silva Cascais e Rosa Augusta da Conceição	
Germano Domingues de Sá e Santos	46	Sabia escrever Negociante	21-11-1912 Brasil nº 1111	Manuel João de Aguiar e Ana Joaquina Godinho	
Guilherme Domingues e Andrade e Rego	22	Sabia escrever Lavrador	14-08-1912 Pará nº 1711	Manuel Domingues Andrade e Joana Tavares	
Henrique Ferreira da Silva	16	Sabia escrever Padeiro	10-08-1912 Pará nº 1665	José Ferreira da Silva e Maria Rodrigues da Cruz	
Joaquim Esteves de Sousa	28	Sabia escrever Padeiro	01-02-1912 Pará nº 1726	José Esteves de Sousa e Ana Dias de Aguiar	
Joaquim Tavares Brasinha c <sup>o</sup>	30	Sabia escrever Comerciante	22-08-1912 Pará nº 1821	Luís Tavares Brasinha e Rosa da Silva Figueiredo	
José Dias Pinto	15	Sabia escrever Trabalhador	27-02-1912 Pará nº 2080	Casimiro Dias Pinto e Maria Cascais	
José Maria Tavares Adão c <sup>o</sup>	24	Sabia escrever Alfaiate	17-10-1912 Brasil nº 414	Domingos Tavares Adão e Maria Valente	
José Marques Dias <b>Criada:</b> Vitória	48 10	Sabia escrever Caixeiro	05-08-1912 Manaus nº 1579	Manuel Marques Dias e Margarida Marques	
Manuel da Silva Figueira	14	Estudante	15-11-1912 Brasil nº 1019	Manuel da Silva e Elvira Domingues Figueira	

Manuel Simões Pinto	34	Sabia escrever Lavrador	22-02-1912 Pará nº 1977	João Simões e Rosária Domingues Pinto	
Rosa da Silva de Figueiredo, cª <u>Filha:</u> Ângela	26 2	NSE Doméstica	08-08-1912 Pará nº 1620	Luís Tavares Bracinho e Rosa da Silva Figueiredo	
Silvério Tavares Varelas cº	20	Sabia escrever Lavrador	24-10-1912 Brasil nº 611	António Tavares Varelas e Maria da Silva de Figueiredo	

## FERMELÃ

Nome e estado civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e nº de passaporte	Filiação	Notas
Adriano Dias de Oliveira	21	Sabia escrever Agricultor	23-02-1912 Pará nº 1981	António Dias de Oliveira e Ana da Silva Baptista	
Antero de Sousa Neves	12	Sabia escrever Lavrador	24-09-1912 Manaus nº 2266	António Maria de Sousa Neves e Firmina de Oliveira	
António de Sousa Miguel cº	28	Sabia escrever Lavrador	07-11-1912 Brasil nº 875	Manuel de Sousa Miguel e Ana Maria Rodrigues Beirôa	
António Dias de Oliveira	22	Sabia escrever Proprietário	12-04-1912 Manaus nº 272	José Dias de Oliveira e Rosa Marques Loureira	
António Dias Larangeiro	34	Sabia escrever Padeiro	09-11-1912 Brasil nº 929	José Dias Larangeiro e Rosália Dias Capeleira	
António Tavares Adão	18	NSE Lavrador	11-03-1912 Pará nº 2261	José Tavares Adão e Maria Domingues Capeleira	

Joaquim de Sousa Beirão cº	28	Sabia escrever Lavrador	07-11-1912 Brasil nº 857	Joaquim de Sousa Miguel e Ana Maria de Jesus	
José Alves Marques	29	Sabia escrever lavrador	15-07-1912 Pernambuco nº 1381	José Alves Marques e Joana da Silva Baptista	
José de Sousa Miguel	17	NSE Lavrador	27-12-1912 Brasil nº 1546	Francisco de Sousa Miguel e Ana de Jesus	
José Dias de Oliveira	18	Sabia escrever Lavrador	27-08-1912 Manaus nº 1883	José Dias de Oliveira e Rosa Marques Loureiro	
José Nunes de Bastos cº	35	Sabia escrever Comerciante	05-01-1912 Pará nº 1462	José Nunes de Bastos e Maria Dias Capeleira	
Júlio Marques de Oliveira	20	Sabia escrever Agricultor	20-03-1912 Pará nº 2366	José Joaquim de Oliveira e Mariana Alexandrina da Conceição	
Manuel Dias Loureiro	27	Sabia escrever Lavrador	08-08-1912 Pará nº 1609	Manuel Joaquim Dias Loureiro e Antónia Francisca da Silva	
Manuel Duarte Pereira da Silva	37	Sabia escrever Fateiro	22-03-1912 Pará nº 12	Duarte Pereira da Silva e Joana Baptista André de Resende	
Urbano da Costa Mortágua	21	Lavrador	30-12-1912 Brasil nº 1576	José da Costa Mortágua e Rosa Dias de Oliveira	

## MURTOSA

<u>Nome</u> <u>e estado civil</u>	<u>Idade</u>	<u>Escolaridade</u> <u>e modo de vida</u>	<u>Data, destino</u> <u>e nº de</u> <u>passaporte</u>	<u>Filiação</u>	<u>Notas</u>
Abel Augusto Pita	20	NSE Marítimo	02-01-1912 Pará nº 1391	Manuel José Pita e Maia Rosa	
Abílio Fernandes de Oliveira	22	Sabia escrever Calafate	29-02-1912 Pará nº 2101	Agostinho Fernandes de Oliveira e Maria José Henriques	Irmão de Manuel Fernandes de Oliveira
Abílio José Fernandes Rendeiro	21	NSE Moliceiro	16-08-1912 Pará nº 1738	Manuel Joaquim Fernandes Rendeiro e Maria José Costeira	
Alfredo Pereira	20	NSE Pescador	04-10-1912 Pará nº 179	António Joaquim Pereira e Maria Rosa Carola	
Alfredo Pereira de Pinho cº	26	NSE Marítimo	07-11-1912 Brasil nº 853	Gonçalo António Pereira Pinho e Maria Antónia Cardoso	
Álvaro da Silva Larangeiro	17	Estudante	28-12-1912 Brasil nº 1555	António Maria da Silva e Ana Tavares Rebimbás	
Agostinho Maria Martinho	30	NSE Marítimo	22-03-1912 Pará nº 2408	Miguel José da Silva Valente e Maria José da Silva Valente	
Alfredo Lopes da Cunha	20	Sabia escrever Alfaiate	18-06-1912 Pará nº 1089	José Maria Pires Barbosa e Maria Luísa Lopes da Cunha	
Alfredo Maria Paiva, cº	24	NSE Pescador	01-10-1912 Pará nº 114	Manuel João Paiva e Maria Rosália	

Alfredo Pereira da Costa	20	NSE Moliceiro	22-05-1912 Pará n° 778	Manuel Pereira da Costa e Maria José da Silva	
Ana Emilia Tavares, c <sup>a</sup> <b>Filho:</b> Rodrigo	31 2	Sabia escrever Doméstica	12-03-1912 Manaus n° 2274	Manuel João da Silva Ruela e Teresa Maria	
António Augusto	28	Sabia escrever Pescador	12-09-1912 Pará n° 2165	António Maria Marques e maria Luísa	
António Augusto da Cunha	22	NSE Marítimo	29-10-1912 Brasil, n° 710	Joaquim Maria da Cunha e Maria do Carmo	
António Augusto Regateiro	21	NSE Pescador	12-10-1912 Brasil n° 341	Domingos António Regateiro e Custódia Carolina de Oliveira	
António Augusto Soares	21	Pescador	27-12-1912 Brasil n° 1545	João Maria Soares e Joana Rosa Vieira	
António Joaquim Afonso Lopes cº	46	NSE Carpinteiro	02-10-1912 Pará n° 120	Joaquim Manuel Afonso e Mariana Barbosa de Oliveira	
António Joaquim de Oliveira cº	21	Sabia escrever Pescador	12-10-1912 Brasil n° 343	António Maria de Oliveira e Maria Joana de Jesus	
António Joaquim de Pinho cº	35	NSE Pescador	04-12-1912 Brasil n° 1249	Francisco José de Pinho e Maria Custódia Rodias	
António Joaquim Ferreira, cº	34	NSE Carreiro	13-09-1912 Pará n° 2166	Vicente Ferreira e Maria do Carmo	

António Joaquim Marques Tendeiro	17	Sabia escrever Pescador	29-10-1912 Brasil nº 713	Joaquim António Marques e Joana José (Zarpa)	
António Joaquim Pereira de Pinho	37	Sabia escrever Mercantel	11-11-1912 Brasil nº 938	José Maria Pereira de Pinho e Maria Francisca	
António Joaquim Rebelo Sebolão cº	26	Sabia escrever Pescador	02-02-1912 Pará nº 1737	Manuel Maria Rebelo Sebolão e Ana Maria da Silva	
António Joaquim Soares Belo	16	Sabia escrever Negociante	28-09-1912 Pará nº 57	Joaquim Manuel Moraes Belo e Ana Luísa	
António Joaquim Soares dos Santos, cº	32	NSE Pescador	25-01-1912 Pará nº 1639	José Pedro Soares dos Santos e Ana Joaquina Rafael	
António Joaquim Soares Vigário, cº	41	Sabia escrever Trabalhador	08-08-1912 Pará nº 1618	Manuel José Soares e Maria Luísa	
António Maria da Silva Caixeiro	25	Sabia escrever Lavrador	01-06-1912 Pará nº 896	António José da Silva Caixeiro e Ana Joaquina Tavares da Cunha	
António Maria de Oliveira	32	Sabia escrever Carpinteiro	26-06-1912 Manaus nº 1163	Francisco António de Oliveira e Maria Rosália	
António Maria de Resende cº	43	Sabia escrever Serralheiro	01-10-1912 Pará nº 110	José Manuel de Resende e Maria Matilde de Oliveira	
António Maria Rebelo dos Santos	18	Sabia escrever Pescador	24-02-1912 Pará nº 2052	Manuel João Rebelo dos Santos e Maria Augusta da Silva Reverendo	

António Maria Soares Miranda	16	Sabia escrever Funileiro	03-12-1912 Brasil nº 1236	João Agostinho de Miranda e Maria Rosália de Miranda	
António Maria Vieira	17	Sabia escrever Mercantel	17-09-1912 Pará nº 2251	António Maria Vieira e Rosa Joana Afonso	
António Marques Henriques cº	40	NSE Jornaleiro	20-12-1912 Brasil nº 1461	António Marques e Ana Ferreira	
António Rebelo cº	36	NSE Pescador	16-12-1912 Brasil nº 1432	André José Rebelo e Mariana da Silva	
Augusto José de Pinho Selinho	21	Sabia escrever Pescador	08-08-1912 Pará nº 1621	Manuel João de Pinho e Maria José de Oliveira	
Basílio Maria Pereira	14	Sabia escrever Serralheiro	18-09-1912 Pará nº 2258	Lázaro José Pereira e Maria Joaquina	
Bernardino Maria Vaz	13	Sabia escrever Marítimo	23-09-1912 Pará nº 2249	Manuel Joaquim Vaz e Maria Rosália Barbosa	
Carlos Augusto da Silva cº	26	Sabia escrever Pescador	28-02-1912 Pará nº 2095	Domingos Luís da Silva e Maria Rosália da Cunha	
Carlos Augusto Rodrigues de Ascensão cº	20	Sabia escrever Mercantel	17-09-1912 Pará nº 2247	Francisco António Rodrigues de Ascensão e Maria José Gonçalves Vieira	
Carlos Augusto Tavares	16	NSE Pescador	08-06-1912 Pará nº 1002	Valentim Caetano Tavares e Ana Joaquina da Costa	
Domingos António Pereira	26	NSE Pescador	17-08-1912 Pará nº 1748	José Maria Pereira e Maria Luísa da Cruz	

Domingos José de Matos Caravela, cº	58	NSE Pescador	29-05-1912 Pará nº 867	Ana Maria sª	
Domingos José Marques cº	26	Sabia escrever Marítimo	11-01-1912 Pará nº 1521	Constantino Marques e Maria José Nunes Pereira	
Domingos Luís Cascais	16	Sabia escrever Alfaiate	03-02-1912 Pará nº 1762	Joaquim Manuel Cascais e Maria José da Silva	
Domingos Luís de Oliveira cº	33	NSE Pescador	17-02-1912 Pará nº 1895	Manuel José de Oliveira e Margarida de Oliveira	
Domingos Manuel de Matos Caravela, cº	25	NSE Pescador	19-12-1912 Brasil nº 1457	António de Matos Caravela e Maria Joaquina	
Francisco António da Silva cº	27	NSE Marítimo	04-10-1912 Manaus nº 172	José Maria da Silva e Teresa Antónia	
Francisco António Nunes Pereira, vº	39	NSE Pescador	11-11-1912 Brasil nº 936	Francisco Nunes Pereira e Maria Josefa da Silva	
Francisco Augusto Neno	16	Sabia escrever Pescador	19-11-1912 Brasil nº 1066	Luís António Neno e Joana Rosa	
Francisco Maria	21	NSE Lavrador	02-10-1912 Pará nº 122	Manuel Joaquim Afonso Lopes e Maria Rosa Tavares	
Francisco Maria Pereira	16	NSE Pescador	16-07-1912 Pará nº 1392	Miguel José Pereira e Ana Teresa	
Francisco Maria Rendeiro	18	NSE Mercantel	06-01-1912 Pará nº 1470	António Lourenço Fernandes Rendeiro e Maria José	

Francisco Tomé Rebelo	20	Sabia escrever Comerciante	10-01-1912 Manaus nº 1506	Filipe Joaquim Rebelo e Maria de Ascensão Fonseca	
Gaspar José Esteves cº	34	NSE Pescador	01-07-1912 Pará nº 1207	Domingos Luís Esteves e Maria Joaquina Nena	
Germana do Carmo cª	25	NSE Doméstica	08-11-1912 Brasil nº 905	Joaquim Manuel Vigário e Ana Antónia Rendeiro	
Gonçalo António da Silva cº	27	Sabia escrever Pescador	02-10-1912 Pará nº 127	Francisco António da Silva e Aria Ana da Silva	
Gonçalo António Salgado, cº	30	NSE Pescador	23-12-1912 Brasil nº 1482	António Salgado e Maria Rita de Sousa	
Gonçalo Augusto	17	NSE Moliceiro	13-04-1912 Pará nº 310	António Joaquim Pereira e Maria Rosália	
Gonçalo Francisco Fernandes Rendeiro, cº	48	Sabia escrever Mercantel	22-03-1912 Pará nº 2407	Francisco Fernandes da Cunha e Maria Teresa	
Gonçalo Maria de Pinho	22	NSE Pescador	20-01-1912 Pará nº 1604	António Maria de Pinho e Maria Rosália Andrade	
Ildefonso Henriques Freire Lagoncha	21	Sabia escrever Padeiro	15-07-1912 Pará nº 1380	Agostinho José da Silva Freire Lagoncha e Ana Antónia	Irmão de João Carlos Freire Lagoncha
Jacinto José da Silva cº	41	NSE Moliceiro	22-06-1912 Pará nº 1033	Manuel Joaquim da Silva e Rita Arcângela da Cunha	
Jacinto Maria	20	Sabia escrever Carpinteiro	31-10-1912 Brasil nº 747	Bernardo Maria da Silva e Maria Custódia	

João Agostinho Barbosa cº	29	Sabia escrever Lavrador	22-05-1912 Pará nº 775	Manuel Joaquim Barbosa e Maria Luísa de Oliveira	
João Agostinho Soares Carinha, cº	21	Mercantel	26-12-1912 Brasil nº 1531	António Maria Soares Carinha e Maria Luísa Rebelo	
João Alberto Baptista	20	NSE Pescador	21-05-1912 Pará nº 759	Manuel Maria Baptista e Maria de Jesus Ferreirinha	
João António Fernandes Sardo	40	NSE Lavrador	29-03-1912 Rio Grande do Sul nº 115	José Maria Fernandes Sardo e Teresa Maria Tavares da Cunha	
João António Pereira, cº	29	Sabia escrever Pescador	07-11-1912 Brasil nº 856	José Maria Pereira e Maria Luísa	
João Augusto de Freitas Guimarães	23	Sabia escrever Lavrador	26-04-1912 Pará nº 450	Anselmo Augusto de Freitas Guimarães e Maria José da Silva Reverendo	
João Augusto Nunes Branco cº	24	NSE Moliceiro	02-10-1912 Manaus nº 121	Manuel José Nunes Branco e Maria Emília	
João Carlos da Silva Reverendo cº	21	NSE Moliceiro	11-06-1912 Pará nº 1023	António da Silva Reverendo e Maria José Barbosa	
João Carlos Freire Lagoncha cº	20	Sabia escrever Alfaiate	29-10-192 Brasil nº 702	Agostinho José da Silva Freire Lagoncha e Ana Antónia	Irmão de Ildefonso Hº Freire Lagoncha
João Emílio	21	NSE Pescador	26-12-1912 Brasil nº 1532	Manuel Maria Acabou e Maria Rosália Valente de Almeida	

João José de Oliveira	18	NSE Moliceiro	27-07-1912 Pará nº 1497	João José de Oliveira e Rosa Joana Vieira	
João Luís da Costa, cº	35	NSE Pescador	29-08-1912 Pará nº 1908	José Maria da Costa e Maria José	
João Maria	21	NSE Pescador	29-10-1912 Brasil nº 714	José de Oliveira e Apolónia Rosa	
João Maria da Silva	35	NSE Pescador	29-10-1912 Brasil nº 712	João Bernardo da Silva e Mariana da Silva	
João Maria de Matos cº	38	NSE Marítimo	23-05-1912 Pará nº 795	Gaudêncio José de Matos e Maria José Pita	
João Maria de Oliveira	22	NSE Moliceiro	19-12-1912 Brasil nº 1456	Jacinto José de Oliveira e Ana Rosa	
João Maria de Oliveira Santos	24	NSE Lavrador	11-01-1912 Pará nº 1623	André de Oliveira Santos e Emilia Luísa	
João Maria Fernandes de Matos, cº	44	Sabia escrever Pescador	12-11-1912 Brasil nº 948	João Pedro Fernandes de Matos e Maria Rosália	
João Maria Fernandes Rendeiro	20	Sabia escrever Moliceiro	27-05-1912 Pará nº 843	Gonçalo Maria Fernandes Rendeiro e Domingas Antónia	
João Maria Pereira	12	Estudante	28-12-1912 Brasil nº 1554	Lázaro José Pereira e Maria Joaquina	
João Maria Pereira de Resende, cº	29	Sabia escrever Funileiro	04-11-1912 Brasil nº 803	Feliciano José Pereira de Resende e Isabel Caetana	
João Maria Rebelo cº	26	Sabia escrever Pescador	05-11-1912 Brasil nº 822	Francisco Maria Rebelo e Rosa Joaquina	

João Maria Soares cº	34	NSE Moliceiro	10-08-1912 Pará n° 1662	Manuel Lourenço Soares e Maria Joaquina de Oliveira	
João Pedro Tavares, cº	47	Sabia escrever Lavrador	22-10-1912 Brasil n° 568	Gonçalo Tavares da Silva e Isabel Maria	
Joaquim António Tavares Gravato	21	Sabia escrever Empregado comercial	14-10-1912 Brasil n° 368	Domingos José da Silva Gravato e Isabel Maria Tavares	
Joaquim José Eusébio de Pinho	12	Sabia escrever Marítimo	13-11-1912 Brasil n° 980	Manuel José Eusébio de Pinho e Maria José	
Joaquim Maria da Silva cº	28	Sabia escrever Carpinteiro	11-05-1912 Pará n° 648	João Agostinho da Silva e Maria de Ascensão	
Joaquim Maria Esteves	21	NSE Lavrador	07-11-1912 Brasil n° 850	José António Esteves e Rosa Antónia	
Joaquim Maria Marques	20	Sabia escrever Caixeiro	24-12-1912 Brasil n° 1514	Manuel Luís Marques e Isabel Bernarda da Silva	
Joaquim Maria Marques	32	Sabia escrever Negociante	20-12-1912 Brasil n° 1462	Manuel Joaquim da Silva Neno e Maria Felizarda da Silva	
Joaquim Maria Ruela	18	Sabia escrever Estudante	11-04-1912 Pará n° 255	Gaudêncio José Fernandes Ruela e Maria Joaquina	
Joaquim Maria Tavares	17	Sabia escrever Pescador	17-06-1912 Pará n° 1064	Manuel Francisco Lopes e Ana Bernarda	
José Agostinho Fernandes Rendeiro	25	NSE Pescador	12-10-1912 Brasil n° 340	Domingos José Fernandes Rendeiro e Rosália Maria	

José António da Cunha Félix	18	Sabia escrever Pescador	11-11-1912 Brasil nº 942	João Bernardo da Cunha e Rosália Maria da Silva	
José António Ruela	21	Sabia escrever Pescador	02-01-1912 Pará nº 1401	Agostinho Maria Ruela e Maria Rosália	
José Augusto Gonçalves cº	36	NSE Moliceiro	30-12-1912 Brasil nº 1577	João José Gonçalves e Maria Rita	
José do Céu Vieira, cº	25	NSE Pescador	11-09-1912 Santos nº 2148	José Maria Vieira e Ana José	
José Francisco Ligeiro	21	Sabia escrever Carpinteiro	02-01-1912 Pará nº 1600	Manuel João Amador Ligeiro e Maria Joaquina da Silva	
José Maria Barroqueiro cº	22	Sabia escrever Moliceiro	17-09-1912 Manaus nº 2248	José Manuel Barroqueiro e Ana Teresa	
José Maria da Costa Júnior	25	Sabia escrever Pintor	23-09-1912 Pará nº 2257	Venâncio Joana	
José Maria da Cunha cº	32	Moliceiro	26-08-1912 Pará nº 1867	José António da Cunha e Eufémia Maria da Silva	
José Maria da Silva	27	NSE Pescador	03-02-1912 Pará nº 1750	Manuel Maria da Silva e Maria Augusta	
José Maria da Silva Portugal cº	34	Sabia escrever Alfaiate	27-09-1912 Pará nº 33	Miguel Maria da Silva Portugal e Domingas Rosária de Oliveira	
José Maria de Matos Caravela cº	36	Sabia escrever Pescador	03-02-1912 Pará nº 1752	Manuel Pedro Tavares de Matos e Maria de Ascensão	

José Maria Ferreira inho	20	Sabia escrever Pescador	05-11-1912 Brasil nº 820	Manuel Augusto Ferreirinho e Ana Emilia	
José Maria Henrique s	25	Sabia escrever Carpinteiro	11-01-1912 Pará nº 1524	José Luís Henriques e Maria Augusta da Silva	
José Maria Rendeiro cº	42	Comerciante	21-02-1912 Pará nº 1941	Manuel José da Silva Rendeiro e Luísa Maria Amador	
José Manuel Leandro	20	NSE Pescador	03-06-1912 Pará nº 907	José Manuel de Oliveira Leandro e Ana Luísa Vaz	
José Maria Rodrigues Pardal	23	NSE Marítimo	15-06-1912 Pará nº 1059	Vicente Ferreira Rodrigues Pardal e Maria do Carmo	
Júlio da Silva Saldida	20	NSE Moliceiro	04-12-1912 Brasil nº 1246	João Maria da Silva Saldida e Maria Joana Tavares	
Júlio de Jesus Barbosa	21	NSE Moliceiro	27-05-1912 Pará nº 844	Manuel Joaquim Barbosa e Rosa de Jesus	
Júlio Salgado	20	NSE Pescador	27-12-1912 Brasil nº 1545	António Salgado e Rita Prezada	
Juventino Fernandes Rendeiro	15	Estudante	13-11-1912 Brasil nº 977	Manuel Francisco Fernandes Rendeiro e Rosa de Jesus	
Lourenço José Vieira cº	34	NSE Pescador	10-07-1912 Pará nº 1326	António Manuel Vieira e Maria José Paiva	
Manuel Agostinho da Silva Barbosa	21	NSE Pescador	10-07-1912 Pará nº 1325	Manuel João da Silva Barbosa e Maria Rosa Reverenda	

Manuel Augusto Vaz cº	33	NSE Pescador	13-09-1912 Manaus nº 2183	Manuel José Vaz Pisco e Clemência Rosa	
Manuel Caetano Rodrigues Pardal cº	33	NSE Pescador	12-03-1912 Pará nº 2275	Venâncio António Rodrigues Pardal e Maria Delfina Rodrigues da Silva	
Manuel Fernandes de Oliveira cº	26	Sabia escrever Calafate	29-02-1912 Pará nº 2100	Agostinho Fernandes de Oliveira e Maria José Henriques	Irmão de Abílio Fernandes de Oliveira
Manuel João de Campos	18	Sabia escrever Moliceiro	28-10-1912 Brasil nº 693	David José de Campos e Isabel Maria	
Manuel Joaquim Fernandes cº	34	NSE Pescador	21-06-1912 Pará nº 1115	Francisco Joaquim Fernandes e Teresa Maria da Silva	
Manuel Joaquim Fernandes Tavares	12	Sabia escrever Estudante	12-03-1912 Pará nº 2272	Manuel Maria Fernandes Tavares e Maria do Céu	
Manuel Joaquim Soares cº	45	NSE Pescador	19-09-1912 Pará nº 2277	Domingos António Soares e Apolónia Rosa de Matos	
Manuel José da Silva Adrião	24	NSE Mercantel	25-01-1912 Pará nº 1638	Manuel José da Silva e Maria Rosália	
Manuel José da Silva Pita, cº <u>Filho:</u> João Carlos	40	Sabia escrever Pescador	05-02-1912 Pará nº 1766	David José da Silva Pita e Maria Ana	
Manuel José de Oliveira	25	NSE Moliceiro	27-05-1912 Pará nº 842	Jacinto José de Oliveira e Ana Joaquina da Silva	

Manuel José de Oliveira	36	Sabia escrever Carpinteiro	04-05-1912 Manaus nº 521	Manuel José Afonso de Oliveira e Maria Lourença Barbosa	
Manuel José Marques cº	43	Sabia escrever Negociante	11-09-1912 Pará nº 2136	José Joaquim da Cruz e Maria Francisca Marques	
Manuel José Padinha	28	Sabia escrever Pescador	17-09-1912 Pará nº 2250	António Joaquim da Silva e Teresa Maria	
Manuel José Soares Belo cº	32	Sabia escrever Empregado público	19-09-1912 S. Paulo nº 2273	Agostinho José Soares Belo e Francisca Joaquina	
Manuel José Tavares cº	35	Sabia escrever Alfaiate	19-08-1912 Rio de Janeiro nº 1765	Manuel Luís Tavares da Silva e Ana Antónia Vieira	
Manuel José Tavares de Sousa	20	NSE Lavrador	26-11-1912 Brasil nº 1179	Manuel José Tavares de Sousa e Maria José Tavares	
Manuel Luís da Cunha Félix	22	Sabia escrever Pescador	11-11-1912 Brasil nº 941	Manuel Joaquim da Cunha e Ludovina Rosa	
Manuel Luís Tavares Sabino cº	26	NSE Pescador	11-06-1912 Pará nº 1027	Manuel José Sabino e Maria Rosália da Silva	
Manuel Maria da Cunha	21	Sabia escrever Pescador	17-08-1912 Pará nº 1750	José Bernardo da Cunha e Rosália Maria da Silva	
Manuel Maria da Cunha cº	39	NSE Pescador	11-09-1912 Pará nº 2145	João Pedro da Cunha e Apolónia Maria de Matos	
Manuel Maria da Silva cº	24	NSE Pescador	20-01-1912 Pará nº 1605	Lázaro da Silva de Oliveira e Ana Francisca	

Manuel Maria dos Santos Coimbra	20	Sabia escrever Alfaiate	08-08-1912 Pará nº 1619	Joaquim Maria dos Santos e Ana Rosa Teixeira	
Manuel Maria Nunes cº	20	Sabia escrever Marítimo	12-10-1912 Brasil nº 349	José Maria Nunes da Silva e Maria de Jesus	
Manuel Maria Tavares	24	NSE Pescador	15-06-1912 Pará nº 1058	Joaquim Maria Tavares e Maria Antónia	
Maria das Dores ou Maria das Dores de Almeida <u>Filho:</u> António <u>Filha:</u> Aurora	26 5 3	Sabia escrever Doméstica	29-05-1912 Rio de Janeiro nº 868	António Fernandes Amaro e Ana Valente Amaro	
Maria de Jesus cº <u>Filha:</u> Maria da Ascensão <u>Filho:</u> José	30 10 7	NSE Doméstica	28-05-1912 Pará nº 865	António Joaquim da Silva e Ana Rosa da Silva	
Maria de Jesus cº <u>Filha:</u> Maria da Glória <u>Filha:</u> Maria dos Reis <u>Filho:</u> António Augusto	32 10 5 7m	Sabia escrever Doméstica	12-03-1912 Pará nº 2273	Agostinho António da Silva e Maria Rosália	
Mário Augusto da Silva	12	Estudante	11-01-1912 Pará nº 1518	João José da Silva (do Jerónimo) e Joana Maria Esteves da Cruz	
Mário Marques	18	Moliceiro	17-12-1912 Brasil nº 1436	João Maria Marques Felício e Joana Maria	
Miguel Afonso de Oliveira cº	27	Sabia escrever Moliceiro	03-04-1912 Pará nº 188	Pedro Afonso de Oliveira e Joana Maria	

Pedro José Conde	24	NSE Negociante	12-03-1912 Manaus nº 2271	Manuel José Conde e Ana Joaquina da Silva	
Pedro José da Silva, cº	44	NSE Pescador	12-06-1912 Pará nº 1032	José Manuel da Silva e Maria Luísa	
Porfírio Álvaro de Almeida	15	Sabia escrever Caixeiro	04-03-1912 Manaus nº 2166	Maria Guiomar	Vivia em Oliveira do Bairro
Rodrigo José da Cunha, cº <b>Criado:</b> Carlos da Silva	42 11	Sabia escrever Pescador	28-10-1912 Brasil nº 689	António Joaquim da Cunha e Ana Maria da Silva	
Silvério José de Matos cº	25	NSE Mercantel	23-05-1912 Pará nº 796	João José de Matos e Joana Maria	
Tibúrcio Soares Belo	45	Sabia escrever Marítimo	03-01-1912 Pará nº 1418	Manuel José Soares Belo e Rosa Valente de Almeida	

**PARDILHÓ**

<u>Nome</u> <u>e</u> <u>estado civil</u>	<u>Idade</u>	<u>Escolaridade</u> <u>e</u> <u>modo de vida</u>	<u>Data, destino</u> <u>e nº de</u> <u>passaporte</u>	<u>Filiação</u>	<u>Notas</u>
Adelino Valente	12	Sabia escrever Estudante	19-03-1912 Pará nº 2360	António Valente e Maria do Carmo	
Albano Ferreira da Silva cº	33	Sabia escrever Serralheiro	13-08-1912 Pará nº 1697	António Joaquim da Silva e Maria Albina Ferreira	
Albano Valente	30	NSE Lavrador	06-02-1912 Rio de Janeiro nº 1779	Manuel Valente Podão e Maria Rosa da Silva	
Alfredo de Almeida e Silva	13	Sabia escrever	02-10-1912 Rio de Janeiro nº 128	José Manuel da Silva e Ludovina Valente de Almeida	

Álvaro Nunes de Matos cº	22	Sabia escrever Carpinteiro	27-06-1912 Pará n° 1172	Francisco Nunes de Matos e Maria da Assumpção	
Amadeu Resende	21	Sabia escrever Trabalhador	14-09-1912 Rio de Janeiro n° 2207	António Valente da Silva e Maria Clara de Resende	
António da Silva cº	41	NSE Moliceiro	30-10-1912 Brasil n° 730	José da Silva de Bastos e Maria da Silva	
António Joaquim da Silva Amaro	31	Sabia escrever Marítimo	16-07-1912 Pará n° 1390	António Joaquim da Silva Amaro e Ana Rosa da Silva	
António Maria Nunes Valente cº	35	NSE Lavrador	27-11-1912 Brasil n° 1183	Manuel Bernardo Valente de Oliveira e Antónia Maria Nunes	
António Rodrigues Rilho	15	Sabia escrever Carpinteiro	13-11-1912 Brasil n° 960	José António Rilho e Maria da Silva de Matos	
António Valente Neto cº	27	Lavrador	13-12-1912 Brasil n° 1360	José Maria Valente Neto e Maria da Silva de Pinho	
António Valente Pereira Rosa cº	25	Sabia escrever Carpinteiro	05-06-1912 Rio de Janeiro n° 930	António Valente Pereira Rosa e Ana Valente	
Arcêncio da Silva	31	NSE Carpinteiro	02-11-1912 Brasil n° 783	José Maria da Silva Saleiro e Ana Rosa de Oliveira Maia	
Artur Lopes dos Santos, cº	46	NSE Alfaiate	03-10-1912 Pará n° 139	Bento da Fonseca e Rosa Lopes	

Bento Lopes da Fonseca	22	Sabia escrever Carpinteiro	08-10-1912 Rio de Janeiro nº 245	Francisco Maria da Fonseca e Maria Albina de Oliveira	
Claudio Nunes Pereira	21	NSE Lavrador	04-11-1912 Brasil nº 802	Manuel Nunes Pereira e Ana Rosa Valente de Almeida	
David Resende	14	Sabia escrever Serralheiro	21-09-1912 Rio de Janeiro nº 2329	António Joaquim Valente da Silva e Maria Rosa de Resende	
Domingos da Silva Marques cº	34	NSE Carpinteiro	20-08-1912 Rio de Janeiro nº 1791	José Maria da Silva e Ana Rosa Marques	
Francisco de Resende	13	Sabia escrever Estudante	12-04-1912 Pará nº 283	Miguel de Resende e Maria Valente de Almeida	
Francisco Esteves da Silva	30	Lavrador	14-12-1912 Brasil nº 1398	José da Silva de Matos e Maria Esteves dos Santos	
Frederico da Silva Amaro	24	Sabia escrever Carpinteiro	14-02-1912 Pará nº 1827	António Joaquim da Silva Amaro e Ana Rosa da Silva Vigueira	
Glória Assunção Pereira ou Glória Pereira cª	30	NSE Doméstica	17-02-1912 Pará nº 1900	Maria Rosa Pereira, sª	
<u>Filha:</u> Maria	5				
Guilherme de Matos cº	34	Sabia escrever Carpinteiro	04-01-1912 Rio de Janeiro nº 1435	José Bernardo de Matos e Rosa da Silva	
João Maria da Silva Vigário	13	Estudante	03-10-1912 Pará nº 154	José Luís da Silva Vigário e Custódia Maria de Matos Dias	

Joaquim da Silva Godinho	25	NSE Carpinteiro	15-04-1912 Pará nº 322	José da Silva Godinho e Joana da Silva	
Joaquim Ferreira Valente	21	Sabia escrever Carpinteiro	28-02-1912 Pará nº 2097	Crispim Ferreira Couto e Maria Valente de Almeida	
Joaquim Lopes Valente	16	Sabia escrever Lavrador	22-01-1912 Manaus nº 1968	Serafim Lopes Valente e Ana Maria da Silva	
Joaquim Maria da Silva	26	NSE Lavrador	04-10-1912 Manaus nº 170	José Maria da Silva e Isabel Teixeira	Irmão de Manuel da Silva
Joaquim Maria da Silva cº	30	NSE Carpinteiro	01-10-1912 Pará nº 113	João Maria da Silva e Maria Caetana Esteves	
Joaquim Maria da Silva Afonso	15	NSE Ferreiro	15-08-1912 Pará nº 1714	Manuel António da Silva Valente e Maria José da Conceição	
Joaquim Maria de Matos cº	28	Sabia escrever Carpinteiro	17-01-1913 Rio de Janeiro nº 1575	António José de Matos e Maria Luísa	
Joaquim Maria Vaz	17	NSE Lavrador	03-01-1912 Manaus nº 1419	António Maria e Mariana Valente	
Joaquim Valente cº	31	NSE Moliceiro	13-07-1912 Manaus nº 1370	Manuel Valente e Maria Valente	
José Bento Pereira Tavares	19	Sabia escrever Caixeiro	09-01-1912 Pará nº 1496	José da Silva Pereira Tavares e Maria Esteves	
José da Silva Godinho cº	20	NSE Lavrador	15-04-1912 Pará nº 334	Manuel da Silva Godinho e Caetana Esteves	
José Lopes Ramos cº	29	Sabia escrever carpinteiro	28-10-1912 Brasil nº 692	Ivo Lopes Ramos e Teresa Lopes Resende	
José Maria Fonseca cº	55	Sabia escrever Carpinteiro	11-01-1912 Pará nº 1616	Manuel da Fonseca Júnior e Maria Valente de Almeida	

José Maria Valente	23	Sabia escrever Ferreiro	22-11-1912 Brasil nº 1115	Manuel Joaquim Valente e Maria Rosália Pereira	
Júlio Lopes da Silva	14	Sabia escrever Estudante	11-03-1912 Pará nº 2259	Manuel António Lopes da Silva e Maria Isabel Valente de Almeida	
Manuel António da Fonseca	18	Sabia escrever Alfaiate	08-10-1912 Rio de Janeiro nº 242	Francisco Maria da Fonseca e Albina de Oliveira	
Manuel da Silva	21	NSE Lavrador	04-10-1912 Manaus nº 171	José Maria da Silva e Isabel Teixeira	Irmão de Joaquim Maria da Silva
Manuel Lopes dos Santos	21	Sabia escrever Carpinteiro	08-10-1912 Rio de Janeiro nº 243	António Joaquim Lopes dos Santos e Engrácia Ferreira	
Manuel Maria de Pinho cº	25	NSE Marítimo	19-11-1912 Brasil nº 1064	António de Pinho e Maria Joana Valente de Almeida	
Manuel Maria de Pinho	27	NSE Lavrador	24-12-1912 Brasil nº 1509	Francisco de Pinho e Clara Pereira	
Manuel Maria Pereira <u>Esposa:</u> Maria Joana	31 20	NSE Moliceiro	17-02-1912 Pará nº 1898	Joaquim Maria Pereira Valente e Joana da Silva Pereira	
Manuel Maria Vaz Pinto cº	31	Sabia escrever Carpinteiro	05-07-1912 Pará nº 1284	Manuel Vaz Pinto e Maria de Jesus Pereira Valente	
Manuel Resende cº	32	Sabia escrever Alfaiate	06-02-1912 Rio de Janeiro nº 1778	Fernando Luís de Resende e Ana Luísa Valente	

Manuel Rodrigues	13	Sabia escrever Estudante	22-02-1912 Pará nº 1955	Manuel José Rodrigues e Maria da Ascensão	
Manuel Valente de Almeida cº	23	Sabia escrever Carpinteiro	04-09-1912 Rio de Janeiro nº 1996	José Valente de Almeida e Maria Valente de Matos Passoeira	
Manuel Valente Godinho	21	NSE Carpinteiro	25-07-1912 Pará nº 1148	Francisco Valente de Almeida e Maria Caetana Pereira	
Salvador de Oliveira Rilho cº	32	NSE Marítimo	22-10-1912 Brasil nº 561	António de Oliveira Rilho e Ana Joaquina da Silva Ferreira	

## SALREU

Nome e estado civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e nº de passaporte	Filiação	Notas
Abel Augusto da Costa <u>Esposa:</u> Custódia da Silva e Costa	43 45	Sabia escrever Carpinteiro  Sabia escrever	27-08-1912 Pará nº 1885	José Luís da Costa Lavoura e Joana Maria de Freitas	
Aniceto dos Anjos	23	Sabia escrever Sapateiro	12-04-1912 Pará nº 285	Albino dos Anjos e Luísa Bandeira	
António Afonso dos Anjos	25	Sabia escrever Lavrador	18-0-1912 Pará nº 1579	Manuel Afonso Casquino e Mariana da Conceição	Irmão de Joaquim Afonso
António Bandeira Júnior	25	Sabia escrever Lavrador	02-04-1912 Rio de Janeiro nº 174	António Joaquim Bandeira Júnior e Ana Rosa Tavares	

António Correia Bessa	26	NSE Jornaleiro	17-04-1912 Rio de Janeiro nº 353	Rita Correia de Bessa	
António da Silva	28	NSE Jornaleiro	17-08-1912 Pará nº 1759	Joaquim da Silva e Maria Rosa da Silva	
António Joaquim Marques Mirco cº	41	NSE Barqueiro	04-05-1912 Pará nº 547	Manuel Marques Mirco e Rosa Pereira	
António Maria Alves, cº	31	NSE Jornaleiro	07-05-1912 Santos nº 592	Francisco Alves e Antónia Rodrigues	
António Maria Fernandes	30	Sabia escrever Lavrador	20-04-1912 Pará nº 384	António Fernandes e Maria Isménia Marques	
António Maria Marques Aleixo	32	Sabia escrever Lavrador	22-03-1912 Manaus nº 2402	Francisco Marques Aleixo e Ana da Fonseca	
Beatriz Nunes cª <u>Filho:</u> Adelino <u>Filho:</u> Teófilo	25 4 2	NSE Doméstica	11-10-1912 Brasil nº 291	Manuel Rodrigues Monteiro e Maria do Rosário Nunes	Irmã de José Rodrigues Monteiro
Benjamim Marques da Silva	27	Sabia escrever Carpinteiro	27-08-1912 Pará nº 1884	Francisco Marques da Silva e Maria Madalena da Costa	
Domingos Marques de Sousa, cº	43	NSE Lavrador	25-06-1912 Pará nº 1144	João Marques de Sousa e Margarida Ferreira	
Ernesto Ferreira Condeça	21	Sabia escrever Jornaleiro	19-11-1912 Brasil nº 1065	Feliciano Maria Ferreira Condeça	
Filipe Marques de Sousa	31	NSE Lavrador	27-06-1912 Pará nº 1174	José Marques de Sousa e Margarida Figueira	

Francisco António de Azevedo	45	NSE Trabalhador	29-01-1912 Pará nº 1672	Caetano António de Azevedo e Ana Rodrigues de Sousa	
Francisco Rodrigues de Oliveira	24	Sabia escrever Lavrador	25-03-1912 Pará nº 70	José Rodrigues de Oliveira e Maria Rodrigues do Carmo	Irmão de José Rodrigues de Oliveira
João Maria de Gouveia cº	38	Alfaiate	12-12-1912 Brasil nº 1343	António Caetano de Gouveia e Felícia Maria Ferreira	
João Rodrigues Garrido cº	26	Sabia escrever Lavrador	08-11-1912 Brasil nº 911	Francisco Rodrigues Garrido e Ana Figueira	
Joaquim Afonso	25	NSE Lavrador	18-0-1912 Pará nº 1578	Manuel Afonso Casquino e Mariana da Conceição	Irmão de António A.º dos Anjos
Joaquim da Silva Moreira	25	Sabia escrever Lavrador	02-01-1912 Manaus nº 1398	João da Silva Moreira e Joaquina Marques	
Joaquim Maria Marques da Silva cº	27	NSE Moliceiro	04-12-1912 Brasil nº 1245	José Marques da Silva e Maria José de Oliveira	
Joaquim Marques de Sousa cº	36	NSE Jornaleiro	25-06-1912 Pará nº 1445	João Marques de Sousa e Margarida Figueira	
José de Almeida	20	NSE Jornaleiro	02-04-1912 Rio de Janeiro nº 175	José de Almeida e Ana de Jesus	
José de Oliveira	17	Sabia escrever Carpinteiro	03-12-1912 Brasil nº 1234	Joaquim de Oliveira e Maria José Vieira	

José Fortunato da Silva Vidal	21	Sabia escrever Proprietário	15-05-1912 Pará n° 696	Caetano Ferreira Vidal e Maria Augusta Vilhegas de Quadros Corte Real	
José Lopes Ramos	13	Sabia escrever Empregado no comércio	12-04-1912 Pará n° 284	Eduardo Lopes Ramos e Maria Tavares de Amorim	
José Maria Nunes	12	Estudante	31-10-1912 Brasil, n° 746	Ana Maria Nunes, sª	
José Rodrigues de Oliveira	25	Lavrador	25-03-1912 Pará n° 54	José Rodrigues de Oliveira e Maria Rodrigues do Carmo	Irmão de Francisco Rodrigues de Oliveira
José Rodrigues Monteiro sº <u>Filha:</u> Julieta da Piedade <u>Filha:</u> Laura da Piedade	33 6 3	Sabia escrever Empregado no comércio	11-10-1912 Brasil n° 290	Manuel Rodrigues e Maria do Rosário Nunes	Irmão de Beatriz Nunes
Manuel Afonso da Silva	21	NSE Lavrador	12-11-1912 Brasil n° 954	Joaquim Afonso da Silva e Ana Rosa da Fonseca	
Manuel de Oliveira e Silva	15	Estudante	12-12-1912 Brasil n° 1342	João da Silva e Maria de Oliveira	
Manuel Maria	12	Estudante	10-10-1912 Brasil n° 272	João Rodrigues e Rosa da Silva Chanfrante	
Manuel Maria Rodrigues Varum	32	NSE Lavrador	20-08-1912 Rio de Janeiro n° 1797	José Rodrigues Varum e Ana Soares	
Manuel Maria Tavares	21	Sabia escrever Jornaleiro	24-10-1912 Brasil n° 617	Manuel Bernardo Tavares e Maria de Oliveira	

Manuel Pereira Saramago	36	Sabia escrever Lavrador	17-09-1912 Rio Grande do Sul nº 2249	Joaquim Pereira Saramago e Maria Marques dos Anjos	
Manuel Rodrigues Valente	21	Sabia escrever Carpinteiro	27-08-1912 Pará nº 1882	José Rodrigues Valente e Maria do Carmo Marques	
Maria da Assumpção	26	NSE Doméstica	05-06-1912 Manaus nº 938	José de Almeida E Ana de Jesus	

## VEIROS

Nome e estado civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e nº de passaporte	Filiação	Notas
Agostinho José da Silva cº	24	Sabia escrever Lavrador	24-07-1912 Pará nº 1453	José Maria da Silva e Albina Rosa Tavares	
Agostinho José Tavares de Sousa cº	25	Sabia escrever Lavrador	07-05-1912 América do Norte nº 575	José Bernardo Tavares de Sousa e Ana Joaquina da Silva Garganta	
Alfredo Afonso	22	Sabia escrever Carpinteiro	05-08-1912 Pará nº 1573	Agostinho Maria Afonso Antão e Teresa de Jesus	
Alfredo da Silva Pais	17	Sabia escrever Empregado no comércio	12-03-1912 Manaus nº 2277	Joaquim Maria da Silva Pais e Joaquina Felizarda da Silva	
Alípio Rodrigues de Oliveira	16	NSE Lavrador	08-07-1912 América do Norte nº 1310	Domingos José de Oliveira e Maria Caetana Rodrigues de Oliveira	
Américo Henrique Lagoeiro	18	Sabia escrever Lavrador	12-03-1912 Pará nº 2276	Joaquim Lagoeiro e Maria do Carmo Henriques	

António Augusto cº	22	Sabia escrever Empregado no comércio	15-10-1912 Brasil nº 395	Maria Antónia da Fonseca, sª	
António Augusto Marques Pires	15	Sabia escrever Lavrador	01-05-1912 América do Norte nº 496	João José Marques Pires e Maria Augusta da Silva	
António Augusto Rodrigues dos Santos	16	NSE Lavrador	01-05-1912 América do Norte nº 495	João Rodrigues dos Santos e Maria Caetana de Oliveira	
António Fernandes da Fonseca <u>Esposa:</u> Emilia da Silva <u>Filha:</u> Maria Custódia	33 30 6	Sabia escrever Alfaiate Sabia escrever	12-02-1912 Pará nº 1817	Manuel José da Fonseca e Maria Custódia da Silva	
António José da Fonseca	31	NSE Lavrador	25-05-1912 América do Norte nº 829	Manuel José da Fonseca e maria João Vaz Pereira	
António Maria cº	23	Sabia escrever Jornaleiro	17-10-1912 Brasil nº 415	Gonçalo Maria Alves e Maria João Ferreira	
Artur Marques Fernandes	19	Sabia escrever Comerciante	15-07-1912 Manaus nº 1385	José Maria Marques Fernandes e Ana Joaquina Marques Fernandes	
Carlos Ferreira da Silva	18	Sabia escrever Tipógrafo	09-11-1912 Brasil nº 924	João Maria Ferreira da Silva e Teresa Pereira de Sousa	
Gonçalo Maria	22	Sabia escrever Lavrador	11-03-1912 Rio de Janeiro nº 2256	Manuel João da Silva Garganta e Margarida Marques Valente	

João Agostinho da Fonseca cº	41	NSE Marítimo	18-06-1912 América do Norte nº 1093	Manuel José da Fonseca e Maria João Vaz Pereira	
João Augusto da Silva Rocha cº	21	NSE Carpinteiro	22-11-1912 Brasil nº 1121	Joaquim Maria da Silva Rocha e Ana Maria Nunes	
João Augusto Nunes de Sousa	20	Sabia escrever Lavrador	27-08-1912 América do Norte nº 1878	José Bernardo Nunes de Sousa e Ana Joaquina da Silva Garganta	
João de Oliveira	29	Sabia escrever Carpinteiro	20-05-1912 Ceará nº 730	Gonçalo Maria de Oliveira e Maria Beatriz da Silva	
João Maria Marques cº	33	NSE Pintor	29-07-1912 Pará nº 1515	Manuel Maria Marques e Ana Maria da Silva	
Joaquim Ferreira Martins	13	Estudante	12-12-1912 Brasil nº 1341	Manuel Maria Ferreira Seitil e Maria José Tavares Martins	
Joaquim Maria Pereira de Sousa	23	NSE Lavrador	01-05-1912 América do Norte nº 494	Domingos José Pereira de Sousa e Domingas Tavares de Sousa	
José António Gonçalves	24	NSE	10-12-1912 América do Norte nº 1315	António José Gonçalves e Maria Joaquina da Silva Bandeira	
José Maria da Silva cº	28	NSE Carpinteiro	30-09-1912 Pará nº 86	Manuel José da Silva e Maria José de Oliveira	
José Maria Dias cº	34	NSE Lavrador	25-05-1912 América do Norte nº 828	João António Dias e Teresa João Marques Couto	

José Maria Nunes Guiomar cº	23	NSE Carpinteiro	29-07-1912 Pará nº 1513	João Luís Nunes Guiomar e Rosa de Mota	
José Maria Valente da Fonseca	19	Sabia escrever Lavrador	23-08-1912 Rio de Janeiro nº 1829	Manuel Joaquim Valente da Fonseca e Maria Agostinha Henriques	
Júlio Rodrigues Cosme	20	NSE Alfaiate	04-12-1912 Brasil nº 1247	António Lívio Rodrigues e Margarida da Silva	
Manuel Alípio da Fonseca	21	Sabia escrever	22-05-1912 Pará nº 776	Manuel Agostinho Tavares da Fonseca e Maria José Tavares de Sousa	
Manuel Joaquim Henriques da Silva Garganta	22	Sabia escrever Lavrador	27-08-1912 América do Norte nº 1886	Joaquim Maria Henriques da Silva Garganta e Maria Luísa Tavares de Sousa	
Manuel Joaquim Marques cº	48	NSE Lavrador	09-01-1912 Rio de Janeiro nº 1499	José Maria Caetano Marques e Maria Joana Rodrigues de Oliveira	
Manuel Maria da Silva	24	NSE Lavrador	06-12-1912 Brasil nº 1293	António Maria da Silva e Maria Teresa Rodrigues	
Maria Agostinha Henriques cª	25	NSE Lavradeira	03-07-1912 Rio de Janeiro nº 1221	José Maria Rodrigues de Oliveira e Ana Agostinha Henriques	
<u>Filha:</u> Olívia <u>Filho:</u> Cipriano	4 2				
Maria Agostinha Marques cª	33	NSE Lavradeira	21-03-1912 Pará nº 2376	Manuel da Silva Garganta e Rosália Marques	

Mateus de Andrade	21	NSE Mercantel	22-05-1912 Pará n° 777	Manuel António de Andrade e maria Augusta da Fonseca	
Maximino Pereira de Sousa	24	Sabia escrever Lavrador	01-05-1912 América do Norte n° 493	António José Pereira de Sousa e Maria Joaquina da Silva	
Narciso José da Silva	20	Sabia escrever Jornaleiro	01-05-1912 América do Norte n° 497	José Maria da Silva e Maria Joaquina da Silva	
Tomás Joaquim Soares cº	23	Sabia escrever Carpinteiro	29-07-1912 Pará n° 1514	Manuel Vicente Soares Justino e Maria Joaquina Henriques	

## Abreviaturas

A. <sup>so</sup> – Afonso	nº – número
c <sup>a</sup> / c <sup>o</sup> – casada /casado	NSE – não sabia escrever
H. <sup>es</sup> – Henriques	s <sup>o</sup> /s <sup>o</sup> - solteira / solteiro
M. <sup>a</sup> – Maria	V <sup>o</sup> - viúvo
M. <sup>es</sup> – Marques	

# NOS 30 ANOS DA FUNDAÇÃO SOLHEIRO MADUREIRA

Maria Amélia Fragoso\*

A Fundação Solheiro Madureira foi instituída por António Mota Godinho Madureira a 5 de dezembro de 1992 e o seu ato de constituição decorreu na Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira, na presença do governador civil de Aveiro Dr. Gilberto Parca Madail, dos presidentes das câmaras municipais de Estarreja e Murtosa, Dra. Maria de Lurdes Breu e Eng.º Augusto Leite, do bispo resignatário de Quelimane, D. Francisco Teixeira e do notário Dr. António do Amaral Marques<sup>1</sup>.

Os seus estatutos são publicados no *Diário da República, III série, n.º 21, de 26 de janeiro de 1993*.

1630	DIÁRIO DA REPÚBLICA - III SÉRIE	N.º 21 — 26-1-1993
		<b>CAPÍTULO IV</b>
		<b>Disposições finais e transitorias</b>
		<b>ARTIGO 13.</b>
	<p>O ato social da Junta de Agricultores com regardos ao seu direito e deveres, sempre que houver necessidade pelo presidente ou seu adjunto de realizar reuniões para a discussão ou a decisão de assuntos de significativa importância, com base no regime previsto no § 11.º do artigo 4.º, efetuará reuniões.</p> <p>A assembleia de agricultores considera-se constituída quando estiverem presentes os representantes do terço dos beneficiários.</p> <p>§ 5.º São as verificações quinzenais a hora marcada para a reunião, a assembleia de agricultores poderá reunir-se uma hora mais tarde, se assim o exigirem os representantes, ficando todos vinculados às deliberações levadas.</p> <p>§ 6.º As deliberações da assembleia de agricultores serão tomadas por maioria de votos dos beneficiários presentes ou remanescentes, não podendo votar, dispensado seu voto, em caso de empate, o voto de qualidade.</p> <p>§ 7.º As convocatórias da assembleia de agricultores, assim feitas, devem ser feitas com antecedência mínima de 10 dias para as reuniões ordinárias e de 15 dias para as reuniões extraordinárias.</p>	<b>ARTIGO 14.</b>
	<p>É vedado o que não se encontre expressamente previsto nestes estatutos, seja aplicada o disposto no Decreto Regulamentar n.º 36/82, de 12 de Novembro.</p>	<b>ARTIGO 15.</b>
	<p>Durante o prazo mencionado, os lugares de vogais da Junta de Agricultores do Morgado da Faz. serão desempenhados por: Carlos José Tavares Pires (Presidente), Damião Correia Cardoso (Vice-Presidente), António Mota Godinho Madureira (Secretário), César Mendes, 4.º 2.º, experiente, Loulé), Manuel Ventura Viegas (Porto da Tor, Coimbra), Manoel de Freitas Viegas (Sobrinho de Afonso, São Salvador, Loulé).</p> <p>(Candidatos elegíveis) — A Natura, Soledade Maria Pente de Oliveira, Loulé.</p>	<b>ARTIGO 16.</b>
	<p>Visa conforme ao original.</p> <p>Secretário Notarial de Loulé, 27 de Abril de 1992. — A Presidente. — António, António do Amaral Marques</p>	
		<b>FUNDAÇÃO SOLHEIRO MADUREIRA</b>
	<p>Cópia extracto da escritura lavrada no fl. 11 e fl. 11 V.º do Livro das Actas para efectuar o seu registo no número 95-A do Cartório Notarial de Estarreja:</p>	
	<p>Em Lisboa, dia 5 de Dezembro de 1992, na Rua de São Miguel, 100, n.º 12, sede da Junta de Agricultores, onde me encontrei para fazer este acto perante o presidente da Junta, António do Amaral Marques, redigiu-se o seguinte, composto a ontvangst do Dr. António Mota Godinho Madureira, sócio, natural da Freguesia e concelho de Silves e residente neste concelho, n.º 306, São Salvador.</p> <p>Verificou a identidade do outorgante pela exhibição de seu bilhete de identificação, n.º 12297532, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, em 1987.</p> <p>E por ele foi dito que pela mesma escritura instituiu nova fundação, nomeadamente a Fundação Solheiro Madureira, com sede na freguesia de Estarreja, concelho de Estarreja, distrito de Aveiro, a qual se registre pelos seguintes constantes do documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 1.º, que é a sua constituição, nomeadamente: fundação, sócio, diretor, sócio executivo, sócio administrador, sócio consultivo, sócio consultivo e auxiliar, cada integrar a correspondente disposição por que declarar cumprir perfeitamente o seu conteúdo.</p> <p>Fez-se saber ao Dr. António do Amaral Marques que o Dr. António do Amaral Marques, sócio, natural da Freguesia de Estarreja, n.º 306, São Salvador, residente no mesmo concelho, em 12 de Novembro de 1992, fez a sua escritura, no seu testemunho e no mesmo expedido (não a um conselho), em voz alta.</p> <p>(Assinatura digital) — O Notário, António do Amaral Marques.</p> <p>Documento comprovante elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 18.º do Código do Notariado, que faz parte da escritura lavrada hoje, fl. 11 do Livro 11 - 95-A.</p>	<b>Estatutos da Fundação Solheiro Madureira</b>
		<b>ARTIGO 17.</b>
	<p>As reuniões sobre o valor das quotas serão suspeitas para efeitos de Agrupamento, quando de 10 dias para o pagamento.</p> <p>§ 2.º As reuniões sobre o valor das quotas susceptíveis de suspensão, sendo efectuadas dentro do prazo acima mencionado, far-se-á, nas quotas regulares, a dedução do valor cobrado em excesso.</p> <p>§ 3.º No caso de não pagamento, haverá lugar ao pagamento de dízimo, salvo se o reclamante tiver dado lugar.</p>	<b>ARTIGO 18.</b>
	<p>As reuniões serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 19.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 20.</b>
		<b>ARTIGO 21.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 22.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 23.</b>
		<b>ARTIGO 24.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 25.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 26.</b>
		<b>ARTIGO 27.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 28.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 29.</b>
		<b>ARTIGO 30.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 31.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 32.</b>
		<b>ARTIGO 33.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 34.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 35.</b>
		<b>ARTIGO 36.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 37.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 38.</b>
		<b>ARTIGO 39.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 40.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 41.</b>
		<b>ARTIGO 42.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 43.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 44.</b>
		<b>ARTIGO 45.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 46.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 47.</b>
		<b>ARTIGO 48.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 49.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 50.</b>
		<b>ARTIGO 51.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 52.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 53.</b>
		<b>ARTIGO 54.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 55.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 56.</b>
		<b>ARTIGO 57.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 58.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 59.</b>
		<b>ARTIGO 60.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 61.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 62.</b>
		<b>ARTIGO 63.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 64.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 65.</b>
		<b>ARTIGO 66.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 67.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 68.</b>
		<b>ARTIGO 69.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 70.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 71.</b>
		<b>ARTIGO 72.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 73.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 74.</b>
		<b>ARTIGO 75.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 76.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 77.</b>
		<b>ARTIGO 78.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 79.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 80.</b>
		<b>ARTIGO 81.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 82.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 83.</b>
		<b>ARTIGO 84.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 85.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 86.</b>
		<b>ARTIGO 87.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 88.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 89.</b>
		<b>ARTIGO 90.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 91.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 92.</b>
		<b>ARTIGO 93.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 94.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 95.</b>
		<b>ARTIGO 96.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 97.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 98.</b>
		<b>ARTIGO 99.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 100.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 101.</b>
		<b>ARTIGO 102.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 103.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 104.</b>
		<b>ARTIGO 105.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 106.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 107.</b>
		<b>ARTIGO 108.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 109.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 110.</b>
		<b>ARTIGO 111.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 112.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 113.</b>
		<b>ARTIGO 114.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 115.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 116.</b>
		<b>ARTIGO 117.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 118.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 119.</b>
		<b>ARTIGO 120.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 121.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 122.</b>
		<b>ARTIGO 123.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques, emitidos por duas vagas de Junta.</p>	<b>ARTIGO 124.</b>
	<p>No pagamento das quotas e dízimos não podem ser pagadas despesas correntes, nem aquelas que se associem a elas, nem prenderem direta ou indiretamente ao funcionamento da associação, se exceptuarem despesas subvenções disponibilizadas por pessoas que de si distingue a vigorar e expressamente destinado a custear despesas daquela natureza.</p>	<b>ARTIGO 125.</b>
		<b>ARTIGO 126.</b>
	<p>As receitas serão disponibilizadas num qualquer instituição de crédito à ordem da Junta de Agricultores.</p> <p>§ 2.º Os lembretes de pagamento serão efectuados por meio de cheques</p>	

António Mota Godinho Madureira nasceu a 5 de dezembro de 1912, em Silves. Licenciou-se em Medicina Veterinária a 26 de agosto de 1935. Colocado em Melgaço, onde foi nomeado Inspetor Municipal de Sanidade Pecuária a 30 de abril de 1936. Aí conheceu D. Marieta Adelaide da Mota Solheiro, nascida a 27 de maio de 1912, em Melgaço, professora do 1.º Ciclo, com quem viria a casar.



*Marieta e António Madureira*

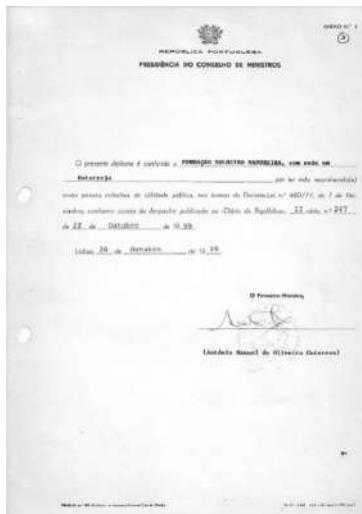
Devido à atividade profissional do médico veterinário, transferiram residência para Estarreja, onde o Dr. Madureira foi nomeado, em 20 de junho de 1936, Veterinário Municipal e, posteriormente, Inspetor Municipal de Sanidade Pecuária dos Concelhos de Estarreja e Murtosa. Manteve-se nestes dois concelhos por várias décadas, a acumular os cargos de Consultor da Nestlé e da fábrica de chocolates Favorita. Dotado de invulgar sensibilidade, rodeou-se de amigos e homens de grande cultura, que o ajudaram na seleção e recuperação das obras de arte que foi adquirindo, entre os quais, o Prémio Nobel da Medicina Prof. Dr. Egas Moniz, o pintor Fernando Martinez Rúbio, restaurador do Museu do Prado, o pintor e escritor (e também médico) João Carlos Celestino Gomes, o Ministro Cons.<sup>o</sup> Albino dos Reis, o administrador da Nestlé Johann Adolf Beck, o Dr. Henrique de Albuquerque Souto, o Dr. Manuel Figueiredo e os administradores da Companhia Portuguesa de Celulose Eng.<sup>o</sup> Vasco Quevedo Pessanha e Dr. António Ferreira de Almeida. A 24 de outubro de 1991, a Sociedade Portuguesa Veterinária de Artes e Letras atribuiu-lhe o título de Sócio Especial, o que aconteceu pela primeira vez na vida daquela instituição.



*Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira (fachada principal)*

Por morte de António Madureira, no dia 16 de março de 1996, a Fundação viria a ser a sua herdeira por testamento. Tem por principal objetivo a manutenção e conservação da Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira, cujo recheio é constituído por um conjunto de obras de arte que o fundador recolheu no decorrer da sua vida e que, com vista ao seu desenvolvimento cultural, coloca ao alcance das populações de Estarreja e Murtosa, exprimindo desta forma a sua gratidão por todas as atenções recebidas durante os longos anos da sua permanência nestes concelhos<sup>2</sup>.

A 21 de novembro de 1996, deu-se a primeira tomada de posse dos órgãos sociais. O reconhecimento da Fundação pelo Ministério da Administração Interna foi efetuado por despacho de 13 de fevereiro de 1997, sendo o mesmo publicado no Diário da República, II Série, n.º 68, de 21 de março do mesmo ano e retificado no Diário da República, II Série, n.º 112, de 15 de maio do mesmo ano. A Fundação viu a sua atividade reconhecida pela Presidência do Conselho de Ministros, ao ser-lhe atribuído o estatuto de Instituição de Utilidade Pública por despacho de 22 de outubro de 1999, publicado no Diário da República, II Série, n.º 247, de 26 de outubro de 1999, estatuto que tem vindo a ser renovado.



Reconhecimento da Fundação com o Estatuto de Instituição de Utilidade Pública por despacho de 22 de outubro de 1999

A Fundação é detentora de um vasto espólio museológico, cumprindo um dos objetivos do fundador, espólio este que está patente ao público na Casa-Museu, permitindo a qualquer pessoa, cidadão nacional ou estrangeiro, conhecer e apreciar o mesmo: *As obras de arte existem para serem vistas, para difundir conhecimentos, sentimentos nobres e despertar a imaginação. Por isso, desejável seria que os museus, que não querem ser sepulcros, fossem itinerantes, buscando quem os visse e não ficassem à espera de serem vistos*<sup>3</sup>. O visitante poderá encontrar nesta casa-museu peças que exprimem bem o gosto eclético do casal. Neste acervo merecem especial destaque o núcleo de pintura, que integra obras de Rivera, Didacus Calvert, Diogo Teixeira, Gregório Lopes, Josefa de Óbidos, Columbano Bordalo Pinheiro, Carlos Reis, Martinez Rúbio, João Carlos, José de Guimarães e Jorge Barradas, entre outros; o de arte sacra, composto maioritariamente por imaginária dos séculos XVI a XVIII; o de mobiliário português dos séculos XVIII e XIX e o de cerâmica, predominantemente portuguesa dos séculos XVII e XIX. Possui também ourivesaria, tapeçaria, cerâmica europeia e oriental e arte popular.

<sup>2</sup> Idem, Ibidem.

<sup>3</sup> Madureira, António (1990). Breve Monografia Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira.



Foto da esquerda: Adoração dos Magos, pintura primitiva portuguesa da primeira metade do séc. XVI por Diogo Teixeira. Foto da direita: Stª Luzia, pintura primitiva portuguesa, primeira metade do séc. XVI por Gregório Lopes



Foto da esquerda: Ceia de Cristo, quadro a óleo, no estilo bizantino por Martinez Rúbio. Foto da direita: Louvada Seja a Irmã Áqua, mosaico de vidro por J. Carlos

Todas as visitas são guiadas e começaram na Casa-Museu logo após a sua inauguração. Cada visitante é convidado a trabalhar o seu sentido de observação, descobrindo dessa forma algumas curiosidades do espaço ao longo da visita. Iniciam no hall de entrada, seguindo para o 1.º andar (quartos, escritório, Sala João Carlos e salão), terminando novamente no rés-do-chão na parte mais social da casa (sala de estar, sala de jantar e alpendre). Recebe por ano uma média de 400 visitantes. Neste número destacamos as escolas que nos visitam anualmente e as associações, não só para visitar mas também para desfrutar dos espaços verdes exteriores que a casa oferece. Ainda no âmbito das escolas, a Fundação tem dado apoio no desenvolvimento de vários projetos pedagógicos através de workshops, oficinas, espetáculos infantis, entre outros.



À esquerda: Grupo de Amigos de Aveiro que escolheu o espaço da Casa-Museu para encontro anual. À Direita: Visita guiada IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional de Aveiro

Ao longo destes 30 anos, muitas têm sido as visitas e as atividades desenvolvidas pela Fundação e em todas elas há sempre o cuidado de ir ao encontro do espírito e da história da vivência do casal. É de referir que, para todas estas iniciativas, a Fundação contou sempre com o apoio institucional dos municípios de Estarreja e da Murtosa.



À esquerda: Visita Escola Básica de S. Silvestre Murtosa. À direita: III Semana Estarreja Social 2015



Jornadas Europeias do Património (JEP) 2016 “Comunidades e Culturas” com a participação das instituições de terceira idade dos concelhos de Estarreja e Murtosa



Foto da esquerda: Oficina de Natal para crianças. Foto da direita: Atividade de fim de semana para crianças 2016 “Um dia de Festa com novos Amigos” com a participação da EB1 Pardilhó e Alcateia n.º2 (escuteiros)

Para além da sua exposição permanente, a Fundação tem organizado exposições temporárias e tem feito a cedência do espólio para exposições noutras instituições. Destacamos a última exposição temporária “João, Querido Amigo: Facetas de João Carlos Celestino Gomes, Ilustrador”, que esteve patente na Casa da Cultura em setembro de 2022. Através desta exposição, quis a Fundação homenagear a relação de amizade de longa data entre João Carlos e António Madureira, a qual justificou a criação de uma sala na Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira com o nome do amigo do casal. Também a exposição intitulada “Mulher” apresentou retratadas pela palavra e pela fotografia várias mulheres dos municípios de Estarreja e Murtosa, cujo contributo foi e tem sido fundamental para o crescimento das suas comunidades nas mais variadas vertentes.



Exposição “De Santo Padroeiro a Santo Popular” 2016 - Coleção de imagens de Santo António do pintor estarrejense José Mendonça com o apoio do Rotary Clube de Estarreja nos Paços do Município de Estarreja



Exposição “Presépios” 2017 de Delfim Manuel, patente ao público na Casa da Cultura de Estarreja



*Dia Internacional da Mulher 2020 - Exposição "M" dedicada às mulheres do concelho de Estarreja e Murtosa, patente ao público nos Paços do Município de Estarreja e Murtosa em simultâneo. Conversa com a Jornalista Maria João Ruela e com Maria de Lurdes Breu 1.º Presidente da Câmara Municipal de Estarreja após o 25 de Abril sobre os "Desafios e Dificuldades de ser Mulher"*



*Exposição João, Querido Amigo: Facetas de João Carlos Celestino Gomes, ilustrador patente na Casa da Cultura 2022*

Organizaram-se três jantares temáticos, na sala de jantar, revisitando os anos 40, 60 e 80, respetivamente. António e Marieta foram um casal que primava pela arte de bem receber. Reuniam “frequentemente à mesa, familiares e amigos em convívios, dias festivos ou prolongados e animados almoços”; com estes jantares pretendeu-se recriar esses convívios, sendo que os visitantes foram mesmo convidados a vestir-se de acordo com a época, bem como o espaço decorado segundo a mesma.

Relativamente ao jantar dos anos 40, esteve inserido na programação de três dias dedicados à Década de 40. O primeiro dia decorreu na COMUR Museu Municipal da Murtosa com a palestra “Economia e Política em Portugal na década de 40”. O segundo dia, no Cineteatro de Estarreja, foram convidados os alunos do 9.º ano ao 12.º ano dos Agrupamentos de Escolas de Estarreja e da Murtosa a participar numa conversa sobre História Mundial, com destaque para a figura de Aristides de Sousa Mendes “1.º Justo Português”, com a presença de António Moncada Sousa Mendes, neto do cônsul. O terceiro e último dia terminou com um jantar dedicado aos anos 40 e como prato principal foi escolhida a caldeirada de enguias, prato favorito do Dr. António Madureira.



“(Re)visitando os anos 40” Palestra “Panorama Social, Económico e Político dos Anos 40” pelo Prof. António Abreu Freire na COMUR Museu Municipal da Murtosa; Conversa com António Moncada Sousa Mendes neto de Aristides Sousa Mendes, no Cineteatro de Estarreja e Jantar anos 40 na Casa-Museu (2018)



*Jantar "Remember the 60' (2019)*



*Jantar "Back to the 80's (2022)*

A Fundação tem sempre uma particular preocupação em desenvolver atividades que envolvam a comunidade, as várias associações, entidades culturais, e aqui destaco o contributo dado ao longo dos anos pelo Clube de Poesia de Estarreja. Neste sentido, muitos têm sido os eventos inseridos nos dias comemorativos, tais como Dia Internacional dos Museus, Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, Jornadas Europeias do Património, Dia Internacional da Mulher. Decorreram workshops, oficinas de produtos tradicionais, nomeadamente rodilhas e maias, dando oportunidade aos participantes de trabalhar técnicas antigas e assim preservar o nosso património e a memória coletiva. Concertos intimistas, performance de poesia, espetáculos para crianças, atividades ao ar livre ou rally cultural são atividades que dão a oportunidade a quem participa de conhecer e valorizar espaços culturais dos concelhos de Estarreja e da Murtosa, além de trazerem uma dinâmica especial ao funcionamento da Casa-Museu.



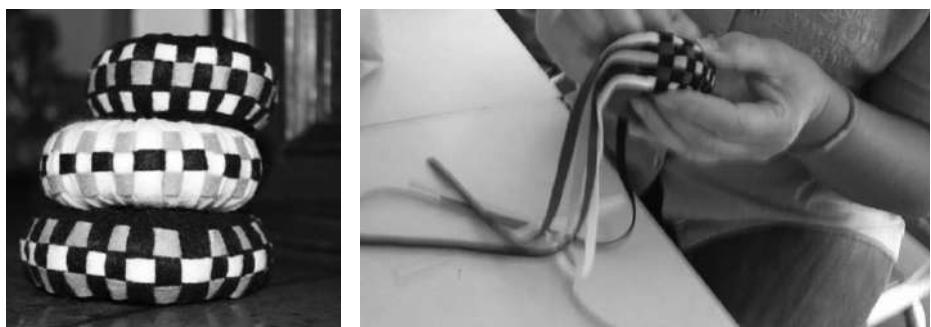
DIM 2014 (Dia Internacional dos Museus) - Concerto Comemorativo com a participação do Coro Santa Maria da Murtosa e Grupo Coral de Salreú nos Paços do Município da Murtosa



DIM 2015 Concerto Orquestral com a participação do Grupo Musical Bunheirense e Orquestra do Clube desportivo e cultural de Veiros no Cineteatro de Estarreja



JEP 2014 (Jornadas Europeias do Património) "Património Sempre Uma Descoberta", Pintura de proa de moliceiro com José Oliveira



JEP 2015 (Jornadas Europeias do Património) workshop de rodilhas



*Workshop de Maias 2015*



DIM 2017 - "Museus e Histórias Contestadas - Dizendo o indizível nos museus" Visita à Casa Museu, Percurso pela azulejaria do município de Estarreja e da Murtosa, Oficina de pintura em azulejo, Exposição de cerâmica e Azulejo "Uma história de Barro", de Fernando Jorge na COMUR Museu Municipal da Murtosa



DIMS 2017 (Dia Internacional dos Monumentos e Sítios) "Cozinhando a Tradição" Workshop de papas de Abóbora



*Conversas com Artistas – ESTAU 2017*



*Visita à Casa Museu do Rotary Club de Estarreja e Rotary Club da Murtosa no âmbito da Visita Oficial do Governador Distrital Rotário (VOG) 2016*



JEP 2017 "Património e Natureza- Pessoas Lugares e Histórias" - Oficina de escultura em esferovite com José Oliveira



Noite de Poesia "Espelho da casa", pelo Clube de Poesia de Estarreja 2017



*Performance de poesia, dança e música “Dar Corpo à Palavra” com a participação do Clube de Poesia de Estarreja e com os convidados Diogo Barros, João Fidalgo e Luis Travassos 2018*



*DIM 2018 e 2022 - I e II Rally Cultural “Entre Garças e Moliceiros”*



Foto da esquerda: Praça Francisco Barbosa (Estarreja) 2018. Foto da direita: Casa Museu Marieta Solheiro Madureira 2018



À esquerda: Casa-Museu Custódio Prato (Bunheiro) 2018. À direita: COMUR Museu Municipal da Murtosa 2018



Ribeira de Pardelhas 2018



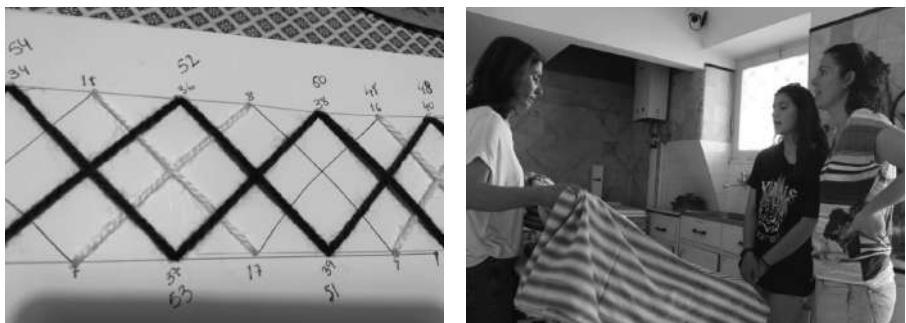
Praça Francisco Barbosa (Estarreja) 2022



COMUR Museu Municipal da Murtosa 2022



Moinho de Meias – Quinta do Marinheiro (Avanca) 2022



Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira 2022



Casa Museu Custódio Prato (Bunheiro) 2022



Foto da esquerda: DIIMS 2018 "Património de Geração para Geração". Foto da direita: Estaleiro Monte Branco (Torreira) 2022



Danças tradicionais e Dança dos Ditos, com o apoio do Rancho folclórico "As Tricaninhas do Antuã" e Miguel Valente no Largo do Mercado  
Estarreja



Danças tradicionais e Dança dos Ditos com o apoio do Rancho folclórico "Os Camponeses da Beira Ria" e José Caneira na Praça Jaime Afreixo Pardelhas, Murtosa



Dia Internacional da Mulher 2018 - Tertúlia "O Desafio de Ser Mulher" com a participação de Regina Bastos, Deputada na Assembleia da República e Catarina Resende, Professora Catedrática da Universidade de Coimbra



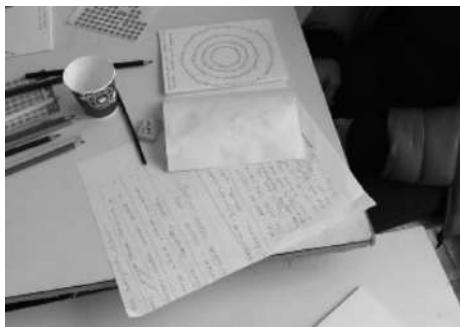
JEP 2018 "Partilhar Memórias" com a participação de Maria Arminda e Marcelino Leite, Manuel Leão e José Caneira, teve lugar na Escola Padre Donaciano (Estarreja) e Centro Escolar da Saldida (Murtosa)



Dia Internacional da Mulher 2019 - "Noite Musical" com atuação do Quarteto Presto Duo



Homenagem a António Madureira 2019, com a participação do Clube de Poesia de Estarreja



Oficina de Escrita Criativa, passando pela ilustração e encadernação 2019, com a participação de Margarida Bandeira e Maria Afonso



Palestra "A Evolução do Papel do Médico Veterinário na Produção Agropecuária da Nossa Região" 2019, como convidados Dra. Vera Marques e Dr. Alexandre Chambell (médicos veterinários), Dra. Inês Rebelo e Eng.º Vitor Santos (Proleite), testemunhos de Mário Mortágua e Zé Alberto



JEP 2021 Piquenique no Museu com a participação Clube de Poesia de Estarreja e o saxofonista André Martins



Ação de Educação para a Saúde, organizada pela Liga Portuguesa Contra o Cancro 2023



Palestra “O Sudário de Turim fonte de extraordinária informação científica, com o Professor Doutor Victor Manuel Lobo, Professor Catedrático da Universidade de Coimbra, 2023



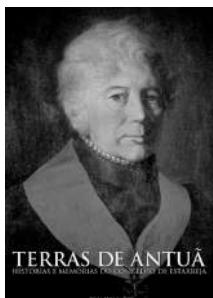
*Dia Internacional da Mulher 2023 com a atuação do músico Pedro Branco e o Clube de Poesia de Estarreja*

Ao transformar a sua casa de habitação em Casa-Museu, pretendeu agradecer à comunidade em geral, mas em especial às populações de Estarreja e da Murtosa por todo o carinho recebido ao longo da vida, proporcionando-lhes assim acesso gratuito a uma coleção privada de que tanto se orgulhava. Ao dar o nome da esposa, Marieta, a este espaço museológico, quis António Madureira homenagear aquela que foi o seu grande amor e companheira de sempre, tornando sempre presente e eternizando uma comovente história de amor.

Assim, uma coleção de arte privada passa a estar ao alcance de todos e, acima de tudo, fica realçada a forma como o Amor entre ambos foi substância para preservar a Arte e fazer nascer a Cultura, cumprindo-se em plenitude a divisa que orientara a vida do casal: *Embeleza-te de obras generosas que encham o mundo de alegria*.







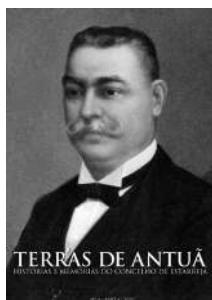
[Nº1 – Ano I - 2007] SUMÁRIO: HOJE, POR ONTEM, PARA AMANHÃ, *José Eduardo de Matos*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: EM SALREU, A “CASA DO SANTO” OU “A CASA DO FERRAZ”, *Amaro Neves*; O PATRIMÓNIO NAVAL NA FREQUESIA DE PARDILHÓ, *Andréia Vidal Leite*; CARTOFILIA ESTARREJENSE - A 1.ª metade do século XX, *António Augusto Silva*; DIVAGAÇÕES A PROPÓSITO DE UM VELHO RETRATO - Rostos da Fontinha, *António Pedro de Sotomayor*; MOINHOS E MOLEIROS DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Armando Carvalho Ferreira*; A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA CAPELA DE SANTO AMARO, *Beduído* - Estarreja, *Carlos A. Brochado de Almeida e Pedro Brochado de Almeida*; OS REGEDORES DAS FREQUESIAS DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Delfim Bismarck Ferreira*; UMA FAMÍLIA DE ESTARREJA - Notas genealógicas sobre o ramo materno da família de D. Frei Caetano Brandão, Bispo do Pará e Arcebispo Primaz de Braga, *Francisco M. Ponces de Serpa Brandão*; HISTÓRIA DO ENSINO PRIMÁRIO NO CONCELHO DE ESTARREJA, *Marco Pereira*; O COUTO DE ANTUÃ E AVANCA NO FINAL DA IDADE MÉDIA - O impacto da crise dos séculos XIV e XV segundo três cartas de sentença, *Rafael Marques Vigário*; A IMPORTÂNCIA DA REDE VIÁRIA NA ESTRUTURAÇÃO DA DIOCESE VISIGÓTICA DE COIMBRA: Antuane como uma das suas paróquias, *Sónia Filipe*; SAUDADES.



[Nº 2 – Ano II - 2008] SUMÁRIO: COMO É RICA A NOSSA HISTÓRIA, *José Eduardo de Matos*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: O BISPO DE COCHIM - Alguns apontamentos para o seu conhecimento, *António Augusto Silva*; LEITURA DE FEIRA E NÃO SÓ, *António de Pinho Nunes*; ESTARREJA NA IDADE MÉDIA - Documentação dos séculos X a XIII, *Delfim Bismarck Ferreira*; O LIVRO DE EXCOMUNGADOS E LEMBRANÇAS DA IGREJA DE SÃO MIGUEL DE FERMELÃ, *Hugo Calão*; OS MEUS ANTEPASSADOS DE ESTARREJA, *José Manuel Nunes Liberato*; O ASSOCIATIVISMO AGRÁRIO NA SUB-REGIÃO DE AVEIRO (1854-1923) - Contributo para o seu estudo, *Manuel Ferreira Rodrigues*; MONARQUIA DO NORTE [ou Traulitânia] - Ocupação monárquica de Estarreja (24.1.1919-11.21919), *Marco Pereira*; O ESTÁBULO DA IGREJA PAROQUIAL DE BEDUÍDO, *Maria Clara Paiva Vide Marques*; LIVROS PAROQUIAIS DE AVANCA - Uma fonte por explorar, *Maria Palmira da Silva Gomes*; BANDA BINGRE CANELENSE: PELA MÚSICA HÁ 140 ANOS, *Teresa Bagão*; O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES ENTRE OS ANOS DE 1900 E 1905, *Valter Santos*; SAUDADES, ADENDAS E CORRECÇÕES: Novos Subsídios para a História da Capela de Santo António, *Marco Pereira*.



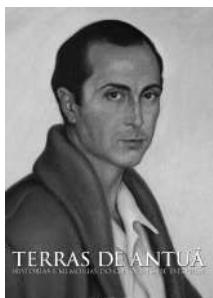
[Nº 3 – Ano III - 2009] SUMÁRIO: A AVANTURA CONINUA, *José Eduardo de Matos*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: JORNais E JORNALISTAS NA TERRA DA MADEIRA ATÉ 1925, *António Augusto Silva*; A CONSTRUÇÃO NAVAL NO NORTE DA RIA DE AVEIRO: DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CONCELHO DE ESTARREJA AO BICO DA MURTOSA, *António Vitor N. de Carvalho*; CASA DOS MORGADOS DE SANTO ANTÓNIO DA PRAÇA, EM ESTARREJA, *Delfim Bismarck Ferreira*; A CHEGADA DA ENERGIA ELÉCTRICA AO CONCELHO DE ESTARREJA: 1925-1930 - BREVES APONTAMENTOS HISTÓRICOS, *Diana Cunha & Susana Temido Silva*; EPISÓDIO DA VIDA PLOÍTICA DE HÁ CEM ANOS, *José Augusto Tavares Gurgel e Cirne*; INVASÕES FRANCESAS NOS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA, *Marco Pereira*; AS CONVERSAS COM A TIA ROSA, *Margarida Castro*; RETÁBULO DA CAPELA DE SANTA BÁRBARA EM BEDUÍDO, *Maria Clara Paiva Vide Marques*; MANUEL FIRMINO D’ALMEIDA MAIA (1824-1897), *Maria Manuel de Vilhena Barbosa*; EGAS MONIZ - O PRÉMIO NOBEL, *Rosa Maria Rodrigues*; FAMILIARES DO SANTO OFÍCIO RELACIONADOS COM ESTARREJA, *Teresa Cruz Tubby*; O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES ENTRE OS ANOS DE 1882 E 1887, *Valter Santos*; SAUDADES.

TERRAS DE ANTUÃ  
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO CONCELHO DE ESTARREJA

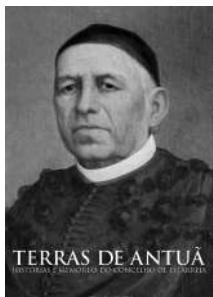
[Nº 4 – Ano IV - 2010] SUMÁRIO: CEM ANOS DA REPÚBLICA E MAIS DE MONARQUIA, José Eduardo de Matos; EDITORIAL, Delfim Bismarck Ferreira; ARTIGOS: ALBERTO FERREIRA VIDAL – Notável Estarrejense, António Augusto Silva; EGAS MONIZ, das origens telúricas à celebração internacional, António Macieira Coelho; “MULTIPLICAR OS PEIXES E POUPIÁ-LOS QUANDO SE REPRODUZEM...” – O debate parlamentar de um filho de Estarreja, António Pedro de Sottomayor; O “RESTAURO” DA BANDEIRA DA MONARQUIA – Tratamento de Conservação e Restauro da bandeira da Câmara Municipal de Estarreja, Eva Armindo; OS INVENTÁRIOS DAS IGREJAS E CAPELAS DAS PARÓQUIAS DOS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA, Hugo Calão; OS ÚLTIMOS TEMPOS DA MONARQUIA E A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, com as suas consequências em Estarreja, de acordo com as memórias de Francisco de Moura Coutinho de Almeida d’Eça, Luís Augusto Eça de Matos; NOTAS PARA A HISTÓRIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO DISTRITO DE AVEIRO: Alberto Souto administrador do concelho de Estarreja, Luís Souto de Miranda; DA COBERTURA DE COLMO À TELHA DE FONTELA, Marco Pereira; SÃO MIGUEL ARCANJO – PADROEIRO DE FERMELÃ, Maria Clara Paiva Vile Marques; OS CAMINHOS DA CIRES – o seu 50.º aniversário, Maria Elvira Callapez; DOMINGOS JOAQUIM DA SILVA, Visconde de Salreu (1854-1936) – Parte I, Maria de Jesus Sousa de Oliveira e Silva; INTERVENÇÃO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DA PEDRA DE ARMAS DO BISPO DE COCHIM, Patricia Mestre Marques de Carvalho; RECUPERAÇÃO DOS MOINHOS DE MEIAS – Quinta do Marinheiro, Casa-Museu Egas Moniz, Ricardo Matos, Luís Loureiro e Nuno Matos; AVANCA – DOS ÚLTIMOS ANOS DA MONARQUIA ATÉ À IMPLEMENTAÇÃO DA REPÚBLICA, Telma Marília Assunção Correia; O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES (1888-1892), Valter Santos; SAUDADES, ADENDAS E RECTIFICAÇÕES.

TERRAS DE ANTUÃ  
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO CONCELHO DE ESTARREJA

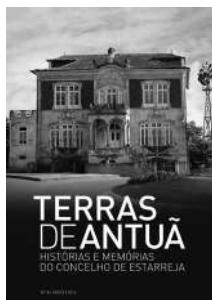
[Nº 5 – Ano V - 2011] SUMÁRIO: NÃO REFORMAMOS A HISTÓRIA!, José Eduardo de Matos; EDITORIAL, Delfim Bismarck Ferreira; ARTIGOS: A SAGA DO NAVIO MARIA DAS FLORES, O Lugre Maria das Flores – o bota-abixo, Ana Maria Lopes; CAETANO FERREIRA – Notável Estarrejense, jornalista errante e viajante, António Augusto Silva; PASSADO PATRIMÓNIO E FUTURO – Primeiros elementos para uma carta arqueológica do concelho de Estarreja, António Manuel S. P. Silva & Gabriel Rocha Pereira; CASA DO OUTEIRO DE PAREDES EM AVANCA, Delfim Bismarck Ferreira e Maria Palmira da Silva Gomes; A ARQUEOLOGIA NA REDE PRIMÁRIA DE TRANSPORTE DE GÁS: A passagem pelo distrito de Aveiro, João Muralha; O FUNDADOR DE ESTARREJA, Joaquim Lagoeiro; ORIGEM DA CASA DO COUTO, SALREU, ESTARREJA, Jorge Barbosa Montenegro; CONSELHEIRO FRANCISCO LOURENÇO DE ALMEIDA – Participante na transição da Monarquia Absoluta para a Monarquia Liberal, na primeira metade do século XIX, Marco Pereira; OS VALENTES DE ALMEIDA DE PARDILHÓ, Maria Helena Valente Pinto; AS ELITES LOCAIS E SUA INFLUÊNCIA NOS FINS DO SÉCULO XIX E PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX – UM EXEMPLO: Domingos Joaquim da Silva, Visconde de Salreu (1854-1936) – Parte II, Maria de Jesus Sousa de Oliveira e Silva; AFORAMENTOS DE SANTO AMARO, TORREIRA E OUTROS (1780 a 1950) – PROCESSOS EM ARQUIVO, Norvinda Leite; O PAPEL DAS MULHERES NA VIDA DE EGAS MONIZ, Rosa Maria Rodrigues; OS CINETRATOS NO DISTRITO DE AVEIRO – Materialização de um programa em Rodrigues Lima, Susana Constantino; O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES (1893-1894), Valter Santos e Teresa Cruz; SAUDADES; NOTAS SOLTAS: ORDENANÇAS E MILÍCIAS NO CONCELHO DE ESTARREJA (1866); ARQUITECTURA NA FEIRA DE SANTO AMARO; ADENDAS E RECTIFICAÇÕES

TERRAS DE ANTUÃ  
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO CONCELHO DE ESTARREJA

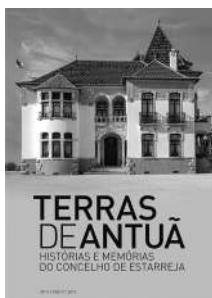
[Nº6 – Ano VI - 2012] SUMÁRIO: A IMPORTÂNCIA DO RITUAL, *José Eduardo de Matos*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: EMBARCAÇÕES TRADICIONAIS DE CANELAS, *Ana Maria Lopes*; Dr. TAVARES DA SILVA – Figura incontornável do Desporto Nacional do séc. XX, *António Augusto Silva*; O PATRIMÓNIO CINÉFILO DO CONCELHO DE ESTARREJA, *António Costa Valente*; O CASTRO DE SALREU (ESTARREJA): RESULTADOS DA PRIMEIRA CAMPANHA DE ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS, *António Manuel S. P. Silva*, *Gabriel R. Pereira & Paulo A. P. Lemos*; ANTÓNIO MOTA GODINHO MADUREIRA – Um esboço biográfico, *Delfim Bismarck Ferreira*; MIGRAÇÕES ARQUITECTÓNICAS – O popular e o histórico na hora de Francisco Farinhais, *Domingos Tavares*; O PATRIMÓNIO E O SEU PAPEL CULTURAL NO CONTEXTO LOCAL E REGIONAL, *José Mattoso*; FÁBRICAS DE LACTICÍNIOS NOS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA, *Marco Pereira*; SACRÁRIOS DAS IGREJAS PAROQUIAIS DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Maria Clara Vide Marques*; ESTARREJA – Sua origem como topónimo, *Maurício António Fernandes*; O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES (1895), *Teresa Cruz Tubby e Valter Santos*; SAUDADES, NOTAS SOLTAS: ESTARREJA E AS SUAS ACTUAIS FREQUESIAS (1853); CONCELHO DE ESTARREJA (1875); ESTADO ACTUAL DA INDÚSTRIA CERÂMICA (1905); ESTARREJA (1912); ANTUÃ: Paróquia Sueva; 8 DIAS DE “LIBERDADE” ... CONDICIONADA

TERRAS DE ANTUÃ  
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO CONCELHO DE ESTARREJA

[Nº7 – Ano VII - 2013] SUMÁRIO: EU SOU QUE SEI, *José Eduardo de Matos*, A HISTÓRIA VAI-SE FAZENDO, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*, ARTIGOS: HENRIQUE LAVOURA – construtor naval de nomeada, *Ana Maria Lucas*, CÓNEGO REBELO DOS ANJOS – Capelão de militares e Civis, *António Augusto Silva*, O CÓNEGO BARBOSA E O DOGMA DA IMACULADA CONCEIÇÃO, *António Pedro Sotto Mayor*, O VINCULO DA CASA DO COUTO EM SALREU (1755), *Delfim Bismarck Ferreira*, MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO – os Painéis dos Barcos Moliceiros, *José Gурgo e Cirne*, INVENTÁRIO DO ESPÓLIO DE CONSTRUÇÃO NAVAL DO MESTRE HENRIQUE LAVOURA – PARDILHÓ, *Juliana Cunha*, REVOLTAS POPULARES EM ESTARREJA E MURTOSA, *Marco Pereira*, FRANCISCO MARQUES RODRIGUES, *Maria Almira de Oliveira Rodrigues Barata e Manuel Oliveira Rodrigues*, RETÁBULOS DA IGREJA DE SÃO BARTOLOMEU DE VEIRAS, *Maria Clara Vide Marques e António Cruz Leandro*, OS ELEITOS DA CÂMARA DE ESTARREJA REFERÊNCIAS NAS ATAS DE 1860-1910, *Norvinda Leite*, NOTA SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DE UMA PEÇA ARQUEOLÓGICA DE VALE CASTANHEIRO, SALREU, *Paulo Morgado*, MEMÓRIAS DA CONSTRUÇÃO NAVAL, *Sérgio Paulo Silva*, A EMIGRAÇÃO NO CONCELHO DE ESTARREJA (1896), *Teresa Cruz e Valter Ramos*, SAUDADES, REVISTAS “TERRAS DE ANTUÃ”



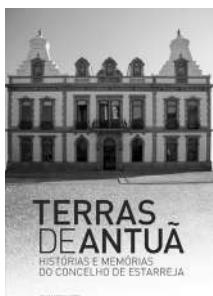
[Nº8 – Ano VIII - 2014] SUMÁRIO. VIAJE COMIGO POR TERRAS DE ANTUÃ, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, AUTORES: AS DESCOBERTAS DE EGAS MONIZ E O SEU CONTEXTO HISTÓRICO, *Álvaro Macieira Coelho*, A CONSTRUÇÃO NAVAL LAGUNAR E A MUSEOLOGIA – Mestre Esteves – Pardilhó, *Ana Maria Lopes*, OS 90 ANOS DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ESTARREJA, *Andreia Tavares*, PATRIMÓNIO MUSICAL DE ESTARREJA – Um contributo, *António Augusto Silva*, A FAMÍLIA BANDEIRA EM ESTARREJA E SALREU DESDE O SÉCULO XVIII, *Delfim Bismarck Ferreira*, MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO – Os Painéis dos Barcos Moliceiros, *José Gуро e Cirne*, CRÓNICAS DE UM PASSADO PRESENTE – Alguns apontamentos para o estudo geral deste Concelho de Estarreja, *José Teixeira Valente*, OS ACTUAIS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA NO SÉCULO XIII, *Marco Pereira* PINTURAS DEVOCIONAIS DOS ALTARES- MORES DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Maria Clara Paiva Vide Marques e Sylvie Ferreira*, FRANCISCO AUGUSTO DA SILVA ROCHA E A CASA DE FRANCISCO MARIA SIMÕES- Um novo padrão de Beleza; *Maria João Fernandes*, OS ELEITOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA – REFERÊNCIAS NAS ATAS (CONT) – 1910-2013, *Norvinda Leite*, DEAMBULANDO PELAS RUAS, *Sérgio Paulo Silva*, O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES – ANO DE 1897 TRILHOS DOS AMAZONAS, *Teresa Cruz e Valter Santos*, SAUDADES - OS 50 ANOS DO MERCADO MUNICIPAL DE ESTARREJA, *João Alegria* REVISTAS “TERRAS DE ANTUÃ”



[Nº9 – Ano IX - 2015] SUMÁRIO, EVA NOVE, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, PINTORES DE EMBARCAÇÕES LAGUNARES, *Ana Maria Lopes*, 150 ANOS DEDICADOS À MÚSICA, OS EXECUTANTES DA BANDA BINGRE CANELENSE DESDE A SUA FUNDAÇÃO, *Ana Paula Almeida*, CARNAVAL DE ESTARREJA: DAS COMEMORAÇÕES POPULARES ÀS BATALHAS DAS FLORES, *Andreia Tavares*, DR. MANUEL FIGUEIREDO. MÉDICO DE LARGO SENTIDO HUMANO, *António Augusto Silva*, A OBRARETABULAR DA IGREJA DE SÃO PEDRO DE PARDILHÓ, *António Cruz Leandro e Maria Clara de Paiva Vide Marques*, PATRIMÓNIO – LUGAR DE MEMÓRIA E DE IDENTIDADE, *Carla Ferreira*, O DESEMBRAGADOR DR. JOSÉ HOMEM CORRÊATELES, *Delfim Bismarck Ferreira*, CONTRIBUTO PARA UM INVENTÁRIO HISTÓRICO DA COLETIVIDADE CONCELHIA “O CENTRO” – CENTRO RECREATIVO DE ESTARREJA CRE NA CELEBRAÇÃO DOS 105ºANIVERSÁRIO, *José Fernando Correia*, MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO. OS PAINÉIS DOS BARCOS MOLICEIROS, *José Gуро e Cirne*, a LEITURA PÚBLICA EM ESTARREJA, *Juliana Cunha*, PRIMEIRA REFERÊNCIA ESCRITA A SALREU (1076/1106), *Marco Pereira*, FRENTE LAGUNAR DE ESTARREJA E OS SEUS TESOUROS, *Norberto Monteiro*, JORNAL “ O CONCELHO DE ESTARREJA” 1901-2014 DO SOTÃO PARA O MUNDO DIGITAL, *Norvinda Leite*, BANDA VISCONDE DE SALREU, 1 DE OUTUBRO DE 1925-1 DE OUTUBRO DE 2015 DO PASSADO AO PRESENTE UM SÓ CAMINHO, A MESMA ENTREGA À MÚSICA E À ARTE DE BEM FAZER, *Raquel Maria Rodrigues de Jesus*, SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESTARREJA 80 ANOS AO SERVIÇO DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Rosa de Fátima Figueiredo*, CASA MUSEU EGAS MONIZ – RECANTOS DO MARINHEIRO, *Rosa Maria Rodrigues*, ESCOLA SECUNDÁRIA DE ESTARREJA: UM PERCURSO COM MEIO SÉCULO, *Teresa Bagão*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1898, *Teresa Cruz Tubby e Valter Santos*, SAUDADES – CINE TEATRO DE ESTARREJA 65 ANOS DE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS, *João Carlos Alegria*



[N °10 – Ano X - 2016] A NOSSA CASA BRANCA, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, ROTA LAGUNARES, *Ana Maria Lopes*, CARNAVAL DE ESTARREJA:1930 A 1974, *Andreia Tavares* RANCHO FOLCLÓRICO DE VEIROS – As primeiras Danças: 1939-1947, *António Augusto Silva*, TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS EM 2016 NO CRASTO DE SALRE ESTARREJA – BREVE NOTÍCIA *António Manuel Silva, Gabriel R. Pereira, Paulo P. Lemos e Sara Almeida e Silva*, A PEDRA DE ARMAS DA CASA DA FONTINHA, EM BEDUÍDO, ESTARREJA *Delfim Bismarck Ferreira*, CASAS COM TORRE *Domingos Tavares*, MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO – OS PAINEIS DO BARCOS MOLICEIROS *José Gуро e Cirne*, A BIBLIOTECA PRIVADA DE EGAS MONIZ – CASA DO MARINHEIRO EM AVANCA, *Juliana Cunha*, O VÍNCULO DA CAPELA DE S.SIMÃO DO BUNHEIRO NO CONCELHO DE ESTARREJA, DISTRITO DE AVEIRO, *Luis Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes*, PESOS E MEDIDAS NA HISTÓRIA DE ESTARREJA E MURTOSA, *Marco Pereira* PINTURAS DE MILAGRES, HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE ESPERANÇA E FÉ, *Maria Clara de Paiva Vide Marques e António Cruz Leandro*, EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO DE ESTARREJA – UM PERCURSO PELAS FONTES DE 120 ANOS DE HISTÓRIA, *Norvinda Leite*, UM OUTRO OLHAR SOBRE O PATRIMÓNIO EDIFICADO DA ANTIGA FREGUESIA DE BEDUÍDO: A TERRA COMO FORMA DECONSTRUÇÃO *Susana Temudo e Diana Cunha Santos* EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1899, *Teresa Cruz Tubby e Valter Santos* SAUDADES – NOS 20 ANOS DO FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA DE AVANCA, *António Costa Valente e Rita Capucho*



[N °11 – Ano XI - 2017] “ROSTO” EDIFICADO, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues* CARLOS PINTO DE SOUSA – Um autodidacta do crescimento cultural, *António Augusto Silva* UMA ALDEIA DE HÁ DOIS MIL ANOS UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO E A SUA INVESTIGAÇÃO, *António Manuel Silva, Gabriel R. Pereira, Sara Almeida e Silva e Paulo. P. Lemos*, A PEDRA DE ARMAS DA “CASA DO COUTO”, EM SALREU, *Delfim Bismarck Ferreira* PALACETES E ESTARREJA, *Domingos Tavares* MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO – Em busca do tempo perdido, *José Gуро e Cirne* O PATRIMÓNIO BIBLIOGRÁFICO DE ANTÓNIO MADUREIRA – Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira em Estarreja, *Juliana Cunha TAVARES* RESENDE DA CASA DE S.BERNARDO DA CONGOSTA EM AVANCA – Estarreja, Aveiro, *Luis Cardoso Menezes* OS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA NA PRIMEIRA GRANDE GUERRA (1914-1918), *Marco Pereira* ESCULTURA DEVOCIONAL NA IGREJA MATRIZ DE AVANCA, *Maria Clara de Paiva Vide Marques, António Cruz Leandro e Luís Alberto Casimiro* FORAL DOANTUÃ: DOCUMENTOS AUTÊNTICOS QUE O TROUXERAM ATÉ HOJE, *Norvinda Leite* UMA CARTA, *Sérgio Paulo Silva, JOAQUIM MARIA LEITE, Teresa Cruz Tubby e Valter Santos* SAUDADES-EGAS MONIZ – UM PERCURSO – 90 Anos da Angiografia Cerebral (1927-2017), *Rosa Maria Rodrigues*



[Nº 12 - Ano XII- 2018] MEMÓRIAS, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, MANIFESTO DA COMISSÃO ELEITORAL OPOSIÇÃO DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Andreia Tavares*, UMA SIMPLES CONVERSA EAS PRIMEIRAS PRISÕES POLÍTICAS EMESTARREJA, *António Augusto Silva*, TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS NO CASTRO DE SALREU-BREVE CRÓNICA DA INTREVENÇÃO DE 2018, *António Manuel Silva*, *Gabriel R. Pereira*, *Sara Almeida e Silva* e *Paulo A.P. Lemos*, AS CASAS DO MATO (SALREU) E DA FONTE CHÃ (BEMPOSTA) NOS OFÍCIOS CONCELHOS ANTUANOS SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DOS REGISTOS DE NOTARIADO NO CONCELHO DE ESTARREJA – 1ª PARTE DE D. JOÃO II A FILIPE II, *António Pedro de Sottomayor*, OS MOINHOS DE MEIAS, *Armando Carvalho Ferreira*, A FAMÍLIA QUADROS EM SALREU DESDE O FINAL DO SÉCULO XVIII (PARTE I), *Delfim Bismarck Ferreira*, CONSTRUÇÃO NAVAL TRADICIONAL NO MUNICÍPIO DE ESTARREJA – QUE FUTURO? *Etelvina Resende Almeida*, MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO – DOS MÉRITOS DO PRIMITIVISMO INGENUO *José Gуро e Cirne*, CARLOS MARQUES RODRIGUES: O FUNDADOR DA FÁBRICA DE DESCASQUE DE ARROZ – A “HIDRO-ELÉTRICA” DE ESTARREJA, *Juliana Cunha*, OS BISPOS PORTUGUESES ORIGINÁRIOS DO CONCELHO DE ESTARREJA, DISTRITO DE AVEIRO NO SÉCULO XX, *Luis Cardoso Menezes*, A PNEUMÓNICA, OU GRIPE ESPANHOLA. EM ESTARREJA (1918-1919) *Marco Pereira*, PRISIONEIROS DO CONCELHO DE ESTARREJA DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIALNA FRENTE OCIDENTAL – 1917-1918, *Maria Clara de Paiva Vide Marques*, *António Cruz Leandro*, UMA OBRA DO PINTOR FRANCISCO PINTO COSTA (1826-1869) NA CASA MUSEU EGAS MONIZ, *Susana Moncóvio*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1907, *Teresa Cruz Tibby e Valter Santos* SAUDADES - 50 ANOS DA CASA MUSEU EGAS MONIZ, *Rosa Maria Rodrigues*, REVISTASTERRAS DE ANTUÃ



[Nº 13 - Ano XIII - 2019] 500 ANOS DO FORAL DE ANTUÃ, *Diamantino Sabina* EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues* SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES DA BEIRA LITORAL LDA, *Andreia Tavares* FREI GONÇALO MARIA TAVARES – Do clero secular para o regular, *António Augusto Silva* O CASTRO DE SALREU, UM DOS POVoados PROTO-HISTÓRICOS ATLÂNTICOS DO ENTRE DOURO EVOUGA, *António Manuel Silva*, *Editte Martins de Sá*, *Jorge Fernando Salvador*, *Paulo A. P. Lemos* e *Sara Almeida e Silva*, AS CASAS DO MATO (SALREU) E DE FONTE CHÃ (BEMPOSTA) NOS OFÍCIOS CONCELHOS ANTUANOS - SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DOS REGISTOS DE NOTARIADO NO CONCELHO DE ESTARREJA – 2ª PARTE DE D. FILIPE II A D. JOÃO V, *António Pedro de Sottomayor*, A FAMÍLIA QUADROS EM SALREU DESDE O FINAL DO SÉCULO XVIII (PARTE II), *Delfim Bismarck Ferreira*, OLHARES POR DENTRO DO MUNICÍPIO DE ESTARREJA – ITINERÁRIOS POR ÁGUA, *Etelvina Resende Almeida*, A ODIOSÍSSIMA MORTE DO LÁZARO *José Gуро e Cirne*, CARLOS MARQUES RODRIGUES: O IMPULSIONADOR DA EDIFICAÇÃO DA CENTRAL DE ENERGIA ELÉTRICA - A TURBINA DE ESTARREJA, *Juliana Cunha*, ESTARREJENSES ILUSTRES: O 1º MARQUÊS DE TERENA - SEBASTIÃO CORREIA DE SÁ (1766-1849), *Luis Cardoso Menezes*, MILITARES DOS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA MORTOS EM ÁFRICA (1961-1974), *Marco Pereira*, ESTARREJA NA GRANDE GUERRA MILITARES FALECIDOS NA FRENTE OCIDENTAL (1917-1918), *Maria Clara de Paiva Vide Marques*, *António Cruz Leandro*, *Teresa Cruz Tibby*, A SOMBRA DO MOSTEIRO DE AROUCA RAIZES LONGAS DE ANTUÃ, *Norvinda Leite e Carlos Pinho*, COISAS DE CANTADORES, *Sérgio Paulo Silva*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1908, *Teresa Cruz Tibby e Valter Santos*, SAUDADES - 70 ANOS DO PRÉMIO NOBEL EGAS MONIZ, *Rosa Maria Rodrigues*



[Nº 14 - Ano XIV - 2020] A “TERRAS DE ANTUÃ” EM PLENA PANDEMIA COVID-19, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, O NOSSO LIVRO, *Abel Cunha*, MAJOR ANTÓNIO BERNARDINO FERREIRA, *António Augusto Silva*, A “GRATIDÃO” DE JOSÉ LUIS DA CUNHA: UM CASO DE SUOR, SUCESSO E LAGRIMAS NO PANORAMA EMIGRATÓRIO DA ESTARREJA OTOCENTISTA, *António Pedro de Sotomayor*, O CONCELHO DE ESTARREJA EM 1865, *Delfim Bismarck Ferreira*, A EMBARCAÇÃO TRADICIONAL COMO ARTEFACTO E O HOMEM ARTESÃO: O MESTRE CONSTRUTOR NAVAL DA RIA DE AVEIRO, *Etelvina Resende Almeida*, “O COLÉGIO”, *José Fernando Correia*, DR. TAVARES AFFONSO: SEIS CARTAS E UM BILHETE POSTAL DIRIGIDO AO PROF. DOUTOR EGAS MONIZ, *José Gуро e Cirne*, AVIVAR MEMÓRIAS: AS TRADIÇÕES ORAIS COMO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Juliana Cunha*, OS LIMITES HISTÓRICOS COMUNS DAS DIOCESES DO PORTO E DE COIMBRA, *Marco Pereira*, SÃO SEBASTIÃO, *Maria Clara de Paiva Vide Marques*, *António Cruz Leandro*, EGAS MONIZ E O JOGO, *Rosa Maria Rodrigues*, PARA QUE OS OLHOS SE LEMBREM, *Sérgio Paulo Silva*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1909, *Teresa Cruz Tubby e Valter Santos*, VEIROS – SINOPSE PELAS REFERÊNCIAS DA SUA HISTÓRIA E AS SUAS GENTES, *Victor Bandeira*, SAUDADES – BIORIA, O SUSTENTÁVEL CONVIVIO ENTRE A NATUREZA E O HOMEM, *Adolfo Vidal*



[Nº15 – Ano XV - 2021] AS PESSOAS, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, MEMÓRIAS DE UMA COZINHA DE POBRES, *Abel Cunha*, OS JAZIGOS NO ADRO DA IGREJA DE SALREU – ALGUNS APONTAMENTOS, *António Augusto Silva*, UMA DÉCADA DE ARQUEOLOGIA NO CASTRO DE SALREU, 2011-2021 (UM PONTO DE SITUAÇÃO NÃO CONCLUSIVO), *António Manuel Silva*, *Paulo Lemos e Sara Almeida e Silva*, O CAPITÃO LUÍS PEREIRA LOPES DE EXTINÇÃO E AS TRADIÇÕES ORAIS COMO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Juliana Cunha*, D. HUGO, BISPO DO PORTO, *Marco Pereira*, COMISSÁRIOS DO SANTO OFÍCIO NATURAIS DE ESTARREJA, *Maria Clara Vide e António Cruz Leandro*, EGAS MONIZ -VIVÊNCIAS EM COIMBRA, *Rosa Maria Rodrigues*, ENGUIAS DE ARROZ E ARROZ DE ENGUIAS, *Sérgio Paulo Silva*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1910, *Teresa Cruz Tubby e Valter Santos*, O MERCADO ANTIGO DE ESTARREJA 30 ANOS A RECREAR NOSSA HISTÓRIA, *Isabel Simões Pinto*



[Nº 16 - Ano XVI - 2022] SINAIS DOS TEMPOS, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, ETNOGRAFIA E FOLCLORE NO CONCELHO DE ESTARREJA, *Abel Cunha*, JOÃO PEDRO MARQUES VILLAR CONSTRUCTOR CIVIL, PROJECTISTA E O MAIS QUE SE VERÁ, *António Augusto Silva*, LITÍGIO E SEPARAÇÃO DOS VÍNCULOS DO MATO (SALREU/ESTARREJA) E DE SÃO PAIO (MOUÇÓS/VILA REAL): UM CASO BICUDO ENTRE TIA E SOBRINHO EM MEADOS DE OITOCENTOS, *António Pedro de Sottomayor*, AS QUINTAS DA BOA VISTA, DA TAPADA E DA MELHOR VISTA EM SANTIAGO DE BEDUÍDO – ESTARREJA: SUBSÍDIOS PARA UM ESCLARECIMENTO, *Artur Castro Tavares*, JOSÉ MENDONÇA – O REFLEXO E A SOMBRA, *Diamantino Matos*, A CULTURA DO ARROZ NO BAIXO VOUGA LAGUNAR, *Etelvina Resende Almeida*, NA PASSAGEM DO CENTENÁRIO DA INAUGURAÇÃO DO PADRÃO EM MEMÓRIA DOS MORTOS DO CONCELHO DE ESTARREJA NA GRANDE GUERRA, *Joaquim Ventura Faria Victorino*, COMPLEXO QUÍMICO DE ESTARREJA UM CONTRIBUTO PARA A HISTÓRIA DO COMPLEXO QUÍMICO DE ESTARREJA – UM DOS MAIS ANTIGOS E IMPORTANTES DO NOSSO PAÍS, *José Fernando Ferraz Correia*, O SOBRADO VERMELHO, *José Gуро e Cirne*, PARDILHÓ NA IDADE MÉDIA, *Marco Pereira*, A ARTE RETABULAR NA CAPELA DE NOSSA SENHORA DO MONTE EM SALREU, *Maria Clara de Paiva Vide Marques*, *António Cruz Leandro*, O REGIMENTO DE REPARTIÇÃO DAS SISAS ENVIADO AO CONCELHO DE ANTUÃ EM 1527, *Maria Helena da Cruz Coelho*, *Saul António Gomes*, EGAS MONIZ NA LITERATURA, *Rosa Maria Rodrigues*, JOSÉ MENDONÇA – UM TEMPO PARTILHADO, *Sérgio Paulo Silva*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1911, *Teresa Cruz Tabby*, PROSPECÇÃO DE ESTRUTURAS INCÓGNITAS NA IGREJA DE VEIROS, *Victor Bandeira*, *Ana Bidarra*, *Nuno Barraca*, SAUDADES – DA FÁBRICA DE DESCASQUE DE ARROZ À FÁBRICA DA HISTÓRIA, *Juliana Cunha*, RETIFICAÇÃO: AO ENSAIO “AS CASAS DO MATO (SALREU) E DE FONTE CHÃ (BEMPOSTA) NOS OFÍCIOS CONCELHIOS ANTUAÑOS. SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DOS REGISTOS E NOTARIADO NO CONCELHO DE ESTARREJA” (TERRAS DE ANTUÃ NºS 12 E 13), *António Pedro de Sottomayor*



AUTORES	TA 1	TA 2	TA 3	TA 4	TA 5	TA 6	TA 7	TA 8	TA 9	TA 10	TA 11	TA 12	TA 13	TA 14	TA 15	TA 16	TA 17
Abel Cunha														X	X	X	X
Adolfo Vidal														X			
Ana Bizarra															X		
Alvaro Macieira Coelho								X									
Amaro Neves	X																
Amélia Fragoso																X	
Ana Maria Lopes			X	X	X	X	X	X	X							X	
Ana Paula Almeida									X								
Andreia Tavares								X	X	X			X	X			
Andreia Vidal Leite	X																
António Augusto Silva	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
António Costa Valente						X				X							
António Cruz Leandro							X		X	X			X	X	X	X	X
António Macieira Coelho			X														
António Manuel S. P. Silva				X	X					X	X	X	X		X		
António de Pinho Nunes		X															
António Pedro de Sottomayor	X			X			X						X	X	X		X
António Vitor N. Carvalho			X														
Armando Carvalho Ferreira	X											X					
Artur Castro Tavares																X	
Carla Ferreira									X								
Carlos A. Brochado de Almeida	X																
Carlos Pinho														X			
Delfim Bismarck Ferreira	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Diamantino Matos																	X
Diana Cunha			X							X							
Domingos Tavares						X				X	X						
Domingos Tavares														X			
Eduardo Dias																	X
Etelvina Resende Almeida													X	X	X	X	X
Eva Armindo				X													
Francisco M. Pontes de S. Brandão	X																
Gabriel Rocha Pereira					X	X				X	X	X					
Hugo Cálão	X	X															
João Alegria								X	X								
Isabel Simões Pinto																X	
João Muralha					X												
Joaquim Lagociro					X												
Joaquim V. F. Victorino																X	X
José Fernando Correia									X					X	X	X	
José F. Salvador													X				



Rosa Maria Rodrigues			X	X				X		X	X	X	X	X	X	X
Sara Almeida e Silva									X	X	X	X		X		
Saul António Gomes															X	X
Sérgio Paulo Silva						X	X			X		X	X	X	X	X
Sylvie Ferreira							X									
Sónia Filipe	X															
Susana Constantino				X												
Susana Moncôvio												X				
Susana Temudo Silva			X							X						
Telma Marília Assunção Correia				X												
Teresa Bagão	X								X							
Teresa Cruz Tubby			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Valter Santos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Vitor Bandeira													X		X	



